



COMPETE

PROGRAMA OPERACIONAL FACTORES DE COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO

DE

EXECUÇÃO

2009

FICHA TÉCNICA

Relatório de Execução 2009 do COMPETE (POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade)

Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC em 18 de Junho de 2010.

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC em 21 de Junho de 2010.

Aceite pela Comissão Europeia em 12 de Julho de 2010 .

APRESENTAÇÃO

Para um programa dirigido à economia e às empresas, a sua actuação e os correspondentes resultados no ano de 2009 não podem deixar de ficar marcados pelas crises financeira e económica que influenciou os mercados internos e internacionais, espectro da recessão e da crise internacional cuja verdadeira dimensão e profundidade ainda se desconhecem.

O Relatório de Execução referente a 2009 que agora se apresenta dá conta do esforço do lado da política pública na procura de resposta aos fortes constrangimentos e dificuldades surgidas. Mas traduz também o potencial e a capacidade de reacção empresarial nesta situação adversa. Em paralelo, o COMPETE não podia deixar de perder de vista os seus objectivos mais estruturais e que continuarão a ser determinantes na fase de retoma económica que será acompanhada do aumento da pressão concorrencial internacional. A dinamização do potencial de crescimento constitui-se, neste contexto da crise económica nacional e internacional, um desafio inadiável ao incentivo à revitalização e à qualificação do investimento empresarial com vista à reorganização do modelo competitivo.

Como se pode observar de modo mais detalhado no presente relatório, os resultados de 2009 representam apesar de todos os constrangimentos uma aceleração significativa da execução do COMPETE. Durante este ano, foram aprovados financiamentos do COMPETE no valor total de 836 M€, conduzindo o programa para uma taxa de compromisso do orçamento 2007-13 de 53%. Também a execução (medida pela despesa validada sobre o orçamento total 2007-13) reportada ao final do ano ascendeu a 10%.

À política pública, no âmbito da agenda da competitividade, continuará a tentar assegurar que existam condições de apoio às empresas que, pese embora o momento desfavorável, mantêm determinação e vontade de investir elevando e melhorando o seu padrão competitivo, na diferenciação, a sua capacidade competitiva, no quadro de uma economia global. Em paralelo, o COMPETE prosseguirá os seus esforços para que a competitividade do país seja impulsionada pelas actividades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e da Administração Pública.

Uma palavra especial de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Secretariado Técnico do COMPETE e pelos Organismos Intermédios durante o ano de 2009.

A Comissão Directiva do COMPETE

Nelson de Souza

Isabel Matalonga

Piedade Valente



SUMÁRIO EXECUTIVO

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA OPERACIONAL

O Relatório de Execução do ano de 2009 foi estruturado em torno de oito capítulos, respondendo ao conteúdo tipificado no art. 67.º do Regulamento (CE) 284/ 2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) 1083/ 2006, de 11 de Junho.

O Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de Outubro de 2007, tendo sido estruturado em torno de 6 Eixos Estratégicos, dispondo de **quatro tipos de instrumentos**: Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; Mecanismos de Engenharia Financeira; Apoios a Acções Colectivas e Apoios a Acções Públicas.

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objectivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

O **modelo de governação** do COMPETE compreende a Comissão Ministerial de Coordenação (Órgão de direcção política), a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e o pelo Secretariado Técnico (Órgão de gestão) e a Comissão de Acompanhamento (Órgão de acompanhamento).

Em 2009, o **panorama económico mundial** foi dominado por aquela que é considerada a pior recessão desde a Grande Depressão de 1929, com reflexos generalizados ao nível do decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, sendo os seus impactos ainda mais acentuados nos países da zona Euro. O aumento dos níveis de incerteza nos mercados e das restrições ao crédito traduziram-se igualmente na quebra da procura interna e externa.

A **economia portuguesa** que vinha a crescer, ao longo da primeira década do século XXI, a um ritmo modesto, acompanhou, em 2009 a trajectória mundial, registando uma quebra do PIB de 2,7%. A deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos, a par das restrições ao crédito, da contracção da actividade económica e do aumento do desemprego, que conduziram à diminuição do rendimento disponível, traduziram-se numa redução do Consumo Privado e, de uma forma mais abrupta dos níveis de Formação Bruta de Capital Fixo.

SISTEMAS DE GESTÃO, CONTROLO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Em 31 de Julho de 2009 a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos **sistemas de gestão e controlo do COMPETE**, nos termos do Regulamento (CE) 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com excepção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois organismos intermédios (Fundação para a Ciência e Tecnologia - FCT e Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – ANCCT/Ciência Viva).

Foram aprovados em 2009 o **Manual de Procedimento do COMPETE** e o **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos**, documentos de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção. Como documentos dinâmicos que se pretendem, estes Manuais foram, ainda no decurso do 1.º semestre de 2009, objecto de revisão/actualização, em função das diferentes dinâmicas que naturalmente resultaram das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se foram introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

Atendendo ao contexto global de crise económica e financeira e à necessidade de impulsionar o relançamento da economia europeia, com o objectivo de estímulo ao investimento nas empresas e à criação de emprego, foram introduzidos **ajustamentos nos Regulamentos do COMPETE** no sentido da atribuição de maiores níveis de incentivo, da facilitação e aumento do volume de adiantamentos de incentivos, do alargamento da tipologia de projectos apoiáveis e da adaptação dos critérios à situação financeira das empresas. Foi ainda iniciado o processo de alteração do **regulamento específico do Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação** (SAFPRI) tendo como objectivos principais a sua adaptação aos regulamentos comunitários entretanto publicados e o aperfeiçoamento do processo de candidatura e decisão.

Em 2009, foram publicados **56 Avisos de Abertura de Concurso** (AAC) com uma dotação orçamental total superior a 758 milhões de euros, tendo igualmente sido endereçados **6 convites** para apresentação de candidaturas.

Relativamente aos concursos lançados em 2009, verificou-se uma acentuada **redução dos tempos médios de comunicação das decisões aos promotores** face à 2.ª fase de 2008 (de cerca de 20%), com especial destaque para os projectos dos Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), do Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC) e do Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT), com reduções médias acima de 30%.

Durante o ano, a Autoridade de Gestão, enquanto coordenador da **Rede Sistemas de Incentivos QREN**, preparou um conjunto de documentação relevante de monitorização dos Sistemas de Incentivos, que estiveram na base de vários momentos de reflexão em reuniões da Comissão de Selecção, tendo ainda tido o papel de coordenação do inquérito de monitorização realizado às empresas apoiadas na 1.ª fase de 2007 e 1.ª fase de 2008.

Na área do **Controlo Interno**, destacou-se a implementação de todos os procedimentos conducentes à realização de verificações no local, nos termos da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, bem como os instrumentos/ferramentas de suporte que lhes estão associados.

Conforme previsto, o COMPETE colaborou na elaboração do Programa de Concurso do Estudo de **Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos** no contexto da Agenda da Competitividade.

Durante o ano foi ainda assegurado o cumprimento dos dispositivos comunitários em termos de **Regras da Concorrência, Contratação Pública, Ambiente e Igualdade de Oportunidades**.

Registou-se o cumprimento dos objectivos delineados no **Plano de Comunicação** para esta fase de consolidação da marca COMPETE, através da associação do Programa aos valores que lhe estão inerentes: selectividade, transparência, dinamismo, inovação, proximidade, celeridade e eficácia; da promoção da disseminação do conhecimento e dos principais resultados gerados pelos projectos apoiados; da transmissão do valor acrescentado da participação dos Fundo Estruturais; do cumprimento das regras de publicitação comunitárias e nacionais.

REALIZAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

No âmbito dos concursos e convites lançados em 2009 foram recepcionadas durante o ano **6.612 candidaturas com um investimento associado de 5,1 mil milhões de euros**, o que representa uma ligeira redução do volume de investimento face ao ano anterior (redução de 15% face ao volume de investimento de 2008).

Do total de candidaturas recepcionadas, excluindo os projectos inseridos em concursos que terminavam o período de recepção de candidaturas ou de análise em 2010, bem como as

candidaturas recepcionadas não enquadráveis em concursos (que normalmente envolvem um processo de negociação e, por isso, sem prazos de análise fixados), constata-se que **98% se encontravam analisadas** no final do ano.

No âmbito dos projectos analisados em concursos COMPETE, **48% foram seleccionados para financiamento, representando 68% do investimento proposto.**

No final de 2009 encontravam-se **aprovados 2.052 projectos com um investimento elegível de 4,7 mil milhões de euros e um incentivo de 1,7 mil milhões de euros**, representando um aumento perto de 300% do número de projectos aprovados e de cerca de 100% do incentivo aprovado face aos valores registados no início do ano.

Assumindo uma distribuição proporcional do investimento realizado nos projectos Multi-Regiões de Convergência, a **Região do Norte** concentra 40% do incentivo atribuído, enquanto as **Regiões Centro e Alentejo** absorveram, respectivamente, 33% e 19% dos do incentivo.

Relativamente à **regra spill-over effects**, a sua utilização permanece limitada e com um carácter de excepcionalidade, representando no final de 2009 apenas 4% do investimento elegível total do Programa.

Os instrumentos de **apoio directo a empresas** concentram 91% do incentivo atribuído.

Encontram-se aprovados **7 Grandes Projectos**, envolvendo um investimento elegível de 1,1 mil milhões de euros e um incentivo de 234,6 milhões de euros.

O Programa apresenta, face à sua dotação comunitária Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), uma **taxa de compromisso de 53%**.

Do total de projectos aprovados, no final de 2009 **encontravam-se contratados cerca de 58%, correspondendo a 83% do incentivo aprovado.**

O montante total de pagamentos realizados durante o ano de 2009 ascende a **255 milhões de euros** de fundo comunitário FEDER, que, somando os valores pagos em 2008, se traduz numa taxa de pagamento, calculada pelo rácio Pagamentos/ Aprovações, na ordem dos 21%. Os pagamentos realizados em 2009 correspondem a um **aumento de perto de 75% face ao que se verificava no início do ano.**

A execução financeira realizada em 2009 ascende **734 milhões de euros de custo total elegível**, ao qual corresponde uma parcela de despesa pública executada de 317 milhões de euros e um fundo comunitário FEDER de 269 milhões de euros. Em termos acumulados, constata-se que a **taxa de execução financeira face à dotação é de 10%**. Este valor de execução permite o **cumprimento da meta N+3 (a aferir no final de 2010).**

O COMPETE realizou durante 2009 um **Pedido de Certificação de Despesa** à Autoridade de Certificação, apresentando uma despesa total na ordem dos 184 milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de 143 milhões de euros.

Em termos de conclusão, tendo em conta as metas fixadas no início do ano, em que apenas um indicador não foi cumprido, **a avaliação da realização do Programa é positiva** não obstante os constrangimentos externos induzidos pela crise económica e pelo baixo ritmo de execução dos projectos.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2010

A manutenção ou mesmo agravamento do clima recessivo e de **forte instabilidade económica e financeira**, irá exigir, por parte da Autoridade de Gestão, um acompanhamento muito apertado da dinâmica económica, para avaliar a eventual necessidade de adaptação das medidas de flexibilidade já introduzidas no Programa, sem, no entanto, desvirtuar os seus objectivos e princípios, nomeadamente de concentração e selectividades dos apoios, factores



essenciais para a alteração do perfil produtivo nacional.

Neste sentido, o ano de 2010 irá ser marcado pela concretização dos primeiros concursos destinados à implementação de **Estratégias de Eficiência Colectiva**.

Prevê-se a certificação total do **Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE**, ultrapassando as reservas relativas aos Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva - ANCCT.

Para 2010, o **Plano Anual** contempla a realização de concursos, calendarizados em duas fases, isto sem prejuízo de poderem ser abertos outros períodos para apresentação de candidaturas, nomeadamente no âmbito do Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) ou das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC).

A **estimativa de pagamentos FEDER** a realizar a beneficiários, durante o ano de 2010, ascenda a cerca de 426 milhões de euros.

Durante o ano de 2010 as actividades a desenvolver no âmbito da **Comunicação e Informação** procuram consolidar os objectivos de médio prazo fixados no Plano de Comunicação, com uma especial atenção para a Internet, com o lançamento de um procedimento concursal para a criação e implementação do portal COMPETE.

ÍNDICE GERAL

	Página
Apresentação	7
Sumário Executivo	7
Índice Geral	7
Índice de Tabelas	10
Índice de Gráficos	13
Introdução	15
1. Apresentação e Enquadramento do COMPETE	17
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA	17
1.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO	26
2. Sistemas de Gestão e Controlo	40
2.1 SISTEMA DE GESTÃO	40
2.1.1. <i>Compliance Assessment</i>	41
2.1.2. <i>Manuais de Procedimentos</i>	42
2.1.3. <i>Regulamentos Publicados em 2009</i>	44
2.1.4. <i>Orientações Técnicas e de Gestão</i>	46
2.1.5. <i>Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas</i>	47
2.1.6. <i>Subvenções Globais</i>	51
2.1.7. <i>Interacção Organizacional</i>	51
2.1.7.1. Comissão Ministerial de Coordenação.....	52
2.1.7.2. Comissão de Acompanhamento	52
2.1.7.3. IFDR.....	52
2.1.7.4. Observatório do QREN	53
2.1.7.5. Organismos Intermédios	54
2.1.7.6. PO Regionais do Continente.....	56
2.1.7.7. PRODÉR	57
2.1.7.8. PO Potencial Humano.....	57
2.1.7.9. Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA	59
2.1.8. <i>Rede Sistemas de Incentivos</i>	60
2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO	62
2.3 CONTROLO	66
3. Acompanhamento e Avaliação	72
3.1 ACOMPANHAMENTO	72
3.2 AVALIAÇÃO	77
4. Realização Física e Financeira	79
4.1 REALIZAÇÃO FÍSICA GLOBAL	79

4.1.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	80
4.1.2.	<i>Caracterização das Empresas Beneficiárias</i>	89
4.1.3.	<i>Indicadores de Realização e Resultado</i>	99
4.2	REALIZAÇÃO TEMÁTICA	102
4.2.1.	<i>Diversificação e Eficiência Energética</i>	102
4.2.2.	<i>Tecnologias de Informação e Comunicação</i>	109
4.2.3.	<i>Empreendedorismo Qualificado</i>	113
4.2.4.	<i>Internacionalização</i>	118
4.2.5.	<i>Outras Temáticas</i>	127
4.3	REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	128
4.3.1.	<i>Eixo Prioritário I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico</i>	128
4.3.1.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	129
4.3.1.2.	<i>Qualificação de Entidades Prestadoras de Serviços no Âmbito das Tipologias de Projecto Vale I&DT e Vale Inovação</i>	144
4.3.1.3.	<i>Indicadores de Realização</i>	150
4.3.2.	<i>Eixo Prioritário II – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização</i>	151
4.3.2.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	152
4.3.2.2.	<i>Indicadores de Realização</i>	162
4.3.3.	<i>Eixo Prioritário III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação</i>	164
4.3.3.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	165
4.3.3.2.	<i>Indicadores de Realização</i>	171
4.3.4.	<i>Eixo Prioritário IV – Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade</i>	172
4.3.4.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	172
4.3.4.2.	<i>Indicadores de Realização</i>	176
4.3.5.	<i>Eixo Prioritário V – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial</i>	178
4.3.5.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	179
4.3.5.2.	<i>Indicadores de Realização</i>	199
4.3.6.	<i>Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica</i>	200
4.3.6.1.	<i>Candidaturas e Aprovações</i>	201
4.3.6.2.	<i>Indicadores de Realização</i>	202
4.4	REALIZAÇÃO FINANCEIRA	203
4.4.1.	<i>Programação Financeira</i>	204
4.4.2.	<i>Financiamento Aprovado</i>	204
4.4.3.	<i>Pagamentos Realizados</i>	207
4.4.4.	<i>Execução Financeira</i>	208
4.4.5.	<i>Informação sobre a repartição da utilização dos fundos</i>	213
4.4.6.	<i>Fluxos Financeiros com a CE</i>	219
4.4.7.	<i>Apoio Restituído ou Reutilizado</i>	221
4.5	GRANDES PROJECTOS	221

5.	Informação sobre a conformidade com o direito comunitário	223
5.1	REGRAS DA CONCORRÊNCIA	223
5.2	REGRAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	226
5.3	POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	228
5.4	LIMITE MÁXIMO DE APOIO A NÃO-PME	237
5.5	LIMITE MÁXIMO DE APOIO A DESPESAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	237
5.6	IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES	238
5.7	ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPTÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 (CASO APLICÁVEL) 242	
5.8	REGRA SPILL-OVER EFFECTS	242
6.	Informação e Divulgação	246
7.	Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver	270
7.1	CONSTRANGIMENTOS INTERNOS	270
7.2	CONSTRANGIMENTOS EXTERNOS	271
8.	Conclusões e Previsões para 2010	275
8.1	CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2009	275
8.2	PREVISÕES PARA 2010	277
	Glossário de siglas	281

ANEXOS:

ANEXO A.	LEGISLAÇÃO PUBLICADA EM 2009
ANEXO B.	FICHA DE PROGRAMA – ANO 2009
ANEXO C.	REALIZAÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA
ANEXO D.	PROJECTOS APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA “SPILL OVER EFFECTS”
ANEXO E.	REALIZAÇÃO FINANCEIRA
ANEXO F.	GRANDES PROJECTOS APROVADOS
ANEXO G.	PLANO ANUAL DE CONCURSOS DO COMPETE PARA 2010
ANEXO H.	LISTA DOS PROJECTOS APROVADOS EM 2007-2009

ÍNDICE DE TABELAS:

PÁGINA

10 |

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE	19
Tabela 1.2: Dotação Orçamental do COMPETE	22
Tabela 1.3: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2006-2011	28
Tabela 1.4: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2006-2011	32
Tabela 1.5: Evolução do VAB por Sectores – Portugal, 2007-2009	36
Tabela 1.6: Indicadores Sectoriais – Portugal, 2007-2009	37
Tabela 2.1: Organismos Intermédios envolvidos na Gestão do Programa	54
Tabela 2.2: Determinação da Autoridade de Gestão Competente	56
Tabela 2.3: Domínios de Clarificação e Articulação	58
Tabela 4.1: Candidaturas Recepcionadas por Eixo Prioritário, 2007-2009	80
Tabela 4.2: Candidaturas Recepcionadas por Fase, 2007-2009	81
Tabela 4.3: Situação das Candidaturas Recepcionadas, 2007-2009	83
Tabela 4.4: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2009	84
Tabela 4.5: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2009	84
Tabela 4.6: Projectos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2009	86
Tabela 4.7: Projectos Aprovados por Região, 2007-2009	87
Tabela 4.8: Projectos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2009	88
Tabela 4.9: Projectos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2009	89
Tabela 4.10: Actividades com maior peso na estrutura COMPETE face ao “Contexto Convergência”	91
Tabela 4.11: Indicadores Comuns de Realização, 2009	100
Tabela 4.12: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Factores de Competitividade, 2007-2009	101
Tabela 4.13: Projectos Aprovados no Domínio da Eficiência Energética e Energias Renováveis, por Tipologia de Apoio, 2007-2009	105
Tabela 4.14: Candidaturas e Projectos Aprovados por Instrumento	130
Tabela 4.15: Concursos em Análise que Transitaram para o COMPETE, 2007-2009	131
Tabela 4.16: Concursos Analisados de projectos do SAESCTN, 2007-2009	132
Tabela 4.17: Concursos por Decidir de Projectos do SAESCTN, 2007-2009	134
Tabela 4.18: Projectos Aprovados por NUTS II	135
Tabela 4.19: Candidaturas e Projectos Aprovados por Instrumento, 2007-2009	137
Tabela 4.20: Projectos Aprovados por NUTS II, 2007-2009	139
Tabela 4.21: Projectos Aprovados por Sector de Actividade, 2007-2009	139
Tabela 4.22: Indicadores de Realização do Eixo I	150
Tabela 4.23: Indicadores Comuns de Realização, Eixo I, 2009	151
Tabela 4.24: Candidaturas e Projectos Aprovados do Eixo II por Instrumento, 2007-2009	154
Tabela 4.25: Projectos Aprovados do Eixo II por NUTS II, 2007-2009	155
Tabela 4.26: Projectos Aprovados do Eixo II por Sector de Actividade, 2007-2009	155
Tabela 4.27: Indicadores de Realização do Eixo II	163
Tabela 4.28: Indicadores Comuns de Realização, Eixo II, 2009	164
Tabela 4.29: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2009	165
Tabela 4.30: Concursos de Pré-Seleção do SAFPRI, 2007-2009	167
Tabela 4.31: Custo das Linhas de Crédito, 2007-2009	167
Tabela 4.32: Resultados associados às Linhas de Crédito PME INVEST I e II, 2007-2009	168
Tabela 4.33: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por NUTS II, 2007-2009	168
Tabela 4.34: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Dimensão de Empresa, 2007-2009	168
Tabela 4.35: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Instituições Financeiras, 2007-2009	169
Tabela 4.36: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Classe de Risco, 2007-2009	169
Tabela 4.37: Indicadores de Realização do Eixo III	171
Tabela 4.38: Indicadores Comuns de Realização, Eixo III, 2009	172
Tabela 4.39: Projectos Aprovados por NUTS II, 2007-2009	175
Tabela 4.40: Projectos Aprovados do Eixo IV por Tipo de Projecto, 2007-2009	176
Tabela 4.41: Indicadores de Realização do Eixo IV	177
Tabela 4.42: Indicadores Comuns de Realização, Eixo IV, 2009	177
Tabela 4.43: Projectos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2009	181
Tabela 4.44: Lista de EEC – Clusters reconhecidas	186
Tabela 4.45: Projectos Âncora previstos, por EEC - Cluster	187
Tabela 4.46: Concursos com Dotações Específicas para EEC-Clusters, 2007-2009	189
Tabela 4.47: Candidaturas de Projectos-Âncora e Complementares de EEC – Clusters, por Instrumento de Apoio, 2007-2009	190

Tabela 4.48: Candidaturas de Projectos-Âncora e Complementares de EEC – Clusters, por Autoridade de Gestão, 2007-2009	190
Tabela 4.49: Candidaturas de Projectos-Âncora e Complementares de EEC – Clusters, por PCT e OC, 2007-2009 ..	191
Tabela 4.50: Eficácia das Entidades Gestoras – Validação das candidaturas, 2007-2009	192
Tabela 4.51: Projectos Aprovados de EEC – Cluster, por PCT e OC, Maio 2010	193
Tabela 4.52: Projectos Aprovados de EEC – Cluster, por Região, 2007-Maio 2010	194
Tabela 4.53: Projectos Aprovados inseridos em EEC, por EEC, 2007-2009	197
Tabela 4.54: Indicadores de Realização do Eixo V	200
Tabela 4.55: Indicadores Comuns de Realização, Eixo V, 2009	200
Tabela 4.56: Candidaturas e Projectos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário	201
Tabela 4.57: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa	202
Tabela 4.58: Indicadores de Realização do Eixo VI	203
Tabela 4.59: Financiamento Aprovado em 2009	204
Tabela 4.60: Pagamentos Realizados em 2009	207
Tabela 4.61: Realização Financeira	210
Tabela 4.62: Repartição da contribuição comunitária por NUTS II	213
Tabela 4.63: Repartição da Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento	215
Tabela 4.64: Repartição da Contribuição Comunitária por Actividade Económica	217
Tabela 4.65: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária)	218
Tabela 4.66: Pedidos de Certificação de Despesas apresentados à Autoridade de Certificação em 2009	220
Tabela 4.67: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados à CE pela Autoridade de Certificação em 2009	220
Tabela 4.68: Pagamentos Efectuados pela CE (Valores Acumulados)	221
Tabela 4.69: Lista de Grandes Projectos	222
Tabela 5.1: Regimes de Auxílio utilizados no âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário	224
Tabela 5.2: Apoios concedidos em termos de auxílios de estado no âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário	225
Tabela 5.3: Lista de Projectos objecto de Notificação à DG Concorrência	226
Tabela 5.4: Lista de Projectos Objecto de Envio Ex-post à DG Concorrência	226
Tabela 5.5: Projectos Aprovados com Componente de Formação Profissional, por Eixo Prioritário, 2007-2007	238
Tabela 5.6: Indicadores sobre Igualdade de Género – UE e Portugal	239
Tabela 5.7: Aplicação Regra Spill-Over Effects	242
Tabela 5.8: Projectos do SI I&DT – Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra Spill-Over Effects, 2007-2009	244
Tabela 5.9: Lista de Projectos Aprovados ao Abrigo da Regra Spill-Over Effects, 2007-2009	245
Tabela 6.1: Estatísticas dos Centros de Atendimento Telefónico	258
Tabela 6.2: Estatísticas de E-mails	260
Tabela 6.3: Indicadores de Informação e Divulgação	269
Tabela 7.1: Medidas de flexibilidade dos Sistemas de Incentivos às empresas do QREN	272
Tabela 8.1: Cumprimento em 2009 dos objectivos fixados em 2008	277



ÍNDICE DE FIGURAS

	PÁGINA
12	
Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico.....	23

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	Página
Gráfico 1.1: Evolução do PIB,2006-2011	Erro! Marcador não definido.
Gráfico 1.2: Evolução das Exportações e das Importações, 2006-2011	27
Gráfico 1.3: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – EU e Portugal, 2000-2010	29
Gráfico 1.4: Evolução dos Saldos Orçamentais – UE, 2007-2009	30
Gráfico 1.5: Principais Destinos das Exportações Portuguesas, 2009	34
Gráfico 1.6: Grau de Intensidade Tecnológica dos Produtos Industriais transformados transaccionados por Portugal no mercado internacional, 2007-2009	35
Gráfico 1.7: Indicadores de Confiança Sectoriais Portugal, 2007-2009	37
Gráfico 1.8: Taxa de Desemprego - Portugal, 2007-2009	38
Gráfico 2.1: Tempos médios de comunicação da decisão ao Promotor, por fase de concurso, 2007-2009.....	49
Gráfico 2.2: Tempos médios de Comunicação da decisão ao Promotor dos projectos COMPETE, por instrumento, 2007-2009	50
Gráfico 2.3: Redução dos tempos médios de comunicação nos concursos da 1.ª fase de 2009 face aos verificados em 2008 e face aos previstos nos AAC.....	51
Gráfico 2.4: Volume de Investimento Recepcionado nos Concursos, por Fase de Recepção de Candidaturas, 2007-2009	55
Gráfico 4.1: Volume de Investimento Recepcionado nos Concursos, por Fase de Recepção de Candidaturas, 2007-2009	82
Gráfico 4.2: Volume de Investimento (mil €) objecto de desistência/anulação, por Eixo Prioritário, 2007-2009.....	83
Gráfico 4.3: Taxas de Aprovação e Não Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2009	85
Gráfico 4.4: Concursos Lançados e Valores de Aprovação Iniciais, por Fase de Concurso, 2007-2009	86
Gráfico 4.5: Projectos Aprovados por Região, 2007-2009	87
Gráfico 4.6: VAB Pré-Projecto das Empresas Apoiadas pelo COMPETE no VAB “Contexto Convergência”, por Sector de Actividade, 2007 (Ano Pré-Projecto).....	90
Gráfico 4.7: Estrutura Sectorial do VAB “Contexto Convergência” e do VAB das Empresas Apoiadas pelo COMPETE, 2007 (Ano Pré-Projecto)	90
Gráfico 4.8: Diferenças entre a Estrutura do VAB das Empresas Apoiadas pelo COMPETE e a Estrutura do VAB “Contexto Convergência”, no Sector da Indústria, 2007 (Ano Pré-Projecto)	91
Gráfico 4.9: Rácio VAB/Volume de Negócios – Sector da Indústria, 2007.....	92
Gráfico 4.10: Estrutura do VAB das Empresas Apoiadas pelo COMPETE e do VAB “Contexto Convergência”, por Intensidade Tecnológica, 2007 (Ano Pré-Projecto)	92
Gráfico 4.11: Empresas Apoiadas face ao “Contexto Convergência”, 2007-2009	93
Gráfico 4.12: Distribuição das Empresas Apoiadas por Dimensão, 2007-2009	94
Gráfico 4.13: Postos de Trabalho Qualificados no Total dos Postos de Trabalho, 2007-2009	94
Gráfico 4.14: Intensidade Exportadora (Exportações/Volume de Negócios) – Sector da Indústria, 2007	95
Gráfico 4.15: Empresas Apoiadas – Universo, 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	96
Gráfico 4.16: Empresas Apoiadas – VAB por Empresa (Mediana), 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	96
Gráfico 4.17: Empresas Apoiadas - Grau de Transformação (Mediana de VAB/VBP), 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	96
Gráfico 4.18: Empresas Apoiadas – Produtividade Aparente do Capital (Mediana de VAB/Activo Líquido), 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	97
Gráfico 4.19: Empresas Apoiadas – Produtividade do Trabalho (Mediana de VAB/PT), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)	97
Gráfico 4.20: Empresas Apoiadas – Rotação do Activo (Mediana de Volume de Negócios/Activo Líquido), 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	97
Gráfico 4.21: Empresas Apoiadas – Autonomia Financeira (Mediana de Capital Próprio/Activo Líquido), 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	98
Gráfico 4.22: Empresas Apoiadas – N.º de Postos de Trabalho por Empresa (Mediana), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)	98
Gráfico 4.23: Empresas Apoiadas – Taxa de Enquadramento (Mediana de PT Qualificados/PT Totais), 2007 e 2008 (anos pré-projecto).....	98
Gráfico 4.24: Empresas Apoiadas – Intensidade Exportadora (Mediana de Volume de Negócios Internacional/ Volume de Negócio Total), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)	99
Gráfico 4.25: Distribuição do Incentivo Atribuído a Projectos de Eficiência Energética e Energias Renováveis, por Tipologia de Intervenção, 2007-2009	106
Gráfico 4.26: Projectos Aprovados nos Sistemas de Incentivos em Sectores TIC, 2007-2009	110
Gráfico 4.27: Projectos aprovados no SI PME com investimentos em Economia Digital, por sector de actividade, 2007-2009	111
Gráfico 4.28: Apoios à Criação de Empresas e Outros Apoios a Empresas Novas e Nascentes, 2007-2009	115

Gráfico 4.29: Investimento Elegível Apoiado para a Criação de Empresas e Outros Apoios a Empresas Novas e Nascentes, por Intensidade Tecnológica e de Conhecimento, 2007-2009	116
Gráfico 4.30: Caracterização das Empresas Beneficiárias em Termos de Exportação, por Tipologia de Intervenção, 2007-2009	119
Gráfico 4.31: Caracterização das Empresas Beneficiárias em Termos de Peso das Exportações no Total do Volume de Negócios, por Tipologia de Intervenção, 2007-2009	120
Gráfico 4.32: Apoios ao SI PME, por tipologia de intervenção, 2007-2009	121
Gráfico 4.33: Apoios a projectos de Internacionalização do SI PME, por Sector de Actividade, 2007-2009	121
Gráfico 4.34: Investimento Elegível Apoiado a Projectos de Internacionalização do SI PME, por Mercado Alvo, 2007-2009	122
Gráfico 4.35: Investimento Elegível Apoiado a Projectos SIAC, por Mercado Alvo, 2007-2009	123
Gráfico 4.36: Projectos Aprovados no Âmbito dos Concursos Específicos para o Sector Automóvel, por Tipologia de Apoio, 2007-2009	128
Gráfico 4.37: Projectos Aprovados no Âmbito do SAESCTN, por Domínio Científico, 2007-2009	132
Gráfico 4.38: Projectos Aprovados no Âmbito do SAESCTN, por Tipo de Beneficiário, 2007-2009	133
Gráfico 4.39: Projectos Aprovados no Âmbito do SAESCTN, por Tipo de Projecto, 2007-2009	134
Gráfico 4.40: Volume de Investimento em sede de Candidatura, por Tipologia de Projecto, 2007-2009	136
Gráfico 4.41: Volume de Investimento de Candidatura Recepcionado pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2009	137
Gráfico 4.42: Peso do Volume de Investimento Aprovado nos Projectos em Co-Promoção, por Tipo de Co-Promotor, 2007-2009	138
Gráfico 4.43: Peso do Volume do Incentivo Aprovado no SI I&DT, por Sector de Actividade, 2007-2009	140
Gráfico 4.44: Empresas Beneficiárias de Apoios com Certificação em Sistemas de Gestão da I&D&I, por Instrumento, 2007-2009	141
Gráfico 4.45: Empresas Beneficiárias de Apoios com Actividades Correntes de I&D, por Instrumento, 2007-2009	142
Gráfico 4.46: Empresas Beneficiárias de Apoios com Patentes e Protótipos, 2007-2009	142
Gráfico 4.47: Evolução da Procura ao SI Inovação – Inovação Produtiva, por Fase de Candidatura, 2007-2009	152
Gráfico 4.48: Evolução da Procura de Pequenos Projectos do Eixo II, por Fase de Candidatura, 2007-2009	153
Gráfico 4.49: Volume de Investimento de Candidatura Recepcionado pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2009	153
Gráfico 4.50: Distribuição do Investimento das Candidaturas do SI Inovação, por Tipologia de Apoio, 2007-2009	154
Gráfico 4.51: Distribuição do Investimento Elegível do Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2009	156
Gráfico 4.52: Distribuição do Investimento Elegível do Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2009	157
Gráfico 4.53: Distribuição do Investimento Elegível da Inovação Produtiva, por Fase de Candidatura, 2007-2009	158
Gráfico 4.54: Distribuição do Investimento Elegível do SI PME, por Tipologia de Projecto, 2007-2009	160
Gráfico 4.55: Distribuição do Investimento Elegível dos Projectos Conjuntos, por Fileira, 2007-2009	160
Gráfico 4.56: Distribuição do Investimento em Sede de Candidatura, por Ano de Recepção, 2007-2009	174
Gráfico 4.57: Distribuição das Aprovações por Fase, 2007-2009	175
Gráfico 4.58: Distribuição das Candidaturas Recepcionadas, por Fase, 2007-2009	180
Gráfico 4.59: Distribuição das Aprovações do Concurso Geral de 2008, por Tipologia de Projecto, 2007-2009	181
Gráfico 4.60: Distribuição das Aprovações por Área de intervenção, 2007-2009	182
Gráfico 4.61: Distribuição do Investimento em Candidaturas Recepcionadas, por Enquadramento em EEC, 2007-2009	196
Gráfico 4.62: Aprovações por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2009	205
Gráfico 4.63: Aprovações por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009	206
Gráfico 4.64: Taxas de compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009	206
Gráfico 4.65: Pagamentos realizados por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009	208
Gráfico 4.66: Execução por Eixo Prioritário, 2007-2009 (Fundo Comunitário)	211
Gráfico 4.67: Taxas de Execução por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009	212
Gráfico 4.68: Taxas de Realização por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009	213
Gráfico 4.69: Aprovações por NUTS II (Fundo Comunitário), 2007-2009	214
Gráfico 4.70: Execução por NUTS II (Fundo Comunitário), 2007-2009	215
Gráfico 4.71: Aprovações por Forma de Financiamento (Fundo Comunitário), 2007-2009	216
Gráfico 4.72: Execução por Forma de Financiamento (Fundo Comunitário), 2007-2009	216
Gráfico 4.73: Aprovações por Tema Prioritário, 2007-2009 N.º Proj Fundo Comunitário	219
Gráfico 5.1: Projectos aprovados no âmbito do SI PME com a componente de Ambiente, por sector de actividade, 2007-2009	233
Gráfico 6.1: Análise das Notícias sobre o COMPETE	247
Gráfico 6.2: Número de Visitas ao Site do COMPETE	250
Gráfico 6.3: Site COMPETE: Menus Mais Visitados	250
Gráfico 6.4: Site COMPETE: Menus com Maior Número de Downloads	251
Gráfico 6.5: N.º de Visitas ao Site Incentivos às Empresas	251
Gráfico 6.6: Centro de Atendimento Telefónico	259
Gráfico 6.7: Número de Intervenções	260
Gráfico 6.8: Evolução mensal da análise das notícias sobre o COMPETE	266
Gráfico 6.9: Número de Notícias sobre o COMPETE	267
Gráfico 6.10: Meios que Veicularam Notícias sobre o COMPETE	267

INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como objectivo apresentar a actividade do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade ao longo do ano de 2009. Em 8 capítulos, será efectuada uma apresentação do Programa, abordando os principais aspectos relacionados com a execução física e financeira, conferindo especial destaque aos Eixos de Intervenção e às áreas temáticas em que intervém, serão abordadas as questões de acompanhamento e controlo, relatados os principais constrangimentos e problemas vivenciados em 2009 e apontadas perspectivas para 2010.

Para a sua elaboração foram tidas em consideração as orientações que constam do art. 67.º do Regulamento (CE) 284/2009, de 7 de Abril de 2009, que alterou o Regulamento (CE) 1083/2006, de 11 de Junho, bem como a Norma n.º 01/2010 do IFDR.

O Capítulo 1 inicia com uma breve apresentação do Programa, dos seus objectivos, eixos, instrumentos de actuação e modelo de governação, incluindo também as principais alterações do contexto socioeconómico, que em 2009 ficou marcado pela grave crise internacional e o seu impacto no contexto da economia nacional.

O Capítulo 2 respeita aos Sistemas de

Gestão e Controlo e descreve as principais actividades desenvolvidas pela autoridade de Gestão em 2009, designadamente em articulação com os Organismos Intermédios e outros Intervenientes na gestão do PO. Aborda os instrumentos de operacionalização do COMPETE – avisos de abertura de concursos, regulamentos publicados, manuais de procedimentos – e as orientações técnicas e de gestão publicitadas ao longo do ano, bem como as principais evoluções ao nível dos Sistemas de Informação e de Controlo.

Segue-se o Capítulo 3 com as questões relacionadas com o acompanhamento e com a avaliação do Programa.

A execução física é abordada no Capítulo 4, primeiro numa perspectiva global, que inclui uma abordagem por áreas temáticas consideradas prioritárias, como a Internacionalização, o Empreendedorismo, as TIC e a Eficiência Energética, passando depois a uma análise por Eixo Prioritário. Candidaturas, Aprovações, Indicadores de Realização, Pagamentos realizados e Execução Financeiros são alvo de análise detalhada. São igualmente identificados os Grandes Projectos apoiados.

No capítulo 5 apresentam-se as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão

com vista a garantir a compatibilidade e o cumprimento das políticas comunitárias, designadamente em matéria de auxílios de estado, mercados públicos e políticas ambientais,

16 |

As acções de divulgação, informação e publicidade realizadas ao longo do ano são elencadas no capítulo 6, seguindo-se o capítulo 7 que incide sobre as principais dificuldades que o Programa enfrentou ao longo do ano e as principais acções tomadas para as colmatar (incluindo as medidas para minimizar os impactes da crise económica).

No capítulo final, perspectiva-se a evolução do Programa e estabelecem-se as metas de gestão para 2010.

O presente Relatório é, ainda, complementado por 8 Anexos, que aportam um conjunto de informação adicional, nomeadamente a legislação associada ao Programa, a ficha resumo do Programa, os quadros financeiros de aprovações, pagamentos e execução, a lista dos projectos aprovados, resumo dos grandes projectos e lista de projectos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”.

1. APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO COMPETE

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA

| 17

Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE)	Objectivo Convergência
	Norte, Centro e Alentejo
	2007-2013
	CCI n.º 2007PT161PO001
	Programa Operacional Factores de Competitividade (COMPETE)
Relatório Anual de Execução	2009
	Data de aprovação do relatório anual pela Comissão de Acompanhamento

Inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Programa Operacional Temático Factores de Competitividade (COMPETE), aprovado a 5 de Outubro de 2007¹, visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

Assume como **principais objectivos**:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transaccionável ou internacionalizável;
- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a acção do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;

¹ Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de Outubro

- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

Para concretizar estes objectivos, o COMPETE dispõe de quatro tipos de instrumentos - Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; Mecanismos de Engenharia Financeira; Acções Colectivas e Acções Públicas dinamizadoras da modernização da Administração Pública e do desenvolvimento da capacitação do sistema científico e tecnológico nacional – dispostos em torno de 6 Eixos Prioritários (Tabela 1.1).

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objectivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico [500 milhões de euros Fundo = 16,1% COMPETE]		
Objectivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projecto
<p>a) Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade;</p> <p>b) Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.</p>	<p>a) Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)</p> <p>b) Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)</p>	<p>a1. Projectos de I&DT coordenados por entidades do SCTN (incluindo empresas ou não);</p> <p>a2. Projectos de I&DT orientados para a implementação de políticas públicas;</p> <p>a3. Projectos de promoção da cultura científica e tecnológica;</p> <p>a4. Projectos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia;</p> <p>a5. Projectos de criação e operação de consórcios de I&D;</p> <p>a6. Projectos de I&DT em cooperação internacional.</p> <p>b1. Projectos de I&DT individuais;</p> <p>b2. Projectos de I&DT em co-promoção;</p> <p>b3. Projectos mobilizadores;</p> <p>b4. Vale I&DT;</p> <p>b5. I&DT colectiva;</p> <p>b6. Núcleos de I&DT;</p> <p>b7. Centros de I&DT;</p> <p>b8. Projectos demonstradores.</p>
Eixo II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização [1.220 milhões de euros Fundo = 39,3% COMPETE]		
Objectivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projecto
<p>Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transaccionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;</p> <p>Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;</p> <p>Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;</p> <p>Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;</p> <p>Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de factores dinâmicos de competitividade.</p>	<p>a) Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualific. de PME)</p> <p>b) Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)</p>	<p>a1. Projectos individuais;</p> <p>a2. Projectos conjuntos;</p> <p>a3. Projectos de cooperação;</p> <p>a4. Projectos simplificados de inovação (Vale Inovação).</p> <p>b1. Projectos de produção de novos bens e serviços ou de melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento;</p> <p>b2. Projectos de adopção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de <i>marketing</i>;</p> <p>b3. Projectos de expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;</p> <p>b4. Criação de empresas e actividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam actividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou do empreendedorismo jovem.</p>

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação [360 milhões de euros Fundo = 11,6% COMPETE]		
Objectivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projecto
<p>Estimular a intervenção do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas;</p> <p>Consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;</p> <p>Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME;</p> <p>Apoiar o financiamento da inovação numa perspectiva integrada (capital e dívida);</p> <p>Incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco;</p> <p>Incrementar o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica activa, bem como apoios às iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos factores da igualdade entre homens e mulheres.</p>	<p>a) Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)</p> <p>FINOVA</p>	<p>a1. Instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos de Sindicação de Capital de Risco;</p> <p>a2. Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – Fundo de Contra-garantia Mútua, Sociedades de Garantia Mútua, Fundo de Garantia para Titularização de Créditos, Fundos de Investimento Imobiliário, etc.</p>
Eixo IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade [685 milhões de euros Fundo = 22,1% COMPETE]		
Objectivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projecto
<p>Aumentar a eficácia e a eficiência da actividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interacção do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;</p> <p>Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua actividade;</p> <p>Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;</p> <p>Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam directamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.</p>	<p>a) Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)</p>	<p>a1. Operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas;</p> <p>a2. Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;</p> <p>a3. Operações no domínio da administração em rede;</p> <p>a4. Operações globais.</p>

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo V. Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial [260 milhões de euros Fundo = 8,4% COMPETE]		
Objectivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projecto
<p>Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos pólos de crescimento;²</p> <p>Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infra-estruturas e orientando as suas actividades para as necessidades das PME;</p> <p>Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;</p> <p>Promover o desenvolvimento de acções inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação.</p>	<p>a) Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC)</p>	<p>a1. Actividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e actividades com relevância para a economia nacional;</p> <p>a2. Informação, observação e vigilância prospectiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;</p> <p>a3. Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</p> <p>a4. Sensibilização para os factores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</p> <p>a5. Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;</p> <p>a6. Actividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva.</p> <p>b1. Pólos de competitividade e tecnologia;</p> <p>b2. Outros clusters.</p>
Eixo VI. Assistência Técnica [78.789 mil euros Fundo = 2,5% COMPETE]		
Objectivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projecto
<p>Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa</p>	<p>a) Regulamento de Execução da Assistência Técnica</p>	<p>a1. Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respectivo apoio logístico;</p> <p>a2. Informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos;</p> <p>a3. Análise de projectos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projectos aprovados;</p> <p>a4. Auditoria e controlo interno;</p> <p>a5. Desenvolvimento, actualização e manutenção de sistemas de informação;</p> <p>a6. Estudos de avaliação globais e específicos;</p> <p>a7. Estudos de análise da implementação do Programa;</p> <p>a8. Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.</p>

² A concretização da política associada às Estratégias de Eficiência Colectiva é efectuada através dos instrumentos disponíveis no âmbito do QREN, PROMAR e PRODER. No âmbito do COMPETE, são utilizados os instrumentos previstos nos restantes Eixos Prioritários.

O Programa tem associado um financiamento total (público e privado) superior a 5,5 mil milhões de euros, sendo cerca de 3,1 mil milhões provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

Tabela 1.2: Dotação Orçamental do COMPETE

Unid: Mil Euros

Eixos de Intervenção	Financiamento Total	Financiamento Comunitário (FEDER)	Financiamento Nacional	
			Público	Privado
Eixo I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	773.800	500.000	150.000	123.800
Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	2.760.000	1.220.000	0	1.540.000
Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	514.286	360.000	154.286	0
Eixo IV - Administração Pública Eficiente e de Qualidade	978.571	685.000	293.571	0
Eixo V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	371.429	260.000	53.929	57.500
Eixo VI - Assistência Técnica	112.556	78.789	33.767	0
TOTAL COMPETE	5.510.641	3.103.789	685.552	1.721.300

22 |

O **modelo de governação** do COMPETE foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define os modelos de governação do QREN e dos respectivos Programas Operacionais, sendo particularmente relevantes para este efeito (Governação dos PO temáticos), os artigos 31.º, 32.º, 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 50.º, 51.º e 56.º.

Compreende três órgãos:

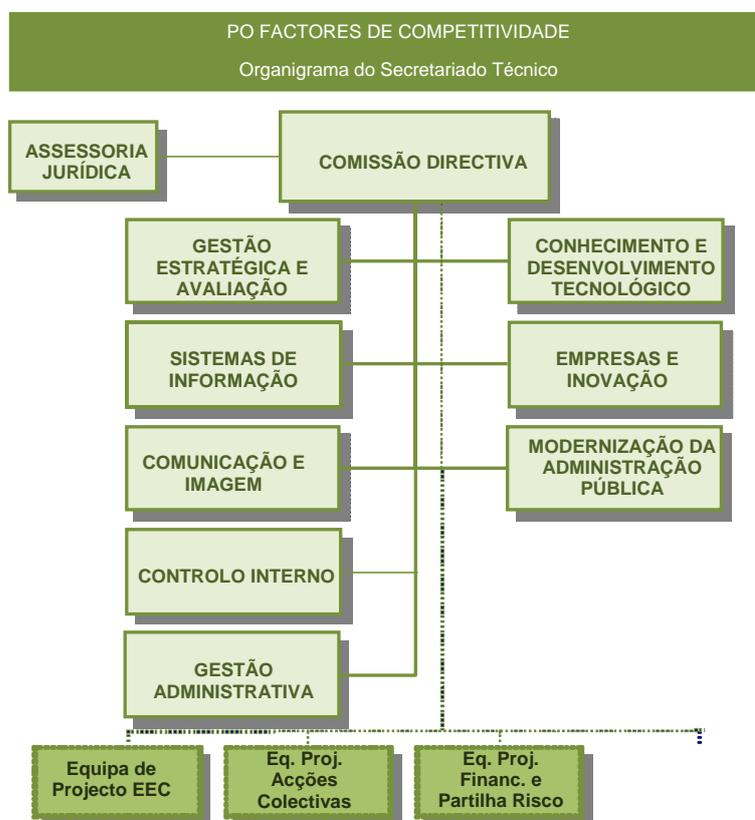
- Órgão de direcção política: a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, que coordena, o Ministro da Presidência, o Ministro da Justiça e o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.
- Órgão de gestão: a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e o pelo Secretariado Técnico.
- Órgão de acompanhamento: a Comissão de Acompanhamento.

O **Órgão de Direcção Política**, a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE, tem como função a coordenação global da execução do Programa, onde se inclui, designadamente, a promoção da participação económica, global e institucional no

acompanhamento, a aprovação dos regulamentos, o estabelecimento de orientações específicas, a confirmação da decisão de financiamento para algumas tipologias de investimento, a aprovação de contratos entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios, a apreciação dos relatórios de execução e de avaliação e a apreciação de propostas de revisão e reprogramação.

O **Órgão de Gestão** do Programa integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. A Comissão Directiva foi nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro e é constituída pelo Gestor do Programa, Nelson de Souza, que preside e por dois vogais executivos. Assume como principais funções a definição das tipologias de investimentos e acções, a apreciação do mérito e tomada de decisão de financiamento sobre projectos, garantir o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, promover uma boa gestão financeira, assegurar a criação de um Sistema de Informação que permita o adequado acompanhamento, avaliação e controlo do Programa, elaborar e submeter às entidades responsáveis os relatórios de execução, entre outras.

Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico



Modelo de Governação definido estabelece, ainda, que a Comissão Directiva do COMPETE tem como funções assegurar a articulação com as Comissões Directivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, visando a eficácia e uma gestão coordenada, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos, à promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e ao funcionamento da Comissão de Selecção dos Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão do COMPETE é ainda a entidade competente pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters.

O Secretariado Técnico tem por missão apoiar tecnicamente o Gestor e a Comissão Directiva no exercício das suas competências. A sua configuração foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro. O Despacho n.º 25291/2008, de 10 de Outubro, procede à nomeação dos secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo à estrutura orgânica do Secretariado Técnico do COMPETE.

De referir que, a partir de 1 de Outubro de 2008, e por despacho do Ministro Coordenador da CMC n.º 25290/2008, de 10 de Outubro, a Autoridade de Gestão do COMPETE assumiu as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do PRIME, absorvendo o pessoal da estrutura de apoio técnico daquele Programa.

O Secretariado Técnico é composto pelas seguintes áreas:

- Três áreas de natureza operacional de gestão – “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Empresas e Inovação” e “Modernização da Administração Pública”;
- Cinco áreas de natureza horizontal e de suporte – “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação”, “Comunicação e Imagem”, “Controlo Interno” e “Gestão Administrativa”;
- Como estrutura de apoio transversal de apoio, um Núcleo de Assessoria Jurídica.

Está ainda prevista, de acordo com a RCM n.º 25/2008, de 13 de Fevereiro, a possibilidade da Comissão Directiva poder constituir, sempre que a natureza do trabalho o justifique, até quatro Equipas de Projecto de natureza temporária.

Nesse contexto, a Comissão Directiva considerou, ser adequada a constituição de três equipas de projecto, uma no âmbito das Acções Colectivas (SIAC), outra no âmbito do Eixo III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação e uma terceira de natureza horizontal relativa às Estratégias de Eficiência Colectiva.

A Comissão de Acompanhamento é o **Órgão de Acompanhamento** do Programa, que assegura a eficácia e a qualidade da respectiva execução e que tem como competências, entre outras, analisar e aprovar os critérios de selecção a que os projectos vão ser sujeitos, analisar o cumprimento dos objectivos e metas fixadas para os vários eixos de intervenção, analisar e aprovar os relatórios de execução e os resultados das avaliações estratégicas realizadas e, caso necessário, propor novas avaliações, receber informação e analisar as conclusões do relatório anual de controlo e apresentar propostas que contribuam para a melhoria dos resultados do PO.

| 25

A Comissão de Acompanhamento reúne-se, a título ordinário, pelo menos uma vez por ano e é composta pelo Gestor, que a preside e pelos seguintes membros:

- Representantes do Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, do Ministro da Presidência, do Ministro da Justiça e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Vogais da Comissão Directiva do Programa;
- Representantes de cada um dos Organismos Intermédios:
- Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
- Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não governamentais da área do ambiente;
- Um representante da área da igualdade de género.

As comissões de acompanhamento integram, também, a título consultivo, representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e do FSE, podendo também, mediante proposta do Presidente, incluir outros representantes de entidades públicas, personalidades ou especialistas com competências específicas em áreas abrangidas pelo Programa.

Podem, ainda, participar na reunião, na qualidade de observadores, representantes do Observatório do QREN, do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, da Autoridade de Auditoria, do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como das autoridades

de gestão dos outros PO temáticos e regionais.

Na sequência de protocolos celebrados em 2008, parte das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento das operações, foram delegadas nos **Organismos Intermédios**:

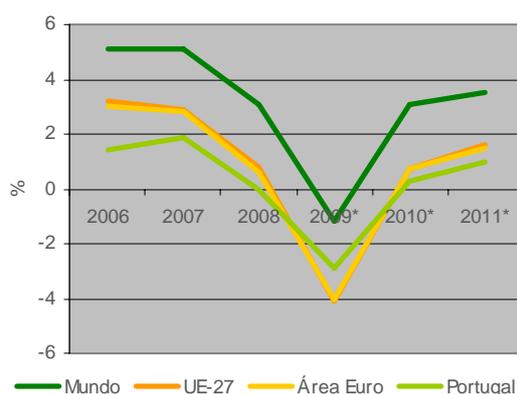
- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Turismo de Portugal, I.P.;
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP);
- Agência de Inovação, S.A. (AdI);
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT);
- Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT);
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA).

1.2 CONTEXTO SOCIOECONÓMICO

ECONOMIA MUNDIAL – ÁREA DO EURO

Em 2009, o panorama económico foi dominado por aquela que é considerada a pior recessão desde a Grande Depressão de 1929. Com origem nos mercados financeiros dos Estados Unidos, em Setembro de 2008³, a crise propagou-se rapidamente a todo o mundo e à economia real, conduzindo os indicadores de produção e do comércio externo a mínimos históricos. O **PIB mundial** que, em 2006 e 2007, registava crescimentos na ordem dos 5%, desacelerou para os 3,1% em 2008, atingindo, em 2009, uma taxa de crescimento negativa de -1% (Gráfico 1.1).

Gráfico 1.1: Evolução do PIB, 2006-2011



Notas: 2009, 2010 e 2011 – Previsões.

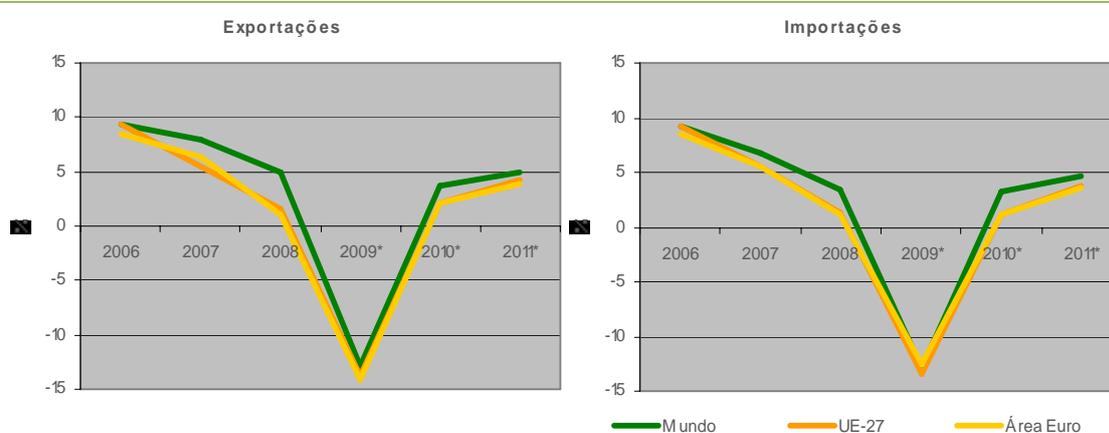
Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2009*, Outubro 2009

³ Despoletada pela falência do banco de investimento *Lehman Brothers* a 15 de Setembro.

Nos países da Área do Euro, a queda foi ainda mais acentuada, com o PIB a decrescer 4%, particularmente na Irlanda, Finlândia, Espanha e Itália.

O aumento dos níveis de incerteza nos mercados e das restrições ao crédito traduziram-se na quebra da procura (interna e externa). Os indicadores do **comércio internacional** (Gráfico 1.2) ilustram bem a situação: as exportações e as importações mundiais que vinham a crescer em torno dos 10% em 2006, sofreram uma redução significativa, devendo em 2009, situar-se nos -12,9%.

Gráfico 1.2: Evolução das Exportações e das Importações, 2006-2011



Notas: 2009, 2010 e 2011 – Previsões.

Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2009*, Outubro 2009.

A contracção da actividade económica foi especialmente grave no primeiro semestre de 2009, sendo que é apenas na segunda metade do ano que começam a ser visíveis, pela evolução dos vários indicadores, os sinais, ainda que ligeiros, de inversão da tendência, com a recuperação dos índices de confiança, da procura e das exportações mundiais.

As projecções para 2010 apontam para que seja um ano de crescimento, embora tímido, do PIB. Os dados já disponíveis para os primeiros meses do ano para os EUA indiciam o aumento dos níveis de confiança e o crescimento do índice de produção industrial e das vendas a retalho, do consumo privado e das exportações. Na China, observa-se, igualmente, o aumento do crescimento e das vendas a retalho e das exportações.⁴

Na Área do Euro, para além dos efeitos imediatos sobre os balanços dos bancos da falência de instituições tidas como sólidas e com grande peso no mercado, o aumento dos níveis de

⁴ GEE, GPEARI, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, n.º 3, Março 2010.

desconfiança e de aversão ao risco conduziu à imposição de fortes **restrições ao crédito**, com a normal retracção dos montantes disponíveis para consumo e investimento (a taxa de crescimento do crédito à economia desacelerou dos 11,1% em 2007, para 1,5% em Junho de 2009, na Área do Euro⁵), apesar das taxas de juro se posicionarem em níveis muito baixos (a taxa de juro de curto prazo atingiu os 1,3% em 2009, face a 4,6% em 2008). Em 2009, prevê-se que o decréscimo da **FBCF** na Área do Euro seja superior a 10%, devendo esta permanecer negativa ainda em 2010.

Tabela 1.3: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2006-2011

(crescimento real em %)

Indicadores	2006	2007	2008	Previsões		
				2009	2010	2011
PIB	3,0	2,8	0,6	-4,0	0,7	1,5
Consumo Privado	2,0	1,7	0,4	-1,0	0,2	1,0
Consumo Público	2,1	2,3	2,0	2,0	1,1	1,0
FBCF	5,5	4,8	-0,4	-10,7	-1,9	2,1
Exportação de bens e serviços	8,5	6,3	1,0	-14,2	2,1	3,9
Importações de Bens e Serviços	8,5	5,5	1,1	-12,5	1,1	3,6
Procura Final	4,5	3,6	0,8	-6,5	0,8	2,0
Emprego	1,4	1,7	0,6	-2,3	-1,3	0,0
Taxa de Desemprego	8,3	7,5	7,5	9,5	10,7	10,9
Produtividade (PIB/Emprego)	1,7	1,1	0,1	-1,8	2,1	1,5
Custo Unitário Real do Trabalho	-1,0	-0,8	1,1	2,1	-1,5	-1,0
Deflactor do PIB	2,0	2,3	2,2	1,3	1,1	1,4
Deflactor do Consumo Privado	2,2	2,2	2,9	0,1	1,1	1,4
Taxa de Juro de curto prazo	3,1	4,3	4,6	1,3		
Dívida Bruta SPA (%PIB)	68,3	66,0	69,3	78,2	84	88,2
Saldo Global SPA (%PIB)	-1,3	-0,6	-2,0	-6,4	-6,9	-6,5

Legenda: PIB – Produto Interno Bruto; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; SPA – Sector Público Administrativo.

Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2009*, Outubro 2009

Ainda que em menor escala, também o **consumo privado** deverá decrescer, ressentindo-se da diminuição do rendimento disponível, recuperando em 2010 para valores próximos de 0.

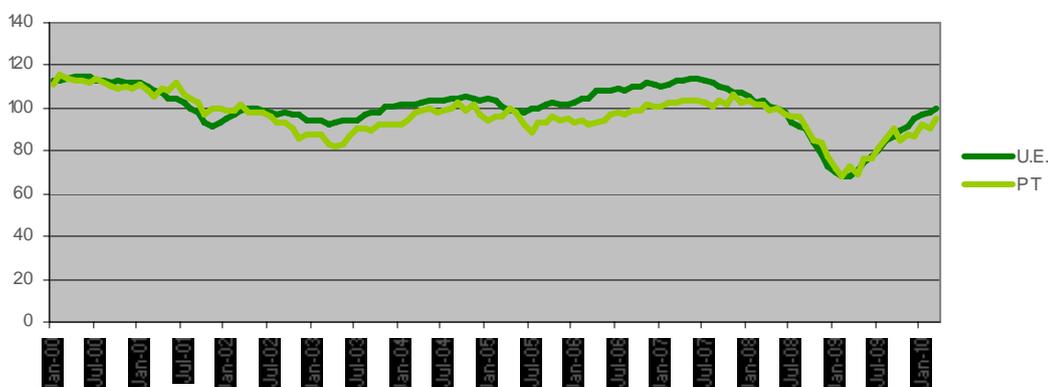
Com a desaceleração da procura, os fluxos de comércio internacional diminuíram consideravelmente – as **exportações** deverão registar, em 2009, uma quebra de 14,2% face ao ano anterior, acompanhadas pelas **importações** que deverão descer 12,5%.

⁵ CE, *Annual Report on the Euro Area 2009*, pág. 23;

As repercussões da recessão económica fizeram sentir-se de diferentes formas nos vários Estados-Membros da Área do Euro, muito devido às condições macroeconómicas de partida. De uma forma geral, os países que apresentavam superávites nas suas Balanças Comerciais registaram quebras maiores que os países deficitários, como Portugal, assistindo-se, a este nível, a um aumento da convergência.

Uma análise do **Indicador de Sentimento Económico** (Gráfico 1.3) ilustra a quebra abrupta verificada em 2009, na União Europeia, dos níveis de confiança dos agentes económicos.

Gráfico 1.3: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – EU e Portugal, 2000-2010



Fonte: CE, Economic and Financial Affairs, Economic Databases and Indicators.

Não obstante a severidade da crise e a incerteza do seu desfecho, pode dizer-se que a recuperação, embora ainda frágil, está a ter lugar e a um ritmo mais acelerado que o inicialmente previsto. Os primeiros indicadores de 2010 apontam para a retoma dos níveis de confiança dos agentes económicos, para o crescimento dos índices de produção industrial, que pela primeira vez, desde o início da crise, registam em Janeiro 2010 um valor homólogo positivo (0,8%) e para o aumento das exportações e da carteira de encomendas externa⁶.

O **emprego** deverá manter a tendência decrescente ainda em 2010, prevendo-se para 2011, um crescimento nulo. Aponta-se também, para os próximos anos, após uma subida em 2008 e 2009, para uma diminuição custos unitários do trabalho, indiciando um aumento da produtividade.

A esta evolução não estão alheias as **medidas de política económica e monetária**, de carácter expansionista, levadas a cabo pelos vários países, quer no sentido de injectar liquidez

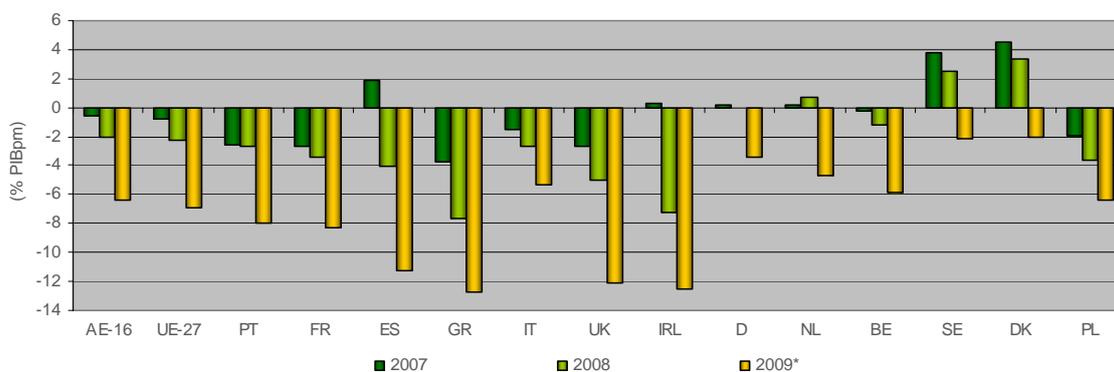
⁶ GEE, GPEARI, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, n.º 3, Março 2010.

nos mercados financeiros minimizando os efeitos das restrições ao crédito, quer de restaurar a confiança dos agentes económicos, quer ainda estimulando a procura, numa aposta clara no investimento público.

Como consequência destas medidas, bem como da quebra de receitas fiscais, assistiu-se, em 2009, a uma deterioração generalizada das **contas públicas** na grande parte dos Estados-Membros (Gráfico 1.4). Países como Portugal, com défices estruturais, ficaram mais expostos.

30 |

Gráfico 1.4: Evolução dos Saldos Orçamentais – UE, 2007-2009



Fonte: CE, *European Economic Forecast - Autumn 2009*, Outubro 2009.

Notas: * Previsão.

A existência do **Euro** minimizou a turbulência que seria provocada pela oscilação das taxas de câmbio, tornando-se num elemento de estabilização nos mercados internacionais.

O grau de resposta a uma crise desta dimensão, de carácter mundial, tem exigido a procura de uma acção coordenada e concertada por parte dos Estados-Membros da União Europeia, não obstante as medidas adoptadas por cada Estado em função das especificidades de cada país, designadamente o ritmo de recuperação, a situação fiscal e a dívida, factores como o envelhecimento da população, défices externos e riscos no sector financeiro. Os acontecimentos mais recentes, com a Grécia, vêm demonstrar o grau de interligação das economias europeias e como os problemas de um país podem ser facilmente extrapolados para os restantes e afectar directamente o difícil processo de recuperação, aumentando, assim, a incerteza no combate à crise e comprovando a importância de uma estratégia global.

De realçar, no final de Novembro de 2009, o lançamento do **Plano Europeu para a Recuperação Económica**, que reúne um conjunto de medidas de política fiscal e estrutural implementadas e a implementar pelos Estados-Membros, que visam restaurar a confiança e aumentar a procura e o poder de compra, estimular o investimento e apoiar as empresas e melhorar o funcionamento dos mercados de trabalho. No total são cerca de 200 mil milhões de

euros (1,5% do PIB da União Europeia), financiados pelos orçamentos nacionais, pelo orçamento comunitário e pelo BEI, que serão postos ao dispor das economias.

Mais recentemente, em Março de 2010, a Comissão Europeia propôs a adopção da Estratégia **Europa 2020**. Trata-se de uma abordagem que parte dos efeitos da crise económica para definir as metas a atingir pela União Europeia em 2020, metas essas que giram em torno de três prioridades: um crescimento inteligente, baseado no conhecimento e na inovação, um crescimento sustentável, que respeite os recursos ecológico e competitivo, e um crescimento inclusivo, que fomente o emprego e a inclusão social e territorial. Os princípios gerais foram já aprovados no Conselho Europeu da Primavera.⁷

ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa que vinha a crescer, ao longo da primeira década do século XXI, a um ritmo modesto, acompanhou, em 2009, a trajectória mundial, registando uma quebra do PIB de 2,7%. Esta evolução, com particular impacte no primeiro trimestre do ano, foi, ainda assim, menos pronunciada que a verificada, em média, na União Europeia (Gráfico1.1). Segundo as projecções do Banco de Portugal e no contexto de uma recuperação com algumas incertezas, o PIB deverá voltar a crescer, embora de forma tímida, novamente em 2010.

⁷ CE, Comunicação da Comissão – Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, Bruxelas, 3-03-2010.

Tabela 1.4: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2006-2011

Indicadores	Peso em 2009 (%)	2007	2008	2009	2009				Previsões*	
					1 T 09	2 T 09	3 T 09	4 T 09	2010	2011
PIB pm (milhões euros)	100,0	163.052	166.435	163.595	40.351	40.762	40.998	41.485		
PIB - Taxa de Crescimento		1,9	0,0	-2,7	-3,8	-3,4	-2,5	-1,0	0,4	0,8
Consumo Privado	65,9	1,6	1,7	-0,8	-1,4	-0,9	-1,0	0,2	1,1	0,3
Consumo Público	22,5	0,0	1,1	3,5	3,7	2,7	4,0	3,5	-0,7	-0,2
FBCF	19,1	3,1	-0,7	-11,1	-14,1	-14,4	-6,8	-8,9	-6,3	0,3
Procura Interna	107,5	1,7	1,3	-2,5	-3,6	-4,2	-2,2	-1,2	-0,5	0,2
Exportações de Bens e Serviços	28,3	7,8	-0,5	-11,6	-18,8	-15,3	-9,8	-1,4	3,6	3,7
Importações de Bens e Serviços	35,8	6,1	2,7	-9,2	-14,3	-13,7	-7,0	-1,5	0,2	1,4
IHPC (variação homóloga)		2,4	2,7	-0,9	-0,1	-1,1	-1,5	-0,8	0,8	1,5
Taxa de Desemprego		7,9	7,6	9,5	8,9	9,1	9,8	10,1		
Custo Real Unitário do Trabalho		96,5	97,9	102,8						
Saldo SPA (% PIB)		-2,6	-2,8	-9,4						
Dívida Pública (% PIB)		63,6	66,3	76,8						
Investimento Directo Estrangeiro (saldo - % do PIB)		-1,1	0,8	0,7	0,5	1,5	0,4	0,3		
Saldo da Balança Corrente (% PIB)		-9,4	-12,0	-10,3	-11,8	-10,8	-7,8	-10,7		
Saldo da Balança de Capital (% PIB)		1,3	1,6	0,9	1,0	1,1	0,6	0,7		
Saldo da Balança de Pagamentos (% PIB)		-8,1	-10,4	-9,4	-10,8	-9,7	-7,2	-10,0	-8,8	-9,7

Legenda: PIBpm – Produto Interno Bruto a preços de mercado; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumo; SPA – Sector Público Administrativo; T – Trimestre.

Fonte: INE; GEE, *Indicadores de Actividade Económica*, Abril 2010; Previsões: Banco de Portugal, *Boletim Económico da Primavera 2010*, Vol. 16, N.º1.

Em 2009, a deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos, a par das restrições ao crédito, da contracção da actividade económica e do aumento do desemprego, que conduziram à diminuição do rendimento disponível, traduziram-se numa redução do **consumo privado** (-0.8%) e, de uma forma mais abrupta dos níveis de **FBCF** (-11.1%), que só deverão voltar a crescer em 2011.

Para compensar esta queda no sector privado e na sequência das medidas de combate à crise, o **consumo público** aumentou 3,5% em 2009 face ao ano anterior, com as inevitáveis consequências sobre o saldo orçamental, que após a recuperação assinalável verificada até 2007 (-2,6%), atingiu, no final do ano, os -9,4% do PIB.

A contribuir para este resultado está também a redução da base fiscal e das receitas de impostos provocadas pela contracção da actividade económica.

No que respeita ao **comércio externo** e, em particular, numa economia aberta como a

portuguesa, que nos últimos anos seguiu uma estratégia de aposta no exterior e na promoção das suas exportações, a crise fez-se sentir com alguma severidade: as exportações de bens e serviços diminuíram 11,6% em 2009, sendo de assinalar um decréscimo homólogo no primeiro trimestre do ano próximo dos 20%. Ainda assim, em comparação com os demais parceiros comunitários, as quebras nas transacções internacionais não foram tão acentuadas, em parte devido à estrutura das exportações portuguesas (de uma forma geral, as quebras nos serviços foram menores que nos bens e, nestes, tiveram maior impacte nos bens de capital). Neste sentido, o saldo da balança corrente registou, em 2009, uma quebra inferior à de 2008 (passou de -12,0% para -10,3% do PIB).

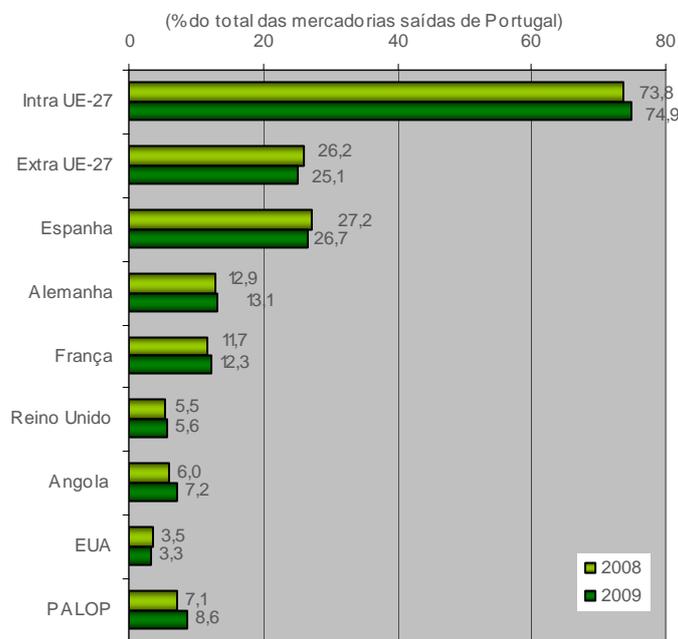
| 33

Relativamente às saídas de mercadorias (intra e extra União Europeia), todos os grupos de produtos registaram decréscimos, em especial no que se refere às Maquinas, aos Produtos Energéticos, aos Minérios e Metais e ao Material de Transporte, com variações homólogas negativas superiores a 20%.

Quanto aos destinos das exportações, registou-se, em valor absoluto, uma quebra da saída de mercadorias para todos os principais mercados, à excepção da China, sendo esta de maior relevância no que concerne às trocas extra-UE (-21,4%). Com os parceiros comunitários, as trocas diminuíram -16,9%, devendo realçar-se a redução das exportações para Espanha (-19,6%).

Em termos de estrutura das exportações (Gráfico 1.5), verifica-se que, em 2009, houve um reforço do comércio para os mercados Intra-UE, muito embora tenha diminuído o peso das mercadorias com destino a Espanha, que continua a ser o nosso principal destino exportador (26,7% do total das mercadorias saídas de Portugal).

Gráfico 1.5: Principais Destinos das Exportações Portuguesas, 2009



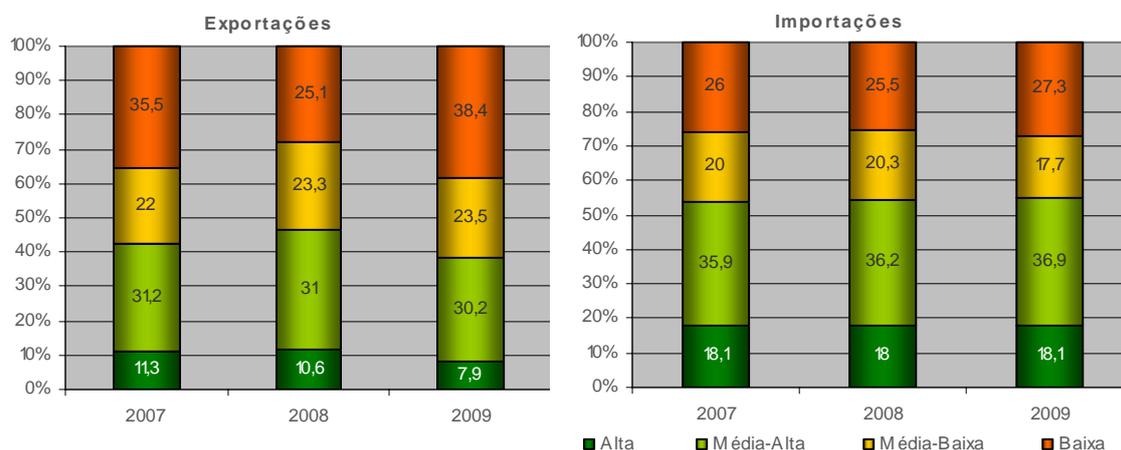
Fonte: GEE, GPEARI, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, n.º 3, Março 2010.

As importações registaram uma retracção de 9,2% face ao ano de 2008, provocada em boa parte pela quebra, resultante da diminuição do preço, do valor dos Produtos Energéticos (-37%) e dos Minérios e Metais (-31,3%). Relativamente às origens dos produtos, as principais reduções deram-se em mercados extra-comunitários (-32%), tendo aumentado o peso das importações de outros Estados-Membros (78% do total das importações em 2009, face a 73,5% em 2008). Também, neste âmbito, é de assinalar o impacte das reduções das importações de Espanha (-13,6%).

No que respeita ao **grau de intensidade tecnológica** dos produtos transaccionados (Gráfico 1.6), esta crise veio retrain as exportações de bens de maior valor acrescentado (que diminuem de 10,6% das exportações em 2008, para 7,9% em 2009). As exportações de baixa e média-baixa intensidades tecnológicas continuam a representar a maior parte dos bens vendidos por Portugal ao exterior (cerca de 62% do total).

As importações de bens de alta intensidade tecnológica crescem ligeiramente em 2009, registando-se um aumento de cerca de 2 p.p. nas importações de bens de baixa intensidade tecnológica.

Gráfico 1.6: Grau de Intensidade Tecnológica dos Produtos Industriais transformados transaccionados por Portugal no mercado internacional, 2007-2009



Fonte: GEE, GPEARI, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, n.º 3, Março 2010.

Segundo as previsões do Banco de Portugal, as exportações nacionais deverão ganhar ritmo em 2010 e 2011, impulsionadas pela recuperação da procura internacional. Os dados referentes a Janeiro de 2010, comprovam já esta evolução, com uma taxa de variação homóloga positiva de 4,4%⁸.

O **Investimento Directo Estrangeiro** líquido em Portugal observou uma diminuição homóloga superior a 35% em 2009, mantendo-se ainda assim positivo, num valor superior a 2 mil milhões de euros (1,3% do PIB). Os investimentos de Portugal no exterior diminuíram para metade em 2009, rondando os 900 milhões de euros.

Relativamente às contas externas, é de assinalar a deterioração do saldo da **balança de capitais**, que ainda assim se manteve positivo. No cômputo global, a **balança de pagamentos** registou uma melhoria em cerca de 1 p.p.

Quanto à **inflação**, verificou-se, em 2009, uma redução dos preços do cabaz médio de bens e serviços, resultante sobretudo (ou das matérias primas e dos produtos energéticos) da queda de preços dos bens alimentares e bebidas. O índice de preços do sector dos Serviços diminuiu, mas manteve-se positivo. Perspectiva-se, para 2010, uma subida dos preços, motivada, em parte, pelo aumento da procura pelo petróleo, impulsionado pelo dinamismo económico.

⁸ GEE, GPEARI, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, n.º 3, Março 2010, pág. 22.

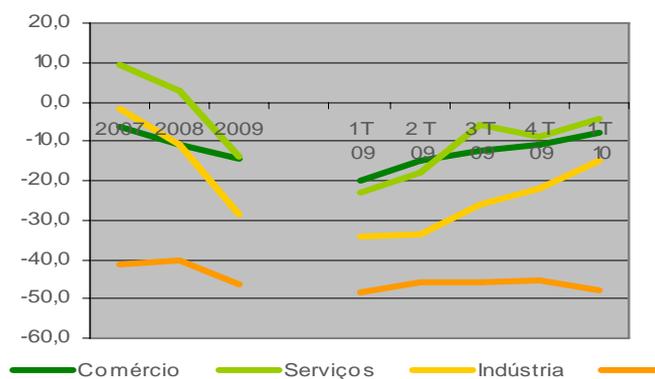
Espera-se, igualmente, uma subida ligeira das **taxas de juro**, que atingiram em 2009 mínimos históricos, quer para particulares quer para empresas (a taxa de juro implícita do crédito à habitação para todos os contratos desceu de 6% em 2008 para os 2% em 2009)⁹. Não obstante, em virtude do clima de contracção económica e de restrições ao crédito, registou-se uma descida do volume de empréstimos em 2009.

Tabela 1.5: Evolução do VAB por Sectores – Portugal, 2007-2009

Sectores	Peso 2009	2007	2008	2009	2009			
					1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
VAB pb (a preços de 2000)	100,0	2,1	0,4	-1,8	-2,9	-2,3	-1,5	-0,5
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2,3	-4,2	4,3	0,0	1,8	0,1	-0,8	-1,0
Electricidade, Gás e Água	3,1	5,7	0,7	-2,9	-4,4	-5,4	-2,2	0,4
Indústria	13,6	2,8	-2,4	-7,7	-11,7	-8,7	-6,1	-4,1
Construção	5,6	0,7	-5,1	-10,2	-11,4	-11,5	-8,3	-9,2
Comércio, Restaurantes e Hotéis	17,7	2,4	0,9	-1,1	-2,9	-1,0	-0,9	0,6
Transportes e Comunicações	6,4	2,8	0,0	-6,3	-6,5	-7,2	-6,7	-4,8
Actividades Financeiras e Imobiliárias	16,0	3,1	3,0	3,4	3,8	3,5	3,0	3,4
Outros Serviços	35,4	1,5	1,2	0,7	0,5	0,4	0,7	1,3

Fonte: GEE, *Indicadores de Actividade Económica*, Abril 2010

Gráfico 1.7: Indicadores de Confiança Sectoriais Portugal, 2007-2009



Fonte: GEE, *Indicadores de Actividade Económica*, Abril 2010.

O **VAB** registou uma desaceleração em 2008 que culminou com um crescimento negativo em 2009 de 1,8%. Sectorialmente, verifica-se que a Construção foi o sector mais afectado (já em decrescendo antes da crise), seguido pela Indústria e pelos Transportes e Comunicações. Também a este nível, à excepção da Agricultura, Silvicultura e Pescas e das Actividades Financeiras e Imobiliárias, o 2.º semestre do

⁹ GEE, *Indicadores de Actividade Económica*, Abril 2010.

ano se mostrou mais favorável.

A análise dos **indicadores de Confiança** (Gráfico 1.7) permite constatar a quebra assinalável em 2009 e, exceptuando na Construção, uma melhoria nos restantes sectores da economia, com especial destaque para os Serviços, o que deixa antever alguns sinais positivos de melhoria da actividade económica em 2010.

| 37

Em consonância com os dados anteriores, registou-se, em 2009, uma quebra no **Índice de Produção Industrial** na indústria transformadora de -9.8%, com maior impacte no primeiro semestre do ano. Os índices de volume de negócios da Indústria Transformadora e dos Serviços também registaram uma quebra, nestes últimos, menos pronunciada.

Tabela 1.6: Indicadores Sectoriais – Portugal, 2007-2009

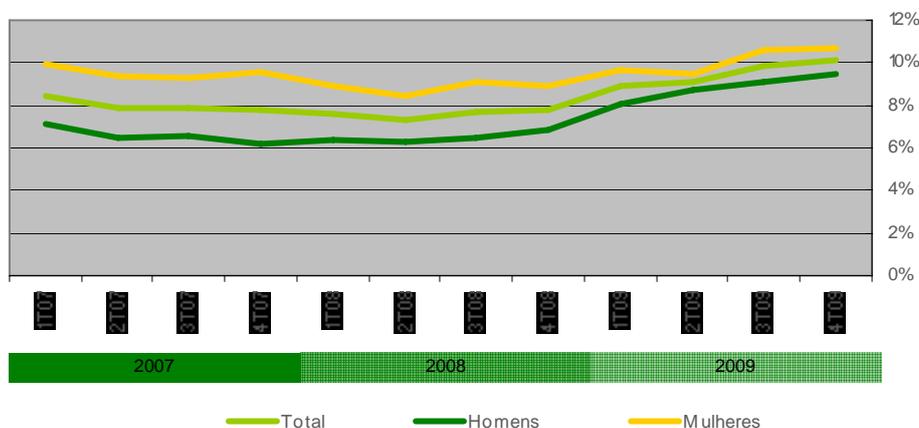
Sectores	2007	2008	2009	2009			
				1 T 09	2 T 09	3 T 09	4 T 09
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	1,1	-4,0	-9,8	-16,1	-11,7	-7,2	-3,7
Índice de Volume de Negócios - Indústria Transformadora	5,5	0,9	-16,5	-23,4	-20,6	-16,3	-4,6
Índice de Volume de Negócios - Serviços	2,8	-2,4	-7,7	-13,9	-15,8	-11,0	-7,6
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	-6,3	-19,7	-30,5	-39,9	-50,3	-21,2	-10,7
Índice de Emprego na Indústria	-1,8	-1,1	-5,7	-4,6	-6,0	-6,4	-5,9

Fonte: GEE, GPEARI, *Boletim Mensal da Economia Portuguesa*, n.º 3, Março 2010.

O **volume de vendas no Comércio a Retalho**, já em quebra em 2007, retraiu-se em 30,5% em 2009, agravado pela redução do consumo privado.

Um dos mais graves efeitos da contracção da actividade económica, pelas suas consequências sociais, é o desemprego. De acordo com o Inquérito ao Emprego (Gráfico 1.8), a **taxa de desemprego** atingiu os 9.5% no final de 2009, sendo que as projecções para 2010 apontam para a manutenção desta tendência, que só deverá inverter-se em 2011. As mulheres são as mais afectadas por este problema, sendo que, em termos regionais, o Norte é a região com maior incidência do desemprego, seguido pelo Alentejo e pelo Algarve.

Gráfico 1.8: Taxa de Desemprego - Portugal, 2007-2009



Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego*, 4.º Trimestre de 2009

Ainda assim, assistiu-se, em 2009, a um aumento dos **custos reais unitários do trabalho**, fruto dos aumentos salariais e do fraco desempenho ao nível da produtividade (em especial nos sectores dos transportes e comunicações e na indústria transformadora). De referir que os índices dos custos de trabalho em Portugal, em 2009, como já acontecia em 2008, foram superiores à média da Área do Euro.

Neste âmbito, é de salientar a **Iniciativa para o Investimento e o Emprego**, aprovada em Conselho de Ministros em Dezembro de 2008, que prevê investimentos superiores a 2 mil milhões de euros (dos quais 800 milhões de financiamento comunitário) com vista a minimizar os impactes da crise na economia portuguesa e que inclui medidas como a modernização do parque escolar, a aposta nas energias renováveis, na difusão da banda larga de nova geração, o estímulo às exportações e ao emprego.

Após um ano de expansão da política fiscal, de que resultou um aumento considerável do défice, perspectiva-se para 2010 a retoma do **processo de consolidação orçamental**, não considerada como prioritária em 2008. O Orçamento de Estado para 2010 inclui diversas medidas de controlo da despesa, como o congelamento de salários, a diminuição de benefícios fiscais, reforçadas pelo **Programa de Estabilidade e Crescimento**. Apresentado pelo Governo Português em Março de 2010, este Programa tem como meta reduzir o défice público para 2,8% do PIB em 2013 e reduzir a dívida pública. Das várias medidas de que dele fazem parte, destaca-se a redução das despesas com pessoal, a diminuição de algumas prestações sociais, o adiamento de alguns investimentos em infra-estruturas, privatizações, redução de deduções e benefícios fiscais, entre outras.

A retracção do consumo público daqui resultante, a par dos níveis de desemprego e da expectável subida das taxas de juro, com a consequente diminuição dos rendimentos reais das famílias e das empresas, constituem factores que poderão condicionar a retoma ou torná-la mais lenta.

Relativamente ao desemprego, é necessário reforçar as medidas de modo a evitar a deterioração das qualificações das pessoas e o agravar do desemprego de longa duração.

Não havendo, neste sentido, muita margem para o aumento da procura interna, o crescimento económico deverá ser impulsionado pela procura externa, tornando-se fulcral a aposta na internacionalização da economia, em novos mercados e na exportação de produtos com maior valor acrescentado.

2. SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO

No presente capítulo descrevem-se as principais actividades de gestão e controlo desenvolvidas em 2009. Apresenta-se, igualmente, a arquitectura do Sistema de Informação e as suas novas funcionalidades, bem como as actividades previstas ao nível do Controlo Interno e das acções de controlo externo de que o COMPETE foi alvo.

2.1 SISTEMA DE GESTÃO

Ao nível do Sistema de Gestão, na sequência do modelo de governação apresentado no ponto anterior, considerou-se relevante identificar as principais actividades desenvolvidas durante o ano pela Autoridade de Gestão, nomeadamente no que se refere aos instrumentos de operacionalização (Avisos e Editais para a Apresentação de Candidaturas, Manual de Procedimentos, Regulamentos Específicos, Orientações Técnicas e de Gestão, etc.), bem como à articulação com outras entidades envolvidas no QREN.

Será ainda relevado o papel assumido pela Autoridade de Gestão do COMPETE na coordenação da rede Sistemas de Incentivos, bem como do seu papel no processo de reconhecimento e acompanhamento dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters (ver ponto 2.1.8).

No âmbito da sua actividade, a Comissão Directiva reuniu de forma regular ao longo de 2009, tendo tomado a decisão de financiamento sobre os projectos apresentados ao Programa, bem como diversos assuntos de gestão corrente da Autoridade de Gestão, designadamente, os respeitantes à configuração final do Secretariado Técnico.

Coube ainda à Comissão Directiva assegurar a boa gestão financeira do Programa, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, e a coordenação da gestão estratégica e operacional do Programa no âmbito das competências atribuídas.

Outro aspecto a salientar foi o esforço efectuado no sentido da normalização de critérios e procedimentos do Programa através da materialização de diversos instrumentos de gestão:

- Regulamentos;
- Manual de Procedimentos;
- Orientações de Gestão;
- Orientações Técnicas;
- Avisos de Abertura de Concurso;
- Formulários de Candidatura;
- Ferramentas de Análise das Candidaturas;
- Minutas de Contrato / Termo de Aceitação com Beneficiários;
- Formulários de Pedido de Pagamento;
- Ferramentas de Análise do Pedido de Pagamento de Incentivo.

Todos estes instrumentos são definidos, actualizados e aprovados pela Autoridade de Gestão do COMPETE, sendo precedidos de articulação com os PO Regionais do Continente, sempre que se trate de Sistemas de Incentivos às Empresas (uma vez que a sua abrangência ultrapassa normalmente o âmbito do COMPETE) e de auscultação prévia dos Organismos Intermédios envolvidos.

2.1.1. Compliance Assessment

Na sequência das observações da Comissão Europeia, no final de 2008 (04 de Dezembro de 2008), à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo (DSGC) do COMPETE, ao relatório e respectivo parecer de conformidade da IGF, que culminaram com a não aceitação dos documentos apresentados por não cumprimento das disposições dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, os trabalhos desenvolvidos no início de 2009 focalizaram-se na adequação da explicitação da DSGC às observações da CE e IGF.

Em 29 de Maio de 2009, foi estabilizada pela AG a descrição revista do sistema de gestão e controlo do Programa, a qual foi enviada pela IGF à CE a 10 de Julho de 2009, através do SFC 2007, conjuntamente com um parecer e um relatório revistos.

Salienta-se que o parecer revisto submetido pela IGF incluiu uma reserva sobre os sistemas de

gestão e controlo de dois organismos intermédios - a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), a qual resultou de insuficiências relevantes detectadas pela IGF em elementos-chave, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e suportes metodológicos às verificações de gestão. Neste contexto, o referido parecer aponta para que a apresentação a co-financiamento da Comissão Europeia de despesas integradas nos protocolos celebrados com aqueles organismos intermédios fique condicionada a parecer favorável da IGF acerca da conformidade dos correspondentes sistemas de gestão e controlo.

Em 31 de Julho de 2009, a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos sistemas de gestão e controlo do COMPETE, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com excepção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois organismos intermédios (FCT e a ANCCT).

Neste contexto, ficou reunida a condição para a apresentação do primeiro pedido de pagamento intermédio estabelecido no artigo 85.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, tendo ficado salvaguardado que os pedidos de pagamentos intermédios não podiam incluir despesas referentes a operações abrangidas pelos protocolos celebrados entre a AG e os Organismos Intermédios FCT e ANCCT, até que a reserva em questão fosse retirada pela IGF e que a documentação revista fosse aceite pela Comissão.

2.1.2. Manuais de Procedimentos

O **Manual de Procedimentos do COMPETE**, como um documento pragmático de carácter instrumental, procura integrar e consubstanciar, na medida do possível, o essencial de outros documentos de natureza e alcance variados (normativos, orientações técnicas e de gestão, guias e referenciais...), muitas vezes elaborados de forma autónoma para responder com oportunidade a necessidades de informação específicas e contextualizadas, mas que acabam por concorrer para a prossecução do mesmo objectivo: assegurar uma gestão eficaz dos fundos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e de acordo com as disposições regulamentares.

Este Manual é um documento de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção.

Uma vez que os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas, que assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade “Factores de Competitividade”, são

executados não só através do respectivo Programa Operacional Temático, mas também pela via dos Programas Operacionais Regionais, foi igualmente criado um **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos**.

Como documentos dinâmicos que se pretendem, os Manuais de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN e COMPETE foram, ainda no decurso do 1.º semestre de 2009, objecto de revisão/actualização, em função das diferentes dinâmicas que naturalmente resultaram das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se foram introduzindo em convergência com as estratégias definidas.

| 43

Assim, a segunda versão do Manual de Procedimentos do COMPETE, datada de 29 Maio de 2009, ratificada em reunião da Comissão Directiva de 1 de Junho de 2009, contemplou as seguintes alterações:

- Actualização do Manual com as alterações introduzidas com a republicação do Enquadramento Nacional e dos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas;
- Actualização do ponto 7.2 – Verificações de Gestão – Administrativas e no Local, com as alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 02/REV1/2009, relativa aos procedimentos de verificação de despesa;
- Actualização do ponto 7.3.1 – Pagamentos a Beneficiários dos SI QREN, com excepção dos Projectos Vale I&DT e Vale Inovação, com as alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 04.REV1/2009 – Norma de Pagamentos;
- Actualização do ponto 8 – Encerramento de Projectos, com as alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 05.REV1/POFC/2009 – Procedimentos de Encerramento de Projectos.

Quanto ao Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN, a segunda versão datada de 23 Junho de 2009, ratificada em reunião da Comissão Directiva do COMPETE em 6 de Julho de 2009, contemplou as seguintes alterações:

- Actualização do Manual com as alterações introduzidas com a republicação do Enquadramento Nacional e dos Regulamentos dos Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas;
- Actualização do ponto 7.2 – Verificações de Gestão – Administrativas e no Local, com as alterações introduzidas através de Orientação de Gestão específica, relativa aos procedimentos de verificação de despesa;
- Actualização do ponto 7.3.1 – Pagamentos a Beneficiários dos SI QREN, com excepção dos Projectos Vale I&DT e Vale Inovação, com as alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 04.REV1/2009 – Norma de Pagamentos;
- Actualização do ponto 8 – Encerramento de Projectos, com as alterações introduzidas através de Orientação de Gestão específica – Procedimentos de Encerramento de Projectos.

2.1.3. Regulamentos Publicados em 2009

Atendendo ao contexto global de crise económica e financeira e à necessidade de impulsionar o relançamento da economia europeia, foram definidos pelo governo, um conjunto de medidas a implementar através do **Enquadramento Nacional dos Sistemas de Incentivos do QREN**, com o objectivo de ajustamento da regulamentação ao contexto económico, potenciando-o como instrumento de estímulo ao investimento nas empresas e à criação de emprego.

Foi nesta esteira que se procedeu à alteração do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que aprovou o enquadramento nacional de sistemas de incentivos ao investimento nas empresas, através do Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, que introduziu um conjunto de condições e regras de flexibilidade, em diversos mecanismos potenciadores de investimento a concretizar pelas empresas portuguesas.

Da modificação operada ao nível daquele diploma, decorreu a necessidade de actualização, em conformidade, dos vários regulamentos específicos dos sistemas de incentivos.

Assim e tendo por objectivo uniformizar a legislação nacional nesta matéria, procedeu-se à alteração do conjunto de diplomas legais específicos para cada um dos Sistemas de Incentivos, nomeadamente:

- Portaria n.º 353-B/2009, de 3 de Abril, que veio alterar e republicar o Regulamento anexo à Portaria n.º 1462/2007, de 15 de Novembro, já alterado e também republicado pela Portaria n.º 711/2008, de 31 de Julho, o qual veio definir as regras aplicáveis ao **Sistema de incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico** nas empresas (SI&DT), para projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico e de demonstração tecnológica liderados por empresas, bem como projectos de I&DT colectiva promovidos por associações empresariais;
- Portaria n.º 353-A/2009, de 3 de Abril, que veio alterar e republicar o anexo à Portaria n.º 1463/2007, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 250/2008, de 4 de Abril, que veio definir as regras aplicáveis ao **Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME** (SI PME), para projectos de investimento promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, direccionados para a intervenção em PME, com vista à inovação, modernização e internacionalização através de factores dinâmicos de competitividade;
- Portaria n.º 353-C/2009, de 3 de Abril, que veio alterar e republicar o Regulamento anexo à Portaria n.º 1464/2007, de 15 de Novembro, que veio definir o conjunto de regras aplicáveis ao **Sistema de Incentivos à Inovação** (SI Inovação), para projectos

de investimento de inovação produtiva.

De uma forma geral, estas alterações traduziram-se¹⁰:

- Na atribuição de maiores níveis de incentivo (aumento das taxas de incentivo, atribuição de prémio de realização e alargamento do período de carência em incentivos reembolsáveis);
- Na facilitação e aumento do volume de adiantamentos de incentivos (possibilidade de adiantamento sem garantia, aumento do nível de adiantamento);
- No alargamento da tipologia de projectos apoiáveis (alargamento do conceito de inovação, aplicação ao sector da Construção dos incentivos às PME e I&DT, alargamento do limite de financiamento do equipamento no SI Qualificação e Internacionalização de PME, desde que os investimentos se encontrem ligados à intervenção em factores dinâmicos da competitividade);
- Na adaptação dos critérios à situação financeira das empresas (menor exigência em termos de rácio de autonomia financeira).

Paralelamente, e na sequência da delegação de competências do Ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento, no Secretário de Estado Adjunto da Indústria e da Inovação, foi publicado o Despacho n.º 19886/2009, através do qual o Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação, veio subdelegar no Gestor do Programa, competências adequadas à boa gestão, quer dos recursos humanos, quer orçamental e de realização de despesa.

No final de 2009 iniciou-se o processo de alteração do **regulamento específico do SAFPRI** tendo como objectivos principais a sua adaptação aos regulamentos comunitários entretanto publicados e o aperfeiçoamento do processo de candidatura e decisão. No final de Abril de 2010, a proposta de alteração do regulamento foi enviada para aprovação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais, a qual ocorreu a 11 de Maio de 2010.

Em termos de enquadramento do Programa no QREN, destaca-se pela sua importância a alteração ao **Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão** aprovada em 18 de Setembro de 2009 bem como a publicação do Despacho n.º 10/2009 de 24 de Setembro que estabelece as regras comuns relativas a tipologias de despesa não elegíveis a financiamento

¹⁰ Ver detalhe das medidas no ponto 7 – Medidas tomadas no âmbito da crise.

pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

No Anexo A ao presente relatório consta a listagem dos diplomas publicados ao longo do ano em análise.

2.1.4. Orientações Técnicas e de Gestão

46 |

Durante o ano de 2009, foram publicadas as seguintes **Orientações de Gestão (OG)** e **Orientações Técnicas (OT)**, com vista a clarificar alguns aspectos de natureza técnica, contribuindo para uma melhor percepção dos instrumentos de apoio:

- Orientação de Gestão n.º 01.REV1/POFC/2009: estabelece as normas de pagamento, no âmbito do SAESCTN, SAMA e SIAC (revisão da Orientação de Gestão n.º 01/POFC/2008);
- Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009: estabelece a metodologia para as verificações administrativas, relativas a cada pedido de reembolso (excepto SAFPRI), e para as acções de acompanhamento para verificação da execução física das operações (revisão da Orientação de Gestão n.º 02/POFC/2008).
- Orientação de Gestão n.º 05.REV1/POFC/2009: define as fases do processo de encerramento dos projectos apoiados, os objectivos que lhes estão subjacentes, bem como os procedimentos de verificação a observar (revisão da Orientação de Gestão n.º 05/POFC/2008).
- Orientação Técnica n.º 07/2009: Fixa o prazo de validade da garantia na minuta anexa à Norma de Pagamentos.
- Orientação Técnica n.º 08/2009: delega no Organismo Técnico a decisão sobre os pedidos apresentados pelos promotores de oneração dos investimentos apoiados, para fins relacionados com a prossecução do projecto de investimento;
- Orientação Técnica n.º 09/2009: define os limites à elegibilidade de despesas e condições específicas de aplicação das despesas elegíveis, no âmbito do SI Inovação e do SI Qualificação de PME;
- Orientação Técnica n.º 10/2009: estabelece um critério adicional para a repartição de responsabilidades entre o COMPETE e os PO Regionais no co-financiamento de projectos, no âmbito do SI Inovação;
- Orientação Técnica n.º 11/2009: Define os requisitos necessários para que um projecto

seja considerado de elevada intensidade tecnológica, no âmbito do SI I&DT;

- Orientação Técnica n.º 12/2009: articula a atribuição de incentivos a despesas com a protecção da propriedade intelectual e industrial, com a regra de *minimis*, no âmbito do SI I&DT.

Saliente-se que as Orientações de Gestão e Técnicas referentes aos Sistemas de Incentivos foram elaboradas em articulação com os PO Regionais e aplicadas no âmbito da Rede Sistemas de Incentivos.

| 47

Foram ainda publicados os seguintes **Referenciais**:

- “Fábrica do Futuro”, aplicável ao Sistema de Incentivos à I&DT, ao SI Inovação e ao SIAC;
- “Redes de Nova Geração – Oportunidades de Negócio e de Conhecimento”, aplicável no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso n.º 14/SI/2009 do SI Inovação e n.º 15/SI/2009 do SI I&DT;
- “Implementação de Medidas de Eficiência Energética”, aplicável aos projectos individuais e de cooperação do SI Qualificação PME, no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso n.º 17/SI/2009;
- “Empresas de Serviços de Energia (ESCO)”, aplicável aos projectos de empreendedorismo qualificado do SI Inovação, no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso n.º 18/SI/2009;
- “Reequipamento de Veículos”, aplicável no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso n.º 20/SI/2009 do SI Qualificação PME.

2.1.5. Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas

A apresentação de candidaturas ao COMPETE efectua-se, de forma geral, mediante a publicação de Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC). Estes avisos identificam, entre outros, os objectivos, prioridades e tipologias dos projectos a apoiar, a metodologia de apuramento do mérito, o âmbito territorial, o orçamento disponível e a data-limite de comunicação da decisão aos promotores. A visibilidade das regras dos concursos contribui para aumentar o grau de transparência do Programa contribuindo para uma eficiência no processo de análise e decisão e conferindo aos agentes económicos alguma previsibilidade e controlo dos resultados da sua candidatura.

No que se refere aos Sistemas de Incentivos e de acordo com o estabelecido nos respectivos regulamentos, foi definido, para 2009, um Plano Anual de Concursos, aprovado por Despacho Conjunto dos Ministros do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação.

Este plano, construído em articulação com as várias Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais da Agenda da Competitividade, calendarizou em duas fases, os concursos a realizar durante o ano.

A partir deste Plano, foram definidos, pelas Autoridades de Gestão e após ouvida a Comissão de Selecção, os Avisos para Apresentação de Candidaturas, tendo sido posteriormente publicados nos sites dos PO e “Incentivos QREN” e remetidos para informação ao IFDR e às respectivas Comissões Ministeriais de Coordenação.

No âmbito do COMPETE, foram publicados em 2009, 56 AAC, dos quais 28 na 1.ª Fase e 28 na 2.ª, com uma dotação orçamental total superior a 758 milhões de euros. Destes AAC, 38 referem-se aos Sistemas de Incentivos SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação de PME, 13 ao SAESCTN, 2 ao SAMA e 3 ao SIAC.

Para além dos Concursos, foram endereçados 6 convites para apresentação de candidaturas, visando 3 projectos para a área da internacionalização, um projecto para a dinamização de uma entidade dinamizadora de um Cluster, um projecto para o aumento da competitividade nacional e um projecto para o financiamento de uma operação global de modernização da administração pública¹¹.

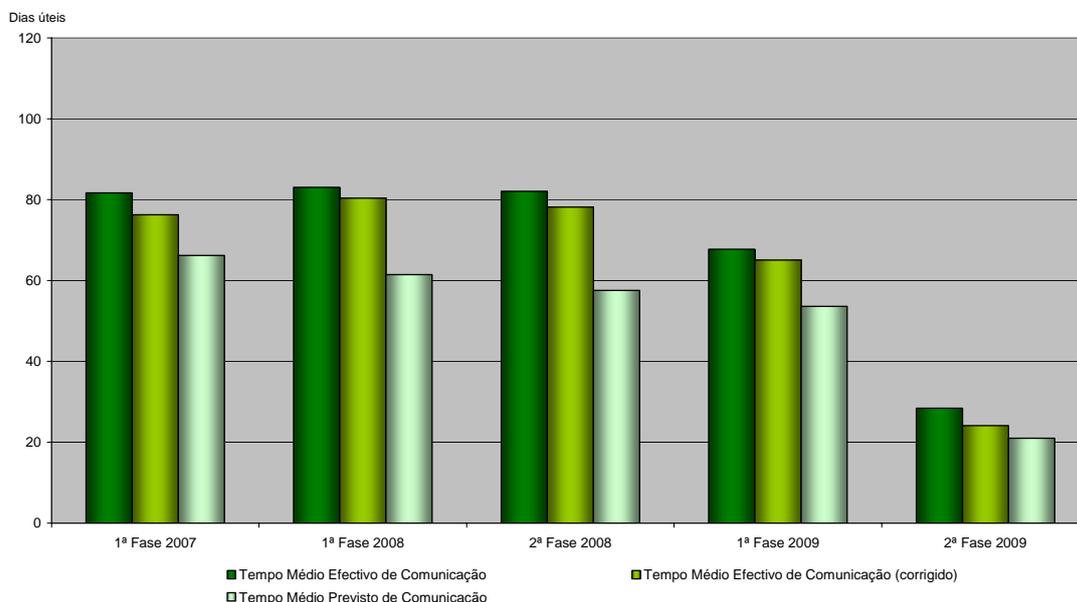
Os concursos lançados na 1.ª fase foram, na sua maioria, decididos em 2009. Relativamente à 2.ª fase, dado que boa parte dos concursos terminaram muito próximo do final do ano ou já em 2010, apenas tiveram decisão, em 2009, os concursos relativos aos Vales I&DT e Inovação.

Em termos acumulados desde o início do Programa, verifica-se que, desde a data de fecho dos concursos, a comunicação da decisão ao promotor demorou, em média, 74 dias úteis, o que, face à média dos prazos regularmente definidos, corresponde a um desvio médio de 15 dias úteis¹².

¹¹ No Anexo B encontra-se a ficha do Programa com a respectiva lista dos concursos lançados durante o ano de 2009 e os convites endereçados

¹² Considera-se que o último quartil das comunicações se refere a situações extraordinárias, tendo por isso sido excluídas/corrigidas desta análise de tempos médios.

Gráfico 2.1: Tempos médios de comunicação da decisão ao Promotor, por fase de concurso, 2007-2009

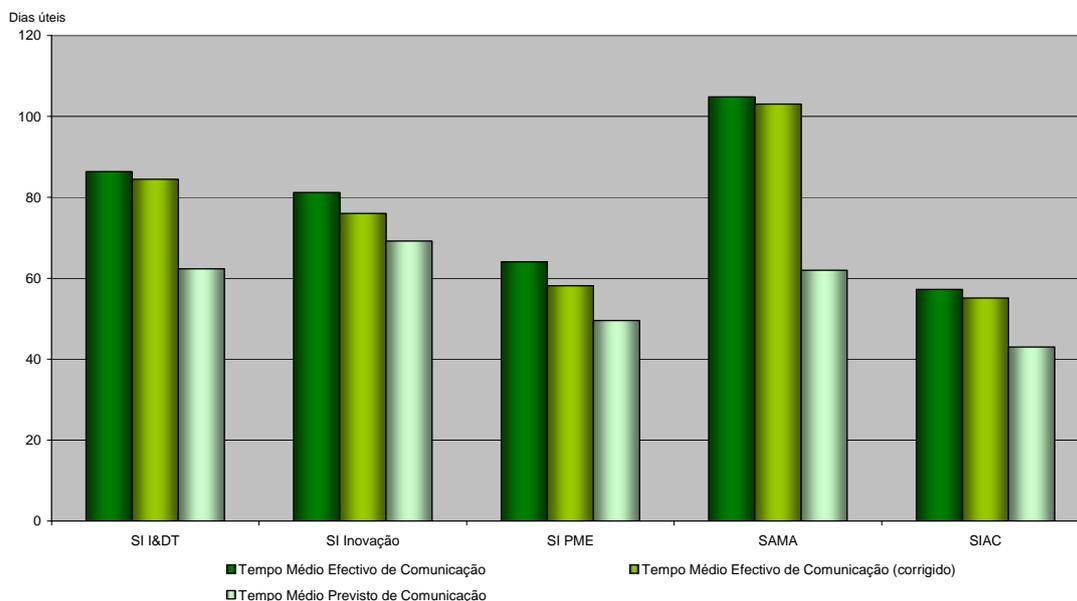


Fonte: SI POFC

A análise por instrumento de apoio revela que, no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas, em especial do SI Inovação e do SI PME, se regista um desvio médio corrigido de 7 e 9 dias úteis, respectivamente.

Excluindo os projectos do SAMA (cuja média de desvio é de 41 dias), verificou-se, no Programa um desvio médio corrigido na comunicação das decisões aos promotores de 12 dias úteis.

Gráfico 2.2: Tempos médios de Comunicação da decisão ao Promotor dos projectos COMPETE, por instrumento, 2007-2009



Fonte: SI POFC

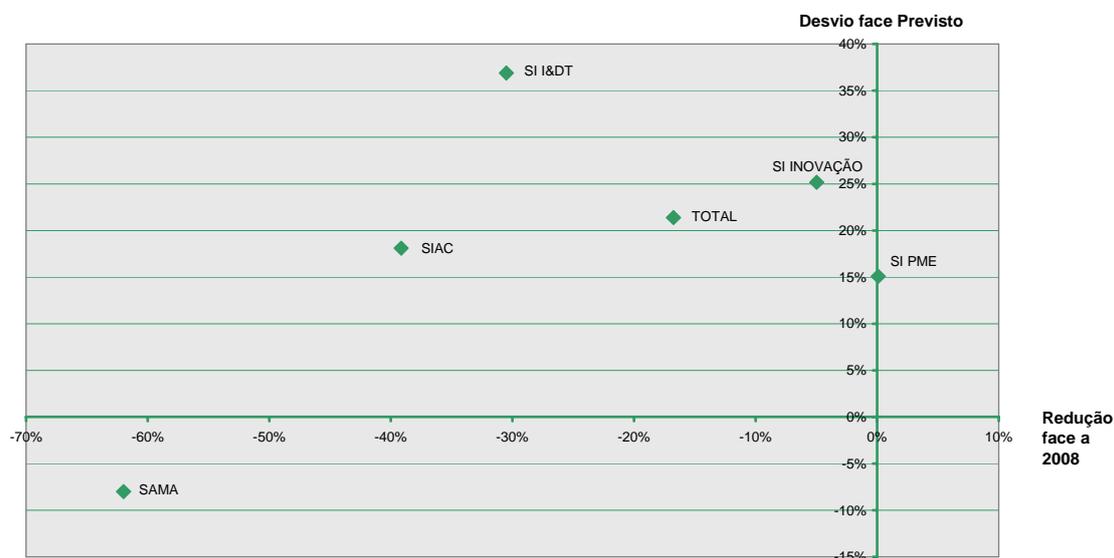
Relativamente aos concursos lançados em 2009, verificou-se uma acentuada redução dos tempos médios de comunicação das decisões aos promotores face à 2.ª fase de 2008 (de cerca de 20%), com especial destaque para os projectos SAMA, SIAC e SI I&DT, com reduções médias acima de 30%.

Apesar da referida evolução positiva nos concursos lançados em 2009, verificou-se um desvio médio de cerca de 20% face à data prevista nos Avisos de Abertura dos Concursos para comunicação da decisão aos promotores.

No que se refere apenas aos concursos da 1.ª fase de 2009, a comunicação da decisão aos promotores ocorreu, em média corrigida, 65 dias úteis após a data de fecho das candidaturas, o que representa um desvio médio de 11 dias úteis.

Destaque-se, por fim, os projectos SAMA que foram, em média, comunicados antes da data-limite prevista no concurso lançado e decidido em 2009.

Gráfico 2.3: Redução dos tempos médios de comunicação nos concursos da 1.ª fase de 2009 face aos verificados em 2008 e face aos previstos nos AAC



Fonte: SI POFC

Superados alguns constrangimentos relativamente à acumulação de tarefas da estrutura de gestão com o QCA III (2000-2006), existem condições para manter a tendência de redução dos desvios assinalados e para o cumprimento de forma satisfatória dos prazos definidos para análise e comunicação das decisões aos promotores.

2.1.6. Subvenções Globais

Através do Despacho n.º 3711/2010 de 12 de Fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, foi atribuída à FCT, enquanto Organismo Intermédio responsável por subvenção global, a função de transferência directa (pagamentos) para os beneficiários no âmbito das tipologias de projectos do SAESCTN que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia gere.

2.1.7. Interacção Organizacional

Como foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, o modelo de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN), e dos respectivos Programas

Operacionais (PO), definido pelo Decreto-Lei 312/2007 de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei 74/2008, de 22 de Abril, e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de Abril, estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de Julho.

De seguida, explicitam-se as principais actividades de articulação e complementaridade com as organizações externas.

2.1.7.1. Comissão Ministerial de Coordenação

A Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE é o órgão de direcção política do Programa, tendo como função a coordenação global do mesmo.

No âmbito das suas competências, durante o ano em análise, a CMC aprovou o Relatório de Execução de 2008, a 24 de Junho de 2009, e o Plano Anual de Concursos de 2009, a 6 de Abril de 2009.

2.1.7.2. Comissão de Acompanhamento

Tendo em conta as competências da Comissão de Acompanhamento no sentido de assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa e, por outro lado, a diversidade dos participantes (entidades públicas envolvidas na gestão e parceiros sociais e económicos), a Autoridade de Gestão releva a importância deste fórum de reflexão estratégica e acompanhamento.

Assim, a 3 de Junho de 2009 teve lugar, em Lisboa, a 3.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE. Da agenda de trabalho, constou a ratificação da acta da segunda reunião, a apreciação e aprovação do Relatório de Execução de 2008 e a apresentação de um ponto de situação sobre o Programa, tendo sido abordadas algumas medidas para fazer face ao contexto de crise económica internacional.

2.1.7.3. IFDR

O IFDR é responsável pela coordenação e centralização das interacções operacionais e financeiras da Autoridade de Gestão com a Comissão Europeia, bem como pela gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermediários e os beneficiários.

Assegura e coordena a divulgação de informações de gestão sobre a execução do QREN, assim como a elaboração de normas e orientações técnicas para os Órgãos de Gestão do QREN.

Neste sentido, durante o ano de 2009, foram remetidas ao IFDR as alterações à legislação dos instrumentos do Programa, os Avisos de Abertura de Concurso (AAC), as Orientações Técnicas e de Gestão e o Plano Anual de Concursos.

No âmbito das suas competências de articulação com Comissão Europeia, coube ao IFDR remeter toda a informação, enviada pelo COMPETE durante o ano, designadamente sobre certificação de despesas e pedidos de pagamento, previsão de pedidos de pagamento, Grandes Projectos, Relatório Anual de Execução.

Enquanto Organismo Pagador do COMPETE, o IFDR assegurou em 2009 a realização dos pagamentos aos beneficiários finais mediante os pedidos de pagamento emitidos pelo Programa, bem como as transferências para os outros Organismos Intermédios com competências de Organismo Pagador, igualmente por indicação da Autoridade de Gestão. Neste contexto, coube ainda ao IFDR um papel relevante na gestão dos fluxos financeiros do Programa.

Relativamente à divulgação de informação sobre a gestão da execução do QREN, foi remetido mensalmente um conjunto de informação parametrizada pelo IFDR sobre a monitorização do Programa, bem como, quando solicitada, outra informação, nomeadamente relativa aos indicadores físicos de acompanhamento do COMPETE.

O IFDR, na qualidade de Autoridade de Certificação, realizou uma acção de controlo prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa (conforme ponto 2.3 – Controlo).

2.1.7.4. Observatório do QREN

O Observatório do QREN é responsável pelo desenvolvimento das actividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN.

Assim, no âmbito da Rede de Avaliação do QREN, cuja coordenação é da competência do Observatório do QREN, o COMPETE prestou toda a colaboração solicitada durante o ano de 2009 (conforme ponto 3.2 – Avaliação), nomeadamente participando em reuniões e discussões de trabalho e facultando informação diversa sobre o Programa.

É igualmente da sua competência a definição de um conjunto de orientações transversais, a ser adoptadas nos diversos Planos de Comunicação, tendo o COMPETE participado durante o ano nas reuniões da Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN (conforme ponto 6 -

Participação na Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN).

2.1.7.5. Organismos Intermédios

Conforme o modelo de governação definido, verificam-se duas situações em termos de competências na tramitação dos projectos recepcionados no âmbito do COMPETE:

- As competências de análise, contratação e acompanhamento da execução dos projectos, são delegadas nos Organismos Intermédios, assegurando a Autoridade de Gestão a competência exclusiva de aprovação de projectos (SAESCTN, SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAMA);
- Todas as competências são exercidas directamente pela Autoridade de Gestão (SAFPRI, SAMA – Operações Globais, SIAC e Assistência Técnica).

Tabela 2.1: Organismos Intermédios envolvidos na Gestão do Programa

Eixo Prioritário	Instrumento	Organismo Intermédio	Observações
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	SAESCTN	FCT Ciência Viva AdI	
	SI I&DT	IAPMEI AdI AICEP	
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	SI Inovação SI PME	IAPMEI AICEP Turismo de Portugal	
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	SAFPRI	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	SAMA	AMA	Operações Globais - Competência exclusiva COMPETE
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	SIAC	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO VI - Assistência Técnica	Assistência Técnica	-	Competência exclusiva COMPETE

Fonte: COMPETE

Neste sentido, foram assinados protocolos e contratos de delegação de competências com os Organismos Intermédios durante o ano de 2008 tendo, em relação à FCT, sido assinadas duas adendas; uma 1ª para adequação da tramitação inerente ao processo de auditoria, nos termos recomendados pela Comissão Europeia, uma 2ª adenda, já em 2010, para especificar os termos da atribuição à FCT da função de transferência directa para os beneficiários, assumindo-se como Organismo Pagador.

No âmbito das competências delegadas nos OI e tendo em conta as candidaturas recepcionadas no âmbito do COMPETE até final do ano, salienta-se que:

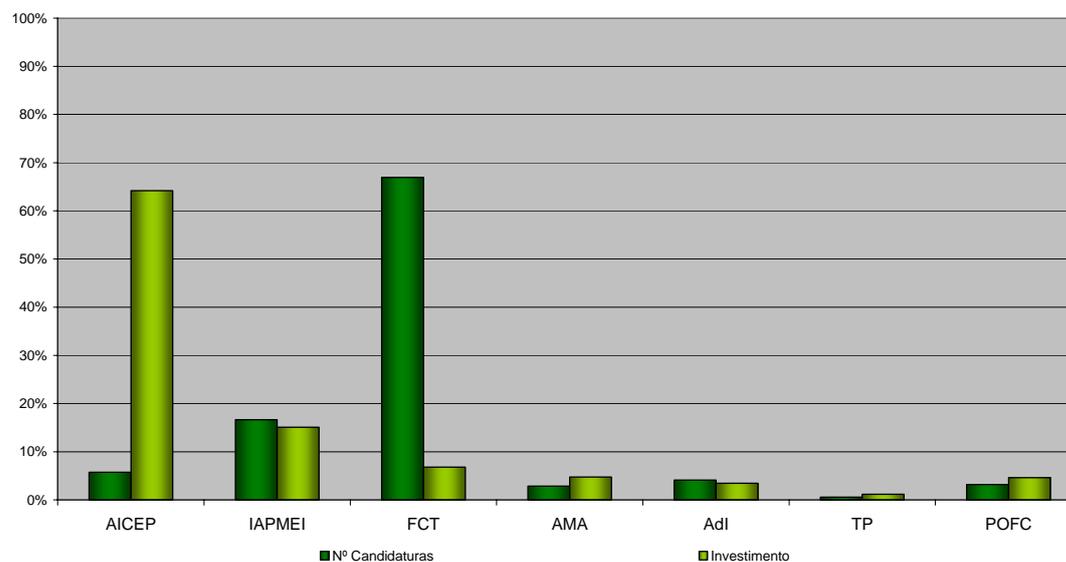
- Cabe à AICEP analisar cerca de 2/3 do volume de investimento associado às candidaturas;
- Cabe à FCT a análise de mais de 2/3 do número de candidaturas.

Tal facto decorre da natureza dos projectos associados aos referidos Organismos: a AICEP é responsável pela análise dos investimentos empresariais de grande dimensão (tendo um investimento médio proposto por candidatura na ordem dos 15,7 milhões de euros), enquanto que a FCT analisa, essencialmente, pequenos projectos de investigação (com um investimento médio de 142 mil euros).

| 55

Até ao final de 2009, não foi recepcionada qualquer candidatura para análise da Ciência Viva, uma vez que não foi lançado nenhum concurso para a tipologia “Promoção da Cultura Científica e Tecnológica”.

Gráfico 2.4: Volume de Investimento Recepcionado nos Concursos, por Fase de Recepção de Candidaturas, 2007-2009



Fonte: SI POFC

A articulação com os OI IAPMEI e TP, os quais assumem igualmente competências de Organismos Pagadores no âmbito do COMPETE, desenvolveu-se também a nível financeiro, no âmbito dos protocolos celebrados, em 2008, entre a Autoridade de Gestão, o IFDR e cada um destes Organismos Pagadores, que estabelecem o regime de fluxos financeiros relativos aos sistemas de incentivos às empresas, através da delegação, pelo IFDR, da competência de transferência directa para os beneficiários.

2.1.7.6. PO Regionais do Continente

Para os objectivos de natureza estratégica definidos na Agenda da Competitividade concorrem, não só o Programa Operacional Factores de Competitividade, mas também os Programas Operacionais Regionais, sendo que, estes últimos se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução dos referidos objectivos, à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

De acordo com o modelo de gestão dos sistemas de incentivo no âmbito do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, os apoios previstos nos sistemas de incentivos às empresas são decididos a nível nacional ou a nível regional, de acordo com os seguintes critérios:

- Gestão nacional – projectos promovidos por médias e grandes empresas;
- Gestão regional – projectos promovidos por micro e pequenas empresas.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projecto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efectuado conforme se apresenta na Tabela.

Tabela 2.2: Determinação da Autoridade de Gestão Competente

Tipologia de Projecto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Projectos Mobilizadores	Todos os projectos	-
SI I&DT – Projectos de I&DT Individuais SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT SI I&DT – Projectos Demonstradores SI I&DT – Vale I&DT SI PME – Proj. Individual e em Cooperação SI PME – Vale Inovação SI Inovação - Inovação Produtiva SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;	Promovido por Médias empresas e empresas não PME; Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – I&DT Colectiva SI PME - Projectos Conjuntos	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência

Para assegurar a gestão coordenada, foi criada a Rede de Sistemas de Incentivos QREN, conforme ponto 2.1.8.

2.1.7.7. PRODER

A 2 de Outubro de 2008, foi assinado o Protocolo entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, no domínio da Agenda Factores de Competitividade, com vista a regular, de forma específica, a articulação das intervenções do FEADER e do FEDER, no que respeita aos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.

Desta forma, foram definidas as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a actividades das CAE do sector agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza.

Tendo em vista uma reflexão sobre a aplicação do protocolo celebrado entre as Autoridades de Gestão dos sistemas de Incentivos e o PRODER iniciou-se, em 2009, um processo de reuniões bilaterais para melhoria e eventual revisão daquele instrumento de regulação dos apoios ao sector agrícola e em espaço rural.

Destaque-se ainda as reuniões de articulação e sensibilização para o desenvolvimento de projectos inseridos nas Estratégias de Eficiência Colectiva pelo PRODER.

2.1.7.8. PO Potencial Humano

Em consistência com os princípios estabelecidos no QREN e das opções que subsequentemente foram assumidas em termos de coerência operacional, os PO que corporalizam a Agenda Temática Factores de Competitividade (COMPETE e POR do Continente) e a Agenda Temática Potencial Humano (POPH) integram já nos respectivos textos dos Programas um conjunto de linhas de natureza geral e específica, que não só delimitam o âmbito e a natureza da intervenção de cada um, como também prevêm a instituição de mecanismos de articulação regular entre as respectivas Autoridades de Gestão, designadamente ao nível da troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projectos com desígnios comuns entre as duas Agendas.

No caso concreto do COMPETE e do PO Potencial Humano (POPH), embora os respectivos objectivos nucleares correspondam em larga medida a domínios de intervenção perfeitamente exclusivos (os primeiros centrados no apoio à melhoria da competitividade empresarial e os

segundos vocacionados para o apoio à qualificação da população portuguesa), naturalmente acabam por integrar medidas que, de forma directa ou indirecta, concorrem para a prossecução de objectivos comuns.

Assim, e tendo em vista regular de forma específica a articulação das intervenções de cada Programa foi assinado no dia 27 de Fevereiro de 2009 um protocolo de articulação específico entre o COMPETE e o POPH.

O referido protocolo estabelece, no seu Anexo I, os domínios de articulação e complementaridade ao nível da intervenção de cada Programa Operacional, tal como se descreve na tabela seguinte.

Tabela 2.3: Domínios de Clarificação e Articulação

ARTICULAÇÃO		
Tipologia de Intervenção	PO PH	COMPETE
Formação Inovação e Gestão	Formação contínua dos activos	Formação inserida em projectos empresariais (projectos de investimento FEDER)
Formação-Acção	Vertente maioritariamente formação	-
Inserção de Trabalhadores	Emprego científico	Emprego inserido em estratégias empresariais (projectos de investimento FEDER)
Empreendedorismo	Empreendedorismo de necessidade	Empreendedorismo qualificado de natureza competitiva
Formação Administração Pública	Dimensão Formação Profissional	Formação incluída em projectos integrados (projectos de Investimento FEDER)
COMPLEMENTARIDADE		
Tipologia de Intervenção	PO PH	
Estratégias de Eficiência Colectiva (COMPETE)	Desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica e oferta de formação de dupla certificação	
	Reconhecimento, validação e certificação de competências	
	Formação-acção, formação para a inovação e gestão	
	Formação avançada, inserção de mestres e doutores nas empresas	

Fonte: Protocolo COMPETE/POPH (Anexo I)

Nos termos do Protocolo, as Autoridades de Gestão outorgantes poderão:

- Trocar informações no que respeita a:
 - a) Avisos de Abertura de períodos de candidaturas ou concursos, designadamente no que respeita a tipologias de projectos e tipologias de beneficiários;
 - b) Candidaturas propostas para aprovação;

- c) Decisões de aprovação, incluindo os montantes de investimento e de incentivos a conceder (após a comunicação da decisão aos respectivos beneficiários);
 - d) Resultados de acções de controlo interno, caso integrem conclusões que indiquem potenciais sobreposições de despesa e/ou projectos;
 - e) Outras informações que vierem a ser consideradas como relevantes para os propósitos estabelecidos, designadamente em termos da coerência dos apoios concedidos em relação aos objectivos estratégicos comuns em cada uma das tipologias de apoio previstas.
- Quando estiverem em causa projectos de Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC):
 - a) Implementar um procedimento de consulta para aferição de enquadramento no POPH;
 - b) Trocar informações no que respeita a candidaturas entradas, decisões de aprovação e resultados do acompanhamento e avaliação da implementação das EEC.

Salienta-se ainda que, a fim de assegurar a coerência e complementaridade de acções financiadas pelos Fundos Estruturais e pela política de desenvolvimento rural, está prevista a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, do FEP e FSE, bem como as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos (POVT e POPH) e dos PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas, na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, nos termos do respectivo Regulamento Interno.

Em 2009, a articulação entre as Autoridades de Gestão do COMPETE e do POPH traduziu-se em reuniões e em fluxos de informação regulares sobre a decisão de projectos apoiados.

2.1.7.9. Instrumentos de engenharia financeira – JEREMIE e JESSICA

Uma vez que a articulação destes instrumentos está, até à data, prevista para ser implementada ao nível dos PO Regionais, não se efectuaram, no âmbito do COMPETE, quaisquer acções relativas às iniciativas JEREMIE e JESSICA.

2.1.8. Rede Sistemas de Incentivos

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro determina que a Comissão Directiva do COMPETE assegura a gestão coordenada dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial.

60 |

Neste âmbito, funciona uma Rede Sistemas de Incentivos, constituída pelas Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente e pelos Organismos Intermédios. Esta rede, articulada entre si através de diversos mecanismos de partilha de informação e de reuniões regulares, tem como objectivo analisar e decidir sobre os vários aspectos relacionados com a gestão dos Sistemas de Incentivos.

No âmbito desta competência de coordenação da rede, cabe, ao Secretariado Técnico do COMPETE, assegurar a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Selecção (preparando a informação de suporte relativa a todos os projectos a apreciar e outros pontos de situação relevantes), bem como o papel de *pivot* na circulação da informação, incluindo convocatórias e actas das referidas reuniões.

Durante o ano, o Secretariado Técnico preparou um conjunto de documentação relevante de monitorização dos Sistemas de Incentivos, que estiveram na base de vários momentos de reflexão em reuniões da Comissão de Selecção, tendo ainda tido o papel de coordenação do inquérito de monitorização realizado por uma entidade externa (ver ponto 3.1) às empresas com projectos aprovados, visando avaliar o estado actual e futuro da realização do investimento aprovado, bem como avaliar e melhorar o processo administrativo e os instrumentos de apoio.

Transitoriamente, tem sido o COMPETE a centralizar a comunicação ao IFDR dos apoios de *minimis* concedidos no âmbito de todos os Programas Operacionais da Rede Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão teve ainda um papel central na coordenação do grupo de trabalho que permitiu aprovar, em 2009, o **Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN**, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa.

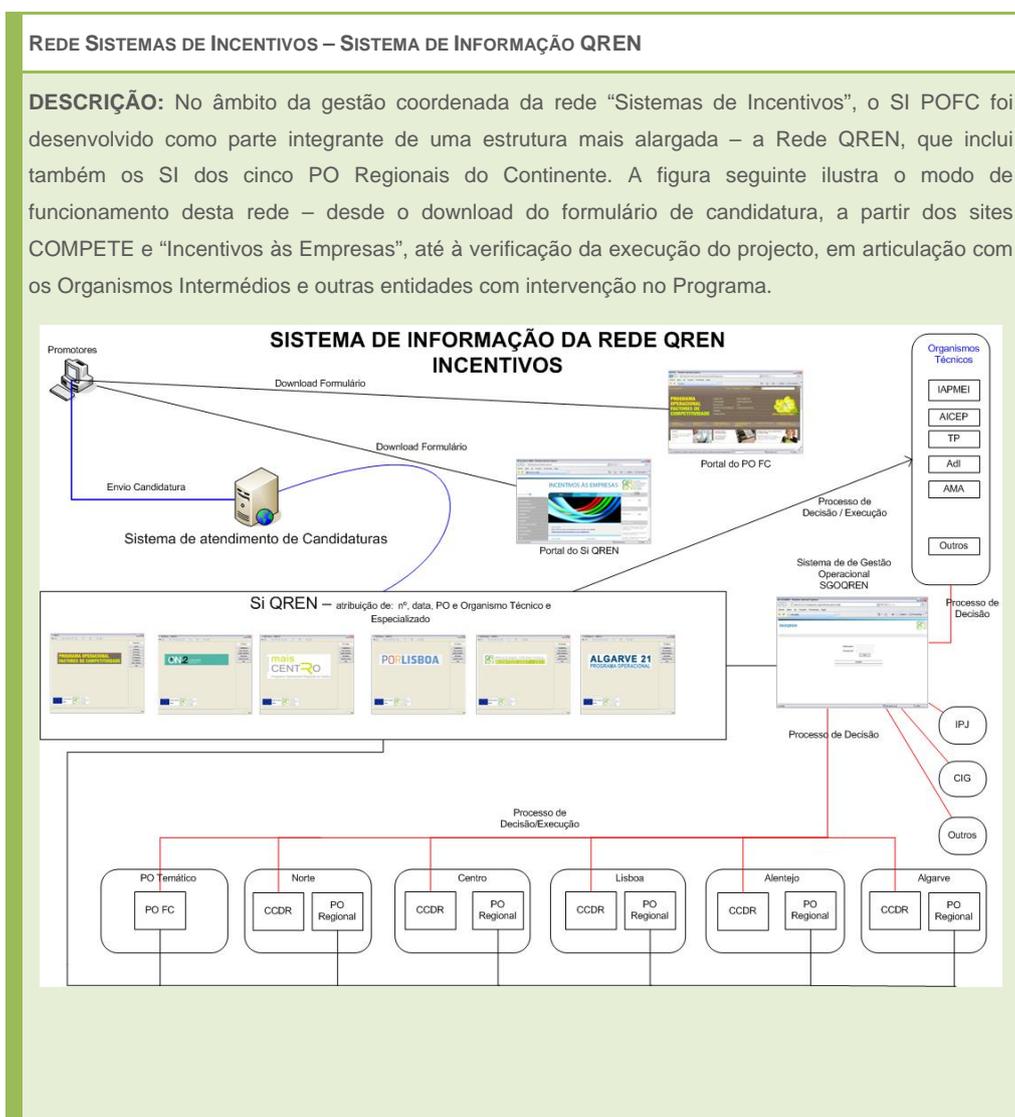
Releve-se, por fim, o papel central assegurado pelo AG do COMPETE no desenvolvimento do sistema de informação dos Sistemas de Incentivos QREN (ver ponto 2.2 – Sistema de Informação).

Assim, no âmbito da Rede Incentivos QREN, ao longo de 2009 realizaram-se 12 **reuniões formais** da Comissão de Selecção, envolvendo a análise e debate em torno de mais de 3.800 projectos que foram objecto de apreciação e de temáticas relacionadas com a Rede, nomeadamente ao nível de processo e de critérios de avaliação do mérito dos projectos.

Em termos de **comunicação**, é de salientar como esforço comum de divulgação, o site “Incentivos às Empresas” e a linha de atendimento telefónico “Incentivos às Empresas”.

Foi igualmente objecto de articulação a concepção do **Plano de Anual de Concursos para 2009**, aprovado em Comissão de Selecção, antes de submetido à consideração ministerial.

De seguida, apresenta-se o Sistema de Informação QREN, desenvolvido para dar suporte à Rede, considerado como uma boa prática de gestão.



VANTAGENS: Esta configuração do SI permite:

- *Guichet* único de recepção de candidaturas, permitindo facilitar e simplificar o acesso dos potenciais promotores aos Sistemas de Incentivos;
- Articulação automatizada com os Organismos Intermédios, e outros Organismos envolvidos na análise dos projectos, para efeitos de emissão dos respectivos pareceres de decisão;
- Uniformização de procedimentos e dos processos de análise, decisão, acompanhamento e encerramento dos projectos;
- Redução dos tempos de análise, com conseqüente aceleração dos mecanismos de decisão e contratação;
- Existência de informação harmonizada para toda a rede, permitindo a coordenação, gestão e avaliação global da Agenda da Competitividade e facilitando a comparação entre os projectos e resultados dos Programas Operacionais;
- Desmaterialização total dos processos, que passaram a ser exclusivamente electrónicos (formulários de candidatura, ferramentas de análise, ferramentas de pedidos de pagamento, contactos com os promotores, etc.);
- Possibilidade de acesso ao SI QREN em tempo real, pelos diferentes intervenientes, em vários pontos do país.

2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O Sistema de Informação do COMPETE – SI POFC – compreende todas as actividades que permitam recolher, validar, tratar, utilizar e transmitir informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, o acompanhamento e a avaliação do PO e promover a sua divulgação.

O Sistema de Informação do COMPETE compreende dois níveis de acesso: o de suporte às actividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo e o de informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objectivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a Internet.

Embora já se encontre operacional em todas as dimensões e esteja plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades, e nesse contexto toda a informação relevante

requerida e produzida é integralmente registada no SI POFC, o ano de 2009 foi de intenso trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas funcionalidades no sentido de dar resposta às novas solicitações no âmbito da gestão do Programa.

Nesse sentido, todos os processos de recolha intensiva de dados, sejam da responsabilidade dos beneficiários, sejam da responsabilidade dos Organismos Intermédios, são suportadas em ferramentas electrónicas que dialogam directamente com o sistema:

- a) os beneficiários utilizam obrigatoriamente formulários electrónicos quer para a apresentação de candidaturas, quer para a submissão de pedidos de pagamento;
- b) os organismos intermédios, bem como a própria AG, utilizam obrigatoriamente ferramentas pré-definidas quer para a fase de análise de candidaturas (FACI – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo), quer para a fase de verificação e validação de despesa (FAPPI – Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo); estas ferramentas normalizam todo o processo de análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar.
- c) Os encerramentos dos projectos também são suportados em instrumentos e ferramentas informáticas construídas especificamente para o efeito, as FACIE – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo em Encerramento;
- d) No relacionamento do SI POFC com entidades terceiras a AG do COMPETE criou um conjunto de “interfaces” que lhes permitem dialogar com o mesmo. Estas “interfaces” são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a “internet” para os beneficiários e “web services” para as ligações externas mais complexas; a este nível salienta-se o troca de informação com o Instituto Financeiro do Desenvolvimento Regional (IFDR), para efeitos de pedidos de certificação de despesas, e com a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) enquanto Organismo Intermédio que actua no âmbito de projectos do Sistema de Apoio às Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN).

Em relação ao IFDR, foi desenvolvido pela AG, a partir de documentos técnicos fornecidos por essa entidade, um sistema específico aplicável no âmbito do Sistema de Informação de Gestão e Auditoria – Autoridade de Certificação.

As Autoridades de Gestão usufruem deste serviço através de uma ligação à rede privada do IFDR (VPN) e comunicam directamente com os serviços publicados pelo IFDR, num endereço

de intranet específico, recorrendo ao uso de aplicações/interfaces que foram desenvolvidas para o efeito. A comunicação ocorrerá sobre um canal HTTP, através de uma ligação segura via VPN.

No respeito pelas normas técnicas referidas nos documentos produzidos pelo IFDR a AG invoca, através de métodos específicos, as operações pretendidas no pressuposto de que o método inicial (cria pedido de certificação) tenha sido aceite e foi disponibilizado pelo IFDR um “token” de autenticação que legitima a AG para iniciar o processo.

Em síntese, durante o ano de 2009 foram desenvolvidas actividades nas seguintes áreas:

FORMULÁRIOS ELECTRÓNICOS DE CANDIDATURA

Foram desenvolvidos e disponibilizados aos beneficiários novos formulários electrónicos de candidatura adequados às exigências dos Avisos de Abertura de Concursos, gerais e específicos, publicados em 2009, num total de 56, no domínio dos sistemas de incentivos e medidas de apoio. Em paralelo foi actualizado o sistema de atendimento automático e distribuição para o adequar às especificações dos formulários. No sentido de dar respostas às necessidades específicas dos beneficiários dos Projectos Mobilizadores foram também desenvolvidos formulários electrónicos “on-line” para apresentação de candidaturas.

FERRAMENTAS DE ANÁLISE - FACI

Foram revistas e actualizadas todas as ferramentas de análise envolvidas no âmbito dos concursos abertos adequando-as às novas necessidades decorrentes dos referidos avisos. De salientar o tratamento no âmbito da análise e emissão de parecer da aplicação no terreno das medidas relacionadas com as Estratégias de Eficiência Colectiva.

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE PAGAMENTO

Foi alargada a apresentação dos pedidos de pagamento a outras áreas do Programa nomeadamente a Assistência Técnica. Foram feitos diversos ajustamentos a este instrumento passando todos os pedidos a ser apresentados através de um único meio o que facilita a sua manutenção e publicação. Foi também disponibilizado novas funcionalidades nomeadamente a importação de dados a partir de ficheiros pré-formatados em ambiente “Office”.

ANÁLISE DE PEDIDO DE PAGAMENTO

Em termos de pedidos de pagamento foram efectuados diversos ajustamentos a este instrumento para permitir a geração automática da amostra de documentos a apresentar às Autoridades de Gestão no acto da sua submissão. Foram também introduzidas alterações para adequar o instrumento aos ajustamentos introduzidos nas Normas de Pagamentos dos sistemas de incentivos e de apoio.

RELACIONAMENTO COM NOVOS ORGANISMOS INTERMÉDIOS

No âmbito desta actividade foram implementados no relacionamento com a FCT diversos mecanismos de forma a permitir a transferência automática de dados inter-sistemas. Após a concretização de várias tarefas prévias de compatibilização e harmonização dos dados os sistemas passaram a trocar informação com base em “web services” específicos e deu-se início à transferência automática para o Si POFC das candidaturas entradas e analisadas na FCT, no âmbito dos projectos do SAESCTN, e submetidas à decisão da Autoridade de Gestão do COMPETE. As decisões recaídas sobre os referidos projectos são também comunicadas pela mesma via à FCT a partir do sistema de informação do COMPETE.

CONTROLO DAS EEC

Na sequência da abertura de concursos específicos no domínio das Estratégias de Eficiência Colectiva foram implementadas quer nos instrumentos de análise e parecer, quer a nível de recolha de dados no processo de decisão diversos mecanismos automatizados de controlo do enquadramento dos projectos em EEC reconhecidas, por forma a facilitar a sua hierarquização e respectivo enquadramento orçamental.

ACTIVIDADES DIVERSAS

O sistema de informação está em aperfeiçoamento constante e tem de dar resposta às diversas solicitações que lhe vão sendo feitas. Nesse sentido, foram sendo efectuadas, ao longo de 2009, melhoramentos diversos de forma a disponibilizar novas funcionalidades aos utilizadores internos. No âmbito destas actividades foram implementadas novas aplicações informáticas na área do Controlo tais como o registo no sistema das recomendações e conclusões das acções de controlo levadas a cabo pelas entidades de auditoria externas. Foram também disponibilizadas aplicações internas para o registo de propostas, despesas e emissão de Ordens de Pagamento na área da Assistência Técnica. Foram ainda

disponibilizadas no sistema diversas listas no âmbito do acompanhamento da gestão do Programa.

2.3 CONTROLO

66 |

CONTROLO INTERNO

A concepção do modelo de controlo interno e sua implementação pela Autoridade de Gestão visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermediários e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão, a área do Controlo Interno, que com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correcção.

Neste sentido é conferida, à área do Controlo Interno, a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona para prevenir e detectar as situações de irregularidades, tendo em vista a adopção das medidas correctivas oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objectivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN.

Assumem-se assim como principais objectivos estratégicos e operacionais para a área do Controlo Interno:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Apoiar a Comissão Directiva do Programa no exercício das suas funções através da disponibilização de informação oportuna e fiável tendo em vista minimizar os riscos de detecção de irregularidades, assegurando a sua prevenção e detecção tempestivas.

OBJECTIVO OPERACIONAL

- Identificar e avaliar os factores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respectivas actividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema, a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- Assegurar que são efectuadas auditorias de controlo interno em projectos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas correctivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projectos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os organismos intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das actividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as actividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo de controlo interno baseia-se na existência de auditorias internas, em princípio com periodicidade anual, seleccionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- A avaliação do risco a efectuar pela autoridade de auditoria (IGF);
- A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efectuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR).

Tendo sido aprovado a Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE apenas em 31 de Julho de 2009, uma das principais actividades desenvolvidas pela área do Controlo Interno durante o primeiro semestre de 2009 reporta-se à elaboração da versão revista da descrição do sistema de gestão e controlo do Programa, nos termos do disposto no artigo 71.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2008, bem como dos Manuais de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos e COMPETE.

No segundo semestre de 2009, uma das principais tarefas assumidas pela área do Controlo Interno foi implementar todos os procedimentos conducentes à realização de verificações no local, nos termos da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, bem como os instrumentos/ferramentas de suporte que lhes estão associados.

De acordo com o referido regulamento cada Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do respectivo Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, em especial, verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços co-financiados e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efectuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 estabelece que as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão incidem sobre os aspectos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, e comportam:

- **Verificações administrativas** relativamente a cada pedido de reembolso;
- **Verificações no local** de operações singulares.

Através da Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009 de 29 de Maio, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foram estabelecidos um conjunto de procedimentos de verificações de gestão a serem adoptadas pela Autoridade de Gestão e/ou pelos Organismos Intermédios.

No que diz respeito às verificações no local, a referida Orientação de Gestão prevê que as mesmas sejam efectuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão nos termos do n.º 3 do artigo 13º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão.

Neste sentido a área de Controlo Interno elaborou o Plano Anual de Verificações no Local para 2009 o qual foi aprovado em Comissão Directiva do COMPETE em 23 de Dezembro de 2009.

A implementação destas verificações exigiram para além da definição da metodologia associada a estes trabalhos, a criação de um instrumento específico totalmente informatizado designado Relatório Técnico da Visita (RTV) que evidencia de forma precisa e objectiva todas as verificações efectuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de verificação.

As verificações no local, tal como previstas no Plano Anual de 2009, a realizar pelos Organismos Intermédios foram calendarizadas para o primeiro trimestre de 2010.

Sintetizando, e tendo presente o actual nível de execução verificado no ano de 2009, as actividades desenvolvidas pela área de controlo interno foram:

PRINCIPAIS ACTIVIDADES

- Elaboração/actualização dos manuais de procedimentos e revisão da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;
- Participação na elaboração e revisão da legislação, orientações de gestão e orientações técnicas;
- Articulações com as demais áreas operacionais e horizontais do Secretariado Técnico, em todas as tarefas relacionadas com a gestão global do Programa;
- No âmbito da operacionalização das acções de controlo promovidas por entidades externas:
 - (i) Acompanhamento *in loco* destas acções;
 - (ii) Articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico do COMPETE, bem como com os Organismos Intermédios e com as entidades externas envolvidas;
 - (iii) Elaboração dos respectivos contraditórios;
 - (iv) Monitorização da aplicação das recomendações e medidas correctivas resultantes das acções de controlo interno e das acções de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN;
- Elaboração do Plano Anual de Verificações no Local de 2009, implementação da metodologia das verificações e desenvolvimento do instrumento de reporte desses trabalhos (Relatório Técnico da Visita).

CONTROLO EXTERNO

Durante o ano de 2009, o Programa foi objecto das seguintes acções de controlo promovidas por entidades externas:

- **Tribunal de Contas – Auditoria ao Modelo de Governação e Controlo do QREN**

Objectivo Estratégico: Levantamento e estudo do enquadramento normativo do QREN, do modelo de governação instituído, a análise das estruturas e dos sistemas de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação, o levantamento dos circuitos administrativos, documentais e financeiros, bem como a identificação dos sistemas de informação.

N.º e Data do Relatório Final: 50/2009 – 2.ª SECÇÃO – 2009-12-10

Principal Conclusão: Não foram identificadas quaisquer infracções, irregularidades financeiras ou outras situações dignas de nota. O Tribunal de Contas constatou que face ao anterior quadro comunitário foram introduzidas significativas modificações, tendo identificado ao nível das estruturas orgânicas de governação do QREN, dos procedimentos de gestão e da regulamentação um conjunto significativo de pontos fortes, bem como alguns pontos fracos.

Consequências Financeiras: Não aplicável

Recomendações: Foram apresentadas no Relatório Final 3 recomendações a implementar pela Autoridade de Gestão relacionadas com a Revisão dos Regulamentos Específicos e Manuais de Procedimentos, com a Execução Financeira do Programa e com o Sistema de Informação.

70 |

■ **Autoridade de Auditoria (IGF) – Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE**

Objectivo Estratégico: Determinar se o Sistemas de Gestão e Controlo do Programa funcionam de forma eficaz, isto é, se os procedimentos de controlo interno descritos são correctamente aplicados durante todo o período relevante, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesa apresentadas à Comissão são correctas e, consequentemente, que as transacções subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade.

N.º e Data do Relatório Final: 2009/1774 – 2009-12-23 (enviado apenas a título informal)

Principal Conclusão: Os procedimentos desenvolvidos pela AG do Programa COMPETE, no essencial, respeitam a descrição do sistema de gestão e controlo enviada oportunamente à CE, estando dessa forma salvaguardado o cumprimento dos requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2003 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão. No entanto, foram detectados um conjunto de insuficiências e fragilidades ao nível de:

- a) Funções da Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios
- b) Procedimentos de selecção das operações
- c) Verificações de gestão.

Consequências Financeiras: As que decorrem da recomendação do Relatório referentes ao dois projectos, referentes a questões no âmbito da Contratação Pública.

Recomendações: Foram apresentadas no Relatório Final um conjunto de recomendações ao nível dos procedimentos a desenvolver pela Autoridade de Gestão ou Organismo Intermédio.

▪ **Autoridade de Certificação (IFDR) – Acção de Controlo Prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa**

Objectivo Estratégico: Aferir que as despesas declaradas no pedido de certificação cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11/07/2006. As verificações efectuadas incidiram sobre uma amostra aleatória de 3 operações;

N.º e Data do Relatório Final: INF N.º 09/000751 – 2009-12-30

Principal Conclusão: Os procedimentos desencadeados pela AG, no âmbito da selecção das operações e da validação da despesa, oferecem uma garantia razoável quanto à regularidade e legalidade das despesas declaradas no 1.º Pedido de Certificação de Despesas.

Consequências Financeiras: Não Aplicável

Recomendações: Foram apresentadas recomendações a implementar no âmbito de dois projectos.

Em virtude dos Relatórios Finais das Auditorias Externas serem todos datados de Dezembro de 2009, a sequência às recomendações contidas nos mesmos terá lugar durante o ano de 2010, sendo de salientar que apenas uma recomendação aponta para a existência de consequências financeiras.

3. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

72 | 3.1 ACOMPANHAMENTO

O sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE, sendo construído numa lógica de operacionalização modular e de melhoria contínua, tem presente as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa, de forma a permitir introduzir as melhorias necessárias à implementação do Programa e, por outro lado, demonstrar aos *stakeholders* a sua realização.

Durante o ano de 2009, foram preparados, por parte do Secretariado Técnico do COMPETE, vários pontos de situação periódicos e outros apuramentos de interesse para a Autoridade de Gestão, bem como para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), incluindo dados referentes aos PO Regionais, enviados aos membros da Rede e aos membros do Governo que tutelam a referida AC.

De forma específica foram distribuídos os seguintes pontos de situação:

- Ponto de Situação Quinzenal da Agenda da Competitividade;
- Ponto de Situação Quinzenal do Programa COMPETE;
- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Lista dos projectos aprovados para divulgação mensal nos *sites* do Programa COMPETE e da Rede Sistemas de Incentivos QREN;
- Pontos de Situação Temáticos (Sector Automóvel, Sector da Madeira e Mobiliário, Indústria Têxtil, Vestuário e Calçado, etc.);
- Resumo das candidaturas recepcionadas, aquando do encerramento das fases de recepção de candidaturas;
- Resumo das candidaturas aprovadas, com previsão de resultados, após as Comissões de Selecção;
- Dados do QCA III que serviram para *benchmarking* no QREN em termos de ritmos de

entrada de candidaturas, aprovações, pagamentos, quebras de projectos, etc.

Na sequência do Encontro Anual, realizado no dia 17 de Novembro de 2009, entre a Comissão Europeia e as Autoridades Nacionais, para a análise anual dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, no que se refere especificamente ao Programa COMPETE, a Comissão transmitiu que “relativamente aos efeitos de difusão (*spill-over*), será necessário garantir uma informação regular sobre a questão, sendo que um primeiro relatório de aplicação deveria ter sido fornecido, como solicitado pela Comissão, ainda em 2009”. A Comissão solicitou também “que os anexos *spill-over* dos PO pertinentes sejam actualizados com brevidade, no seguimento das informações prestadas à Comissão aquando da aprovação dos respectivos *Compliance Assessments*”.

| 73

Neste sentido, o IFDR, em articulação com o COMPETE, preparou uma resposta à Comissão Europeia com a informação solicitada, onde foi assumido o compromisso de apresentação de informação detalhada no Relatório de Execução do COMPETE sobre a aplicação desta regra (conforme ponto 5.8 e Anexo D), bem como a sua actualização em sede de Comissão de Acompanhamento do COMPETE.

No âmbito do sistema de monitorização e acompanhamento foi desenvolvido o primeiro exercício de inquirição dos promotores de projectos candidatos aos Sistemas de Incentivo, no sentido de:

- Avaliar a realização do investimento e identificar os principais constrangimentos;
- Aferir sobre as expectativas actuais relativas à realização futura do investimento;
- Avaliar o processo administrativo, designadamente o formulário de candidaturas e o relacionamento institucional com Organismo Intermédio;
- Introduzir melhorias em todo o processo visando a simplificação e melhor eficiência dos sistemas de incentivos às empresas.

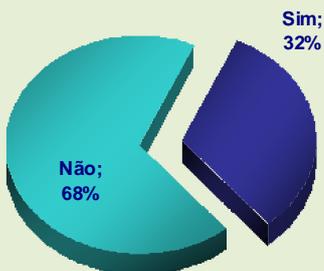
O inquérito lançado em 2009 (e concluído já em 2010), realizado por uma empresa externa, incidiu sobre os projectos aprovados (essencialmente) e não aprovados no âmbito dos concursos da 1.ª Fase de 2007 e 1.ª Fase de 2008 dos Sistemas de Incentivos QREN, tendo sido garantido, sempre que possível, robustez estatística para análise por região, instrumento e dimensão das empresas.

Face ao universo de empresas com projectos aprovados na 1.ª fase de 2007 e 1.ª fase de 2008, foi criada uma amostra de 424 empresas, representativa em termos de instrumento/região/dimensão das empresas.

De seguida, com base no relatório entregue pela empresa, apresenta-se um resumo das principais conclusões do inquérito.

- Apenas um terço das empresas inquiridas revelou atrasos na contratação. O principal motivo referido prendeu-se com atrasos por parte do Organismo Intermediário:

Tem / Teve atrasos na Contratação?



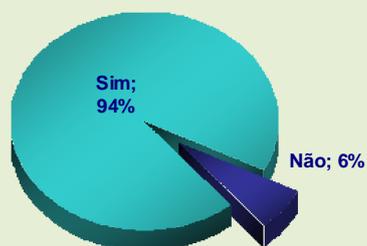
Qual o principal motivo para o atraso?



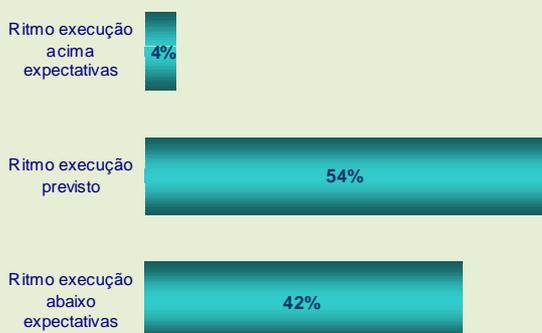
74 |

- Quase todas as empresas inquiridas iniciaram o investimento, estando cerca de metade com um ritmo de execução do projecto ao nível do que estava previsto e 42% com um ritmo abaixo das expectativas:

Já iniciou o Investimento?

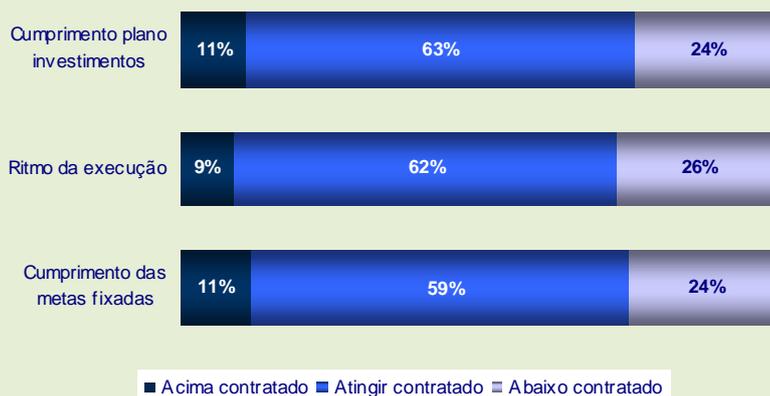


O ritmo de realiz. do invest. está de acordo com o previsto?



- Cerca de ¾ das empresas prevêem cumprir ou ultrapassar os termos contratados no que se refere ao plano de investimentos, ritmo de execução e metas fixadas:

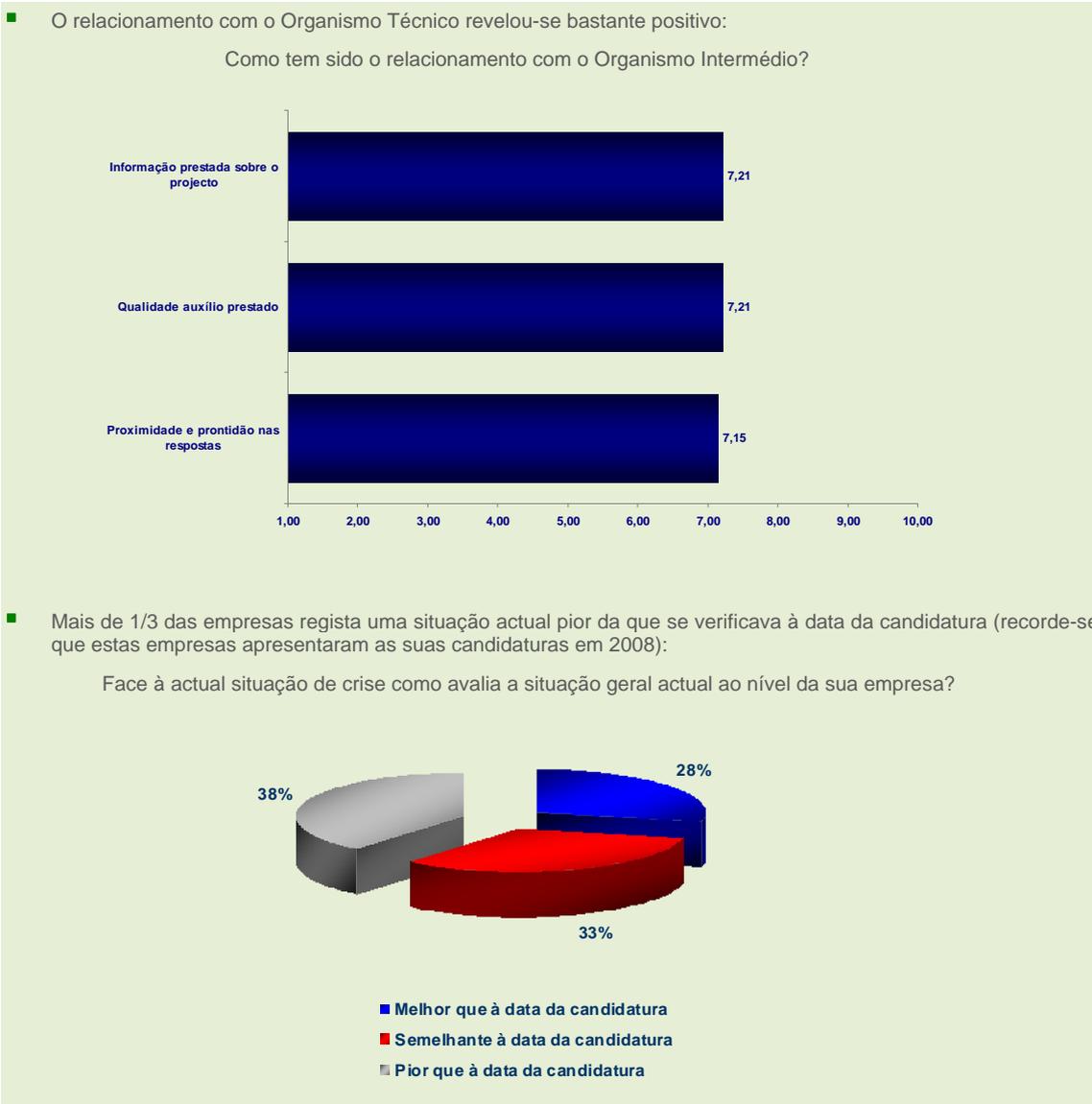
Qual a sua expectativa futura relativamente à execução do projecto?



- O instrumento de apoio foi considerado como medianamente adequado às necessidades das empresas (média de 6,81 numa escala de 1 a 10, nada adequado a muito adequado) verificando-se uma percepção clara do objectivo das tipologias de projecto (85%);
- Os promotores consideram existir uma relativa exigência ao nível das condições de acesso (média de 6,18) mas consideram adequadas as taxas de apoio previstas (60%);
- O tempo entre o fecho das candidaturas e a decisão de financiamento e os critérios de selecção são vistos como medianamente adequados (média de 5,58 e 6,54, respectivamente);
- Ao nível da informação o site apresenta informação bastante importante (média de 7,71);

Qual a sua avaliação acerca do instrumento de apoio?





Para projectos de natureza mais colectiva e associados a bens públicos e falhas de sistema, nomeadamente projectos de Acções Colectivas, as equipas de acompanhamento na Estrutura Técnica reúnem de forma regular com os promotores, no sentido de melhorar a sua eficiência e eficácia, potenciando assim os resultados dos projectos. Os promotores, em sede de pedidos de pagamento e de encerramento, apresentam relatórios detalhados das actividades dos projectos.

3.2 AVALIAÇÃO

O Plano de Avaliação do COMPETE foi aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação em 18 de Dezembro de 2008. Durante o ano de 2009 não foram introduzidas alterações no Plano inicial, apenas pequenos ajustes de calendário.

No calendário estabelecido pelo COMPETE apenas foi previsto na fase inicial de implementação do Programa, a colaboração na Avaliação Inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda da Competitividade.

Conforme previsto, o COMPETE em estreita articulação com o IFDR (entidade adjudicante) e o Observatório do QREN colaborou na elaboração do Programa de Concurso (Especificações Técnicas) do Estudo de Avaliação da Operacionalização Inicial dos Sistemas de Incentivos no contexto da Agenda da Competitividade.

O anúncio do procedimento foi publicado pelo IFDR a 11 de Dezembro (Anúncio de Procedimento n.º 5581/2009, DR n.º 239, II Série de 11 de Dezembro), tendo estabelecido como prazo limite para a recepção das propostas o dia 5 de Janeiro de 2010.

Foram recepcionadas 4 propostas que foram consideradas aceites para efeitos de avaliação.

O COMPETE participou, enquanto vogal no Júri de Concurso (Concurso Público sem Publicidade Internacional), tendo a decisão de adjudicação obtido despacho favorável do presidente do IFDR a 12 de Abril de 2010.

No âmbito da Rede de Avaliação do QREN, coordenada pelo Observatório do QREN, o COMPETE participou, em 2009, em 3 reuniões de trabalho (4.ª reunião – 19 de Fevereiro; 5.ª reunião – 26 de Maio; 6.ª reunião – 2 e 3 de Novembro).

Nestas reuniões foram debatidos aspectos relevantes no processo de operacionalização dos estudos de avaliação, foi consensualizada a grelha para a aferição da qualidade dos Relatórios finais de avaliação, estabeleceram-se os procedimentos para a actualização anual dos planos de avaliação, e foram efectuados de forma regular pontos de situação em relação aos vários estudos de avaliação em execução.

O COMPETE colaborou na discussão em torno das Especificações Técnicas e posteriormente integrou os grupos de acompanhamento dos seguintes estudos de avaliação, que deverão ser concluídas em 2010:

- Avaliação Global da Implementação do QREN (2007-2008);
- Avaliação do Modelo de Elaboração dos Regulamentos Específicos dos PO FEDER e Fundo de Coesão.

O COMPETE participou, também, no seminário desenvolvido pelo Observatório do QREN dedicado à “Avaliação e Monitorização Estratégica do QREN – novas perspectivas e desafios” (16 de Abril de 2009).

Em Abril, foi publicado o “Plano Global de Avaliação do QREN e dos Programas Operacionais”, permitindo um conhecimento alargado sobre os objectivos e exercícios de avaliação a desenvolver no âmbito do QREN.

Para 2010, conforme estabelecido no Plano de Avaliação do COMPETE irá proceder-se ao lançamento do procedimento de concurso público para a realização do estudo de Avaliação Intercalar do COMPETE.

Tendo presentes os diferentes ritmos de realização dos vários Eixos de intervenção do Programa, será expectável a revisão, em 2010, do Plano de Avaliação, ajustando-o a esta dinâmica.



4. REALIZAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Neste capítulo analisam-se os progressos em matéria de realização física e financeira do Programa desde o seu início, dando especial atenção ao ano de 2009. A análise em termos de candidaturas e aprovações do Programa far-se-á em termos globais, temáticas prioritárias e por eixo prioritário, seguindo-se a análise financeira de aprovações, pagamentos e execução.

Os dados apresentados reportam-se à situação do Programa a 31 de Dezembro de 2009.¹³

No Anexo H encontra-se a lista dos projectos aprovados até final de 2009 (excluindo os que foram objecto de anulação até à referida data).

4.1 REALIZAÇÃO FÍSICA GLOBAL

O ano de 2009 ficou marcado pelo lançamento de 56 concursos repartidos em 2 fases, com uma dotação prevista de 758 milhões de euros e pela análise dos concursos da 2.ª fase de 2008 e 1.ª fase de 2009.

Além destes concursos, foram igualmente endereçados 6 convites no âmbito do SIAC e SAMA, envolvendo um investimento de 32,5 milhões de euros.

Na sequência do processo iniciado em 2008 de reconhecimento de Estratégias de Eficiência Colectiva – EEC (nomeadamente Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters), o ano de 2009 foi ainda marcado por uma estratégia de focalização dos apoios a projectos inseridos nestas EEC.

Assim, dos 56 concursos lançados em 2009, 16 concursos previam dotação específica para projectos enquadráveis em EEC e outros 23 concursos tinham uma natureza temática (Apoio ao Sector Automóvel, a Redes de Nova Geração, ao Sector Energia, ao Sector dos Transportes e Apoio para áreas específicas do conhecimento científico).

¹³ Os valores referentes a 2008 incluem projectos recepcionados pela FCT nesse ano e registados no SI POFC em 2009, bem como projectos que transitaram de Autoridade de Gestão, pelo que não constaram do Relatório de Execução de 2008.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise detalhada das candidaturas recepcionadas e dos projectos aprovados e contratados no âmbito do COMPETE, primeiro a nível global e depois por Eixo Prioritário.

No capítulo 4.2 serão analisados os projectos do COMPETE agrupados pelas respectivas dimensões estratégicas.

4.1.1. Candidaturas e Aprovações

Foram recepcionadas desde o início do Programa 8.906 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 12,5 mil milhões de euros, das quais 6.612 durante o ano de 2009.

Analisando o ritmo da procura ao Programa, constata-se que se verificou um elevado nível de procura face ao registado nos primeiros anos (perto de $\frac{3}{4}$ do total das candidaturas foram recepcionadas durante o ano de 2009), essencialmente devido ao elevado número de candidaturas registadas nos sistemas de apoio a entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN) e Acções Colectivas (SIAC).

No que se refere à procura de apoio ao investimento empresarial, exceptuando os projectos transitados do QCA III, verifica-se uma ligeira redução do volume de investimento face ao ano anterior (redução de 15% face ao volume de investimento de 2008). De facto, com excepção dos projectos do Regime Especial (que registaram um aumento de cerca de 1/3), as restantes tipologia de apoio empresariais apresentaram uma redução generalizada de cerca 40% face a 2008.

Tabela 4.1: Candidaturas Recepcionadas por Eixo Prioritário, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Candidaturas (2009)		Candidaturas (2007-2009)	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	5.668	1.162.867	6.692	1.691.642
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	633	3.422.733	1.677	9.607.380
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	4	59.500	5	213.700
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	66	143.992	256	610.188
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	233	248.124	252	294.597
EIXO VI - Assistência Técnica	8	19.149	24	45.885
TOTAL COMPETE	6.612	5.056.366	8.906	12.463.392

Fonte: SI POFC

Uma análise por fases de candidatura¹⁴ permite verificar que, à semelhança do ano anterior, mais de metade do investimento proposto está associado às candidaturas não enquadráveis no regime de concursos onde, como se poderá verificar na análise do Eixo II, se inserem os grandes projectos de investimento empresarial (Regime Especial, Projectos de Interesse Estratégico e Projectos transitados do QCA III).

Tabela 4.2: Candidaturas Recepcionadas por Fase, 2007-2009

Unid: Mil Euros

| 81

Fase de Candidatura	Candidaturas (2009)		Candidaturas (2007-2009)	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
1.ª Fase de 2007	0	0	598	1.648.481
1.ª Fase de 2008	0	0	578	958.525
2.ª Fase de 2008	3.149	654.827	3.510	1.184.058
1.ª Fase de 2009	811	1.302.947	811	1.302.947
2.ª Fase de 2009 (*)	2.623	583.722	2.623	583.722
Convites	12	102.519	712	356.517
Não Enquadráveis em Concursos	17	2.412.351	74	6.429.141
TOTAL COMPETE	6.612	5.056.366	8.906	12.463.392

Legenda: (*) Fase com vários concursos a decorrer no final de 2009

Legenda: Não Enquadráveis em Concursos – corresponde a projectos do SI Inovação: (i) transitados do QCA III, (ii) projectos do regime especial e (iii) projectos de interesse estratégico nacional; (projectos da Assistência Técnica; projectos do regime especial do SI I&DT.

Fonte: SI POFC

Analisando a procura em termos de concursos, verifica-se que na 1.ª fase de 2009 se registou, na maioria dos instrumentos, uma recuperação do volume de investimentos recepcionado em relação aos concursos lançados em 2008, o que se reflecte de importância significativa, funcionando o COMPETE, em contra-ciclo, como indutor de crescimento económico.

Assim, ao nível do SI Inovação (instrumento que concentra metade do investimento recepcionado nos concursos lançados desde o início do Programa), verificou-se uma forte procura inicial na 1.ª fase de 2007¹⁵, um posterior abrandamento nas fases de 2008 e uma recuperação da procura na 1.ª fase de 2009¹⁶.

Ao nível do apoio à modernização da administração pública (SAMA), ao contrário dos outros instrumentos, confirma-se, na 1.ª fase de 2009, a tendência da redução da procura.

¹⁴ As fases de candidatura reportam-se às datas de abertura dos concursos e não às datas de recepção das candidaturas. Assim, estes dados diferem ligeiramente dos reportados com referência ao ano de recepção das candidaturas.

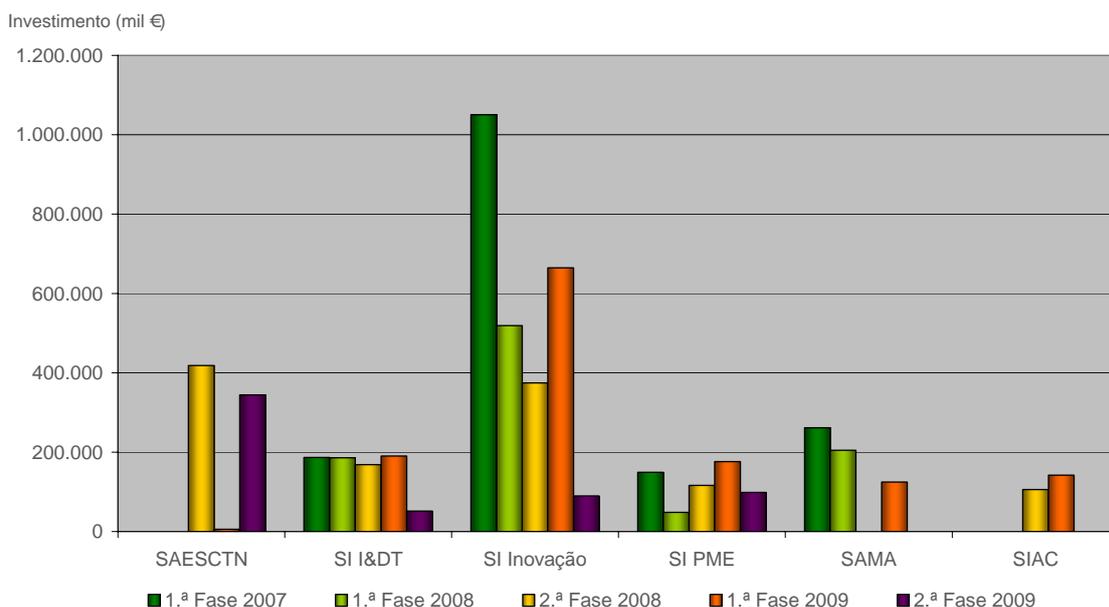
No caso particular do SAESCTN, os concursos são lançados com referência às prioridades estratégicas no domínio do conhecimento científico e tecnológico e principais linhas de orientação política em matéria de Ciência e Tecnologia (C&T). Assim, não se poderá falar de fases de submissão de candidaturas, nem fazer uma análise comparativa das candidaturas recepcionadas em fases sucessivas sem as devidas reservas, o que não invalida a identificação em absoluto do número de propostas recepcionadas em cada semestre.

¹⁵ Que, como se constatou no Relatório de Execução anterior, se refere a investimento recepcionado em 2008.

¹⁶ Como foi referido acima, a 2.ª fase de 2009 terminou a recepção de candidaturas durante o primeiro trimestre de 2010.

Relativamente ao SAESCTN, verifica-se uma forte procura nos concursos lançados, conforme se pode verificar na análise do Eixo I, com destaque para os concursos destinados à apresentação de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos.

Gráfico 4.1: Volume de Investimento Recepcionado nos Concursos, por Fase de Recepção de Candidaturas, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Do total de candidaturas recepcionadas desde o início do Programa, verifica-se que, no final de 2009, se encontravam analisadas (com decisão ou com desistência) 52% das candidaturas, envolvendo perto de ¼ do investimento total apresentado.

Note-se que, do total de candidaturas em fase de análise, mais de metade se refere a projectos do SAESCTN recepcionados no final de 2009.

Assim, excluindo os projectos de concursos cuja data limite de recepção de candidaturas ou de análise ocorre em 2010, bem como as candidaturas não enquadráveis em concursos (que normalmente envolvem um processo de negociação e, por isso, sem prazos de análise fixados), constata-se que o peso das candidaturas analisadas sobe para 98%.

Tabela 4.3: Situação das Candidaturas Recepcionadas, 2007-2009

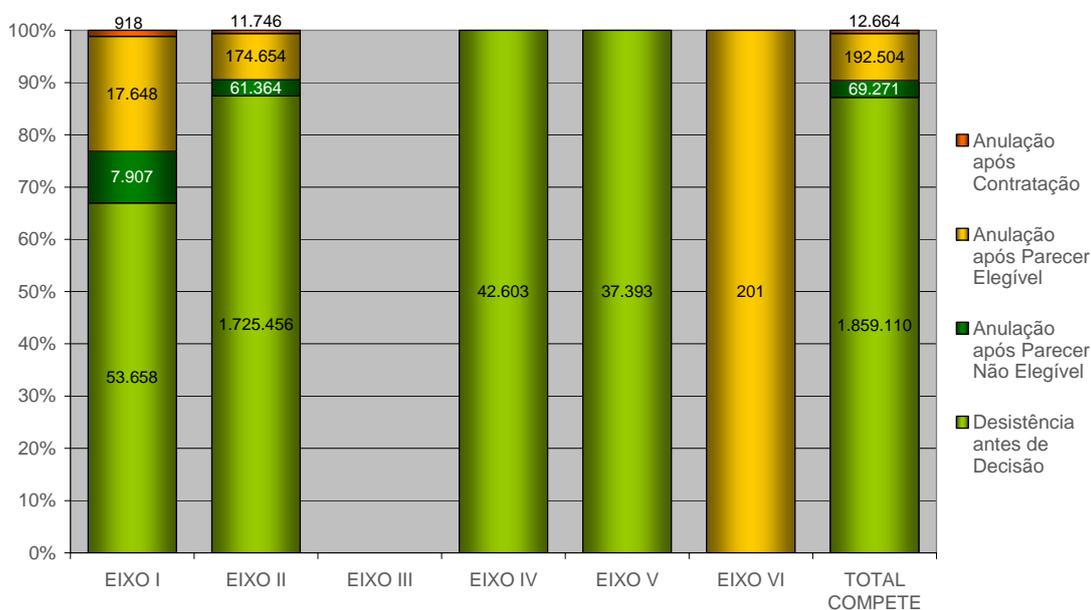
Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Candidaturas com Decisão		Desistências e Anulações		Candidaturas em fase de Decisão	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
1.ª Fase de 2007	485	1.270.594	113	377.887	0	0
1.ª Fase de 2008	494	838.294	84	120.232	0	0
2.ª Fase de 2008	2.660	916.712	102	153.437	748	113.910
1.ª Fase de 2009	511	866.412	61	200.239	239	236.295
2.ª Fase de 2009	66	1.843	6	5.280	2.551	576.600
Convites	14	266.056	0	0	698	90.460
Não Enquadráveis em Concursos	37	2.654.227	11	1.276.473	26	2.498.440
TOTAL COMPETE	4.267	6.814.138	377	2.133.549	4.262	3.515.705

Fonte: SI POFC

Na actual fase do Programa e de acordo com o Gráfico 4.2, verifica-se que as desistências e anulações¹⁷ ocorrem maioritariamente antes da decisão: dos projectos objecto de desistência ou anulação, 87% do investimento foi objecto de desistência ou anulação antes da decisão da Autoridade de Gestão.

Gráfico 4.2: Volume de Investimento (mil €) objecto de desistência/anulação, por Eixo Prioritário, 2007-2009



Fonte: SI POFC

¹⁷ Por desistência entende-se a opção de desistir da candidatura manifestada pelo promotor durante o processo de decisão do projecto. As anulações traduzem as desistências formalizadas após decisão de financiamento dos projectos.

Os 126 projectos anulados que já tinham sido objecto de aprovação originaram uma descativação de 58 milhões de euros de incentivo. Destes, 7 projectos estavam já contratados.

Em 2009, 1.536 projectos¹⁸ obtiveram a primeira decisão de aprovação, envolvendo um investimento elegível de 2,4 mil milhões de euros e um incentivo de 860,6 milhões de euros. Dos projectos aprovados em anos anteriores, 14 sofreram, em 2009, alterações nos valores de aprovação e 33 foram objecto de anulação¹⁹.

84 |

Tabela 4.4: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2009 Unid: Mil Euros

EIXO	Proj. com 1.ª decisão de aprovação em 2009			Proj. aprovados em 2007-2008 com variação dos valores aprovados em 2009			Proj. aprovados em 2007-2008 com anulação em 2009		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	814	200.194	123.768	7	747	278	9	-3.410	-1.461
EIXO II	520	1.820.843	506.220	7	-11.144	-4.194	24	-52.509	-20.028
EIXO III	2	45.500	31.850	0	0	0	0	0	0
EIXO IV	90	216.343	111.111	0	0	0	0	0	0
EIXO V	98	113.298	80.792	0	0	0	0	0	0
EIXO VI	12	10.358	7.250	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.536	2.406.536	860.991	14	-10.397	-3.917	33	-55.919	-21.489

Fonte: SI POFC

Assim, em termos acumulados, encontram-se aprovados, no final do ano em análise, 2.052 projectos com um investimento elegível de 4,7 mil milhões de euros e um incentivo de 1,7 mil milhões de euros.

As aprovações de 2009²⁰ quadruplicaram o número de projectos aprovados em 2008 e duplicaram o incentivo aprovado.

Tabela 4.5: Projectos com Variação dos Valores de Aprovação em 2009 Unid: Mil Euros

EIXO	2009			2007-2009		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	814	197.530	122.584	923	338.599	192.628
EIXO II	520	1.757.190	481.997	874	3.728.449	1.048.803
EIXO III	2	45.500	31.850	3	199.700	139.790
EIXO IV	90	216.343	111.111	140	343.153	177.504
EIXO V	98	113.298	80.792	98	113.298	80.792
EIXO VI	12	10.358	7.250	14	19.283	13.498
TOTAL COMPETE	1.536	2.340.219	835.858	2.052	4.742.482	1.653.016

Fonte: SI POFC

¹⁸ Dos quais 12 projectos foram objecto de primeira decisão não elegível em 2008.

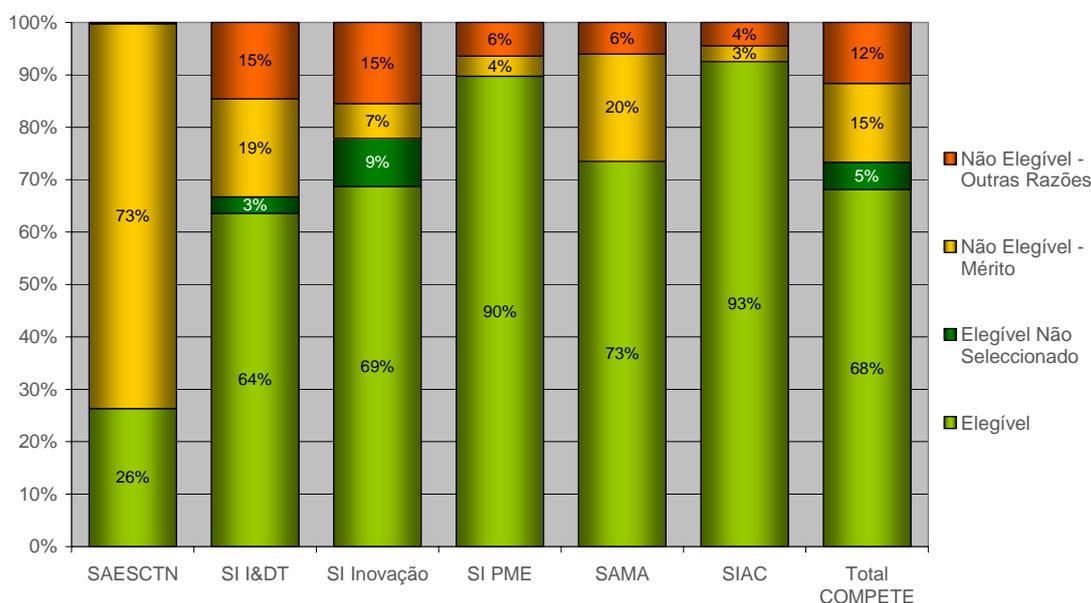
¹⁹ Há um projecto que se encontrava aprovado no âmbito do POFC e que foi reenquadrado no âmbito do respectivo PO Regional, que não está contabilizado nem nas variações ocorridas em 2009 (uma vez que o projecto, formalmente, não foi anulado) nem no valor total de projectos aprovados (uma vez que o projecto já não está afecto ao POFC).

²⁰ Nas aprovações do ano são contabilizadas, em termos de valores, todas as variações ocorridas; no entanto, para evitar duplicação de contagem do número de projectos, no número de projectos são inseridos apenas os que foram objecto de primeira aprovação em 2009.

No âmbito dos projectos analisados em concursos COMPETE, constata-se que 48% foram seleccionados para financiamento (representando 68% do investimento proposto).

Relativamente às razões de não elegibilidade, verifica-se que 87% dos projectos não foram aprovados devido ao seu mérito (83% com decisão não elegível, que não atingiram as pontuações mínimas previstas nos AAC e os restantes 4% com decisão de elegível não seleccionado, cujas pontuações não foram suficientes para garantir o apoio), sendo a não aprovação dos restantes 13% devida a razões formais (que não o mérito do projecto).

Gráfico 4.3: Taxas de Aprovação e Não Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2009



Fonte: SI POFC

Quanto à fase de recepção de candidaturas, foi no âmbito dos concursos da 2.ª fase de 2008 que mais candidaturas foram aprovadas (perto de metade do número de projectos aprovados), apesar de ter sido na 1.ª fase de 2007 que mais incentivo foi atribuído (sendo os valores apresentados já líquidos de quebras de anulação). Este resultado reflecte a conclusão do processo de decisão de um concurso para projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos, lançado no 2.º semestre de 2008 que, como se referiu anteriormente, registou um elevado número de candidaturas.

Destaque-se ainda o facto de cerca de metade do investimento elegível apoiado ser referente a projectos não enquadráveis em concursos, correspondendo a grandes projectos de investimento inseridos no SI Inovação.

Tabela 4.6: Projectos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2009

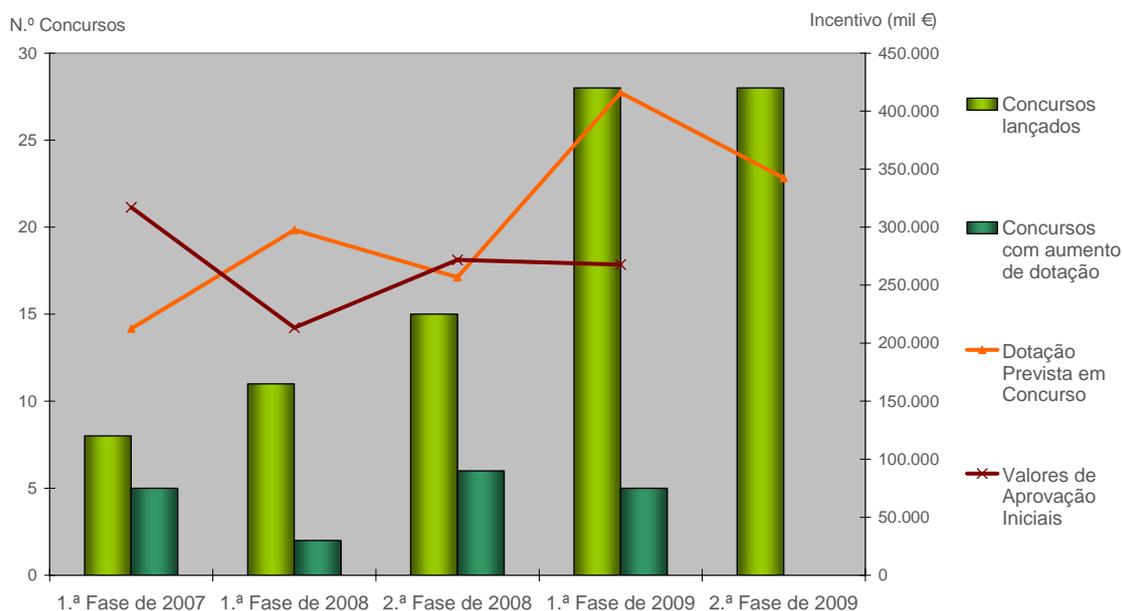
Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Dotação Prevista em Concurso	Projectos Aprovados		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1.ª Fase de 2007	212.500	290	679.317	294.604
1.ª Fase de 2008	297.500	281	472.221	205.940
2.ª Fase de 2008	256.750	986	445.221	247.531
1.ª Fase de 2009	415.950	386	495.901	264.291
2.ª Fase de 2009	342.416	60	1.670	1.247
Convites		14	262.536	181.267
Não Enquadráveis em Concursos		35	2.385.616	458.135
TOTAL COMPETE	1.525.116	2.052	4.742.482	1.653.016

Fonte: SI POFC

O estímulo ao investimento traduziu-se no aumento do ritmo de lançamento de concursos bem como dos montantes previstos para as respectivas dotações.

Gráfico 4.4: Concursos Lançados e Valores de Aprovação Iniciais, por Fase de Concurso, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Em termos de aprovação, é a região do Norte a maior destinatária dos apoios COMPETE, concentrando 39,4% dos projectos aprovados e 33,8% do incentivo atribuído. Destaque-se ainda o facto do investimento médio por projecto ser substancialmente maior na região do Alentejo (17,2 milhões de euros por projecto), face à média total de 2,3 milhões de euros).

Tabela 4.7: Projectos Aprovados por Região, 2007-2009

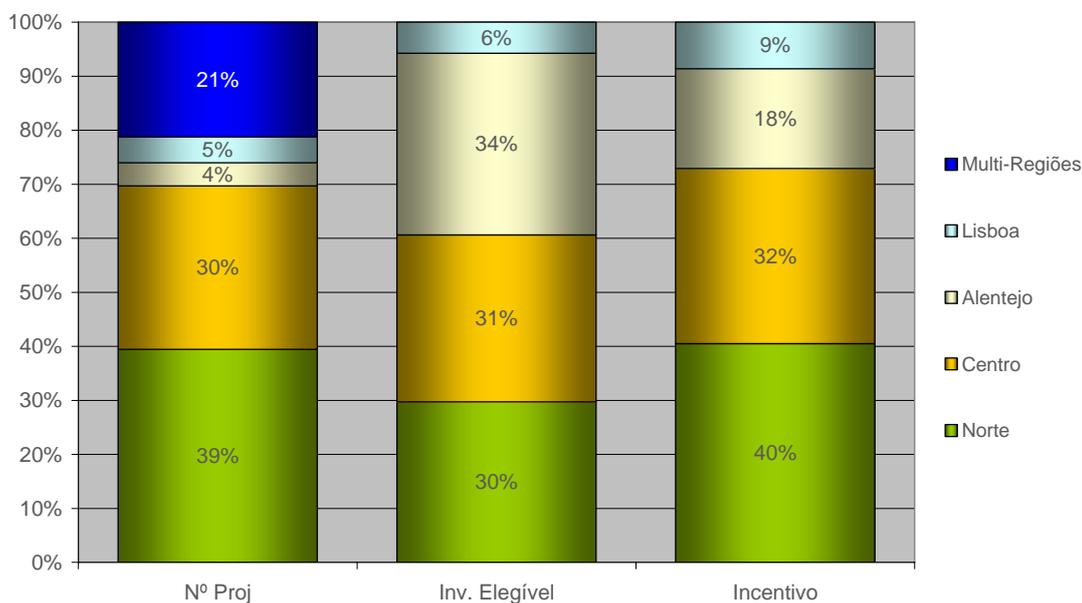
Unid: Mil Euros

Região (NUTS II)	Projectos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	809	1.204.321	559.588
Centro	621	1.343.623	465.428
Alentejo	88	1.510.854	262.650
Lisboa	99	224.230	107.518
Multi-Regiões Convergência	379	327.206	180.235
Multi-Regiões Convergência + Lisboa	56	132.248	77.596
<i>Valores referentes a Regiões Convergência</i>		63.560	42.487
<i>Valores referente a referentes a Lisboa</i>		68.689	35.109
TOTAL COMPETE	2.052	4.742.482	1.653.016

Fonte: SI POFC

Subdividindo os projectos multi-regiões convergências pelas respectivas NUTS II, constata-se que a Região Norte concentra 40% do incentivo atribuído no COMPETE.

Gráfico 4.5: Projectos Aprovados por Região, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Como já lembrado no Capítulo anterior, no âmbito do COMPETE, os projectos promovidos por micro e pequenas empresas com investimento localizado nas regiões de convergência têm um apoio residual, enquadrando-se neste Programa apenas as situações em que uma micro ou pequena empresa tem investimentos localizados em mais do que uma Região. No quadro do COMPETE é a componente das médias empresas, nas PME, que constitui o segmento

principal de empresas alvo (conforme ponto 2.1.7.6). Deste modo, a análise da dimensão das empresas promotoras dos projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos deverá ter presente esta realidade.

No que respeita ao investimento empresarial, verifica-se uma predominância de apoios a PME, em termos de número de projectos apoiados (76%), e a Não PME, quando considerado o investimento apoiado (79%).

Quanto aos promotores não empresariais, em 2009 verificou-se um aumento do seu peso relativo em termos de número de projectos apoiados (perto de metade do total de projectos aprovados) embora, tendo em conta o seu reduzido incentivo médio por projecto, os mesmos concentrem apenas cerca de 1/3 do incentivo atribuído até 31 de Dezembro de 2009, situação que reflecte a aprovação de um elevado número de pequenos projectos inseridos no SAESCTN.

Tabela 4.8: Projectos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Tipo de Promotor	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	16	38.118	25.154
Pequena empresa	25	43.209	28.431
Média empresa	799	721.910	340.740
Não PME	269	3.029.875	717.179
TOTAL Empresas	1.109	3.833.112	1.111.504
Entidades públicas	375	614.312	365.834
Ent. privadas sem fins lucrativos	568	295.059	175.678
TOTAL Outros Promotores	943	909.370	541.512
TOTAL COMPETE	2.052	4.742.482	1.653.016

Fonte: SI POFC

Do total de projectos aprovados, no final de 2009 encontravam-se contratados cerca de 58%, correspondendo a 83% do incentivo aprovado.

Tabela 4.9: Projectos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projectos Contratados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	253	221.469	118.558
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	736	3.337.459	877.210
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	3	199.700	139.790
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	105	285.688	147.971
EIXO V - Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial	91	106.887	76.227
EIXO VI - Assistência Técnica	11	14.958	10.471
TOTAL COMPETE	1.199	4.166.161	1.370.227

Fonte: SI POFC

| 89

4.1.2. Caracterização das Empresas Beneficiárias

Apresenta-se, ao longo deste ponto, uma caracterização das empresas beneficiárias do Programa, tendo em conta a sua importância na economia nacional.

Para tal, considera-se como “Contexto Convergência” o valor apurado na economia portuguesa, correspondente a empresas com mais de 50 trabalhadores, dos sectores de actividade apoiados pelo Programa, de acordo com o definido no Enquadramento dos Sistemas de Incentivos (Decreto-Lei n.º 65/2009), nas regiões NUTS II, Norte, Centro e Alentejo.

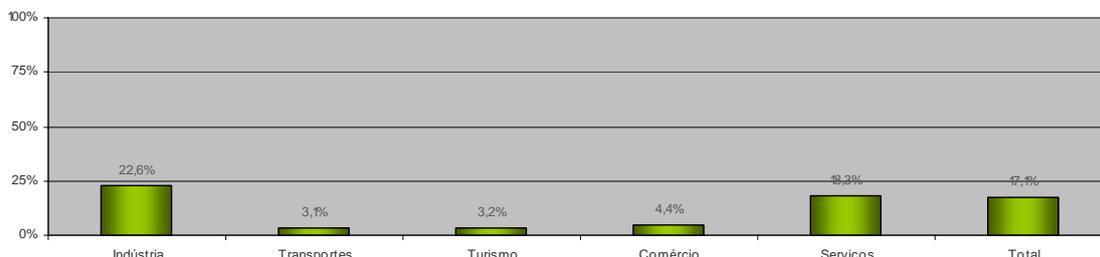
Em termos de VAB, em 2007, calculou-se que o “Contexto Convergência” corresponde a cerca de 17% do VAB total gerado pela Economia²¹.

As empresas apoiadas pelo Programa (com ano pré-projecto 2007²²) correspondem, em termos de VAB, a 17,1% do “Contexto Convergência”, sendo que, no sector da Indústria, esse peso sobe aos 22,6%.

²¹ Valor por dimensão de empresa estimado ponderando, para cada CAE (Rev.3), o valor nacional das empresas com mais de 50 trabalhadores pelo o peso das regiões convergência no total nacional. Na falta de valores disponíveis foram utilizados os pesos médios de cada região/tipo de empresa, no total nacional. Para a divisão 21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas e subclasse 93192 - Outras actividades desportivas, n.e. a estimativa teve por base valores de 2008. Os dados não incluem a Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e a subclasse 64202 - Actividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras. Nas divisões 50 a 52 da CAE foi considerado apenas o valor para as médias empresas. Os dados COMPETE referem-se a empresas de média e grande dimensões.

²² Foram incluídos também os 19 projectos existentes com ano pré-projecto anterior a 2007.

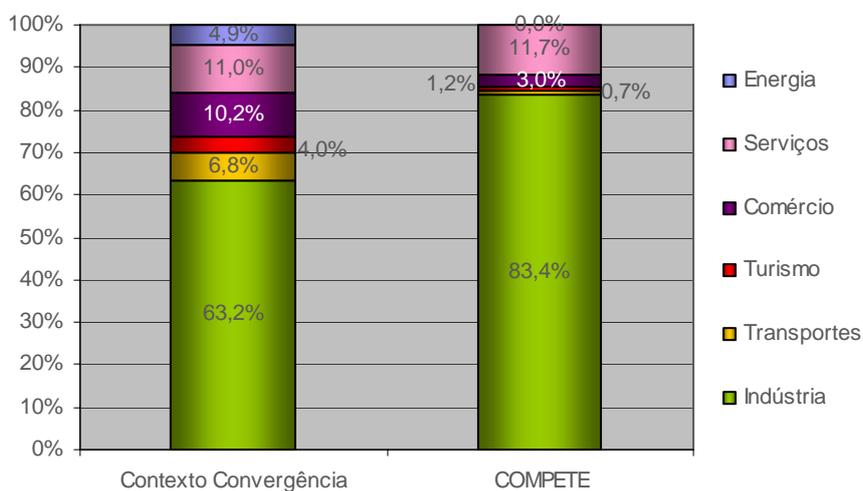
Gráfico 4.6: VAB Pré-Projecto das Empresas Apoiadas pelo COMPETE no VAB “Contexto Convergência”, por Sector de Actividade, 2007 (Ano Pré-Projecto)



Fonte: SI POFC; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3), 2007; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007.

Quer na estrutura do VAB do “Contexto Convergência”, quer na estrutura do VAB das empresas apoiadas (Gráfico 4.7), destaca-se a preponderância do sector da Indústria, sendo esta mais acentuada no âmbito do Programa (83,4% do VAB pré-projecto refere-se a empresas deste sector de actividade).

Gráfico 4.7: Estrutura Sectorial do VAB “Contexto Convergência” e do VAB das Empresas Apoiadas pelo COMPETE, 2007 (Ano Pré-Projecto)



Fonte: SI POFC; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3), 2007; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007

As CAE que apresentam um peso superior na estrutura do Programa face ao “Contexto Convergência”, em termos de VAB, são as seguintes:

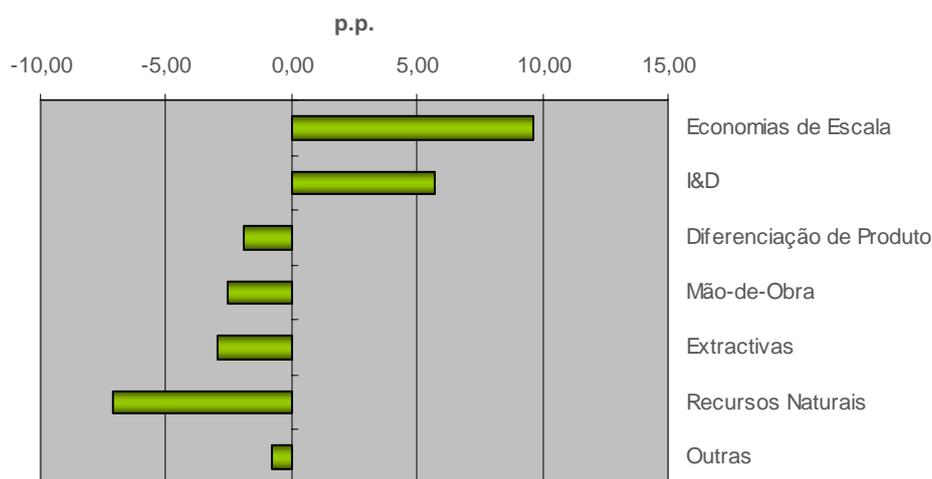
Tabela 4.10: Actividades com maior peso na estrutura COMPETE face ao “Contexto Convergência”

22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis
26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos
11 - Indústria das bebidas
27 - Fabricação de equipamento eléctrico
16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria

| 91

Circunscrevendo a análise apenas ao sector da Indústria (Gráfico 4.8), classificando as CAE de acordo com o principal factor de competitividade²³ e comparando, uma vez mais, a estrutura dos apoios COMPETE face ao “Contexto de Convergência”, verifica-se uma orientação do Programa para as actividades competitivas em escala e em I&D, sendo de destacar, respectivamente, as CAE 22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas e CAE 26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos.

Gráfico 4.8: Diferenças entre a Estrutura do VAB das Empresas Apoiadas pelo COMPETE e a Estrutura do VAB “Contexto Convergência”, no Sector da Indústria, 2007 (Ano Pré-Projecto)

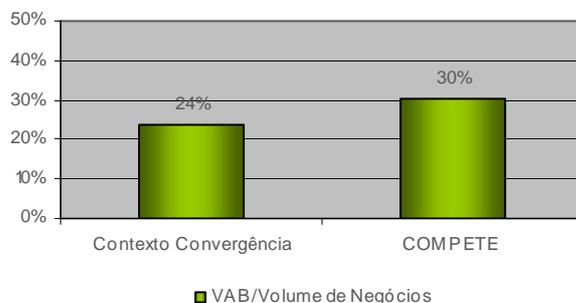


Fonte: SI POFC; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3), 2007; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007

²³ Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, Anexo 4

O rácio VAB/Volume de Negócios da Indústria, apresentado no Gráfico 4.9, revela um maior peso do valor acrescentado no volume de negócios das empresas apoiadas pelo COMPETE.

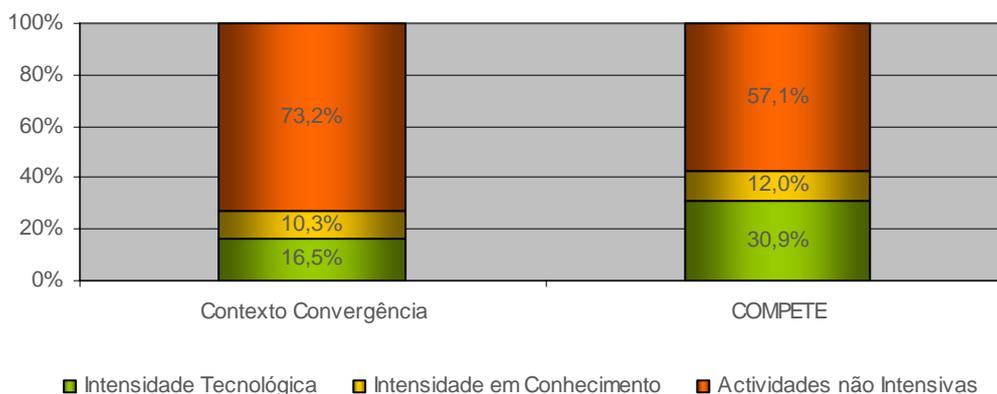
Gráfico 4.9: Rácio VAB/Volume de Negócios – Sector da Indústria, 2007



Fonte: SI POFC; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3), 2007; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007; INE, Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica, 2007; INE, Volume de negócios (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007. Dados COMPETE: Mediana dos Projectos.

Agrupando os sectores e classificando as CAE apoiáveis de acordo com o grau de intensidade tecnológica (Gráfico 4.10), os dados apontam para uma aposta nas actividades intensivas em tecnologia e conhecimento e, em especial, nas primeiras (30,9% no COMPETE face a 16,5% no “Contexto Convergência”).

Gráfico 4.10: Estrutura do VAB das Empresas Apoiadas pelo COMPETE e do VAB “Contexto Convergência”, por Intensidade Tecnológica, 2007 (Ano Pré-Projecto)

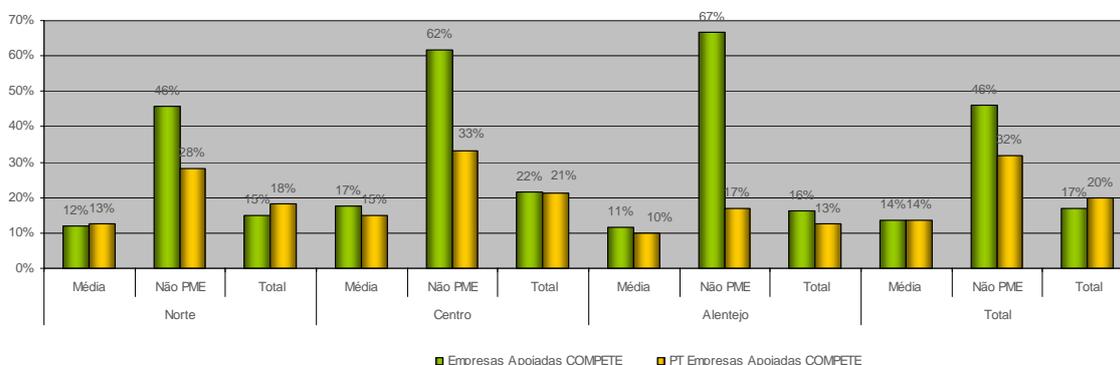


Fonte: SI POFC; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3), 2007; INE, Valor acrescentado bruto (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007

Com base nas divisões a 2 dígitos da CAE²⁴, verifica-se que, em termos de número de empresas, mais de 40% das médias empresas e das Não PME existentes no nosso país²⁵, estão situadas nas regiões de convergência (Norte, Centro e Alentejo). Deste universo, verifica-se que 16,9% das empresas contam com projectos aprovados no COMPETE.

Em termos de Postos de Trabalho, as empresas beneficiárias do programa empregam cerca de 20% dos Postos de Trabalho do total do universo “Contexto Convergência”, taxa que se aproxima dos 32% nas Não PME.

Gráfico 4.11: Empresas Apoiadas face ao “Contexto Convergência”, 2007-2009



Nota: Foram consideradas na sua totalidade as divisões 05 a 33; 35; 37 a 39; 45 a 47; 49; 52; 55; 56; 58; 59; 62; 63; 69 a 75; 78 a 82; 90; 91; 93; 95; 96 e 98 da CAE (Rev.3). O “Contexto Convergência” tem em conta apenas as empresas existentes em 2008.

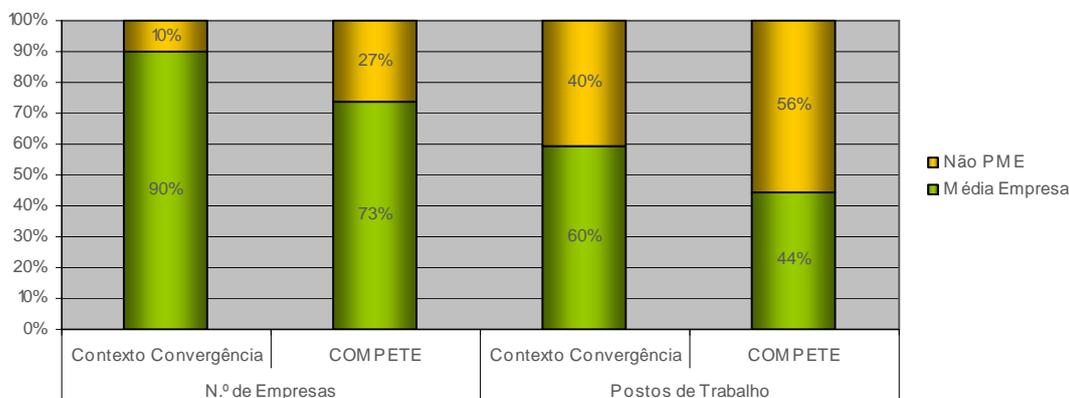
Fonte: SI POFC; Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social, Quadros de Pessoal, 2008.

Quanto à estrutura, verifica-se, no COMPETE, uma presença mais forte das Não PME face ao “Contexto Convergência”, sendo que estas representam 27% das empresas apoiadas e envolvem mais de metade dos Postos de Trabalho.

²⁴ Foi considerada a totalidade das divisões, pelo que não houve discriminação ao nível da classe. Os dados não incluem a Secção A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e a subclasse 64202 - Actividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras.

²⁵ Quadros de Pessoal de 2008 do Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Gráfico 4.12: Distribuição das Empresas Apoiadas por Dimensão, 2007-2009

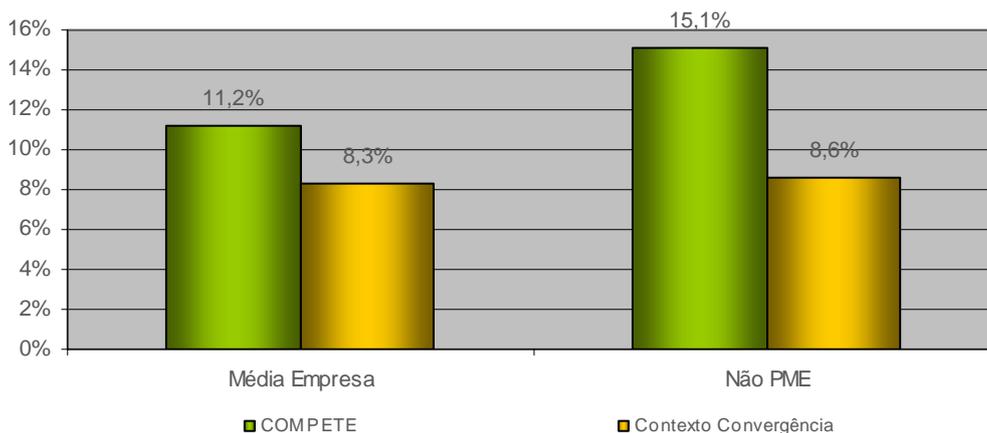


Nota: Foram consideradas na sua totalidade as divisões 05 a 33; 35; 37 a39; 45 a 47; 49; 52; 55; 56; 58; 59; 62; 63; 69 a 75; 78 a 82; 90; 91; 93; 95; 96 e 98 da CAE (Rev.3). O "Contexto Convergência" tem em conta apenas as empresas existentes em 2008.

Fonte: SI POFC; Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social, Quadros de Pessoal, 2008.

Relativamente à qualificação dos postos de trabalho os dados revelam um nível de qualificação mais elevado nas empresas apoiadas pelo Programa. Estas evidenciam níveis de qualificação mais elevados relativamente ao total das empresas do "Contexto de Convergência".

Gráfico 4.13: Postos de Trabalho Qualificados no Total dos Postos de Trabalho, 2007-2009



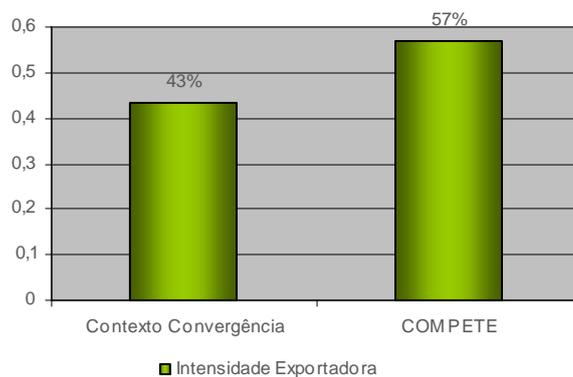
Nota: Foram consideradas na sua totalidade as divisões 05 a 33; 35; 37 a39; 45 a 47; 49; 52; 55; 56; 58; 59; 62; 63; 69 a 75; 78 a 82; 90; 91; 93; 95; 96 e 98 da CAE (Rev.3). O "Contexto Convergência" tem em conta apenas as empresas existentes em 2008. Dados COMPETE: Mediana dos Projectos.

Fonte: SI POFC; Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social, Quadros de Pessoal, 2008.

Considerando apenas a Indústria, focalizando as Exportações de Bens, as empresas referentes ao "Contexto Convergência", representam em 2007, 48% do total das exportações

nacionais. Desse potencial, 21,4% correspondem a exportações de empresas apoiadas pelo Programa. A comparação dos rácios de Intensidade Exportadora do “Contexto Convergência” com o do COMPETE, no sector da Indústria, aponta para um maior peso relativo das empresas exportadoras no programa.

Gráfico 4.14: Intensidade Exportadora (Exportações/Volume de Negócios) – Sector da Indústria, 2007



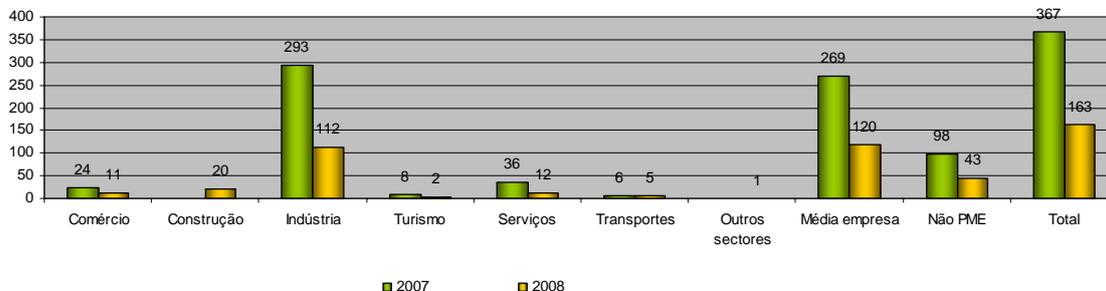
Fonte: SI POFC; INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bem, Exportações (€) de bens por Localização geográfica (NUTS - 2002); 2007; INE, Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica, 2007; INE, Volume de negócios (€) das empresas por Actividade económica (CAE Rev. 3) e Escalão de pessoal ao serviço, 2007.

Nos gráficos seguintes apresentam-se alguns rácios económico-financeiros relativos às médias e grandes empresas apoiadas pelo COMPETE (anos pré-projecto 2007 e 2008), por sector de actividade e dimensão.

Para além da sua caracterização enquanto beneficiárias do Programa, um dos objectivos desta análise é aferir a forma como, com base nos dados apresentados no ano anterior à apresentação da candidatura, as empresas foram afectadas pelo contexto socioeconómico. De referir que a inclusão dos projectos relativos a Concursos de 2009 ainda não decididos, permitirá alargar a base de dados e consolidar este exercício.

Os valores aqui apresentados resultam da mediana ou média dos 2 valores medianos dos rácios/valores calculados para cada uma das empresas individualmente.

Gráfico 4.15: Empresas Apoiadas – Universo, 2007 e 2008 (anos pré-projecto)



96 |

Gráfico 4.16: Empresas Apoiadas – VAB por Empresa (Mediana), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

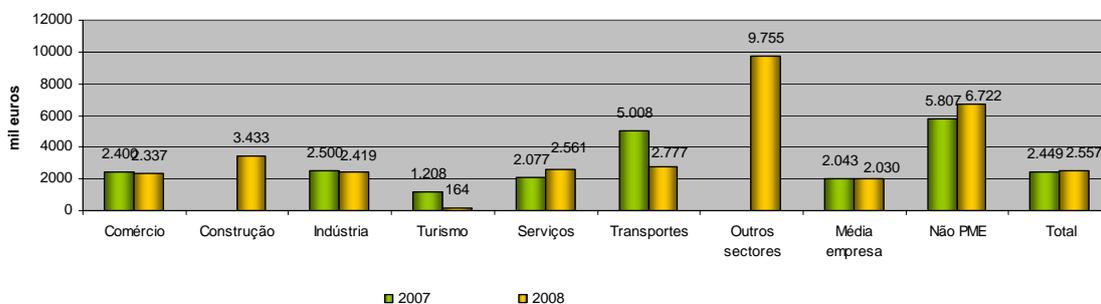


Gráfico 4.17: Empresas Apoiadas - Grau de Transformação (Mediana de VAB/VBP), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

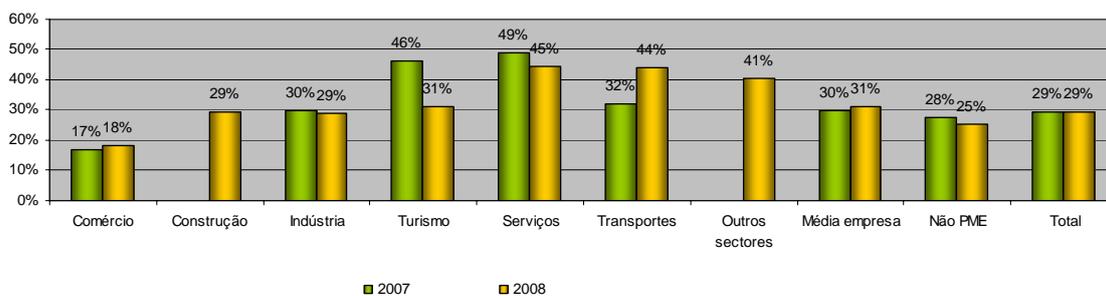


Gráfico 4.18: Empresas Apoiadas – Produtividade Aparente do Capital (Mediana de VAB/Activo Líquido), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

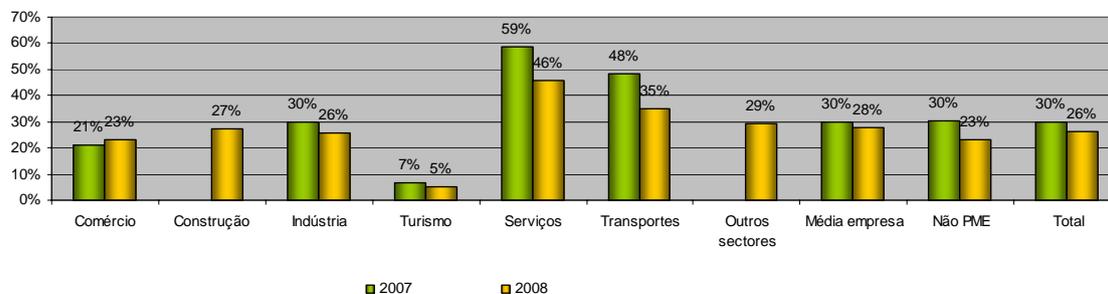


Gráfico 4.19: Empresas Apoiadas – Produtividade do Trabalho (Mediana de VAB/PT), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

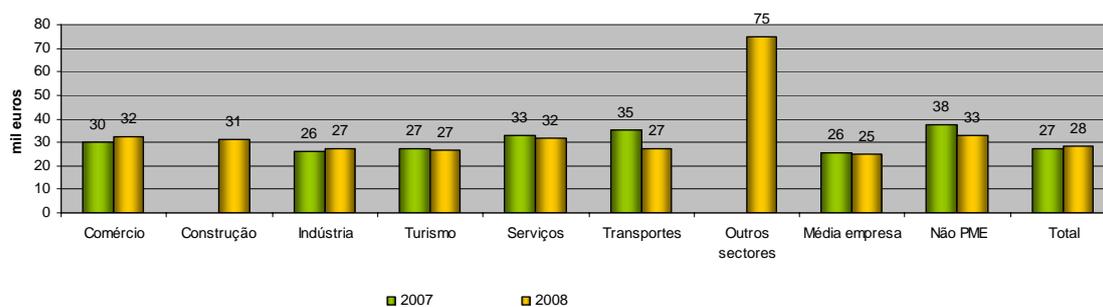


Gráfico 4.20: Empresas Apoiadas – Rotação do Activo (Mediana de Volume de Negócios/Activo Líquido), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

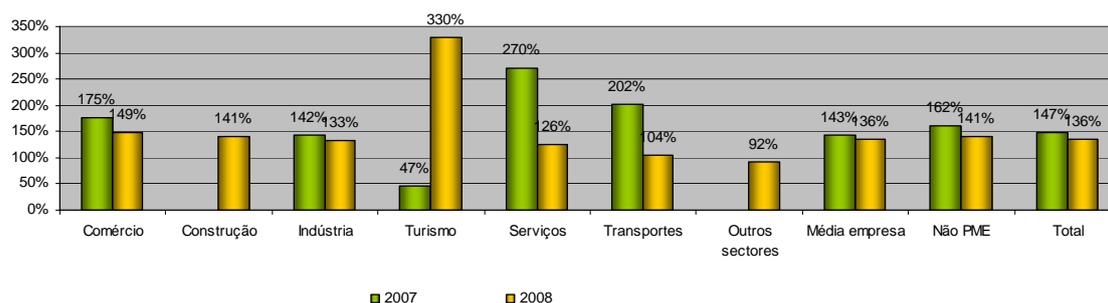
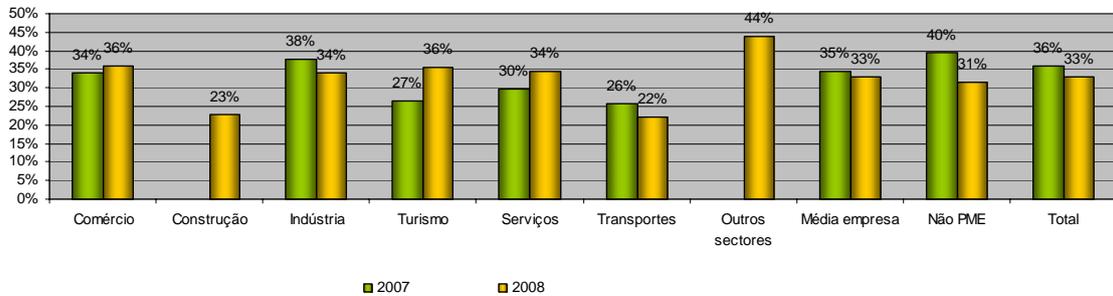


Gráfico 4.21: Empresas Apoiadas – Autonomia Financeira (Mediana de Capital Próprio/Activo Líquido), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)



98 |

Gráfico 4.22: Empresas Apoiadas – N.º de Postos de Trabalho por Empresa (Mediana), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

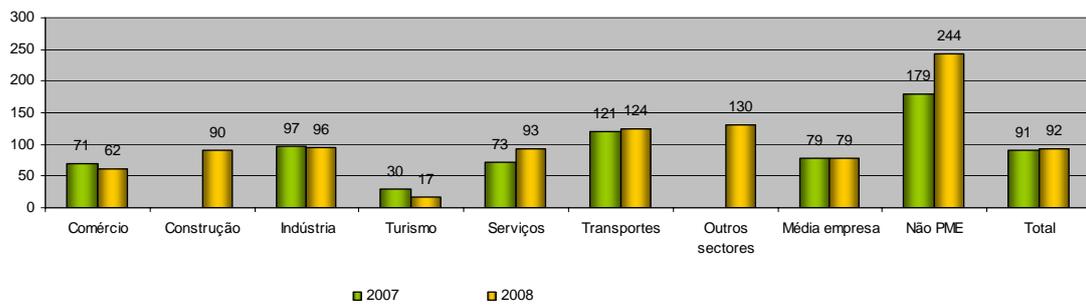


Gráfico 4.23: Empresas Apoiadas – Taxa de Enquadramento (Mediana de PT Qualificados/PT Totais), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)

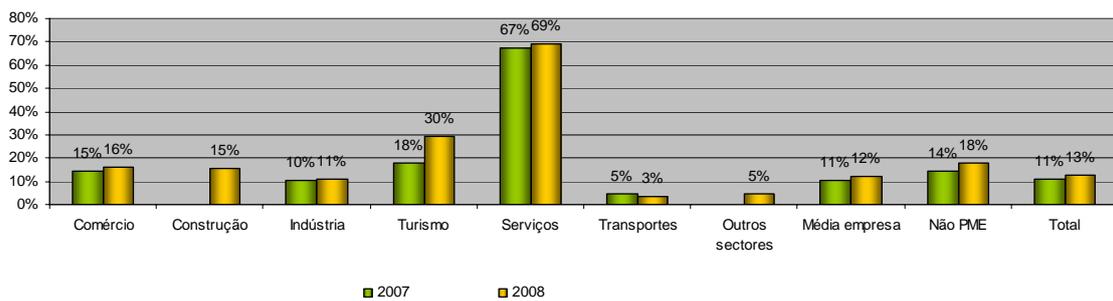
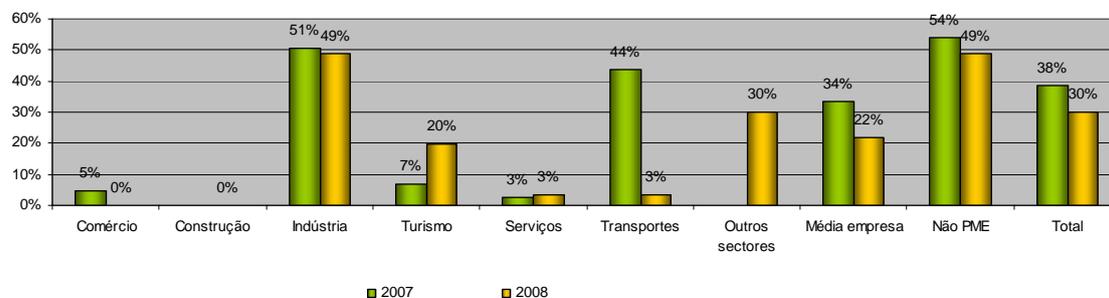


Gráfico 4.24: Empresas Apoiadas – Intensidade Exportadora (Mediana de Volume de Negócios Internacional/ Volume de Negócio Total), 2007 e 2008 (anos pré-projecto)



Fonte: SI POFC; Augusto Mateus & Associados, QREN – Sistema de Incentivos à Inovação: Análise e Proposta de Critérios de Selecção, Outubro de 2007.

4.1.3. Indicadores de Realização e Resultado

No âmbito do QREN foi estabelecido um conjunto de indicadores comunitários comuns de realização e resultado, de forma a sistematizar informação comparável e agregável à escala nacional e comunitária.

Em termos metodológicos, extensível aos indicadores específicos do Programa, os indicadores de realização são apurados anualmente tendo presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/execução dos vários instrumentos do Programa. Os indicadores de resultado, face à sua natureza, são apenas apurados em sede de encerramento dos projectos.

Explicitam-se de seguida os valores apurados a 31 de Dezembro de 2009, constando no Anexo C a tabela completa dos Indicadores de Realização Física (por Eixo Prioritário e Comuns Comunitários).

Tabela 4.11: Indicadores Comuns de Realização, 2009

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Total do PO	253
	5. N.º de projectos de cooperação empresas -instituições de investigação	Eixo I	112
	6. Empregos na investigação criados	Eixo I	(*)
	7. N.º de projectos	Eixos I, II e III	4.237
Ajudas directas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	55
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	(*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.750
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Total do PO	296
	23. N.º de projectos	Total do PO	8
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(*)
	34. N.º de projectos	Total do PO	24
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	38. N.º de projectos	Total do PO	2

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

Tendo em vista aferir e transmitir uma imagem dos progressos ao nível das realizações e resultados das intervenções do FEDER, foi criado um Sistema de Indicadores Comuns Nacionais para a Agenda Factores de Competitividade.

Tabela 4.12: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Factores de Competitividade, 2007-2009

Ref. ^a Indicador	Indicador	Eixos Relevantes	Realização Acumulada
ICN-Tri-001	N.º de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos)	I e II	733
ICN-Anual-002	N.º de empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos em Sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	244
ICN-Tri-002	Investimento total nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos (mil €)	I e II	3.875.899
	Investimento elegível nos projectos de apoio a empresas no âmbito dos sistemas de incentivos (mil €)	I e II	3.411.913
ICN-Tri-003	N.º de novas empresas / start-up apoiadas (não tinha iniciado actividade um ano antes do projecto ser apresentado) no âmbito dos sistemas de incentivos	I e II	52
ICN-Tri-004	N.º de novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	21
ICN-Anual-004	N.º de empresas apoiadas em sectores de produção transaccionável e internacionalizável	I e II	672
ICN-Anual-009	Garantias prestadas a PME	III	3.527
ICN-Tri-005	N.º de empresas apoiadas através de Instrumentos de Engenharia Financeira	III	3.484
ICN-Tri-006	Investimento total em I&DT (mil €)	I	266.873
	Investimento elegível em I&DT (mil €)	I	221.469
ICN-Anual-012	Investimento total em projectos de cooperação empresas - instituições de investigação (mil €)	I	128.645
	Investimento elegível em projectos de cooperação empresas - instituições de investigação (mil €)	I	118.309
ICN-Tri-007	N.º de Acções Colectivas com contratado celebrado	V	91
ICN-Anual-014	Investimento total nas Acções Colectivas (mil €)	V	124.264
	Investimento elegível nas Acções Colectivas (mil €)	V	106.887
ICN-Tri-008	N.º de lojas do cidadão, de centros multiserviços e balcões únicos em projectos contratados	IV	793

Fonte: SI POFC

Conforme se poderá constar ao longo do Relatório de Execução, quer pela aferição do actual nível de cumprimento dos indicadores quer pela caracterização das empresas promotoras e projectos apoiados, o Programa tem demonstrado eficácia relativamente aos seus objectivos essenciais, designadamente na sua focalização nos sectores transaccionáveis e internacionalizáveis e na orientação dos seus projectos para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico com vista à qualificação e alteração do modelo competitivo nacional.

4.2 REALIZAÇÃO TEMÁTICA

Neste capítulo pretende-se analisar os projectos recepcionados e aprovados numa lógica de aferição do seu contributo para determinadas áreas temáticas:

- Diversificação e Eficiência Energética;
- Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Empreendedorismo;
- Internacionalização;

A análise por Eixo Prioritário será efectuada no ponto 4.3.

4.2.1. Diversificação e Eficiência Energética

O **Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética** - Portugal Eficiência 2015 (PNAEE), foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 80/2008, e constitui um plano de acção agregador de um conjunto de programas e medidas de eficiência energética, num horizonte temporal que se estende até ao ano de 2015.

Deste plano consta um Programa designado por “Energia Competitiva na Indústria”, que visa promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamentos, concretizados através da dinamização da implementação de medidas transversais nos diferentes sectores de actividade.

Para alcançar a prossecução dos objectivos estabelecidos no PNAEE, foi estabelecido que uma das fontes de financiamento são as verbas provenientes do QREN, através do apoio a projectos de investimento, aplicando os recursos anuais em várias áreas específicas da eficiência energética na indústria e através do incentivo à criação de Empresas de Serviços de Energia (ESCO).

Por outro lado, ainda no âmbito dos objectivos estabelecidos para a política energética nacional, os sistemas de incentivo e de apoio do QREN têm vindo a apoiar financeiramente investimentos que contribuem para a diversificação das fontes de energia, através da utilização de fontes renováveis, e que, conseqüentemente, têm impactos positivos ao nível da atenuação

da dependência externa, com a redução da importação de energia primária.

Refira-se que, em 2009, a **produção de energia a partir de fontes renováveis** representou 35,1% da energia consumida em Portugal Continental, um valor que em 2002 não atingia os 22%. Os resultados da aposta nas renováveis são evidentes, especialmente se observarmos a evolução da produção de energia eólica, que em 2002 representava apenas 0,7% da energia consumida em Portugal continental, valor que em 2009, se fixou nos 14,1%.

Do total de produção de energia a partir de fontes renováveis, a Hídrica têm o maior peso (47%), logo seguida pela Eólica (40,1%). Biomassa, Resíduos Sólidos e Urbanos e Biogás representam apenas 4,2% e a Fotovoltaica 0,3%.²⁶

Os investimentos nas empresas na área de **eficiência energética** contribuem ainda para a racionalização do consumo de energia final, reduzindo a taxa de crescimento da factura energética. Assim, com a redução da intensidade energética na produção das empresas obtém-se o reforço da competitividade das empresas e da economia nacional.

TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS

No âmbito do COMPETE, estão previstos vários tipos de apoio à Eficiência Energética e Energias Renováveis:

- Projectos de Inovação Produtiva e de Empreendedorismo Qualificado (SI Inovação), sendo apoiada a instalação de sistemas energéticos para consumo próprio, utilizando fontes renováveis de energia, bem como auditorias energéticas, testes e ensaios na área de eficiência energética;
- Projectos de Qualificação das PME (SI Qualificação e Internacionalização das PME), apresentados individualmente ou em formato de projectos conjuntos, visando o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
- Projectos para contratação de entidades pré-qualificadas para prestação de serviços de I&DT e Inovação a PME (Vale I&DT e Vale Inovação) visando a prestação de apoio especializado em sistemas energéticos, novas formas de energia, utilização de fontes renováveis e eficiência energética;
- Projectos de I&DT Empresarial (SI I&DT), visando o fomento da Investigação & Desenvolvimento nas áreas da eficiência energética e energias renováveis.

²⁶ DGE, Estatísticas Rápidas, n.º56/60, Janeiro/Fevereiro de 2010.

Para além destes apoios directos a empresas, estão ainda previstos no COMPETE outras tipologias de apoio:

- Projectos de Acções Colectivas, promovidos por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (Associações), visando o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e de bens públicos ou colectivos na área da energia, designadamente para a eficiência energética;
- Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, promovidos por Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, visando o fomento da investigação e alargamento da base de conhecimentos científicos nas áreas da eficiência energética e energias renováveis;
- Fundos de Capital de Risco ou Outros Instrumentos de Financiamento das PME, vocacionados para o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis.

No âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) reconhecidas são de relevar, pelo *focus* no domínio específico da Energia e Eficiência Energética, o Pólo de Competitividade e Tecnologia (PCT) da Energia e o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar.

O PCT da Energia tem como missão principal contribuir para o desenvolvimento em Portugal de um pólo de indústria, inovação e tecnologia em matéria energética, competitivo a nível internacional. Este pólo procura contribuir de forma relevante para as metas de política energética definidas pelo Governo e reforçar a competitividade do sector energético nacional no exterior, quer a nível industrial, quer a nível de investigação e tecnologia. Estabeleceu desta forma a sua actuação ao nível de 5 fileiras: energia *offshore*, energia solar, mobilidade sustentada, redes avançadas e eficiência energética.

O Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar assenta a sua estratégia na valorização do recurso MAR definido no âmbito da sua linha prioritária 3 (promover a modernização e a inovação das indústrias marítimas, do transporte marítimo, da actividade portuária e da logística), o aproveitamento do potencial existente em matéria da energia das ondas e eólica *offshore*.

APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2009

No âmbito do COMPETE, foram apoiados, até final de 2009, no domínio “Energia e Eficiência Energética”, 178 projectos, com investimento elegível de 299,5 milhões de euros e um incentivo de 87,6 milhões de euros.

| 105

Tabela 4.13: Projectos Aprovados no Domínio da Eficiência Energética e Energias Renováveis, por Tipologia de Apoio, 2007-2009
Unid: Mil Euros

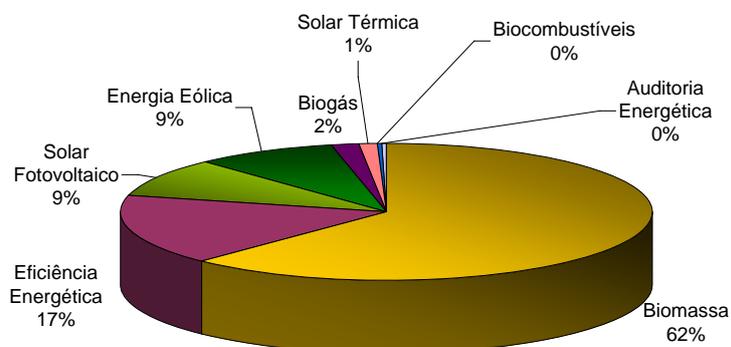
Tipologia de Apoio	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Projectos Individuais de I&DT	6	8.503	5.732
Projectos de I&DT em Co-Promoção	7	12.532	7.775
Vale I&DT e Vale Inovação	9	170	127
Inovação Produtiva	64	269.927	69.197
Empreendedorismo Qualificado	2	143	93
Qualificação das PME – Projectos Individuais	64	3.640	1.410
Qualificação das PME - Projectos Conjuntos	2	338	167
TOTAL Projectos Empresariais	154	295.253	84.502
Apoio à Ciência	9	1.197	838
Ações Colectivas	15	3.090	2.237
TOTAL Projectos Não Empresariais	24	4.286	3.075
TOTAL COMPETE	178	299.539	87.576

Fonte: SI POFC

Em termos de tipologia de intervenção, verifica-se que os projectos de biomassa concentram mais de 60% do incentivo atribuído a projectos empresariais, o que representa uma forte aposta neste tipo de fonte renovável, ainda com pouco peso na produção de energia em Portugal (3,2% do total da energia consumida em 2009).²⁷

²⁷ DGEG, Estatísticas Rápidas, n.º56/60, Janeiro/Fevereiro de 2010.

Gráfico 4.25: Distribuição do Incentivo Atribuído a Projectos de Eficiência Energética e Energias Renováveis, por Tipologia de Intervenção, 2007-2009



Fonte: SI POFC

CONCURSOS ESPECÍFICOS ABERTOS EM 2009, COM APROVAÇÃO PREVISTA EM 2010

Durante o ano de 2009 foram lançados 2 concursos específicos para projectos de eficiência energética (AAC n.º 17/2009: Qualificação de PME no âmbito da Energia Competitiva; AAC n.º 18/2009: Apoio à Criação de Empresas ESCO – Empresas de Serviços de Energia), tendo sido recepcionadas 16 candidaturas com um investimento proposto de 11,5 milhões de euros.

Está previsto, ainda, o apoio a projectos deste domínio através dos concursos com dotações específicas para os PCT e *Clusters*.

CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS EM TERMOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Em sede de candidatura, apenas 1% das empresas com projectos aprovados no âmbito dos sistemas de incentivos afirmava ter produção de energia com base em fontes renováveis. No entanto, em sede de encerramento dos projectos, estima-se que este valor deva subir para 11%.

Apresenta-se um projecto de Acção Colectiva com incidência nesta área temática.

MEDIDA DE APOIO: SIAC

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Energia

N.º DE PROJECTO: 008168

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: EFINERG

PROMOTOR: AEP – Associação Empresarial de Portugal e IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

LOCALIZAÇÃO: Multi-Regiões – Norte, Centro e Alentejo

INVESTIMENTO APROVADO: 866.242,25 euros **INCENTIVO APROVADO:** 606.369,58 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: O Projecto EFINERG visa a melhoria da competitividade do país e das suas regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo, procurando dar resposta a um problema comum do tecido empresarial nacional: a melhoria da eficiência energética no tecido empresarial das regiões, com especial incidência nos sectores Têxtil e Vestuário, Metalomecânica, Madeira, mobiliário e cortiça, Vidro e cerâmica e Agro-alimentar.

Através de novas abordagens integradas, pretende-se:

- Apoiar a concretização dos objectivos fixados no PNAEE (Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética);
- Proporcionar às PME um enquadramento coerente e integrado no QREN, orientado especificamente para a eficiência e diversificação energéticas, através da identificação de cenários de apoio à implementação de projectos de investimento convergentes com as oportunidades de melhoria detectadas;
- Criar condições favoráveis ao alavancamento do desempenho energético nas empresas com consumos anuais significativos, especialmente aquelas que apresentam consumos equivalentes localizados entre 250 e os 500 TEP, actuando em sectores em que o factor energia assume um peso significativo na sua capacidade competitiva;
- Estruturar um plano de pormenor que facilite a implementação do PNAEE junto das pequenas e médias empresas, constituindo-se como estratégia colectiva.

A estratégia pensada para o projecto será suportada nos seguintes instrumentos:

- Levantamento do estado-da-arte em termos de eficiência energética, incluindo, nomeadamente, a análise de estudos, relatórios, casos de sucesso, benchmarking sectoriais com outros países europeus;
- Visão Prospectiva dos principais actores de cada região sobre - A energia como vector estratégico das PME em 2020;

- Estudo da eficiência energética nos sectores, suportado em diagnósticos *flash* a cerca de 125 empresas.

RESULTADOS ESPERADOS: Projectando os seus resultados, serão *outputs* do Projecto:

- Criar de um Portal interactivo, que funcionará como ferramenta estratégica de captação e acolhimento de investimento e que centralizará toda a informação recolhida; promoverá a comunicação e a difusão da informação; permitirá a partilha de recursos e necessidades; servirá de elemento nuclear na estratégia de promoção e imagem do território;
- Criar um movimento que permita a realização de um evento anual sobre eficiência energética nas PME, cujo início será a Conferência Internacional de Encerramento do projecto. Esta conferência será um momento ampla de difusão dos resultados, de debate público, devolvendo as reflexões e as conclusões ao tecido económico, bem como de perspectivar novas áreas para intervir futuramente dando continuidade às iniciativas lançadas;
- Definir uma estratégia de implementação de medidas de eficiência energética em PME, através de um documento de base para o estímulo à implementação de medidas e ao alargamento da eficiência energética ao universo das PME e às empresas que constituem a base do tecido económico das regiões envolvidas no projecto;
- Criar um Fórum para a Eficiência Energética nas PME - entidade virtual, envolvendo os principais *stakeholders* das empresas, das associações empresariais de âmbito nacional, regional e sectorial, bem assim como as principais entidades oficiais com responsabilidades ao nível das empresas e da energia.

O projecto terá impactos positivos, em termos económicos e colectivos, uma vez que se pretende conseguir, para além da duração do projecto:

- Alterar a atitude efectiva dos empresários relativamente à energia e à eficiência energética, que contribua para a implementação de medidas concretas que resultem numa melhor eficiência energética;
- Melhorar a adesão das empresas aos instrumentos disponibilizados pelo Governo para implementação nas empresas de acções relacionadas com a energia, a eficiência energética e a inovação.

4.2.2. Tecnologias de Informação e Comunicação

A forma como as tecnologias de informação e comunicação evoluíram nas últimas décadas, marcou o actual modelo económico e social: a rapidez e abundância de informação trouxeram novas oportunidades e desafios, sendo a integração na Sociedade de Informação hoje, mais do que um factor competitivo, condição necessária para o desenvolvimento de cidadãos, empresas e do próprio Estado.

Não obstante os progressos vivenciados em Portugal, há ainda trabalho a fazer para atingir a inclusão universal na Sociedade de Informação.

No que respeita às empresas, segundo dados do INE, em 2009, mais de 90% das empresas com dez e mais pessoas ao serviço utilizaram computador (95,3%), comunicaram através de correio electrónico (90,5%) e acederam à Internet (92,7%), sendo que estes rácios sobem para os 100% em empresas com mais de 250 colaboradores. Em média, apenas 47,3% das empresas possuem *website*, estando as grandes empresas uma vez mais em vantagem - 94% do total estão presentes na *Internet*.

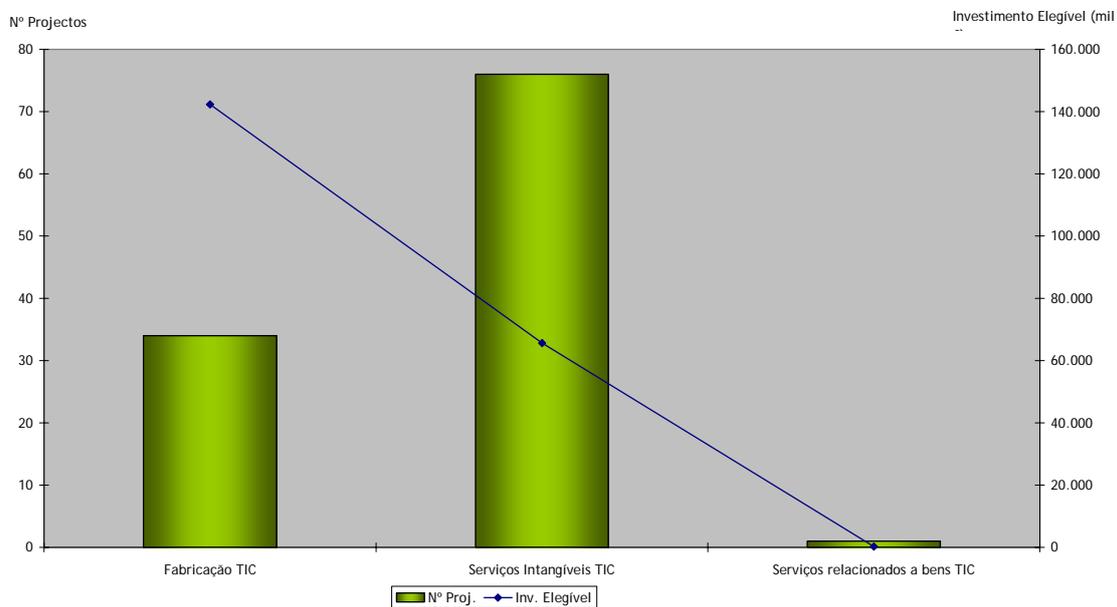
Relativamente ao comércio electrónico, 15% das empresas com 10 ou mais pessoas ao serviço receberam encomendas de bens ou serviços via electrónica, sendo que este valor duplica quando se consideram apenas as grandes empresas.²⁸

Estes dados revelam uma fraca penetração das PME no comércio electrónico justificando plenamente o incentivo que o COMPETE tem dado a este tipo de projectos.

No âmbito dos **sistemas de incentivos**, foram aprovados 111 projectos no domínio das TIC (o que representa 9% do total de projectos aprovados nestes instrumentos), envolvendo um investimento elegível de 208,2 milhões de euros e um incentivo de 92,6 milhões de euros. Destes, destacam-se os projectos de serviços intangíveis de tecnologias de comunicação e informação (mais de 2/3 dos projectos aprovados em sectores TIC) e de fabricação de TIC (mais de 2/3 do investimento elegível aprovados nestes sectores).

²⁸ INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e da Comunicação nas Empresas 2009, Destaque: Informação à Comunicação Social, 4 de Novembro de 2009

Gráfico 4.26: Projectos Aprovados nos Sistemas de Incentivos em Sectores TIC, 2007-2009

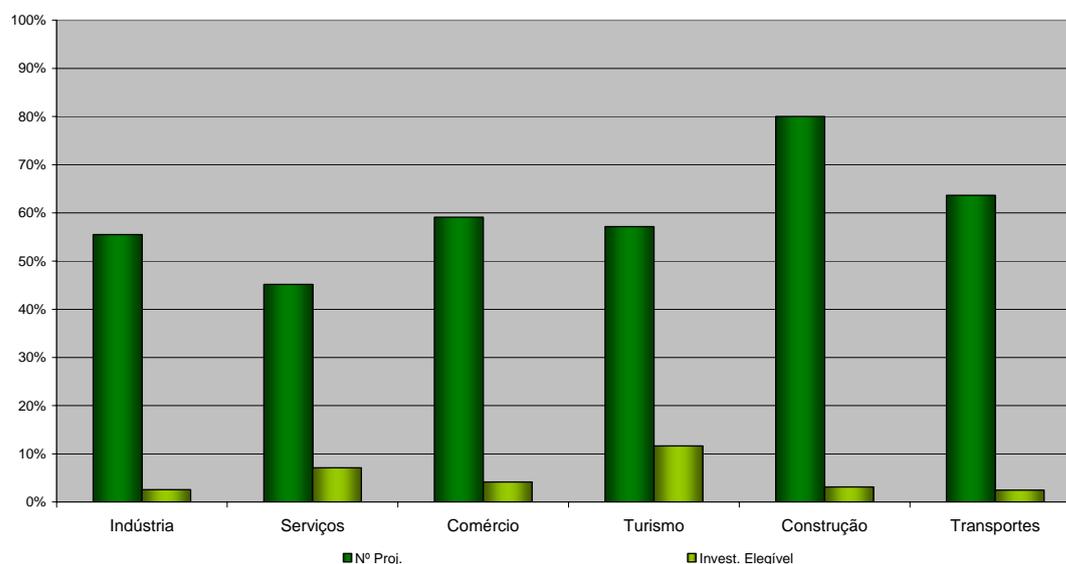


Fonte: SI POFC

Relativamente aos projectos aprovados no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, constata-se que as empresas consideram esta componente como essencial para o aumento da sua competitividade, tendo perto de 60% dos projectos aprovados (183 projectos) apresentado investimentos em Economia Digital, com um valor na ordem dos 4 milhões de euros.

Em termos sectoriais, destaque-se o elevado peso relativo que esta componente assume nos projectos dos sectores da Construção (80% dos projectos aprovados no âmbito do SI PME apresentam investimentos nesta componente) e Transportes (64%) e, em termos de investimento elegível, nos projectos do sector do Turismo (12% do investimento elegível apoiado insere-se na tipologia Economia Digital).

Gráfico 4.27: Projectos aprovados no SI PME com investimentos em Economia Digital, por sector de actividade, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2008, de 30 de Julho, foi considerada como prioridade estratégica para o País a promoção do investimento em **Redes de Nova Geração (RNG)**. O investimento numa rede de infra-estruturas de alto débito, baseada na fibra óptica, proporcionará uma nova forma de transmissão de dados, revolucionando internet, televisão e serviços fixos e móveis de voz, e aporta um conjunto de oportunidades para empresas de suporte ou de concepção de serviços inovadores que tirem partido da capacidade tecnológica implantada.

No âmbito da referida estratégia nacional, foram lançados 4 concursos visando o reforço da competitividade nacional assente em RNG, destinados a projectos de I&D individuais ou em co-promoção (SI I&DT), de inovação produtiva (SI Inovação) e de modernização da administração pública (SAMA), com uma dotação inicial global de 50 milhões de euros. Nestes concursos foram recepcionados 26 projectos no âmbito do COMPETE, dos quais 12 obtiveram parecer favorável, com um investimento elegível de 19,5 milhões de euros e um incentivo de 10,2 milhões de euros.

Dada a orientação específica deste concurso foi criada uma comissão de peritos que avaliou previamente a admissibilidade das candidaturas tendo em conta a sua pertinência para os objectivos previstos e da necessidade de suporte das Redes de Nova Geração.

A nível da actuação da **Administração Pública**, também se verificou uma evolução muito positiva no que respeita à integração na Sociedade de Informação (a título de exemplo, de 2003 para 2008, passou de 25% para 79% o número de serviços da administração central que utilizaram as TIC para comunicar com empresas (de 25% para 77% para comunicar com cidadãos).²⁹

112 |

No âmbito do SAMA (ponto 4.3.4), que visa o reforço e a modernização da Administração Pública, um dos seus principais objectivos passa exactamente pela promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede, de forma a melhorar a interacção com os seus destinatários (empresas e cidadãos).

No **SIAC**, as TIC desempenham um papel estruturante na implementação de redes de cooperação empresarial e no desenvolvimento da economia digital.

Apresenta-se um projecto SIAC com especial incidência nesta temática.

MEDIDA DE APOIO: SIAC

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Tecnologias de Informação e Comunicação

N.º DE PROJECTO: 008349

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Acções conjuntas do sector TICE em Informação e Representação de PME

PROMOTOR: ANETIE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA E Inova-Ria – Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro

LOCALIZAÇÃO: Multi-Regiões – Norte, Centro e Alentejo

INVESTIMENTO APROVADO: 146.666,00 euros

INCENTIVO APROVADO: 102.666,20 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: O projecto visa estudar e promover a competitividade do Sector TICE, tendo como âmbito específico a geração e a ampla divulgação de informação de natureza colectiva de elevada relevância para o sector nos factores de competitividade mais críticos para o sector, mas também a promoção internacional do sector TICE, a cooperação no estabelecimento das bases tecnológicas (investigação colectiva) e de mercado (organização da oferta TICE visando os mercados internacionais) e o dinamismo na promoção do empreendedorismo de novas empresas de base tecnológica.

Serão realizadas acções específicas de investimento em factores imateriais de competitividade de natureza colectiva - concretizadas em diversas tipologias de investimento - geradoras de externalidades positivas para o sector TICE, numa lógica de potenciação de sinergias pela realização de acções conjuntas e concertadas, que de modo individual a maioria não seria possível realizar (pelo custo elevado e pela oportunidade).

²⁹ UMIC, A Sociedade de Informação em Portugal em 2008.

O projecto tem como principais actividades:

- Realização de um estudo sectorial de reforço dos factores dinâmicos de competitividade do Sector TICE;
- Realização de Estudos "*Economist*" sobre mercados internacionais emergentes;
- Acções de Divulgação, com vista à divulgação dos resultados das acções referidas ao maior número possível de actores do sector TICE, de modo a sensibilizá-los para a relevância dos mesmos e conseguir a maximizar a sua utilidade no reforço da competitividade global do sector

RESULTADOS ESPERADOS: Em termos de resultados qualitativos e quantitativos deste projecto e, decorrendo das actividades previstas, prevê-se:

- Incremento do volume de negócios TICE no exterior;
- Incremento do I&D individual e colectivo;
- Incremento do número de empresas TICE de base tecnológica;
- Incremento, em 2011, das exportações do sector TICE em 15% (em valor) e 20% (em número de Empresas TIE Exportadoras), relativamente a 2008.

4.2.3. Empreendedorismo Qualificado

Sendo o essencial do processo de inovação e da competitividade protagonizado pelas empresas de uma determinada região ou economia, a promoção do empreendedorismo e do espírito empresarial assume uma dimensão central e estratégica no quadro global da política de empresa e de inovação.

A importância das PME para um desenvolvimento económico sustentável da Europa tem impulsionado a dinamização de diversas iniciativas por parte da CE ("*think small first*"), destacando-se o "*Small Business Act for Europe*", cujo plano foi adoptado a partir de Junho de 2008. Esta iniciativa reforça o enfoque da política da empresa nas PME e teve por base os resultados da avaliação da política de apoio às PME, ocorrida nos vários Estados-Membros, entre 2005 e 2007.

Na estrutura orgânica do Programa, **os apoios directos e indirectos às empresas** dirigidos ao fomento do empreendedorismo, são disponibilizados através dos seguintes instrumentos:

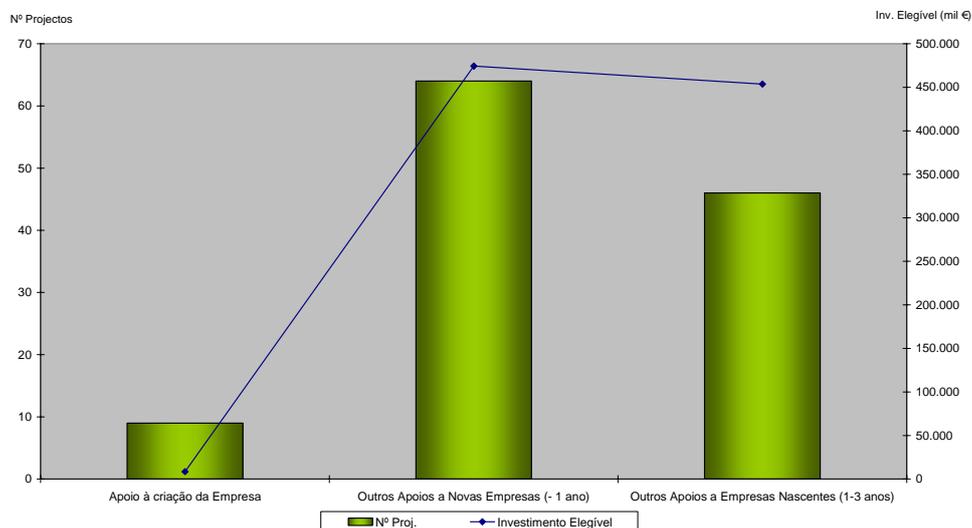
- **Sistemas de Incentivos (SI Inovação, SI I&DT, SI PME):** Apoio através de uma tipologia específica do SI Inovação a projectos que sejam classificados como “Empreendedorismo Qualificado”, bem como a outros projectos promovidos por empresas novas e nascentes (até 3 anos de actividade);
- **SAFPRI:** Apoio através da prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros a empresas novas e nascentes;
- **Ações Colectivas:** Apoio através de projectos colectivos de dinamização do espírito empresarial e do empreendedorismo;
- **Modernização Administrativa:** Apoio através de projectos de modernização da administração pública central com vista à simplificação do processo de criação de empresas;

Assim, no âmbito dos **sistemas de incentivos**, foram lançados 8 concursos específicos para o apoio a projectos de Empreendedorismo Qualificado no âmbito do SI Inovação, envolvendo uma dotação inicial prevista de 67 milhões de euros. Uma vez que a afectação dos projectos entre o COMPETE e os PO Regionais se efectua com base na dimensão da empresa (expressa no ponto 2.1.7.6), e estando esta tipologia de apoio mais direccionada para a criação de pequenas empresas, é natural os valores relativamente baixos registados no COMPETE (3% dos projectos do SI Inovação são referentes a esta tipologia de apoio).

No âmbito dos 5 concursos já analisados, foram apoiados 9 projectos, com um investimento elegível de 8,4 milhões de euros e um incentivo de 4,7 milhões de euros.

No entanto, se aos referidos projectos adicionarmos os outros apoios a empresas novas (com menos de 1 ano de actividade à data de candidatura) e a empresas nascentes (até 3 anos de actividade), verifica-se que foram apoiados 119 projectos, com um investimento elegível de 936,3 milhões de euros e um incentivo de 300,9 milhões de euros, o que representa 27% dos apoios totais concedidos a empresas.

Gráfico 4.28: Apoios à Criação de Empresas e Outros Apoios a Empresas Novas e Nascentes, 2007-2009

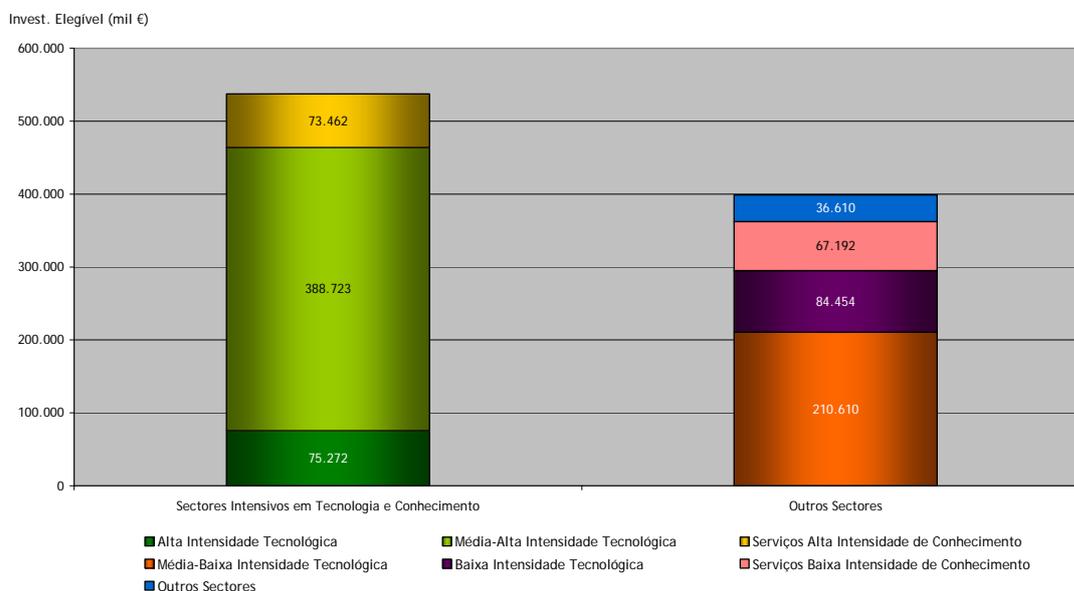


Fonte: SI POFIC

Analisando os referidos **apoios directos em termos sectoriais** constata-se que perto de 60% do investimento elegível apoiado em empresas novas e nascentes se enquadra em sectores intensivos em tecnologia ou conhecimento. Este valor é especialmente relevante se considerarmos que o nascimento de empresas nestes sectores é ainda bastante reduzido em Portugal (em 2007, correspondia a menos de 2% do total dos nascimentos de empresas³⁰).

³⁰ INE, Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); 08-Jul-2009;

Gráfico 4.29: Investimento Elegível Apoiado para a Criação de Empresas e Outros Apoios a Empresas Novas e Nascentes, por Intensidade Tecnológica e de Conhecimento, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Apresenta-se um exemplo de um projecto colectivo de promoção do empreendedorismo.

MEDIDA DE APOIO: SIAC

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Empreendedorismo

N.º DE PROJECTO: 005206

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Empreendedorismo e Criação de Empresas (2.ª geração FINICIA)

PROMOTOR: IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

LOCALIZAÇÃO: Multi-Regiões – Norte, Centro e Alentejo

INVESTIMENTO APROVADO: 3.046.709,40 euros **INCENTIVO APROVADO:** 1.801.188,67 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: Lançado em 2006, o Programa FINICIA visava facilitar o acesso ao financiamento, à criação de empresas e às empresas de menor dimensão, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na sua ligação ao mercado financeiro.

Concebido numa lógica estrita de disponibilização de instrumentos financeiros, rapidamente evoluiu para uma rede nacional de apoio ao empreendedorismo de duas centenas de entidade.

Assim, na continuidade dos resultados alcançados no âmbito da actividade de suporte ao empreendedorismo e Programa FINICIA, o IAPMEI pretende com este projecto efectuar uma

concentração de todas as iniciativas de promoção ao empreendedorismo sob uma mesma marca FINICIA.

Deste modo, um dos grandes objectivos deste projecto é possibilitar que a marca FINICIA deixe de estar apenas associada à componente de estrito apoio ao financiamento com que foi concebida inicialmente, e evoluir para a valorização da rede de parcerias estabelecida, a melhoria das competências ligadas aos agentes facilitadores do empreendedorismo, e o *upgrade* da qualidade na oferta de serviços de apoio ao empreendedorismo nas regiões de convergência.

Os objectivos finais desta intervenção passam pela melhoria da promoção do empreendedorismo, a valorização económica de conhecimento e a garantia das mesmas oportunidades aos empreendedores, independentemente do local de origem em que se insiram.

RESULTADOS ESPERADOS: Espera-se com este projecto, do lado da oferta:

- Aumentar o número e a consistência de actividades ligadas ao fomento do espírito empreendedor e ao aparecimento de novos projectos empresariais;
- Criar mecanismos de animação e de detecção precoce de projectos com maior valor acrescentado potencial, sejam tecnologias ainda em fase de investigação, sejam projectos de empreendedorismo qualificado com componente diferenciadora, sejam ainda surgimento de novas oportunidades no mercado;
- Fomentar o trabalho em rede para apoio local das entidades mais qualificadas a outras entidades com menor experiência actuando para fins comuns;
- Aumentar a visão de conjunto das entidades actuando no terreno, e por conseguinte das oportunidades de cooperação, contrariando a tendência de fragmentação das iniciativas;
- Obter níveis de qualidade standard decorrentes da troca de melhores práticas entre regiões, beneficiando assim as regiões com menor oferta actual neste domínio.

Do lado de procura, espera-se:

- Aumentar a concentração e a acessibilidade da informação relevante para o empreendedor; aumentar o número de indivíduos que considerem a criação de empresa como forma de estar na vida activa;
- Fomentar o surgimento de maior número de projectos empresariais, e também aumentar o número de empreendedores dispostos a tentar testar os seus projectos no mercado;
- Para os projectos seleccionados regionalmente como mais interessantes, proporcionar assistência técnica prévia à entrada no mercado, com vista a aumentar a sua probabilidade de sucesso;
- Para projectos especiais, garantir *coaching* de gestão, com o mesmo objectivo;

- Para projectos em que se justifique, fomentar o apoio à incubação em entidades especializadas;
- Identificar e apoiar projectos de investigação ligados a alta ou média tecnologia susceptíveis de valorização comercial, seja através de licenciamento seja através da criação de empresas;
- Fomentar, numa lógica de piloto, a ligação em rede das empresas criadas no âmbito do Programa, numa lógica de cooperação e de trocas comerciais, para efeitos de demonstração.

4.2.4. Internacionalização

A internacionalização da economia portuguesa, traduzida no aumento da capacidade de exportação e de presença em mercados externos, tem vindo a merecer uma importância crescente no quadro das políticas macroeconómicas nacionais. A nível europeu têm-se multiplicado as iniciativas com vista um maior aproveitamento por parte das PME das oportunidades que o Mercado Único potencia.

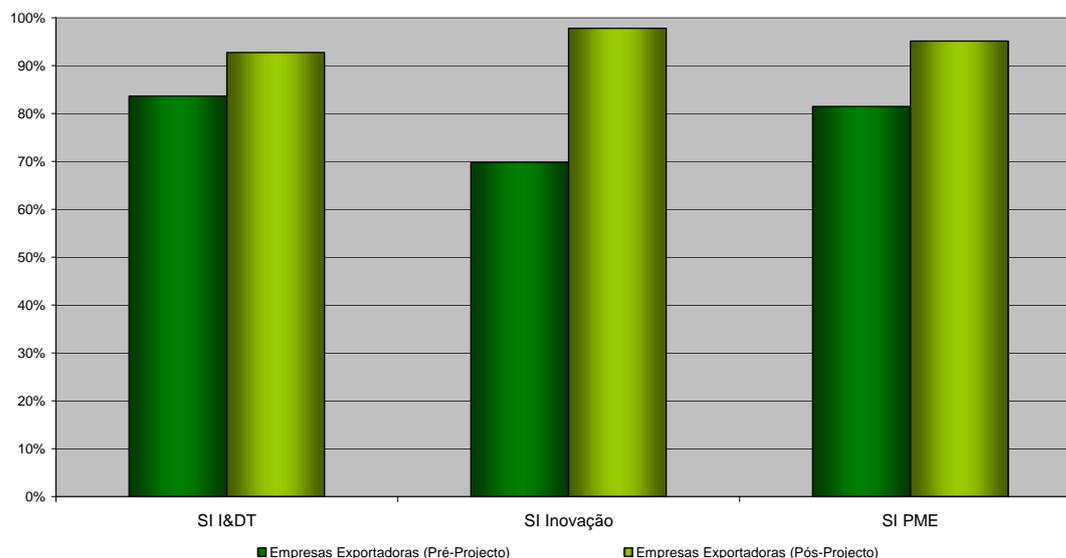
De facto, uma das prioridades definidas para a Agenda Operacional Factores de Competitividade visa uma maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa por via do incremento da produção transaccionável ou internacionalizável.

Em consonância com esta prioridade, verifica-se uma concentração dos apoios em sectores transaccionáveis e internacionalizáveis, em especial nos projectos produtivos de média e grande dimensão (SI Inovação), que absorvem 97% do incentivo atribuído.

Deste modo, reflectindo igualmente o facto dos critérios de selecção dos projectos discriminar positivamente a capacidade exportadora das empresas (no caso do SI Inovação e SI Qualificação e Internacionalização das PME), constata-se que 77% das empresas apoiadas no âmbito dos Sistemas de Incentivos declarou ter actividade exportadora à data da candidatura.

Destaque-se ainda, em especial nas empresas com projectos apoiados no âmbito do SI Inovação, o relevante número de empresas que esperam, no pós-projecto, passar a exportar (passando para 96% o peso relativo das empresas com actividade exportadora no pós-projecto).

Gráfico 4.30: Caracterização das Empresas Beneficiárias em Termos de Exportação, por Tipologia de Intervenção, 2007-2009



Fonte: SI POFC

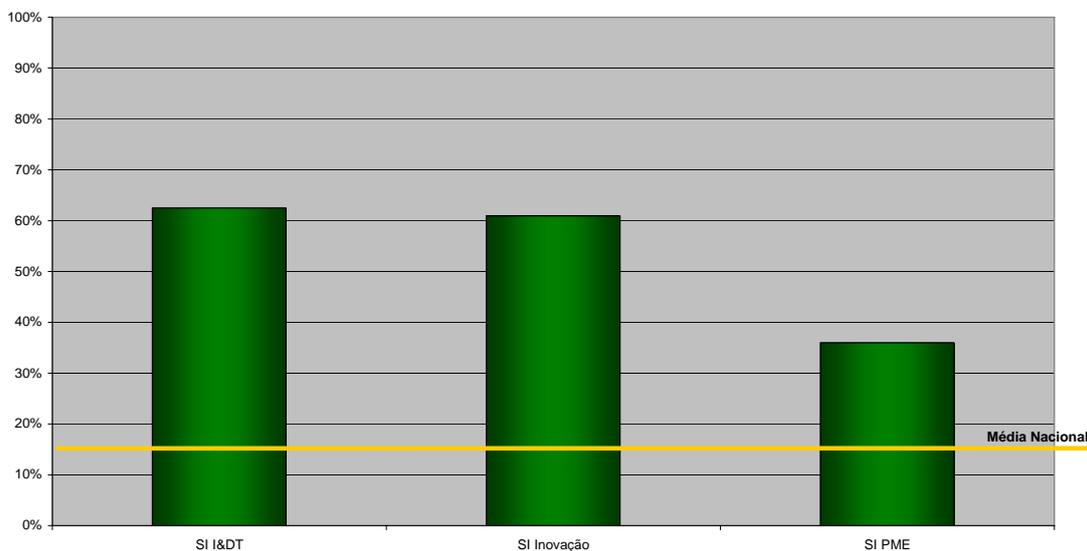
O peso das empresas exportadoras apoiadas, em sectores de média-alta e alta intensidade tecnológica ou de conhecimento, no total das empresas exportadoras, representa perto de 30%. Segundo dados do INE, a proporção de exportações de produtos destas categorias no total das exportações portuguesas era, em 2009, pouco superior a 3%.³¹

No que se refere ao peso das exportações no total do volume de negócios, confirmando a vocação exportadora das empresas apoiadas no âmbito dos sistemas de incentivos, verificam-se valores substancialmente superiores à média nacional, em especial nas empresas com projectos de I&D e de Inovação produtiva.

Saliente-se, no entanto, que o COMPETE se centra essencialmente no apoio a empresas de média e grande dimensão das Regiões de Convergência.

³¹ INE, Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Maio 2010.

Gráfico 4.31: Caracterização das Empresas Beneficiárias em Termos de Peso das Exportações no Total do Volume de Negócios, por Tipologia de Intervenção, 2007-2009



Nota: Dados Nacionais: ano 2008.

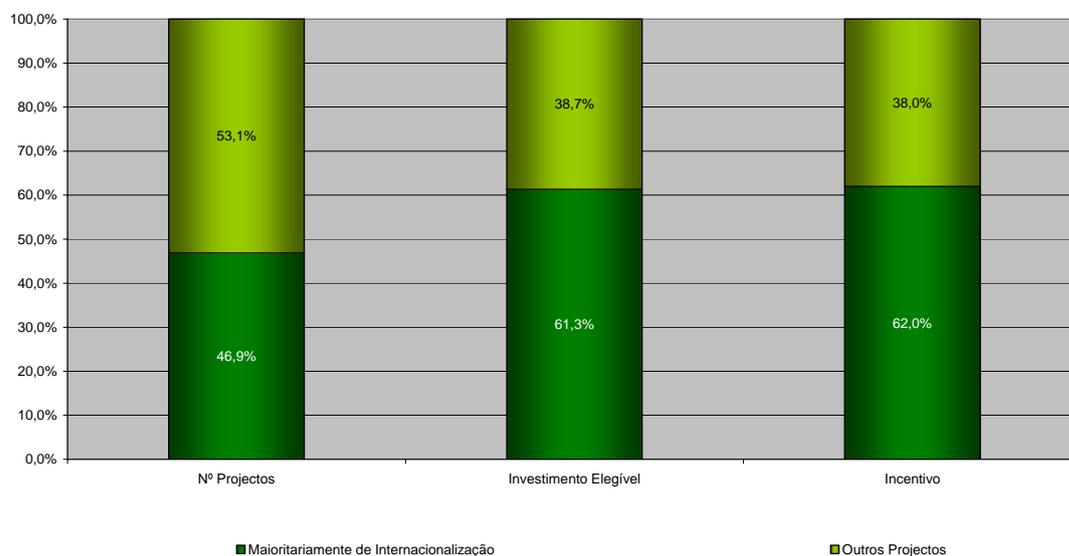
Fonte: SI POF; INE, Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3); GEE, Indicadores de Actividade Económica, Abril 2010.

Em termos de apoios específicos para a promoção da internacionalização das empresas portuguesas, o COMPETE possibilita o co-financiamento das seguintes tipologias de projectos:

- **SI Qualificação e Internacionalização das PME:** Apoio, através de projectos individuais ou conjuntos, a projectos que visem o conhecimento de mercados, desenvolvimento e promoção internacional de marcas, prospecção, e presença em mercados internacionais, com exclusão da criação de redes de comercialização no exterior, e promoção e *marketing* internacional;
- **Ações Colectivas:** Apoio através de projectos colectivos promovidos por associações e outras entidades da envolvente empresarial;

Da análise dos projectos aprovados no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, verifica-se que cerca de metade do número de projectos e mais de 60% do investimento elegível apoiado se refere a projectos cuja tipologia principal de investimento é a internacionalização.

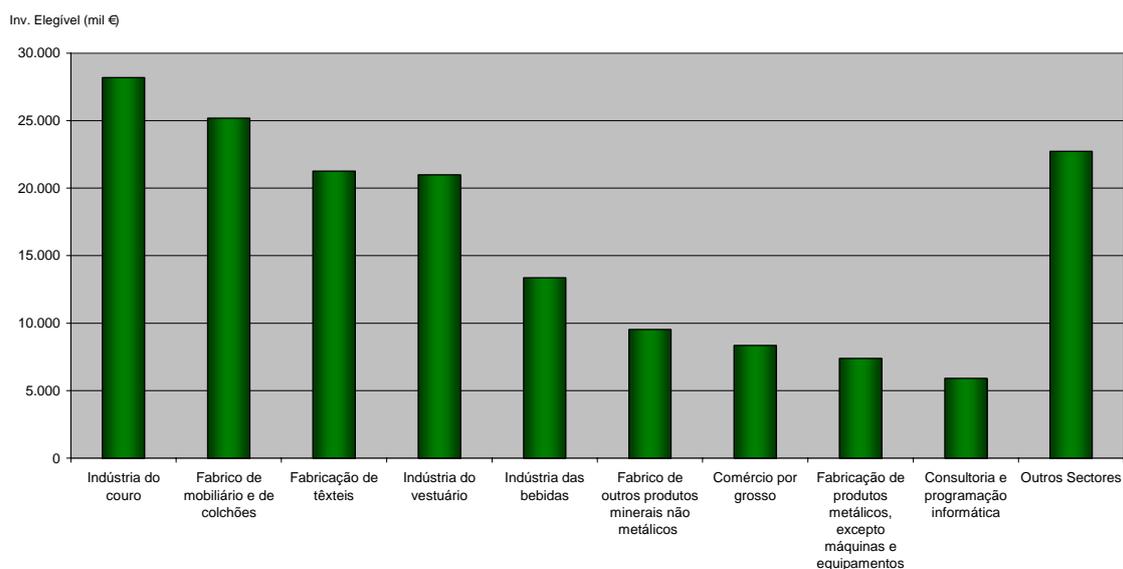
Gráfico 4.32: Apoios ao SI PME, por tipologia de intervenção, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Em termos sectoriais a maior procura registou-se nos sectores da Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado e da Indústria do Mobiliário que concentram perto de 60% do investimento elegível concedido a projectos de internacionalização do SI PME.

Gráfico 4.33: Apoios a projectos de Internacionalização do SI PME, por Sector de Actividade, 2007-2009

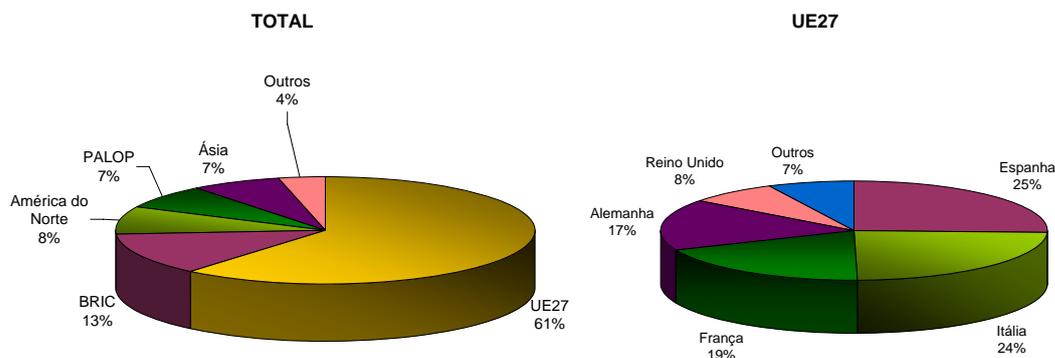


Fonte: SI POFC

No que se refere aos mercados-alvo, referenciados nos projectos de internacionalização, apoiados no âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, existe uma predominância de projectos orientados para a União Europeia (UE27), concentrando mais de 60% do investimento elegível do total dos projectos, destacando-se destes os projectos direccionados para os países geograficamente mais próximos (mercados de Espanha, Itália ou França que representam mais de 2/3 do investimento elegível total dos projectos da UE27).

Saliente-se ainda o elevado peso relativo dos projectos destinados aos chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e Ásia, países marcados por um forte crescimento, concentrando cerca de 20% do investimento elegível destes projectos.

Gráfico 4.34: Investimento Elegível Apoiado a Projectos de Internacionalização do SI PME, por Mercado Alvo, 2007-2009



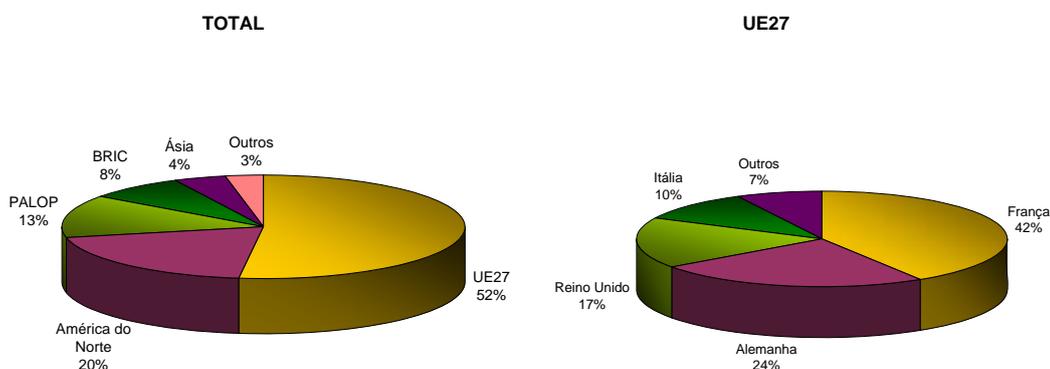
Fonte: SI POFC

Relativamente aos projectos SIAC, constata-se a forte aposta deste instrumento no fomento desta temática, tendo sido apoiados 57 projectos com a referida tipologia, com um investimento elegível proposto de 74,5 milhões de euros, o que representa cerca de 2/3 do investimento elegível apoiado até final de 2009 no âmbito deste instrumento.

Em termos de mercados-alvo, a distribuição do investimento elegível dos projectos releva o incentivo à diversificação de mercados, representando a UE 52% no peso total, destacando-se ainda o elevado peso relativo do investimento nos mercados da América do Norte, PALOP e BRIC face aos valores históricos das exportações.

Conforme analisado no ponto 1.2, as exportações para a UE representam 75% de das exportações totais nacionais.

Gráfico 4.35: Investimento Elegível Apoiado a Projectos SIAC, por Mercado Alvo, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Assim, relativamente aos projectos apoiados no âmbito do SI Qualificação das PME e Acções Colectivas, verifica-se uma preocupação pela diversificação dos mercados-alvo tradicionais da economia portuguesa, procurando reduzir o peso relativo dos países da União Europeia (em especial Espanha) e assim potenciar a emergência de novos mercados em expansão.

Apresentam-se de seguida exemplos de projectos aprovados no âmbito da temática de Internacionalização.

MEDIDA DE APOIO: SI QUALIFICAÇÃO DE PME – PROJECTO INDIVIDUAL E DE COOPERAÇÃO

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Internacionalização

N.º DE PROJECTO: 006147

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Coimbra Editora - Internacionalização

PROMOTOR: Coimbra Editora, S.A.

LOCALIZAÇÃO: Coimbra

INVESTIMENTO APROVADO: 442.585,00 euros

INCENTIVO APROVADO: 119.187,80 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: A Coimbra Editora, Lda. é uma média empresa com 71 trabalhadores, especializada na edição e comercialização de obras jurídicas de todos os sectores do Direito, constituída em 1920 da associação de um grupo de professores universitários de Coimbra empenhado no desenvolvimento cultural do País e de dois experimentados livreiros. A sua actividade iniciou-se com a edição de algumas obras notáveis, que muito enriqueceram a bibliografia jurídica portuguesa.

Desde a sua constituição tem sabido manter uma posição de destaque na edição jurídica, sendo uma das empresas de referência neste mercado a nível nacional. Dispõe de tecnologia e capacidade de produção instaladas no seu sector gráfico para a edição anual de muitas dezenas de novos títulos.

Tem alargado a dimensão da sua actividade comercial com a abertura de novas livrarias, predominantemente especializadas em livros de Direito e localizadas junto das principais universidades do país. A abertura aos mercados, especialmente Angola e Brasil, tem sido efectuada por via de parcerias estratégicas, reforçando a presença das suas obras e Autores por todo o mundo da lusofonia.

A empresa tem ainda como actividades paralelas a edição de obras de literatura escolar da juventude e o auxílio mecenático a escritores de talento, mas sem meios para a publicação das suas obras, adiantando todos os encargos da edição.

Com este plano de acção, que obedece a uma estratégia bem definida de qualificação, internacionalização e crescimento, a empresa pretende reforçar a sua competitividade e capacidade de resposta aos desafios de expansão nos mercados internacionais, aproveitando as oportunidades existentes, através de um conjunto de investimentos complementares, que incluem aquisição de equipamento informático e software, incluindo software de gestão/comercial, criação de site internacional, edição de material promocional e informativo, missões de prospecção aos mercados e contratação de 2 quadros técnicos.

Os mercados visados são prioritários segundo o "Referencial Mercados Prioritários" (Espanha e PALOP – Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) e foram seleccionados pelo elevado potencial para os produtos editoriais da empresa, quer pela proximidade e pelo crescimento das suas economias, quer ainda, e especialmente, pela língua, sendo os PALOP uma aposta estratégica, onde a empresa tem vindo a entrar gradualmente com a cooperação de parceiros locais, que têm o conhecimento local da distribuição e meios de acesso aos consumidores. As acções de presença nestes mercados foram programadas em datas coincidentes com acontecimentos jurídicos relevantes, sendo que a empresa pretende levar Autores portugueses consagrados e reconhecidos nesses países para apresentação dos títulos, nomeadamente no Brasil e Angola.

RESULTADOS ESPERADOS: A empresa pretende potenciar, com o apoio deste projecto, as várias oportunidades que se perfilam, favoráveis ao seu sucesso futuro, com destaque para o lançamento em tempo oportuno de novos títulos de edições legislativas com as principais alterações/actualizações; o reforço de meios humanos e físicos na empresa, incluindo a tipografia interna; o crescimento dos PALOP; os conteúdos digitais, de que a empresa é detentora, e o maior requinte e qualidade de determinadas edições e títulos. Entre as ameaças destacam-se a desactualização cada vez mais rápida dos conteúdos de alguns títulos, devido a alterações legislativas, os conteúdos digitais que fazem concorrência às edições impressas e a conjuntura económica actual.

Os objectivos a atingir são nomeadamente a consolidação da empresa e a diversificação de mercados com aumento dos valores das vendas e conquista de uma posição de editora de referência na área jurídica nos PALOP.

Este projecto constitui assim um importante instrumento para a conquista e diversificação de mercados, contribuindo para o aumento das exportações de produtos editoriais nacionais de qualidade, em língua portuguesa, e para a melhoria da imagem e notoriedade da empresa e de Portugal, através da actuação no exterior da Coimbra Editora, que se distingue pelas boas práticas, *know-how* e qualidade dos seus produtos, reconhecida pelo mercado.

MEDIDA DE APOIO: SI QUALIFICAÇÃO DE PME – PROJECTO CONJUNTO

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Promoção Internacional

N.º DE PROJECTO: 000040

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: *Engineering & Tooling From Portugal (II)*

PROMOTOR: CEFAMOL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA INDUSTRIA DE MOLDES

LOCALIZAÇÃO: Leiria – Marinha Grande

INVESTIMENTO APROVADO: 842.718,49 euros **INCENTIVO APROVADO:** 339.990,65 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: A Cefamol representa as empresas portuguesas que concebem, produzem e comercializam moldes e ferramentas especiais. A maioria dos seus associados desenvolve actividade na área dos moldes para plástico, agrupando também um pequeno núcleo de empresas dedicadas aos moldes para vidro. Neste aspecto, a composição da associação reflecte genericamente a realidade empresarial.

Um molde é uma ferramenta que se destina a ser incorporada numa máquina, que, ela sim, fabrica os produtos pretendidos. O molde é especificado à medida, sendo em geral único, registando-se muito poucos casos em que são fabricados dois moldes iguais. O molde é vendido, ou ao transformador, proprietário da máquina a que ele se destina, ou ao cliente desse transformador – um fornecedor directo dos construtores de automóveis, por exemplo, – que pretende assim assegurar o controlo total sobre a produção do molde. Nesta indústria, não há lugar, portanto, nem ao conceito de produção em série, nem ao conceito de canais de comercialização e de distribuição.

Sendo mais de 90% das vendas de moldes portugueses feita no estrangeiro, um projecto de investimento na promoção internacional do sector, como é este Projecto, apresentado pela Cefamol, vai de encontro a um dos Princípios orientadores enumerados no diploma de enquadramento nacional de sistemas de incentivos nas empresas, o Decreto-lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, que, no seu Artigo 4.º, m), que consagra a prioridade aos projectos de investimento em actividades de produção de bens e serviços transaccionáveis ou internacionalizáveis.

RESULTADOS ESPERADOS: O presente Projecto representa a continuidade do trabalho de promoção internacional desenvolvido há anos pela Cefamol, e, nomeadamente, a continuidade dos projectos *Marketmolde*, *Engineering and Tooling* e *Fileira Moldes e Máquinas*, financiados pela União Europeia, e desenvolvidos em parceria com a AICEP. Como resultado também desta parceria, o presente Projecto é no essencial adequado às necessidades de promoção internacional do sector de moldes.

O Projecto realça a necessidade de contribuir para afastar o sector da concorrência pelo preço, e a necessidade de alargar a cadeia de valor das empresas, nomeadamente a montante e a jusante da venda de moldes, duas direcções de desenvolvimento geralmente reconhecidas como necessárias à sobrevivência do sector.

O conjunto de empresas aderentes agrupa empresas emblemáticas e de grande prestígio,

representando diversos modelos empresariais e ambos os núcleos geográficos de concentração de empresas de moldes (Marinha Grande e Oliveira de Azeméis). Destaque-se que o conjunto de empresas aderentes inclui também um núcleo de empresas de moldes para vidro, subsector de características específicas que, em Portugal, reúne um número de empresas muito inferior ao do das empresas de moldes para plástico.

MEDIDA DE APOIO: SIAC

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Promoção Internacional

N.º DE PROJECTO: 005780

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: *InterCork* – Promoção Internacional da Cortiça

PROMOTOR: APCOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CORTIÇA

LOCALIZAÇÃO: Norte

INVESTIMENTO APROVADO: 20.957.104,60 euros **INCENTIVO APROVADO:** 16.765.683,68 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: Este projecto visando, a melhoria de competitividade do sector da cortiça nacional, está enquadrado na Estratégia de Eficiência Colectiva apresentado pela AIFF - Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, reconhecido como Pólo de Competitividade Florestal, representativo da Fileira Florestal Portuguesa.

O projecto engloba uma campanha de promoção internacional focalizada num conjunto importante de mercados alvo do sector e direccionada para os dois segmentos de produção com peso mais significativo na oferta nacional de produtos de cortiça (rolhas, materiais de construção e decoração).

O projecto de Comunicação e Promoção da cortiça de âmbito internacional proposto visa credibilizar e valorizar a cortiça enquanto matéria-prima de excelência e os seus produtos, através da criação das condições necessárias ao desenvolvimento e competitividade sectorial, e gerar as condições de mudança dos valores tradição = falta de inovação, para valores de produtos de qualidade, desenvolvidos através de processos tecnologicamente avançados e que integram matérias-primas de alto valor ambiental. Afirmar a posição de que a cortiça é tradição+ inovação+ desenvolvimento sustentável = a indústria de futuro.

RESULTADOS ESPERADOS: A nível sectorial, estão definidos como objectivos estratégicos, a alcançar até 2013:

- Alcançar 1,1 a 1,2 biliões de euros de exportações;
- Credibilizar a rolha como produto de excelência;
- Alargar o mercado para os revestimentos, produtos de decoração e aplicações industriais;
- Desenvolver novos produtos e aplicações de/com cortiça;
- Continuar o repovoamento dos montados e apostar na melhoria qualitativa da cortiça;
- Desenvolvimento sustentado da fileira de cortiça, propagando os efeitos a toda a cadeia de

valor e actividades complementares;

- Gerar maior valor acrescentado para os produtos de cortiça;
- Continuar a gerar notoriedade e reconhecimento da cortiça nos mercados internacionais;
- Aumentar/manter as vendas e, conseqüentemente, a quota de mercado dos produtos de cortiça;
- Afirmar mensagens-chave associadas à sustentabilidade e ecologia;
- Reforçar a imagem da cortiça, face aos concorrentes;
- Reforçar as características técnicas e emocionais dos produtos.

4.2.5. Outras Temáticas

Tendo em conta a situação conjuntural que o sector automóvel atravessou e reconhecendo-se que a **indústria automóvel** é muito abrangente e cruza directamente a generalidade dos sectores industriais, foi decidido implementar uma intervenção pública neste sector, dado o seu carácter estruturante, com efeito sobre uma vasta cadeia de valor.

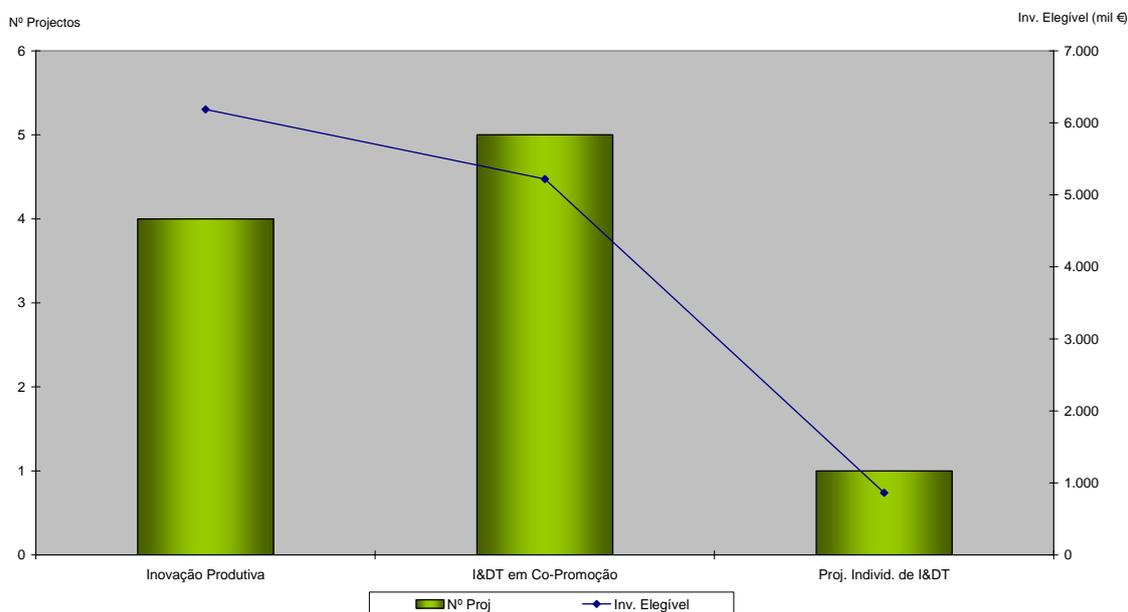
Com o objectivo de preparar antecipadamente o sector para o próximo ciclo da indústria, caracterizado pelas preocupações no plano do ambiente e pelas oportunidades na área da mobilidade, procurou-se alinhar com a estratégia da União Europeia para a revitalização da economia, apresentada em 26 de Novembro de 2008, privilegiando uma orientação para investimentos em “tecnologias limpas” como fonte de geração de desenvolvimento económico, emprego e bem-estar.

Neste sentido, foram lançados 3 concursos específicos no âmbito do SI Inovação e SI I&DT (Projectos Individuais e Projectos em Co-Promoção) com uma dotação inicial de 21,6 milhões de euros.

No âmbito do SI Inovação, visou-se especificamente o desenvolvimento e fabrico de veículos “verdes” e seus componentes – novas gerações de veículos menos poluentes e pequenas e médias séries de veículos de motorizações alternativas, em particular eléctrica – e no desenvolvimento de processos energética e ambientalmente eficientes, em conformidade

Assim, no âmbito do COMPETE, foram apoiados 10 projectos com um investimento elegível de 12,3 milhões de euros e um incentivo de 6,5 milhões de euros.

Gráfico 4.36: Projectos Aprovados no Âmbito dos Concursos Específicos para o Sector Automóvel, por Tipologia de Apoio, 2007-2009



Fonte: SI POFC

4.3 REALIZAÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Neste ponto será efectuada uma análise da realização do Programa pelos seus seis Eixos Prioritários, focando candidaturas, aprovações e indicadores de realização e apresentados alguns exemplos de boas-práticas.

4.3.1. Eixo Prioritário I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

O Eixo I é operacionalizado por dois instrumentos: SAESCTN – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (cf. Tabela 1.1).

O SAESCTN visa o crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico nacional, de forma a torná-lo mais competitivo e ao mesmo tempo agilizar e potenciar a articulação entre os Centros de Saber e as Empresas.

O SI I&DT, através do apoio directo a Empresas, tem como objectivo intensificar o esforço empresarial de I&DT através da criação de novos conhecimentos traduzíveis em novos produtos, processos e serviços, visando a inovação e o aumento da competitividade das empresas, e ao mesmo tempo, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

Na realidade, estes dois instrumentos convergem para um desígnio estratégico último no sentido de potenciar a competitividade da economia nacional através da inovação tecnológica por via do desenvolvimento, facilitação do acesso e incorporação na estrutura produtiva de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Numa lógica de complementaridade, estes instrumentos procuram actuar quer do lado da oferta através da capacitação e disponibilização de uma base de conhecimento científico e tecnológico ao nível do estado da arte em termos internacionais, principal campo de intervenção do SAESCTN, quer da dinamização de uma procura empresarial exigente e qualificada em matéria de factores tecnológicos, sem perder de vista a criação de laços e estabelecimentos de pontes robustas entre o universo das infra-estruturas de Ciência & Tecnologia (C&T) e a realidade empresarial, contribuindo, assim, para a alteração do perfil de especialização dos agentes económicos nacionais, potenciando, assim, a adaptação aos desafios colocados pela globalização e necessidade de afirmação de uma economia nacional moderna e competitiva no panorama internacional.

Para prosseguir este desígnio é fundamental dispor de uma sólida base de conhecimentos e assegurar a presença dos Centros de Saber nacionais nas principais redes de C&T internacionais. A este nível, o COMPETE também pretende contribuir para a afirmação e presença das unidades de I&D nacionais em iniciativas internacionais, com destaque para o apoio a projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico realizados em cooperação internacional e/ou inseridos em redes transnacionais de C&T, estimulando e consolidando o esforço de internacionalização das equipas de I&D em áreas críticas do conhecimento e desenvolvimento científico e tecnológico.

4.3.1.1. Candidaturas e Aprovações

Em 2009 foram recepcionadas 5.668 candidaturas inseridas no Eixo I, envolvendo um investimento de 1,2 mil milhões de euros e representando 85% do total de candidaturas recepcionadas desde o início do Programa. Este volume de candidaturas resultou, essencialmente, da submissão de um elevado número de candidaturas ao SAESCTN, e em particular aos dois concursos para apresentação de Projectos de Investigação Científica e

Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) em todos os domínios do científicos, lançados no final de 2008 e de 2009. Pelo objectivo e âmbito alargado, estes concursos registam sempre um elevado nível de procura.

Em termos acumulados, no final do ano registavam-se 6.692 candidaturas com um investimento de 1,7 mil milhões de euros, das quais perto de 90% enquadradas no SAESCTN.

130 |

Relativamente a aprovações, constata-se que, durante o ano de 2009, foram aprovados 814 projectos com um investimento elegível de 197,5 milhões de euros e um incentivo de 122,6 milhões de euros.

Tabela 4.14: Candidaturas e Projectos Aprovados por Instrumento Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2009)		Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	5.962	844.880	608	73.934	51.754
SI I&DT	730	846.761	315	264.665	140.874
TOTAL EIXO I	6.692	1.691.642	923	338.599	192.628

SAESCTN

No âmbito do SAESCTN foram abertos desde o início do Programa 14 concursos (1 em 2008 e 13 em 2009), o que espelha o dinamismo crescente na implementação deste instrumento no contexto do COMPETE.

Por decisão da Autoridade de Gestão e ao abrigo das Disposições Transitórias do Regulamento de Execução do SAESCTN, foram enquadrados no COMPETE 9 concursos para projectos de IC&DT lançados pela FCT, abrangendo 696 projectos com um investimento de 76,5 milhões de euros.

Tabela 4.15: Concursos em Análise que Transitaram para o COMPETE, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Fase	Objectivos do Concurso	Candidaturas (2007-2009)	
		N.º Proj.	Investimento
FSE/2008	Projectos de Investigação sobre Factores de Sucesso Escolar no Ensino Básico e Secundário - 2008	7	318
PortugalNano 2007	Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia	7	1.012
PIHM 2008	Projectos de IC&DT no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal - 2008	10	668
CMU-Portugal 2008	Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa CMU-Portugal - 2008	1	510
UTAustin-Portugal 2008	Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa <i>UTAustin</i> -Portugal - 2008	5	525
Concurso IC&DT 2006	Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2006	611	66.530
CERN/FP/2008	Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2008	18	1.270
PIC/2007	Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no domínio da Investigação Clínica - 2007	32	4.491
MIT-Portugal 2008	Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa MIT-Portugal - 2008	5	1.136
TOTAL SAECTN		696	76.460

Fonte: SI POFC

Os 608 projectos aprovados enquadram-se nos 3 primeiros concursos lançados pelo COMPETE e inserem-se na tipologia de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT): um de cariz geral, abrangendo todas os domínios científicos, lançado com uma dotação inicial de 50 milhões de euros, e dois temáticos visando (i) a criação de um *chip* de oligonucleótidos de elevada densidade para o sobreiro que permita compreender os diversos processos biológicos desta espécie, nomeadamente as respostas aos factores ambientais, a sensibilidade às pragas e doenças e os mecanismos de formação da cortiça, com a vantagem acrescida de poder conter informação útil para o estudo de espécies afins, como a azinheira e o carvalho, e a (ii) a investigação e desenvolvimento de novas tecnologias em colaboração com o *European Laboratory for Particle Physics* (CERN), sendo prioritárias acções que permitam a transferência para Portugal de tecnologia disponível neste Laboratório.

Tal como a sua designação deixa transparecer, os projectos de IC&DT têm como objectivo o alargamento das fronteiras do conhecimento científico e tecnológico em áreas críticas para o desenvolvimento nacional, podendo ser realizados a título individual por uma instituição de I&D ou em associação envolvendo várias instituições.

Tabela 4.16: Concursos Analisados de projectos do SAESCTN, 2007-2009

Unid: Mil Euros

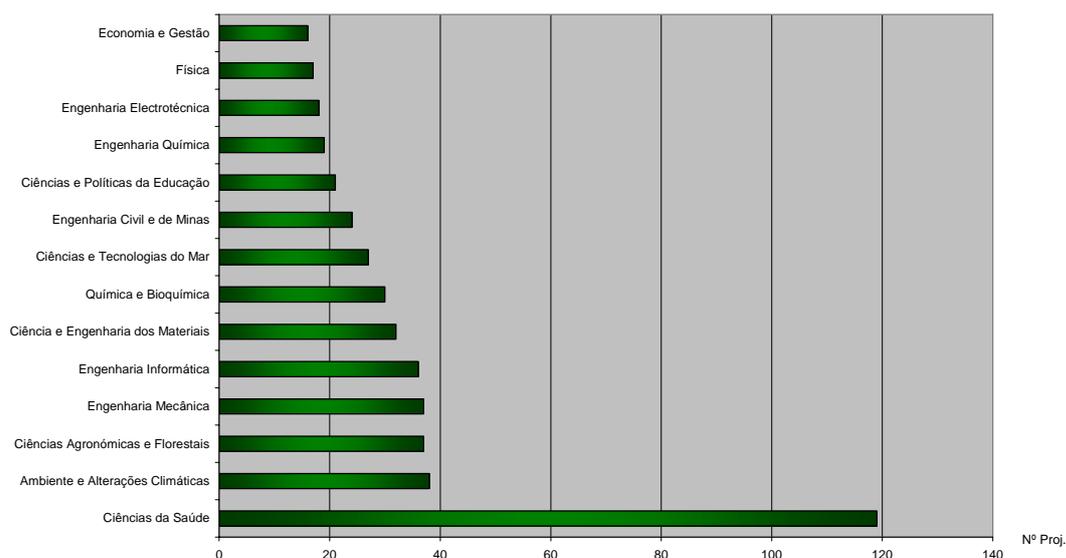
Concurso	Designação do Concurso	Projectos Aprovados (2007-2009)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso IC&DT 2008	Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos - 2008	592	72.598	50.819
Sobreiro 2009	Projectos para Obtenção e Caracterização de EST do Sobreiro	2	94	66
CERN/FP/2009	Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics (CERN)</i> - 2009	14	1.242	869
TOTAL SAESCTN		608	73.934	51.754

Fonte: SI POFC

Da distribuição dos projectos aprovados por domínio científico principal constata-se uma forte incidência de candidaturas nas áreas das ciências exactas e da vida e das engenharias, temáticas que, de alguma forma, estão alinhadas com as prioridades presentes na definição dos Programas de Acção das Estratégias de Eficiência Colectiva reconhecidas quer no que respeita aos potenciais sectores aplicadores do conhecimento gerado quer ao nível das áreas do científicas e tecnologias de base, destacando-se as ciências da saúde, ambiente e alterações climáticas, agronomia e ciências florestais e as engenharias.

Pela sua relevância, no gráfico seguinte foram apenas considerados os domínios com um mínimo de 15 projectos aprovados.

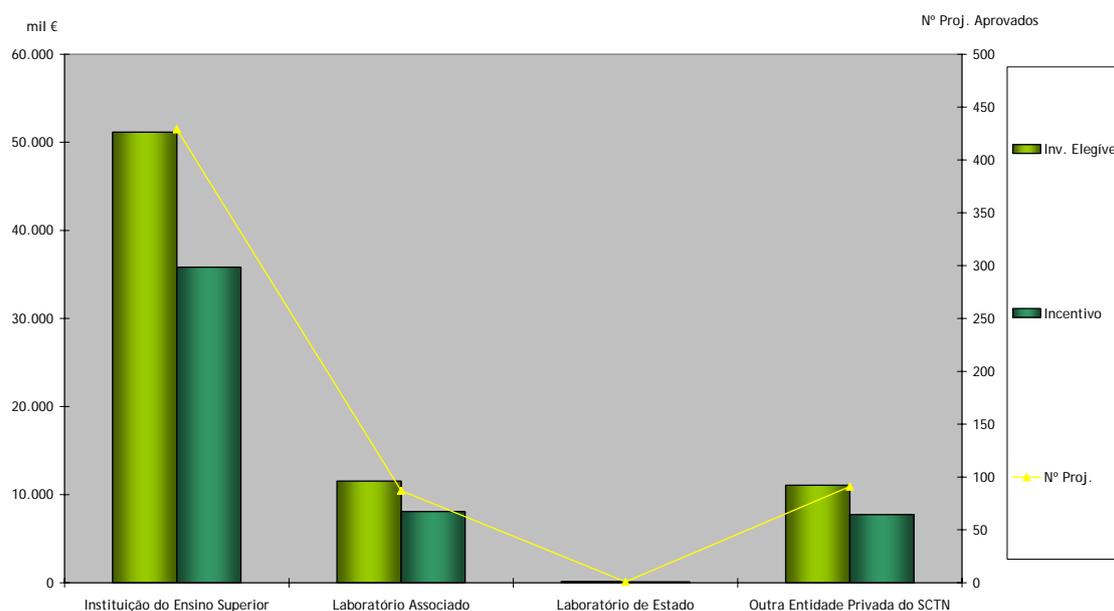
Gráfico 4.37: Projectos Aprovados no Âmbito do SAESCTN, por Domínio Científico, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Atendendo à natureza das entidades beneficiárias, constata-se uma forte preponderância das instituições de ensino superior responsáveis por 71% e 69% dos projectos e do investimento elegível aprovado, respectivamente. Em segundo plano surgem as instituições de natureza privada sem fins lucrativos, nas quais se destacam os Laboratórios Associados.

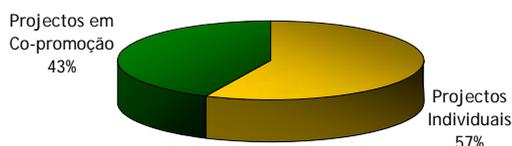
Gráfico 4.38: Projectos Aprovados no Âmbito do SAESCTN, por Tipo de Beneficiário, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Não obstante a maioria dos projectos ser realizado por uma única instituição, um número significativo de candidaturas foram promovidas por instituições em associação, potenciando uma cooperação alargada entre diferentes grupos de investigação e a complementaridade de competências em equipas multidisciplinares.

Gráfico 4.39: Projectos Aprovados no Âmbito do SAESCTN, por Tipo de Projecto, 2007-2009



Fonte: SI POFC

No final do ano de 2009 encontravam-se 10 concursos por decidir, envolvendo 2.337 projectos com um investimento total de 346,8 milhões de euros.

Tabela 4.17: Concursos por Decidir de Projectos do SAESCTN, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Candidaturas (2007-2009)	
		N.º Proj.	Investimento
RIPD/2009	Projectos de investigação no âmbito da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - 2009	28	2.347
Harvard MS-Portugal 2009	Projectos de Investigação Clínica e de Translação no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	15	7.827
HMS-Portugal IC (Júnior) 2009	Projectos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	214
HMS-Portugal I&D SIM 2009	Projectos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	6	1.042
HMS-Portugal IISE 2009	Projectos de Investigação de Avaliação do Impacto Sócio-Económico de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	1	299
MIT-Portugal 2009	Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT - 2009	15	3.153
CMU-Portugal 2009	Projectos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>Carnegie Mellon University</i> - Portugal - 2009	9	4.066
UTAustin-Portugal Estratégico 2009	Projectos Estratégicos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009	3	613
UTAustin-Portugal Exploratório 2009	Projectos Exploratórios de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009	3	150
Concurso IC&DT 2009	Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2009	2.255	327.104
TOTAL SAESCTN		2.337	346.814

Fonte: SI POFC

Mais uma vez se constata a preponderância de candidaturas no concurso de âmbito geral lançado no final de 2009, com um peso de 96% no total dos projectos submetidos e de 94% do investimento candidatado, o que determinou o elevado número de projectos por decidir no final do ano, uma vez que o respectivo processo de avaliação decorre durante um período alargado, motivado pelo recurso a painéis de avaliadores internacionais e pelo elevado número de candidaturas em múltiplos domínios do conhecimento, pelo que só estará concluído em 2010.

O ano de 2009 também fica marcado pelo lançamento de vários concursos para projectos de IC&DT em articulação com Laboratórios e Centros de Investigação de referência a nível internacional, nomeadamente, no âmbito dos Programas do MIT-Portugal, Harvard Medical School e Carnegie Mellon University, pretendendo-se estimular cooperação e a presença nacional em redes de conhecimento e Programas internacionais.

Quanto à localização dos projectos SAESCTN aprovados, constata-se que a região Norte concentrou 41% do incentivo, enquanto os promotores da região Centro absorveram 31%.

Tabela 4.18: Projectos Aprovados por NUTS II

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	245	30.306	21.214
Centro	183	22.775	15.942
Alentejo	13	1.559	1.091
Multi-Regiões Convergência	167	19.295	13.506
TOTAL SAESCTN	608	73.934	51.754

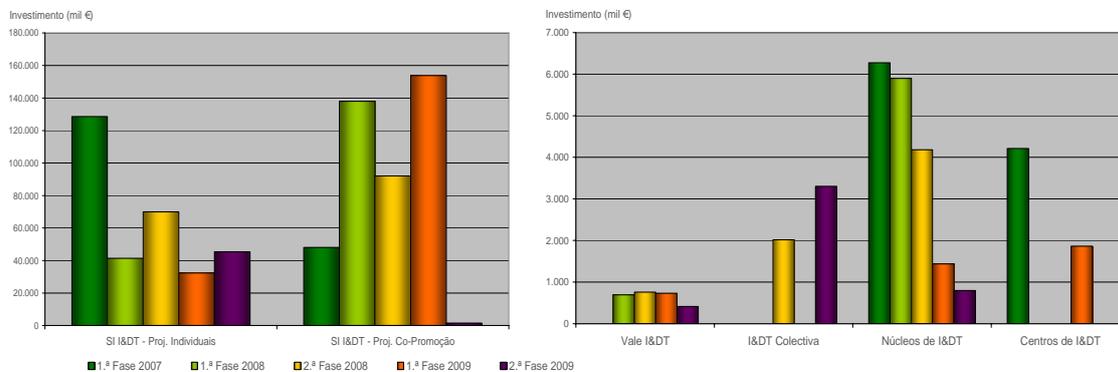
Fonte: SI POFC

SI I&DT

Quanto aos projectos empresariais de I&DT, durante o ano de 2009 foram recepcionados 402 candidaturas com um investimento total associado de 394,4 milhões de euros, o que representou um aumento de cerca de 100% face à situação no início do ano.

Em termos acumulados, verifica-se que mais de metade do volume de investimento associado às candidaturas recepcionadas se concentrou nos Projectos de I&DT em Co-Promoção, com destaque para as fases de 2008 e 1.ª fase de 2009.

Gráfico 4.40: Volume de Investimento em sede de Candidatura, por Tipologia de Projecto, 2007-2009



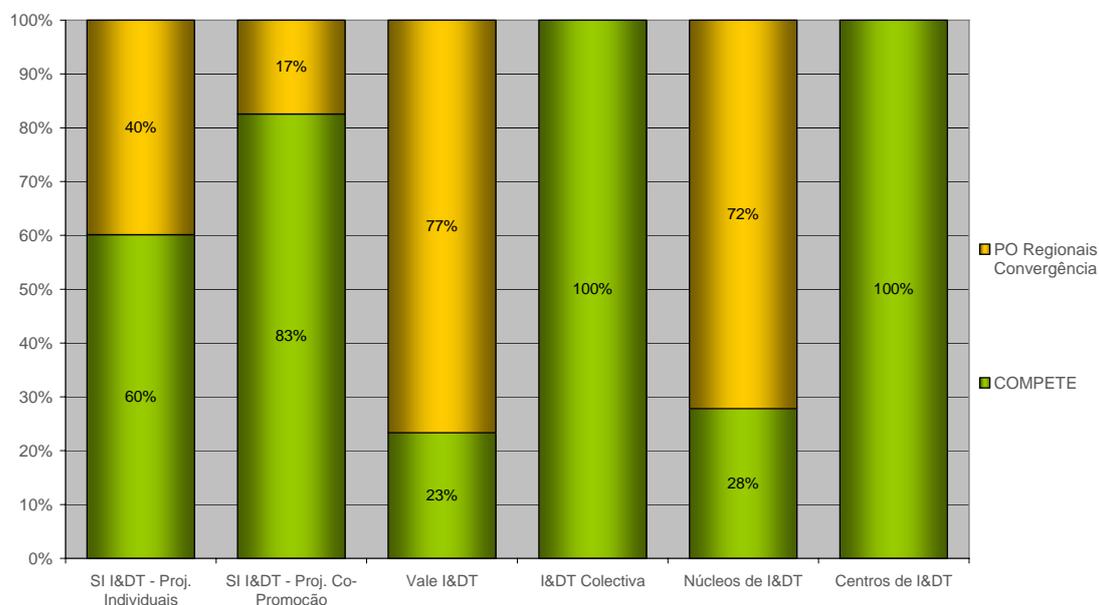
Fonte: SI POF C

Como seria de esperar, são sobretudo as médias e grandes empresas que recorrem aos apoios de I&D empresarial, quer sob a forma de projectos em cooperação quer de forma individual, sendo por isso mais apoiadas no âmbito do COMPETE (face aos PO Regionais do Continente).

Releve-se, por outro lado, as tipologias de apoio Vale I&DT e Núcleos de I&DT, uma vez que se dirigem essencialmente a Pequenas Empresas e, como tal, as respectivas candidaturas têm uma maior incidência nos PO Regionais das Regiões de Convergência: mais de 70% das respectivas candidaturas foram enquadradas nos respectivos PO Regionais.

Dada a natureza dos instrumentos e a consequente reduzida procura registada nas tipologias de projecto I&DT Colectiva, Centros de I&DT e Projectos Demonstradores, a sua representação gráfica não tem ainda qualquer expressão.

Gráfico 4.41: Volume de Investimento de Candidatura Recepcionado pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2009



Fonte: SI POFC

Durante o ano de 2009 foram aprovados 206 novos projectos do SI I&DT com um investimento elegível de 126,3 milhões de euros e um incentivo de 72 milhões de euros. Em termos acumulados, encontram-se aprovados 315 projectos com um investimento elegível de 264,7 milhões de euros e um incentivo de 140,9 milhões de euros.

Reflectindo a procura pelos instrumentos de apoio enquadrados no SI I&DT, os projectos de I&DT em Co-promoção concentram perto de 60% do incentivo aprovado, enquanto os projectos de I&DT Individuais absorvem 37% do incentivo.

Tabela 4.19: Candidaturas e Projectos Aprovados por Instrumento, 2007-2009

Unid: Mil Euros

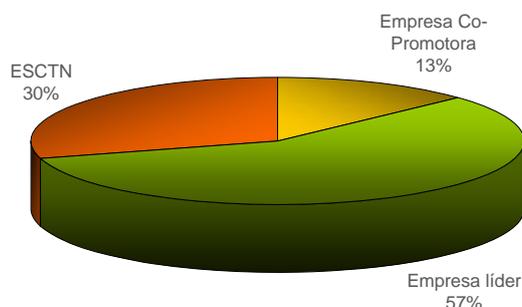
Instrumento	Candidaturas (2007-2009)		Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT – Proj. I&DT Individuais	232	317.628	105	108.429	52.463
SI I&DT – Proj. I&DT Co-promoção	368	433.406	132	142.265	82.056
SI I&DT - Vale I&DT	86	2.600	55	1.703	1.270
SI I&DT – Regime Especial	3	63.138	0	0	0
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	35	24.670	19	10.459	3.818
SI I&DT - I&DT Colectiva	6	5.319	4	1.809	1.266
TOTAL SI I&DT	730	846.761	315	264.665	140.874

Fonte: SI POFC

Os 132 projectos de I&DT em Co-promoção aprovados envolvem 109 empresas líder (ou seja, 23 empresas lideraram mais do que um projecto), 68 empresas na qualidade de co-promotoras e 49 entidades do Sistema Científico e Tecnológico nacional (SCT), das quais 11 são localizadas em Lisboa.

Analisando o investimento elegível apoiado no âmbito dos projectos de I&DT em Co-Promoção, constata-se que 70% do investimento apoiado será realizado por empresas, sendo os restantes 30% assegurados pelas entidades SCT.

Gráfico 4.42: Peso do Volume de Investimento Aprovado nos Projectos em Co-Promoção, por Tipo de Co-Promotor, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Excluindo os projectos realizados em mais do que uma Região de Convergência (Multi-Regiões), mais de metade do incentivo atribuído é referente a projectos localizados na Região Norte.

Tal como será reportado no ponto específico da análise dos projectos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”, o investimento elegível apoiado localizado na Região de Lisboa assume um carácter excepcional e residual (limitando-se a 3,2% do investimento elegível total do SI I&DT).

Tabela 4.20: Projectos Aprovados por NUTS II, 2007-2009

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	115	102.049	52.073
Centro	99	79.939	36.450
Alentejo	18	7.426	3.920
Multi-Regiões Convergência	51	39.851	25.369
Regra "Spill-Over Effects"	Regiões Convergência	26.848	16.789
	Lisboa	8.551	6.273
TOTAL SI I&DT	315	264.665	140.874

Fonte: SI POFC

O Sector Indústria concentra cerca de 2/3 dos projectos aprovados e do incentivo atribuído, destacando-se os sectores de fabricação de produtos farmacêuticos, de produtos metálicos e de máquinas e equipamentos. Relativamente aos Serviços, que concentra cerca de 36% do incentivo, releve-se o sector da consultoria e programação informática e as actividades de investigação científica e tecnológica.

Tabela 4.21: Projectos Aprovados por Sector de Actividade, 2007-2009

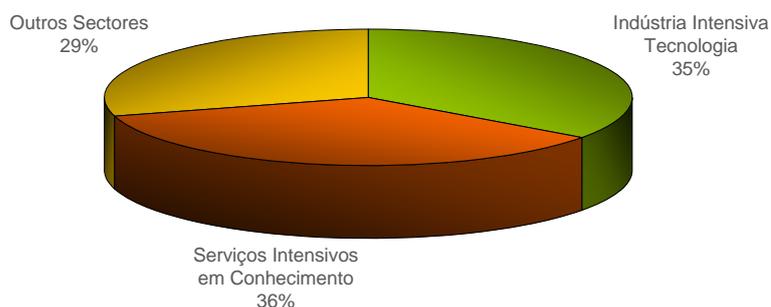
Unid: Mil Euros

Sector de Actividade	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	24	35.743	12.819
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	2	28.889	13.512
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	42	28.497	16.203
71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	21	15.774	9.756
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	19	15.411	9.225
26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos	17	15.017	6.150
82 - Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	5	13.880	7.091
20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	18	12.536	7.829
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	16	11.588	6.635
23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	12	9.793	5.440
27 - Fabricação de equipamento eléctrico	15	8.931	3.564
13 - Fabricação de têxteis	17	7.148	4.184
24 - Indústrias metalúrgicas de base	7	6.828	4.020
58 - Actividades de edição	4	5.288	3.760
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	14	5.177	2.854
Outros Sectores	82	44.165	27.831
TOTAL SI I&DT	315	264.665	140.874

Fonte: SI POFC

Analisando os sectores de actividade em termos de intensidade de conhecimento e de tecnologia, verifica-se que cerca de 70% do incentivo atribuído se enquadra em sectores de alta e média-alta intensidade.

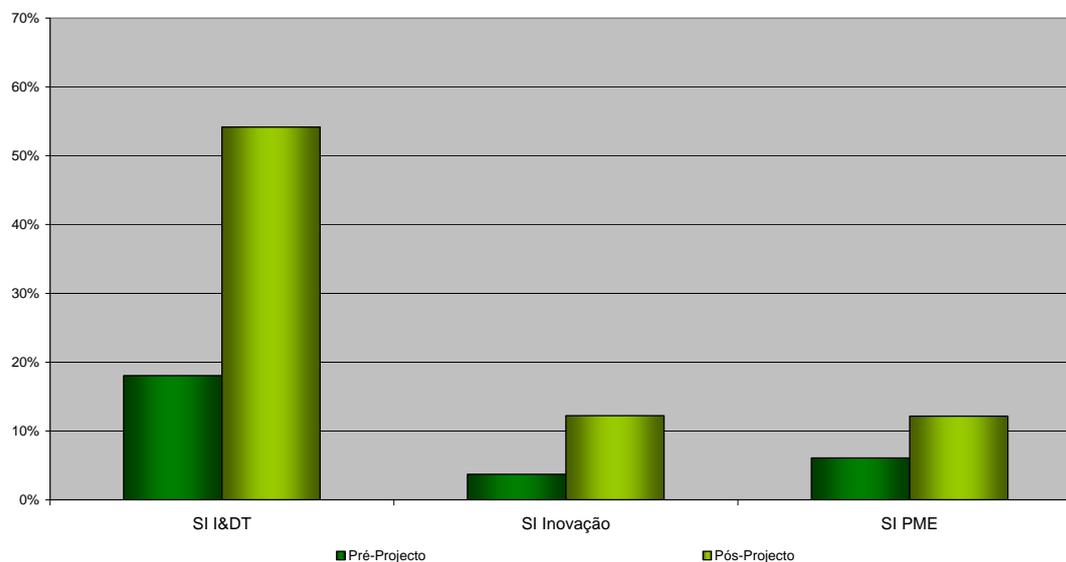
Gráfico 4.43: Peso do Volume do Incentivo Aprovado no SI I&DT, por Sector de Actividade, 2007-2009



Fonte: SI POFC

No que se refere ao total das empresas apoiadas pelo COMPETE até final do ano de 2009, no âmbito dos Eixos I e II, verifica-se que 6% das empresas possuíam já a certificação em Sistemas de Gestão da Investigação Desenvolvimento e Inovação, sendo este valor de 18% quando se restringe às empresas com apoios no âmbito do SI I&DT. Após a conclusão dos seus projectos, 17% das empresas (54% no caso das empresas com financiamentos do SI I&DT) planeavam ter a referida certificação.

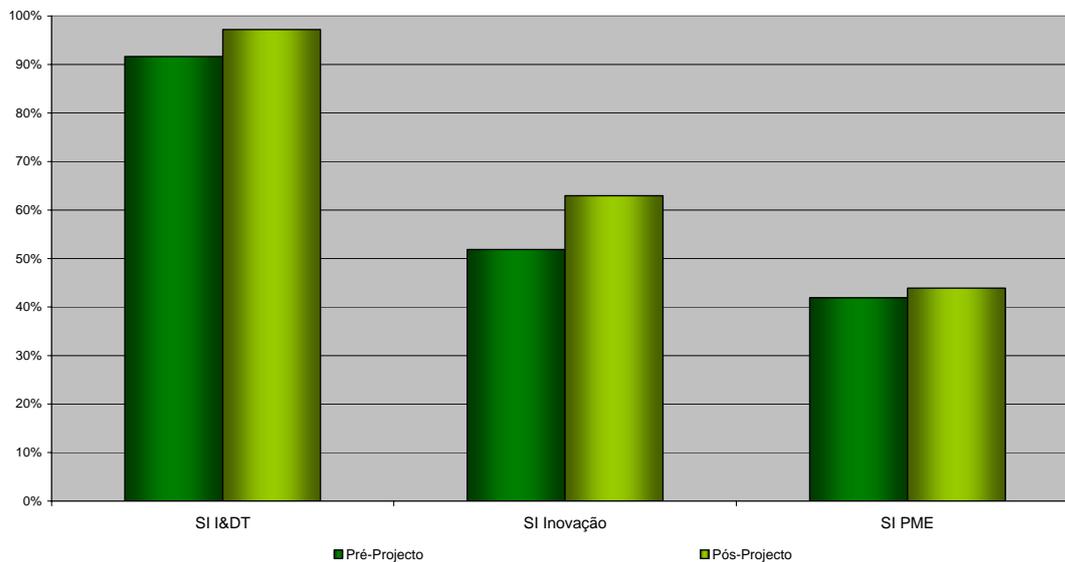
Gráfico 4.44: Empresas Beneficiárias de Apoios com Certificação em Sistemas de Gestão da I&D&I, por Instrumento, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Relativamente ao exercício de actividades de I&D antes e depois da realização dos projectos, conclui-se que as empresas beneficiárias apresentam valores bem acima da média nacional, atendendo a que mais de metade registavam, à data da candidatura, actividades correntes de I&D que surgem reforçadas após conclusão dos projectos, e que é mais evidente no caso dos beneficiários do SI I&DT.

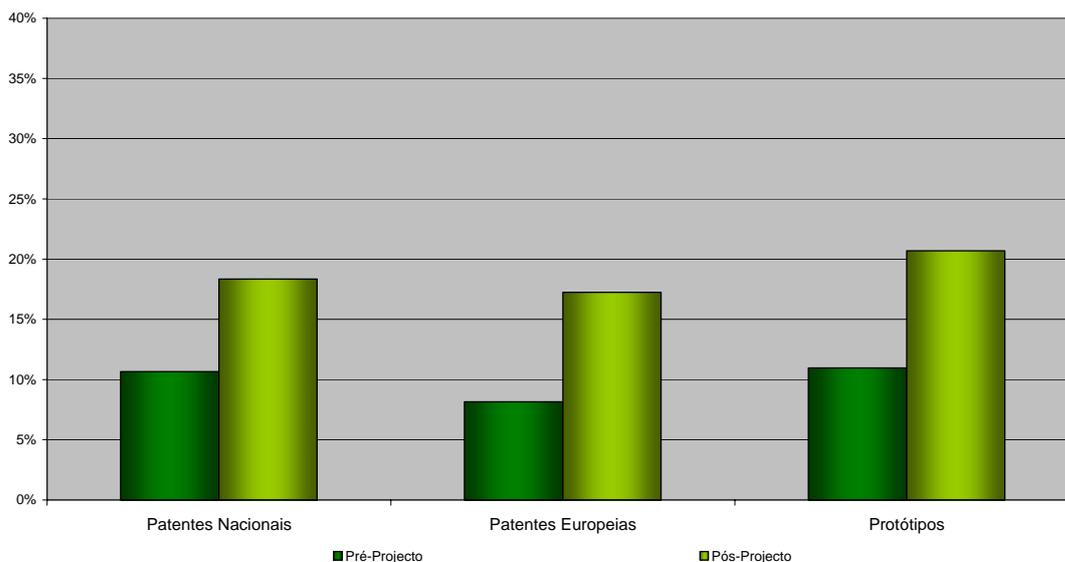
Gráfico 4.45: Empresas Beneficiárias de Apoios com Actividades Correntes de I&D, por Instrumento, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Também ao nível da protecção da propriedade industrial se verifica que as empresas beneficiárias do Programa apresentam níveis superiores à média nacional.

Gráfico 4.46: Empresas Beneficiárias de Apoios com Patentes e Protótipos, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Dos 315 projectos aprovados no âmbito do SI I&DT, 253 projectos com um incentivo de 118,6 milhões de euros encontravam-se no final do ano de 2009 com contrato assinado, correspondendo a 84,2% do total de projectos aprovados.

No final do ano, encontravam-se os 608 projectos aprovados do SAESCTN em fase de contratação.

| 143

Apresenta-se um projecto de I&D em co-promoção na área da saúde.

MEDIDA DE APOIO: SI I&DT – PROJECTOS EM CO-PROMOÇÃO

TIPOLOGIA DE PROJECTO: I&DT em Co-Promoção

N.º DE PROJECTO: 3472

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Semantic PACS - Sistema de Comunicação e Arquivamento de Imagens Clínicas com Motor de Pesquisa Semântica

PROMOTOR-LÍDER: Emílio de Azevedo Campos, S.A.

CO-PROMOTORES: Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto (INESC - Porto) e Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP)

LOCALIZAÇÃO: Matosinhos/ Porto, Norte

INVESTIMENTO APROVADO: 319.883,40 euros **INCENTIVO APROVADO:** 212.387,08 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: A gestão da informação na área médica tem contribuído de uma forma decisiva para melhorar a qualidade e as decisões inerentes aos cuidados de saúde, além de facilitar o acesso aos serviços disponíveis. Têm sido particularmente enfatizados os sistemas de arquivo médico que, apesar de ainda revelarem algumas limitações, contribuem significativamente para melhorar a qualidade do serviço prestado e o controlo dos custos de saúde.

A procura crescente de sistemas de comunicação que armazenam e disponibilizam imagens médicas (PACS) resulta da conjugação de uma série de avanços tecnológicos, aos quais não é alheia a massificação de equipamentos médicos a capturar dados digitais, bem como a banalização de dispositivos de digitalização, o que tornou possível a digitalização de material já existente.

Este aumento sem precedentes dos dados médicos em arquivos digitais, torna difícil automatizar determinadas tarefas de pesquisa ou análise, tornando premente a necessidade de investigar mais e melhores formas de fazer um uso efectivo desses dados, criando formas alternativas de acesso à informação.

A integração do sistema PACS com modalidades digitais permite a automatização do processo de gestão dos exames efectuados evitando erros de associação das imagens geradas aos pacientes correspondentes. A integração do sistema PACS com outros subsistemas informáticos hospitalares, nomeadamente o Sistema de Informação de Radiologia (RIS) e o Sistema de Informação Hospitalar (HIS), garante uma melhor consistência dos dados dos pacientes.

Este projecto visa desenvolver um módulo de software para sistemas PACS que incorpore métodos automáticos de descrição e pesquisa de exames clínicos imagiológicos baseadas no conteúdo semântico das imagens arquivadas. Em contraste com os sistemas existentes, esta solução integrada tornará possível a geração automática de diagnósticos com base em casos similares armazenados no sistema.

A vantagem principal da utilização de um sistema PACS com acesso semântico está relacionada com a qualidade e assertividade dos diagnósticos produzidos. Este tipo de pesquisa é também relevante para a investigação e formação médica avançada.

RESULTADOS ESPERADOS: O projecto visa dois objectivos complementares:

- Desenvolvimento de um novo produto, designadamente um módulo de software de catalogação e pesquisa de imagens médicas, armazenadas em sistemas PACS, com base no seu conteúdo semântico;
- Integração dos algoritmos desenvolvidos no produto PACS do promotor-líder, constituindo assim um factor de diferenciação e valor acrescentado da solução oferecida aos seus clientes.

Em contraste com os sistemas existentes, esta solução integrada tornará possível a geração automática de diagnósticos com base em casos similares armazenados no sistema. O resultado do processamento automático será fornecido ao utilizador sob a forma de um conjunto de imagens semelhantes e de metadados, sendo que a informação relevante poderá ser anotada, complementada e incluída no relatório de diagnóstico.

4.3.1.2. Qualificação de Entidades Prestadoras de Serviços no Âmbito das Tipologias de Projecto Vale I&DT e Vale Inovação

Na sequência das competências atribuídas ao COMPETE de coordenação da Rede Sistemas de Incentivos, em especial, no que se refere à monitorização das entidades qualificadas prestadoras de serviços no âmbito das tipologias de projectos Vale I&DT e Vale Inovação, foi efectuado um estudo sobre a sua aplicação ao nível do QREN (COMPETE e PO Regionais do Continente).

A operacionalização das tipologias de projecto Vale I&DT, inserido no SI I&DT, e Projecto Simplificado de Inovação – Vale Inovação, enquadrado no SI Qualificação de PME, pressupõe uma articulação prévia com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e do Sistema de Inovação, com competências para a prestação de serviços de I&DT e de consultoria e de apoio à inovação focalizados nas necessidades das PME.

No sentido de orientar a procura para organizações de comprovado mérito e fortemente entrosadas com os objectivos da Agenda da Competitividade, foi aberto um Aviso para Apresentação de Candidaturas (AAC 01/SI/2008), para reconhecimento prévio de um conjunto de Entidades do SCT e do sistema de inovação, na sequência do qual, foram qualificadas 128 entidades, das quais 120 pertencentes ao SCT.

Por tipologia de projecto objecto dos serviços de apoio a prestar por estas organizações, foram qualificadas 113 entidades para o Vale I&DT e 110 para o Vale Inovação.

No âmbito da Agenda da Competitividade, até ao final de 2009, decorreram 8 concursos para os Vales I&DT e Inovação (AAC 11/2008, AAC 12/2008, AAC 17/2008, AAC 18/2008, AAC 06/2009, AAC 07/2009, AAC 25/2009, AAC 26/2009), tendo COMPETE e nos PO Regionais do Continente sido registadas 1.007 candidaturas e aprovados 769 projectos, 71% dos quais no âmbito do Vale Inovação e 29% no Vale I&DT.

Importância do Investimento Elegível Aprovado para as Entidades Qualificadas

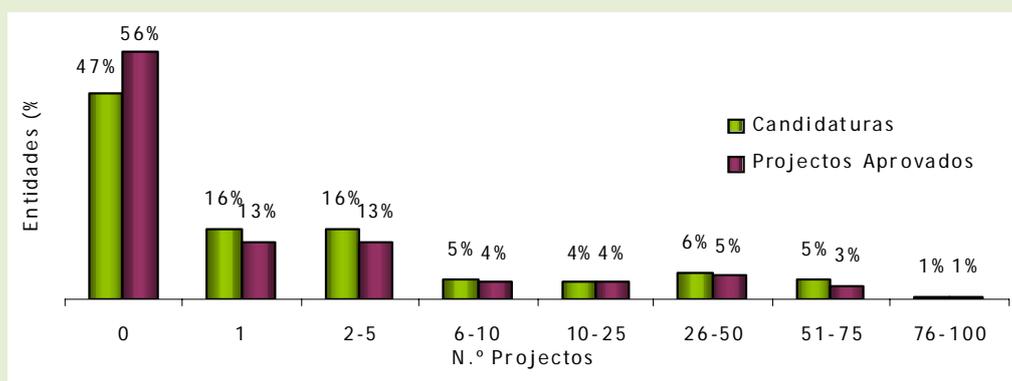
Unid: Mil Euros

Medida	Projectos Aprovados						
	Candidaturas		Projectos		Investimento Elegível		Incentivo
	N.º	%	N.º	%	Total	Médio	
SI I&DT Empresas/Vale I&DT	335	33,3%	221	28,7%	6.503	29	4.856
SI Qualificação PME/Vale Inovação	672	66,7%	548	71,3%	12.752	23	9.529
Total	1.007	100,0%	769	100,0%	19.255	25	14.385

| 145

De acordo com o Gráfico, das 128 entidades qualificadas, 47% não estão envolvidas em nenhuma candidatura. Em termos de aprovações, verifica-se que mais de metade das Entidades Qualificadas não participam em qualquer projecto.

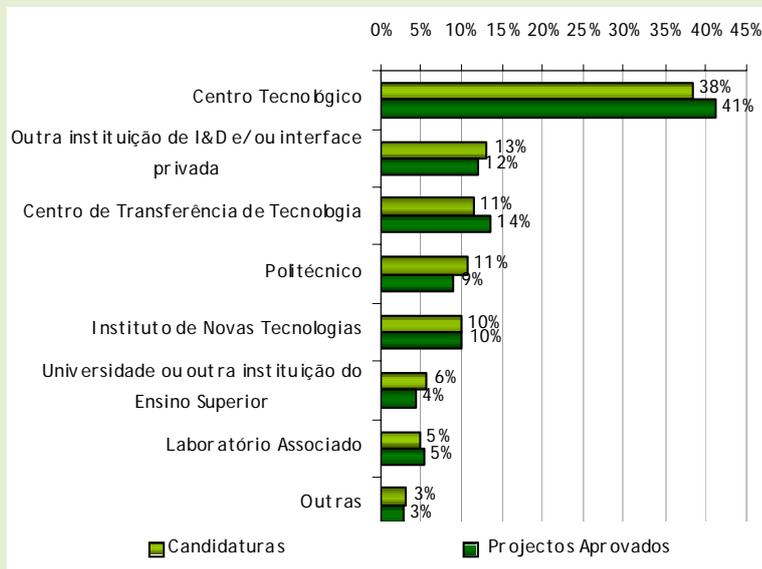
Distribuição dos Projectos pelas Entidades Qualificadas



Constata-se uma forte concentração das candidaturas num número limitado de entidades qualificadas: apenas seis entidades (IDITE-MINHO – Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho, TECMINHO – Associação Universidade-Empresa para o Desenvolvimento; Instituto Politécnico de Leiria, CEVALOR – Centro Tecnológico para a Valorização e Aproveitamento do Sector das Rochas Ornamentais e Industriais e CTCV – Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro e CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro) são referenciados como contratados em mais de metade do total das candidaturas e em 45% dos projectos aprovados.

Relativamente ao tipo de entidades qualificadas, destacam-se com 38% dos projectos aprovados, a contratação junto dos Centros Tecnológicos, seguida pelos Centros de Transferência de Tecnologia, por Outras instituições de I&DT e/ou Interface Privadas, e pelos Institutos de Novas Tecnologias, sendo que, os projectos em que os primeiros estão envolvidos revelam uma forte incidência de investimentos na área da “Qualidade” e os dois últimos no “Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos”.

Distribuição dos Projectos de acordo com o tipo de entidades



O processo de qualificação abrangeu dois conjuntos de entidades: as pertencentes ao SCT e as entidades do Sistema de Inovação (respectivamente, 94% e 6% do total das entidades qualificadas). Das 8 entidades qualificadas no Sistema de Inovação, metade não são responsáveis por qualquer projecto aprovado, verificando-se que perto de 3 quartos dos projectos a cargo de entidades do Sistema da Inovação (42 projectos) se concentra apenas numa entidade (IDIT-Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica).

CARACTERIZAÇÃO DOS PROMOTORES E DOS PROJECTOS APROVADOS

De acordo com a Tabela, a maioria dos promotores apresentou apenas uma candidatura aos Vales (cerca de 80% das PME que se candidataram), verificando-se, nos promotores com mais do que um projecto aprovado, uma tendência para recorrer à contratação de serviços à mesma entidade. Em termos de aprovações, o número de promotores com 1 projecto sobe para os 85,8%.

Distribuição dos Promotores consoante o Número de Candidaturas/Projectos Aprovados N.º de Promotores

Número de Projectos	Dados de Candidaturas		Dados de Aprovações	
	N.º	%	N.º	%
1 projecto	635	79,5%	560	85,8%
2 projectos	136	17,0%	78	11,9%
3 projectos	16	2,0%	8	1,2%
4 projectos	9	1,1%	6	0,9%
5 projectos	2	0,3%	1	0,2%
6 projectos	1	0,1%	0	0,0%
Total de Promotores	799	100,0%	653	100,0%

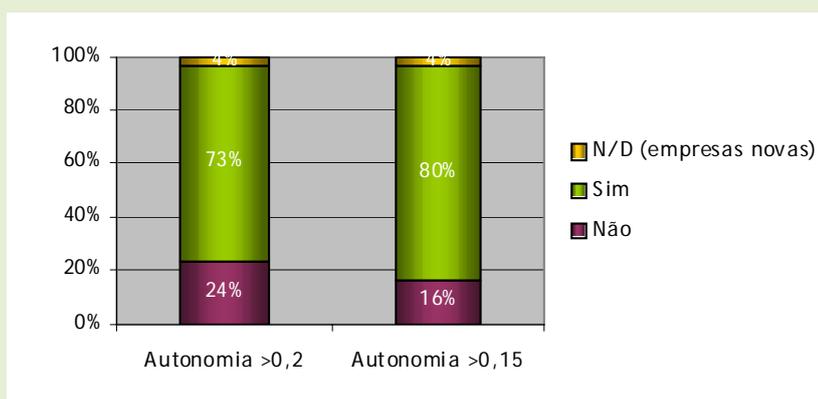
Do total dos promotores que se candidataram, verifica-se que 17,3% recorreram por mais que uma vez à mesma entidade qualificada (11,6% dos promotores com projectos aprovados). Se se considerarem apenas os promotores com duas ou mais candidaturas, verifica-se que mais de 80% dos mesmos optaram por recorrer à mesma entidade.

A grande maioria dos promotores com projectos aprovados não tem mais nenhum projecto aprovado nos demais instrumentos de apoio presentes nos Sistemas de Incentivos do QREN, constatando-se que a exigência de um rácio de autonomia financeira mínimo ao nível do praticado nas demais tipologias de projecto excluiria, à partida, perto de 16% dos projectos aprovados. Salienta-se que, estando em causa projectos de pequena expressão financeira, a condição de elegibilidade relativa ao equilíbrio financeiro aplicada aos Vales é menos exigente, situando-se ao nível da apresentação de situação líquida positiva.

Conclui-se, assim, que os Vales estão a intervir com efectividade junto de um leque de PME que estão fora da intervenção dos restantes instrumentos de incentivos do QREN.

O Gráfico espelha o resultado da aplicação dos rácios de autonomia financeira mínimos de 0,2 e 0,15 aos promotores dos projectos aprovados. Não sendo exigido, no caso dos Vales, o cumprimento desta condição, verifica-se que, desta forma, foi possível aprovar mais 125 projectos (16% do total), cujos promotores não teriam condições para aceder às restantes tipologias de apoio dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Existência de Autonomia Financeira mínima (% de Projectos)

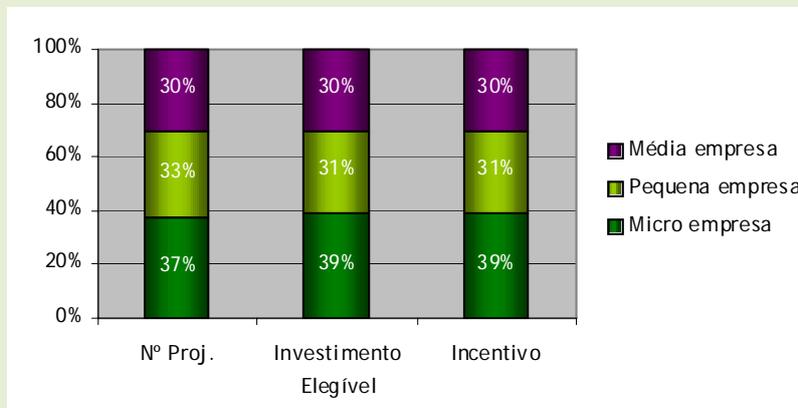


Em termos de emprego, as empresas com projectos aprovados envolvem no seu conjunto mais de 54 mil postos de trabalho, dos quais 6,2% são qualificados.

O Gráfico permite verificar que são as empresas de menor dimensão (micro e pequenas empresas) as principais beneficiárias dos Vales, registando maior número de aprovações (cerca de 70%). Dos projectos de microempresas, assinala-se o número considerável de aprovações em empresas com 2 trabalhadores (18,8%).

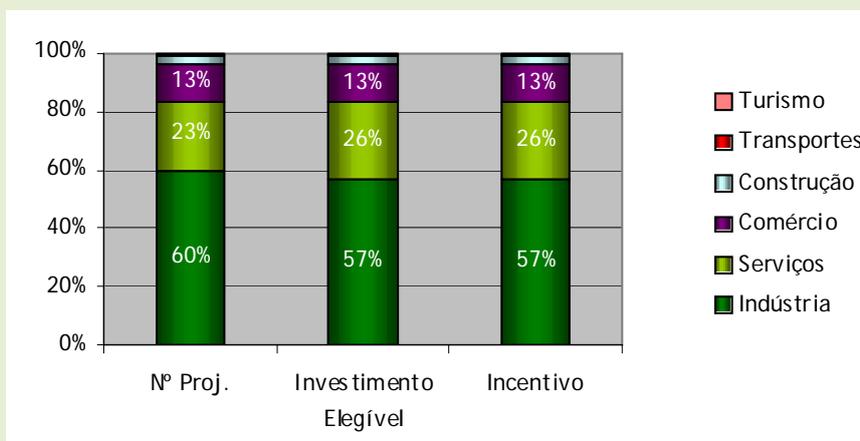
O investimento elegível médio por projecto varia entre os 23 (pequenas empresas) e os 26 mil euros (microempresas).

Distribuição dos Projectos Aprovados por Dimensão da Empresa



Relativamente à distribuição sectorial dos projectos, constata-se a preponderância do sector da Indústria (60% dos projectos), seguido pelos Serviços e pelo Comércio, que, no conjunto, representam 36% dos projectos aprovados.

Distribuição dos Projectos Aprovados por Sector de Actividade



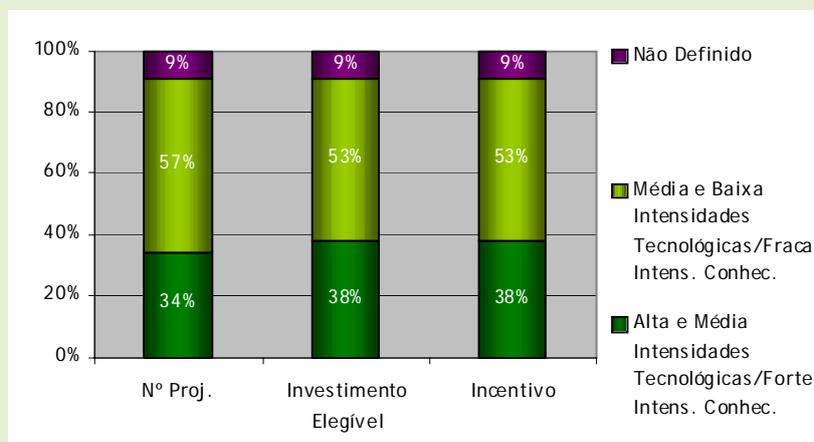
Por CAE, merecem principal destaque as divisões “25 - Fabricação de Produtos Metálicos, excepto máquinas e equipamentos” e “46 - Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos”.

Relativamente ao tipo de produção, mais de 80% dos projectos aprovados dizem respeito a bens transaccionáveis ou serviços internacionalizáveis. Os projectos aprovados estão relativamente bem posicionados em termos de intensidade tecnológica e de conhecimento;

Destacam-se o Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos e a Qualidade como principais áreas de qualificação;

No Gráfico apresenta-se a distribuição dos projectos aprovados de acordo com a intensidade tecnológica e de conhecimento: verifica-se que os projectos mais intensivos em tecnologia e conhecimento assumem um peso considerável - cerca de 34% (no total do PRIME, este rácio fixou-se nos 16,3% dos projectos de empresas).

Distribuição dos Projectos Aprovados por Intensidade Tecnológica e de Conhecimento



Na Tabela são identificadas as áreas de qualificação dos projectos aprovados: ¼ dos mesmos inserem-se na área Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos, seguindo-se a Qualidade com 20% do total. De assinalar a amplitude do investimento médio, que oscila entre os 13 mil euros, para projectos de Diversificação e Eficiência Energética, e os 33 mil euros para projectos de TIC.

Áreas de Qualificação dos Projectos Aprovados

Unid: Mil Euros

Área de Qualificação	Projectos Aprovados				
	Projectos		Investimento Elegível		Incentivo
	N.º	%	Total	Médio	
Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos	196	25,5%	5.161	26	3.858
Qualidade	149	19,4%	2.678	18	2.005
Tecnologia e Ciências dos Materiais	75	9,8%	2.092	28	1.564
Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação	73	9,5%	2.092	29	1.565
Ambiente	72	9,4%	1.437	20	1.068
Engenharia Mecânica	36	4,7%	1.110	31	832
Tecnologias de Informação e Telecomunicações	34	4,4%	1.107	33	823
Engenharia Electrotécnica, Automação, Control o	25	3,3%	739	30	546
I&DT e Transferência de Tecnologia	24	3,1%	692	29	516
Comercialização e Marketing	16	2,1%	345	22	259
Biotecnologia	12	1,6%	324	27	242
Ciências e Tecnologias do Ambiente	10	1,3%	278	28	208
Diversificação e Eficiência Energética	10	1,3%	127	13	95
Outras	37	4,8%	1.074	291	804
Total	769	100,0%	19.255	25	14.385

Na distribuição regional dos projectos, observa-se uma preponderância das regiões Norte (61% das aprovações) e Centro (28%).

4.3.1.3. Indicadores de Realização

Não existindo no Eixo I qualquer projecto do SAESCTN contratado, a leitura do grau de concretização dos indicadores deverá ser efectuada com cuidado adicional, face ao claro enviesamento induzido.

Do conjunto dos indicadores de realização previstos para o Eixo, verifica-se actualmente um nível de cumprimento de 75%.

Todavia, destaque-se o desfasamento na valoração do indicador “Relevância da I&D empresarial” na medida em que não foram contabilizadas as candidaturas ao SAESCTN.

Relativamente aos indicadores relacionados com o fomento da cooperação e da demonstração de resultados, o seu actual cumprimento resulta, por um lado, das oportunidades dirigidas a projectos com essas características (valorização em termos de critérios de selecção e lançamento de concursos específicos para projectos apresentados em co-promoção) e, por outro lado, da forte adesão das empresas motivada pela majoração da sua taxa de incentivo em caso dos projectos apresentarem uma componente de cooperação e/ou de divulgação dos seus resultados.

Deste modo, conclui-se que a componente de I&D no âmbito do COMPETE, em especial a vertente empresarial, está a ter a realização esperada contribuindo assim para o aumento da I&D nacional e de forma particular para o desenvolvimento de novos produtos e processos induzindo maior competitividade e inovação.

Tabela 4.22: Indicadores de Realização do Eixo I

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2009	Sim/Não
RELEVÂNCIA DA I&D EMPRESARIAL (Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	35%	40%	100%	Sim
RELEVÂNCIA DAS ACTIVIDADES DE I&D EM CONSÓRCIO (Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	12%	15%	53%	Sim
APOIO A PROJECTOS E ACTIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&DT (Investimento em actividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D)	15%	25%	43%	Sim
INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM PROJECTOS COMUNITÁRIOS DE I&DT (N.º de entidades participantes em projectos comunitários)	150	400	14	Não

Fonte: SI POFC

Tabela 4.23: Indicadores Comuns de Realização, Eixo I, 2009

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projectos de I&DT	Total do PO	253
	5. N.º de projectos de cooperação empresas -instituições de investigação	Eixo I	112
	6. Empregos na investigação criados	Eixo I	(*)
	7. N.º de projectos	Eixos I, II e III	158
Ajudas directas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	11
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	(*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	39
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Total do PO	46
	23. N.º de projectos	Total do PO	0
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projectos	Total do PO	0
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Saúde	38. N.º de projectos	Total do PO	0

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

4.3.2. Eixo Prioritário II – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

Tendo em conta os objectivos previstos para o Eixo II, foram criados dois instrumentos de apoio directo às empresas: SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação e SI PME – Sistemas de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME.

O SI Inovação é dirigido a projectos de média e grande dimensão, tendo como objectivo a inovação do tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento.

O SI PME visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em factores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: Propriedade industrial; Criação, moda e *design*; Desenvolvimento e engenharia de produtos,

serviços e processos; Organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); Qualidade; Ambiente; Inovação; Diversificação e eficiência energética; Economia digital; Comercialização e *marketing*; Internacionalização; Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho; Igualdade de oportunidades.

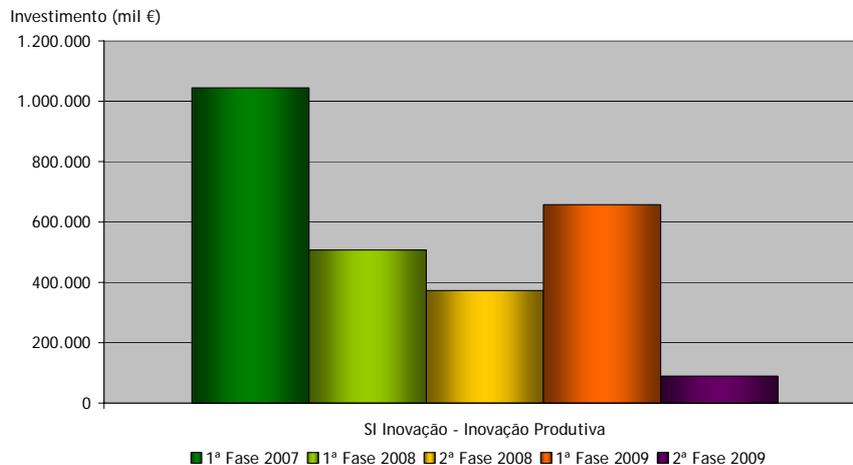
4.3.2.1. Candidaturas e Aprovações

152 |

Em 2009, no âmbito dos sistemas de incentivos SI Inovação e SI PME foram recepcionadas 633 candidaturas com um investimento associado de 3,4 mil milhões de euros. Em termos acumulados desde o início do Programa, foram recebidas 1.677 candidaturas, alavancando um investimento de 9,6 mil milhões de euros.

No que se refere à procura no âmbito da inovação produtiva do SI Inovação, tendo em conta que o concurso da 2.ª fase de 2009 se encontrava ainda em fase de recepção de candidaturas (que terminou a 1 de Fevereiro de 2010), constata-se que a procura sofreu uma redução significativa face à primeira fase de 2007, constituindo a 1.ª fase de 2009 uma ligeira recuperação.

Gráfico 4.47: Evolução da Procura ao SI Inovação – Inovação Produtiva, por Fase de Candidatura, 2007-2009

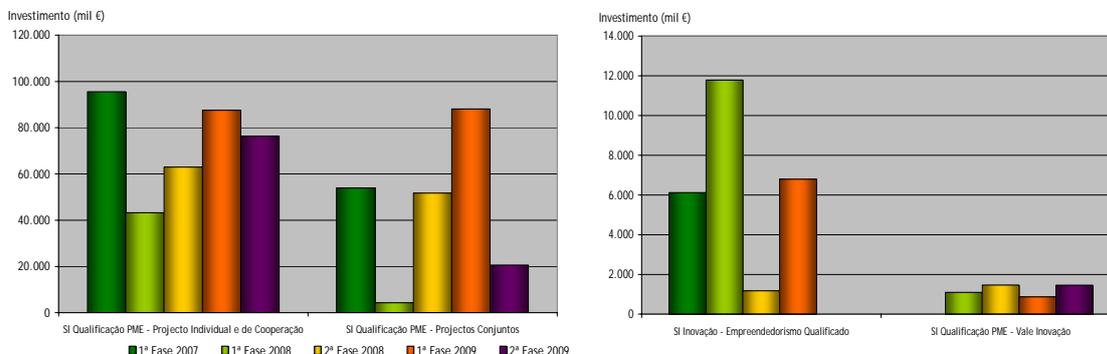


Fonte: SI POFC

Relativamente aos restantes projectos do Eixo II (que, comparativamente com os de Inovação Produtiva, têm uma dimensão média bastante inferior), verifica-se que a quebra verificada na procura após a 1.ª fase de 2007 foi já esbatida nas fases de 2009, no caso dos projectos individuais do SI PME, ou mesmo ultrapassada no caso dos projectos conjuntos do SI PME.

Dada a reduzida procura, no âmbito do COMPETE, para os projectos de empreendedorismo qualificado e para o Vale Inovação (instrumentos mais vocacionados para pequenas empresas), a análise evolutiva da procura não tem grande expressão.

Gráfico 4.48: Evolução da Procura de Pequenos Projectos do Eixo II, por Fase de Candidatura, 2007-2009

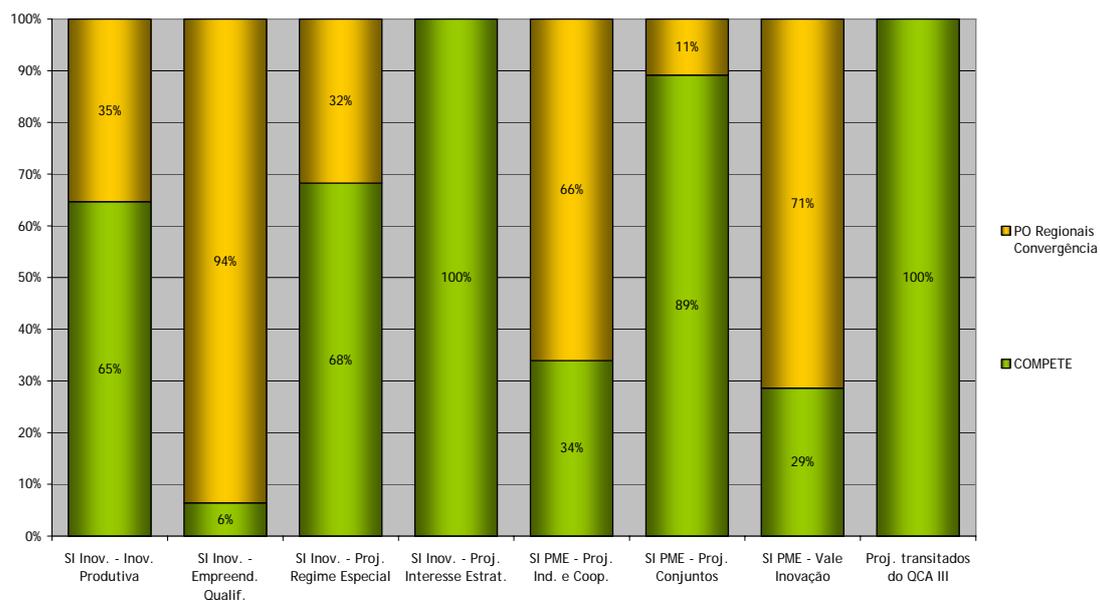


Fonte: SI POFC

Corroborando a análise anterior, verifica-se que a procura aos projectos de Inovação Produtiva, Regime Especial e Interesse Estratégico Nacional (essencialmente promovidos Médias e Grandes Empresas) e os Projectos Conjuntos (onde predominam os projectos multi-regiões) se concentra sobretudo no COMPETE, em contraponto aos restantes projectos destinados sobretudo a Pequenas Empresas (e portanto enquadrados nos respectivos PO Regionais).

Os projectos transitados do QCA III, conforme decisão do texto do Programa, foram enquadrados exclusivamente no âmbito do COMPETE.

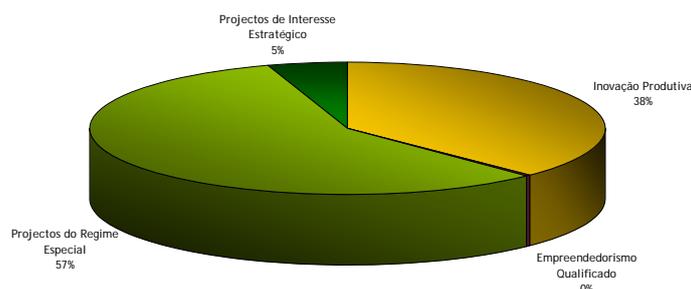
Gráfico 4.49: Volume de Investimento de Candidatura Recepcionado pelo COMPETE e PO Regionais (Convergência), 2007-2009



Fonte: SI POFC

No que se refere aos projectos do SI Inovação, verifica-se que, em termos acumulados, mais de 60% do investimento recepcionado se enquadrou nas tipologias destinadas a projectos de maior dimensão (Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional) e, portanto, fora dos concursos atrás analisados.

Gráfico 4.50: Distribuição do Investimento das Candidaturas do SI Inovação, por Tipologia de Apoio, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Em 2009 foram aprovados 520 novos projectos com um investimento elegível de 1,8 mil milhões de euros e um incentivo de 506,2 milhões de euros, representando um forte incremento face ao volume de aprovações no início do ano.

Encontravam-se aprovados no final do ano 874 projectos com um investimento elegível associado de 3,7 mil milhões de euros e um incentivo de 1,0 mil milhões de euros. Como seria expectável pela própria tipologia de projectos, foi no âmbito do SI PME que mais projectos foram aprovados (65,1%), embora tenha sido através do SI Inovação que mais incentivo foi atribuído (67,8%).

Tabela 4.24: Candidaturas e Projectos Aprovados do Eixo II por Instrumento, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas (2007-2009)		Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação - Inovação Produtiva	628	2.672.381	275	1.083.904	478.497
SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado	18	25.871	9	8.440	4.660
SI Inovação - Regime Especial e Proj. de Interesse Estratégico	39	4.427.947	13	579.306	227.899
SI PME - Projecto Individual e de Cooperação	677	365.496	323	107.590	41.119
SI PME - Projectos Conjuntos	101	218.621	76	158.193	76.907
SI PME - Vale Inovação	206	4.893	170	3.991	2.985
Projectos transitados do QCA III	8	1.892.172	8	1.787.027	216.737
TOTAL EIXO II	1.677	9.607.380	874	3.728.449	1.048.803

Fonte: SI POFC

Regionalmente, verifica-se um predomínio de apoio a projectos localizados na Região Norte, em termos de número de projectos (perto de 50% do total) e da Região Centro, em termos de Incentivo aprovado (37,1% do total).

Tal facto deriva da relevância da Região Norte se concentrar nas tipologias de apoio a PME (SI Qualificação e Internacionalização das PME e Empreendedorismo Qualificado) face à Região Centro (absorvendo perto de metade do incentivo atribuído a projectos de inovação produtiva). Destaque-se, em relação aos projectos do Alentejo, ainda o seu elevado peso relativo (62,7% do investimento elegível total) nos grandes projectos (Regime Especial e Interesse Estratégico Nacional, nomeadamente os projectos da Embraer, da indústria aeronáutica).

Assim, o investimento elegível médio por projecto varia assim entre os 27,3 milhões de euros em projectos do Alentejo, 3,7 milhões de euros na Região Centro e 1,9 milhões de euros na Região Norte.

Tabela 4.25: Projectos Aprovados do Eixo II por NUTS II, 2007-2009

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	427	828.835	314.372
Centro	322	1.206.574	388.736
Alentejo	55	1.500.832	256.890
Multi-Regiões Convergência	70	192.208	88.805
TOTAL EIXO II	874	3.728.449	1.048.803

Fonte: SI POFC

Em termos sectoriais, constata-se uma predominância no apoio ao sector Indústria, concentrando 76,5% dos projectos apoiados e 83,9% do investimento elegível aprovado, consentâneo com os objectivos do Programa.

Tabela 4.26: Projectos Aprovados do Eixo II por Sector de Actividade, 2007-2009

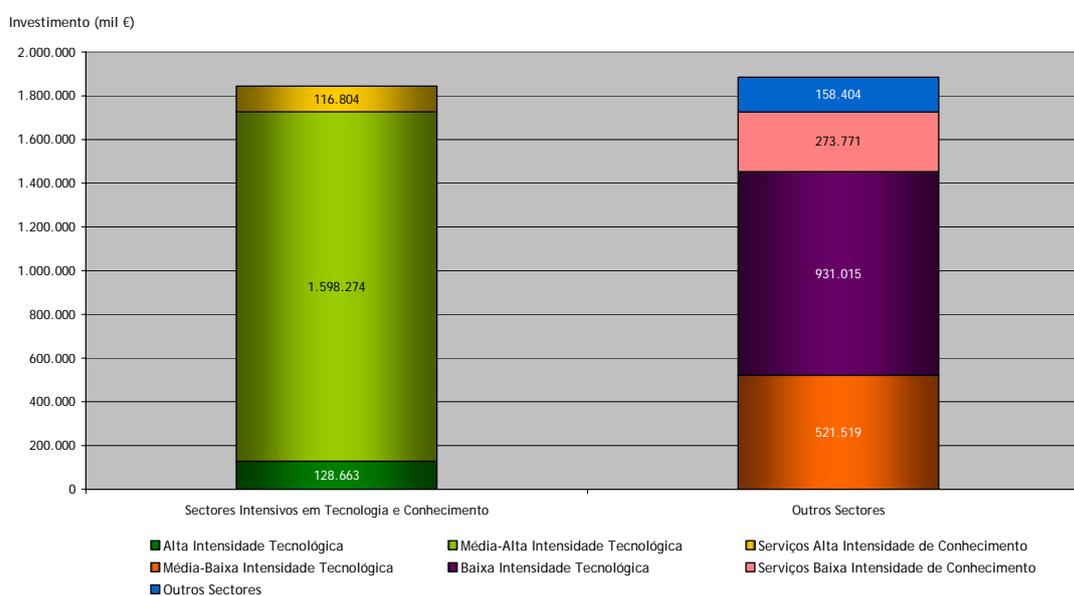
Unid: Mil Euros

Sector de Actividade	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	669	3.303.489	879.458
Turismo	27	233.639	80.772
Serviços	82	112.807	51.585
Comércio	52	55.075	26.353
Transportes	15	12.209	5.728
Construção	27	7.722	3.352
Energia	1	2.990	1.346
Outros sectores	1	518	210
TOTAL EIXO II	874	3.728.449	1.048.803

Fonte: SI POFC

Analisando o apoio a empresas por intensidade tecnológica e de conhecimento, conclui-se que o peso relativo das empresas apoiadas com actividades intensivas em tecnologia e conhecimento tem sido superior à estrutura empresarial existente em Portugal (49,5% do investimento elegível aprovado é referente a projectos industriais de alta ou média alta intensidade tecnológica ou a projectos de serviços com forte intensidade de conhecimento). Tal conclusão encontra-se em consonância com os objectivos do Programa e com a formatação fortemente dirigida à inovação dos instrumentos criados de apoio às empresas.

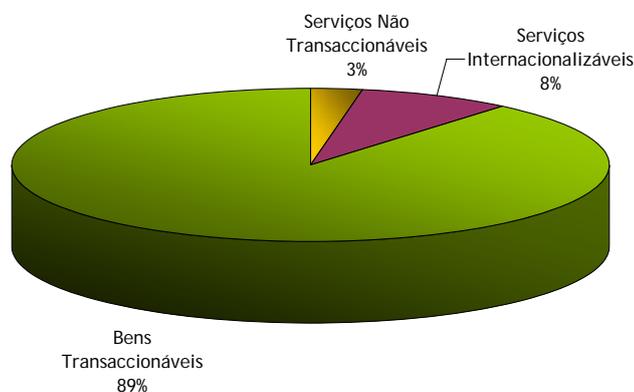
Gráfico 4.51: Distribuição do Investimento Elegível do Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Tal como consta dos objectivos do Eixo Prioritário, o apoio directo a empresas encontra-se vocacionado para sectores de bens transaccionáveis ou serviços internacionalizáveis (concentrando 97% do incentivo atribuído).

Gráfico 4.52: Distribuição do Investimento Elegível do Eixo II, por Sector de Actividade, 2007-2009

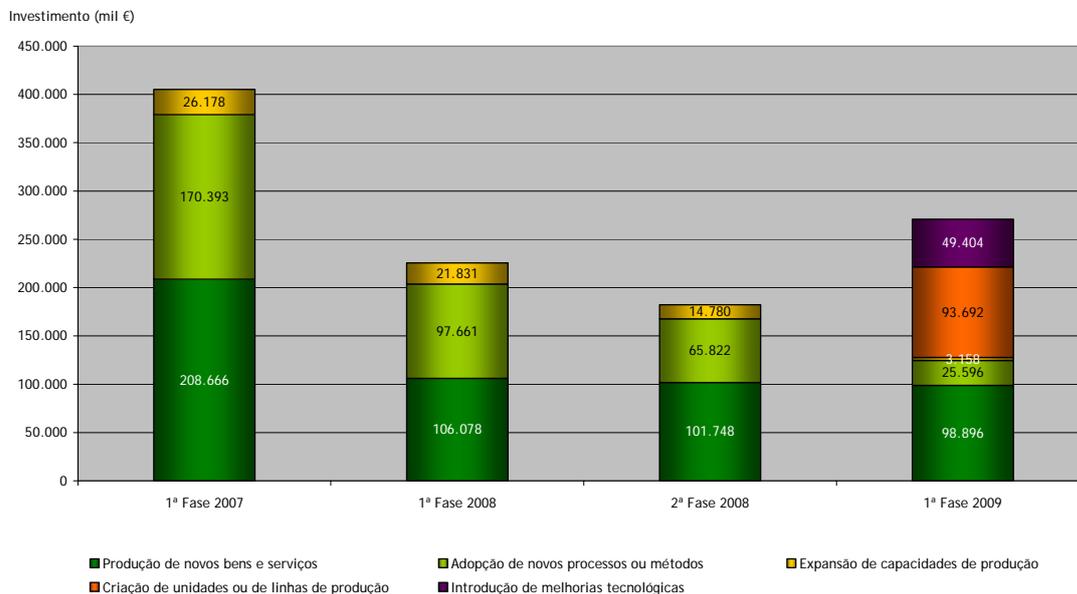


Fonte: SI POFC

No âmbito do SI Inovação observa-se um maior peso das tipologias referentes à “Produção de novos bens e serviços” (cerca de metade do investimento elegível apoiado) e “Adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos” (cerca de 1/3 do investimento elegível apoiado).

Conforme referido no ponto 7.1 – Medidas de combate à crise, o conceito de “inovação” foi flexibilizado na 1.ª Fase de 2009, como instrumento de combate à crise, de forma a permitir o apoio a projectos de “Criação de unidades ou de linhas de produção” e de “Introdução de melhorias tecnológicas”. Assim, no âmbito dos projectos aprovados nessa fase, estas novas tipologias absorveram 35% e 18%, respectivamente, do investimento elegível total.

Gráfico 4.53: Distribuição do Investimento Elegível da Inovação Produtiva, por Fase de Candidatura, 2007-2009



Fonte: SI POFC

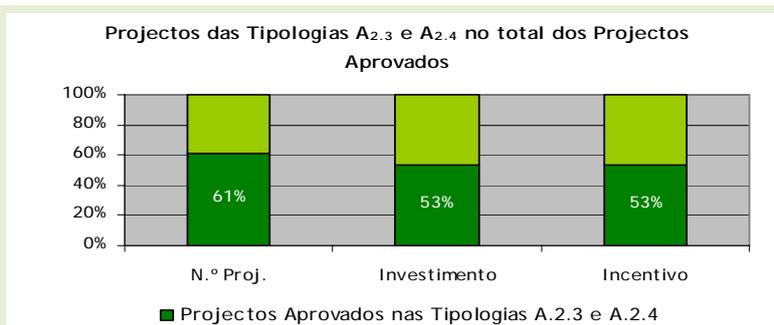
Na caixa seguinte apresentam-se algumas conclusões de um estudo realizado pelo COMPETE, ao nível da Agenda da Competitividade, relativo ao impacte da introdução de novas tipologias de avaliação do grau de inovação do projecto, no âmbito do concurso 11/2009 do SI Inovação, na sequência das medidas de combate à crise.

SI INOVAÇÃO - Impacte da Introdução de Novas Tipologias de Avaliação do Grau de Inovação do Projecto (Análise ao nível da Agenda da Competitividade)

Na sequência das medidas levadas a cabo para minimizar os efeitos da crise económica, foram introduzidas duas novas tipologias de investimento no Concurso n.º 11/2009 do SI Inovação:

- A_{2.3}: Criação de Unidades ou de linhas de produção com impacte relevante ao nível do produto, das exportações ou do emprego;
- A_{2.4}: Introdução de Melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou eficiência energética e ambiental.

A introdução destas duas novas tipologias de investimento permitiu alargar o âmbito de abrangência do concurso, abarcando novos projectos - 61% dos projectos aprovados tinham estas tipologias como dominantes, sendo as PME as principais beneficiadas - perto de ¾ dos projectos aprovados de pequenas empresas apresentavam uma destas duas novas tipologias como dominante.



Por sector de actividade, refira-se o peso dos projectos dos Serviços (73%) e da Indústria (70%) avaliados nas categorias em análise e, em especial, o que estes últimos representam em volume de investimento (226 milhões de euros) e incentivo (103 milhões de euros).

Na análise do mérito, os projectos das tipologias em questão obtiveram, em média, pontuações superiores no Critério A - Qualidade do Projecto, resultantes dos bons resultados auferidos no subcritério A2 - Grau da Inovação da Solução Proposta no Projecto.

Os projectos da tipologia A_{2.3} apresentam uma dimensão considerável (investimento médio de 4,3 milhões de euros) e um contributo assinalável para o acréscimo das exportações (após a realização dos projectos, as exportações passarão a representar mais de metade do volume de negócios total das empresas) e do VAB das empresas (acrécimo do VAB de 273% no total das empresas e de 189% se considerarmos apenas as existentes). De assinalar, igualmente, o peso em termos de emprego, contribuindo para 43% dos postos de trabalho líquidos criados no total dos projectos. São, no entanto, no geral, projectos de menor intensidade tecnológica ou de conhecimento (apenas 14% dos projectos são de alta ou média-alta intensidades, sendo a média dos projectos a concurso se fixou nos 23%).

Os projectos da tipologia A_{2.4}, são projectos de menor dimensão, com um impacte mais reduzido nos negócios internacionais (intensidade das exportações de 42%), mas com um efeito de alavancagem do incentivo, no acréscimo do VAB da empresa, bastante importante - por cada euro de incentivo atribuído, o acréscimo do VAB é de 462 euros, um valor muito superior ao verificado em qualquer uma das restantes tipologias.

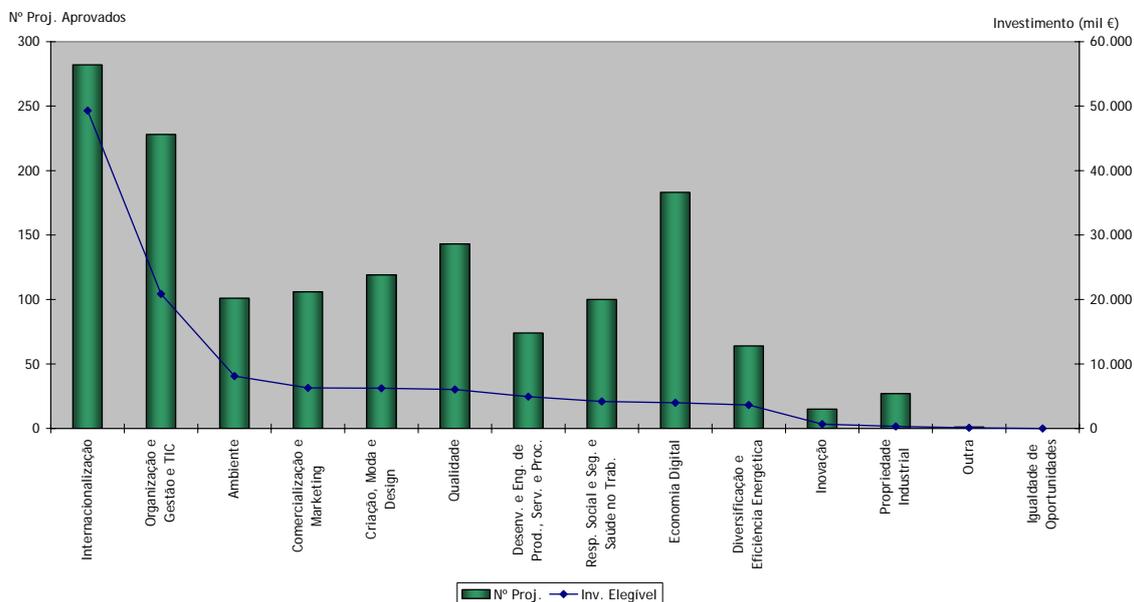
No total dos projectos apoiados, as tipologias A_{2.3} e A_{2.4} contribuíram para reforçar o peso da produção de bens transaccionáveis (81% face a 70% no total), sendo menor o peso dos serviços internacionalizáveis (10%, 19% no total).

Comparando com os Avisos anteriores, verificou-se um acréscimo do número de candidaturas neste Aviso, o que é bastante relevante num contexto de degradação do clima económico. Ainda assim, refira-se que este aumento foi inferior ao número de projectos entrados ao abrigo das novas tipologias.

Quanto aos projectos individuais e de cooperação do SI Qualificação e Internacionalização das PME, verifica-se que a principal tipologia de investimento apoiada é a Internacionalização, constatando-se que 87,3% dos projectos aprovados tem investimentos nesta componente, que concentra 43% do investimento elegível apoiado.

Em termos de número de projectos, destaque-se ainda as tipologias “Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação” (representada em 70,6% dos projectos aprovados) e “Economia Digital” (em 56,7% do total de projectos).

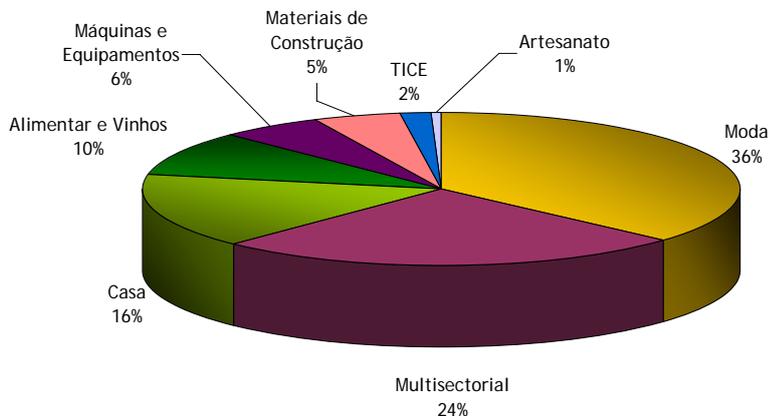
Gráfico 4.54: Distribuição do Investimento Elegível do SI PME, por Tipologia de Projecto, 2007-2009



Fonte: SI POFC

No âmbito dos projectos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respectivas actividades em torno das diferentes cadeias de valor, salientam-se as fileiras da Moda (36% do investimento elegível apoiado), Casa (16%) e Alimentar e Vinhos (10%), bem como os projectos multisectoriais (24%).

Gráfico 4.55: Distribuição do Investimento Elegível dos Projectos Conjuntos, por Fileira, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Dos 874 projectos aprovados no âmbito do Eixo II, 736 projectos com um incentivo de 877,6 milhões de euros encontravam-se no final do ano de 2009 com contrato assinado, correspondendo a 83,7% do total de projectos aprovados.

Apresentam-se de seguida dois projectos de inovação produtiva que ilustram o tipo de projectos apoiados no âmbito do Eixo II.

MEDIDA DE APOIO: SI INOVAÇÃO – INOVAÇÃO PRODUTIVA

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Criação de uma unidade hoteleira

N.º DE PROJECTO: 001171

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Edificação e exploração de unidade hoteleira de 5 estrelas

PROMOTOR: Hotti - Braga Hotéis S.A

LOCALIZAÇÃO: Braga

INVESTIMENTO APROVADO: 18.396.144,83 euros **INCENTIVO APROVADO:** 5.279.219,69 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: O presente projecto de investimento diz respeito à criação de um Hotel de 5 estrelas com uma capacidade de 180 unidades de alojamento, na cidade de Braga.

Este será o primeiro estabelecimento hoteleiro de 5 estrelas localizado no Distrito de Braga.

De registar que as unidades hoteleiras de 5 estrelas mais próximas localizam-se na cidade do Porto.

Para além da qualidade associada a um Hotel de 5 estrelas, este projecto distingue-se pela diversidade de serviços com especial incidência nas condições existentes para a realização de congressos/seminários e ainda um multifacetado *Health Club*, que inclui um SPA, Piscina, Ginásio.

RESULTADOS ESPERADOS: O projecto em questão vai ao encontro da requalificação da oferta através da criação de estabelecimentos com dimensão e capazes de gerar valor orientando o seu serviço para a diversificação e qualidade. Os seus serviços vão ao encontro do desenvolvimento de produtos turísticos vocacionados para a captação de segmentos de mercados de alto valor acrescentado, como é exemplo o turismo de saúde e bem-estar, o *city break* e o turismo de negócios.

O projecto apresenta-se económica e financeiramente viável e permitirá a criação de 103 postos de trabalho.

MEDIDA DE APOIO: SI INOVAÇÃO – INOVAÇÃO PRODUTIVA

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Inovação e *up-grade* tecnológico

N.º DE PROJECTO: 000953

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Reforço da competitividade da empresa apostando em vertentes como inovação e *up-grade* tecnológico

PROMOTOR: Styria Impormol, S.A.

LOCALIZAÇÃO: Azambuja

INVESTIMENTO APROVADO: 6.114.654,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 1.978.459,70 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: O projecto de investimento proposto pela STYRIA IMPORMOL, S. A. visa o reforço da competitividade da empresa, que aposta em exclusivo no direccionamento para o mercado externo sustentado e no reforço das suas competências nos domínios do produto, da qualidade, da eficiência produtiva, da produtividade, e das competências técnicas, tecnológicas e humanas, com vista a incrementar a sua estratégia de internacionalização, e simultaneamente reforçar a sua posição no mercado de molas leves.

Enquadra-se numa estratégia de reforço da competitividade da empresa e aposta nalgumas vertentes como a inovação e o *up-grade* tecnológico, a qualidade, a produtividade e automatização de processos e procedimentos e a competitividade dos preços, materializadas na mais moderna tecnologia de produção de molas, mediante a aquisição de equipamentos automatizados e inovadores do sector, alguns deles únicos em Portugal.

RESULTADOS ESPERADOS: As propostas de actuação apresentadas no presente projecto de investimento irão permitir à STYRIA IMPORMOL dispor de uma unidade fabril de molas para suspensões de veículos competitiva e que seja um 'modelo' para o sector, uma vez que as mesmas permitirão dispor de uma linha de fabrico totalmente automatizada, segundo a mais recente tecnologia do produto e processo no sector, a nível nacional, que permitirá conquistar excelentes níveis de produtividade, com elevados padrões de eficiência energética, e com tecnologia limpa.

4.3.2.2. Indicadores de Realização

O Eixo II prevê 6 indicadores de resultados (a apurar em sede de encerramento dos projectos) e 6 indicadores de realização.

Relativamente aos indicadores de realização, as respectivas metas estão a ser atingidas, com excepção do indicador referente ao empreendedorismo. De facto, O cumprimento deste indicador está a ser prejudicado dada a opção de focar os apoios ao empreendedorismo a PME e, deste modo, financiados essencialmente através dos PO Regionais (conforme foi

constatado atrás).

Apesar de ainda não existir informação sobre os indicadores de resultados (uma vez que ainda não há projectos encerrados), destaque-se o esforço positivo do Programa na concentração dos apoios em projectos inovadores, potenciadores do aumento das exportações nacionais (e, portanto, direccionados para sectores transaccionáveis e internacionalizáveis) e que visem a alteração do nosso perfil produtivo (através da concentração em sectores de elevada intensidade tecnológica e de conhecimento).

Destaque-se ainda, dos projectos estruturantes, o elevado peso dos projectos centrados em sectores intensivos em tecnologia e conhecimento (perto de 2/3 do investimento elegível), dos quais se salientam os projectos instalados de raiz (“*greenfields*”), concentrando 22% do investimento elegível.

Tabela 4.27: Indicadores de Realização do Eixo II

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2009	Sim/Não
INCENTIVO À INOVAÇÃO PRODUTIVA (Investimento total de projectos inovadores) / (Investimento total de empresas)	55%	67%	93%	Sim
INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SECTORES MADUROS (Investimento total de projectos inovadores em sectores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em sectores de média-baixa e baixa tecnologia)	50%	60%	87%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSACCIONÁVEL E INTERNACIONALIZÁVEL (Investimento em sectores de produção transaccionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)	80%	80%	97%	Sim
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO (N.º de empresas criadas) / (N.º de empresas apoiadas)	20%	20%	12%	Não
EMPRESAS CRIADAS NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)	50%	50%	60%	Sim
APOIO A PROJECTOS ESTRUTURANTES EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento estruturante de raiz em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projectos estruturantes apoiados)	15%	20%	22%	Sim

Fonte: SI POFC

Tabela 4.28: Indicadores Comuns de Realização, Eixo II, 2009

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	7. N.º de projectos	Eixos I, II e III	552
Ajudas directas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	44
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	(*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	499
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Total do PO	73
	23. N.º de projectos	Total do PO	8
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(*)
Turismo	34. N.º de projectos	Total do PO	24
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Saúde	38. N.º de projectos	Total do PO	0

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

4.3.3. Eixo Prioritário III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementarem com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

As regras de execução estabelecidas no SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, prevêm os seguintes instrumentos:

- Instrumentos de reforço do capital próprio (fundos de capital de risco, fundos de sindicância de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco);
- Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios (fundo de contragarantia mútuo, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento).

Para operacionalização destes instrumentos, e no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/ 2008 de 26 de Agosto, um instrumento público único, o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial.

As intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE circunscrevem-se exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

4.3.3.1. Candidaturas e Aprovações

No âmbito do Eixo III encontram-se aprovados os seguintes projectos:

- Linhas de crédito PME INVEST I e II – Linhas de crédito protocoladas com os bancos para apoio ao financiamento de PME;
- Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual (FICA) - Fundo de Capital de Risco destinado ao apoio a PME do sector do Cinema e Audiovisual;
- Portugal *Venture Capital Initiative* (PVCi) – Fundo, gerido em parceria com o Fundo Europeu de Investimento, para aplicação noutros Fundos de Capital de Risco.

Nos fundos de capital de risco (FICA e PVCi) foram efectuadas apenas as primeiras tranches de financiamento previstas no contrato e até ao momento não foram reportadas operações em empresas destinatárias.

A não execução em empresas destinatárias por parte do FICA é justificada pela necessidade de mudança na sociedade gestora do fundo, cujo processo de selecção terminou no mês de Abril de 2010, perspectivando-se que a nova sociedade entre em funções na gestão do FICA, em Junho de 2010.

Tabela 4.29: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2009 *Unid: Mil Euros*

Candidaturas Aprovadas		Investimento Elegível	Incentivo	Incentivo Pago
N.º	Designação			
004574	Linhas de Crédito PME Investe I e II	154.200	107.940	100.292
005734	FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual)	33.000	23.100	4.620
005735	PVCi (Portugal <i>Venture Capital Initiative</i>)	12.500	8.750	875
Total		199.700	139.790	105.787

Fonte: SI FINOVA

Existem ainda mais duas candidaturas entradas, objecto de desistência, projectos que foram rerepresentados no âmbito dos concursos de pré-selecção lançados em Agosto de 2009.

Em Agosto de 2009 foram lançados 5 concursos de pré-selecção de fundos de capital de risco e sociedades de investidores em capital de risco (*business angels*), com uma dotação inicial global de 141,5 milhões de euros, que acabou por ser reforçada em cerca de 10 milhões de euros.

166 |

Esse reforço permitiu o apoio extra em dois concursos – *early stages* e investidores em capital de risco - cuja procura excedeu largamente o previsto inicialmente e cujas áreas de intervenção o justificam, dado actuarem em fases muito iniciais do desenvolvimento das empresas e numa grande maioria em sectores intensivos em conhecimento e de média-alta e alta tecnologia.

O concurso Inovação e Internacionalização, com um peso de cerca de 50% do total da participação prevista, inclui alguns dos operadores de capital de risco tradicionais, nomeadamente do sector da banca, incluindo ainda alguns novos operadores e outros focalizados em sectores mais específicos (industrias criativas, transportes e logística, TICE e turismo) e ainda um fundo de base regional sediado no Minho.

Nos concursos *Corporate Venture Capital* e *Pré-Seed* a procura ocorreu dentro do expectável, sendo que a primeira tipologia é praticamente inédita em Portugal e a segunda de pouca apetência para capitais de risco, dado destinarem-se a apoiar projectos ainda em fase anterior a constituição de empresas. No *Corporate Venture* serão assim constituídos 3 fundos com origem em empresas de base tecnológica na área das TICE e ciências da vida e no *Pré-Seed* outros tantos fundos dedicados ao apoio ao desenvolvimento de projectos/ideias desde a fase de protótipo e com estreita ligação a entidades do sistema científico e tecnológico.

A linha de financiamento a investidores em capital de risco, apesar do estado ainda embrionário desta actividade em Portugal, teve uma procura muito acima das expectativas reforçando-se assim a dotação orçamental em 17 milhões de euros. As candidaturas pré-seleccionadas envolvem mais de 200 investidores em capital de risco e prevêem cerca de 400 intervenções em empresas de praticamente todos os sectores de actividade enquadráveis no SAFPRI.

Tabela 4.30: Concursos de Pré-Seleção do SAFPRI, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Tipologia Projectos	N.º Concurso	Dotação	Candidaturas Aprovadas		
			N.º	Investimento	Incentivo
Constituição/Reforço FCR – Inovação e Internacionalização	01/SAFPRI/2009	90.000	12	237.100	77.500
Constituição/Reforço FCR – Corporate Venture Capital	02/SAFPRI/2009	10.000	3	17.100	8.500
Constituição/Reforço FCR – Early Stage	03/SAFPRI/2009	21.000	6	55.617	30.309
Constituição/Reforço FCR – Pré-Seed	04/SAFPRI/2009	10.500	3	11.429	8.000
Linha Financiamento Investidores em Capital de Risco	05/SAFPRI/2009	10.000	56	44.052	27.504
Total		141.500	80	365.298	151.813

Fonte: SI FINOVA

No que concerne à Linhas de Crédito PME Investe aprovaram-se, em número e valor, operações de financiamento que atingem o inicialmente previsto, sendo residual a aprovação de novas operações.

Face à estabilização do projecto em termos de aprovação de novas operações, pode desde já ser efectuado um balanço global considerando os números de aprovações a 31 de Dezembro de 2009.

Tabela 4.31: Custo das Linhas de Crédito, 2007-2009

Unid: Mil Euros

	Reforço do Fundo de Contra-Garantia Mútuo	Bonificações de Taxa de Juro	Bonificação de Comissão de Garantia	Total de custos
PME Investe I	24.960	39.397	5.852	70.209
PME Investe II	36.001	39.617	8.373	83.991
Total	60.961	79.014	14.225	154.200
Total de financiamento previsto				1.237.082

Fonte: SI FINOVA

Em candidatura foi previsto um custo das linhas de crédito de 154,2 milhões de euros para um financiamento total de empresas de 1.237 milhões de euros, a que corresponde um grau de alavancagem do financiamento do SAFPRI de 8, o que constitui um valor muito positivo.

Tabela 4.32: Resultados associados às Linhas de Crédito PME INVEST I e II, 2007-2009 *Unid: Mil Euros*

	N.º Operações Aprovadas	Financiamento concedido	Valor garantido
PME Investe I	984	615.991	305.904
PME Investe II	2.543	607.178	301.534
Total	3.527	1.223.169	607.438

Fonte: SI FINOVA

O montante de financiamento inicialmente previsto já foi realizado em 99%, tendo-se mantido o grau de alavancagem de 8.

Tabela 4.33: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por NUTS II, 2007-2009 *Unid: Mil Euros*

Região NUTS II	N.º Operações	%	Financiamento	%
Norte	1.857	52,7	78.228	50,7
Centro	1.465	41,5	524.452	42,9
Alentejo	205	5,8	620.489	6,4
Total	3.527	100	1.223.169	100

Fonte: SI FINOVA

Tabela 4.34: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Dimensão de Empresa, 2007-2009 *Unid: Mil Euros*

Dimensão das Empresas	N.º Operações	%	Financiamento	%
Micro	791	24,4	105.130	8,6
Pequena	1.874	53,1	579.848	47,4
Média	862	22,5	538.191	44,0
Total	3.527	100	1.223.169	100

Fonte: SI FINOVA

Actuando o COMPETE apenas nas 3 regiões de convergência do Continente, verifica-se que cerca de metade das operações são da região Norte e mais de 40% na região Centro. Por dimensão de empresas salientam-se os 77,5% de número de operações de micro e pequenas empresas e 56% do montante total do financiamento aprovado.

Tabela 4.35: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Instituições Financeiras, 2007-2009 *Unid: Mil Euros*

Instituição Financeira	N.º Operações	%	Financiamento	%
BPI	854	24,21	313.889	25,66
Santander	727	20,61	190.131	15,54
CGD	610	17,30	243.755	19,93
BES	598	16,96	319.514	26,12
BCP	444	12,59	99.287	8,12
Barclays	90	2,55	15.470	1,26
Montepio Geral	78	2,21	15.811	1,29
Banco Popular	40	1,13	7.937	0,65
BPN	38	1,07	6.124	0,50
BBVA	13	0,37	4.112	0,34
CCCAM	10	0,28	1.500	0,12
FINIBANCO	10	0,28	1.733	0,14
BANIF	9	0,26	2.341	0,19
Totta CE	4	0,11	965	0,08
Deutsche Bank	2	0,06	600	0,05
Total	3527	100	1.223.169	100

Fonte: SI FINOVA

Tabela 4.36: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Classe de Risco, 2007-2009 *Unid: Mil Euros*

Classe de Risco	N.º Operações	%	Financiamento	%	Spread Médio
PME Líder	1.028	29,1	615.134	50,3	1,25%
A	1.323	37,5	294.178	24,1	1,38%
B	624	17,7	176.464	14,4	1,50%
C	552	15,7	137.393	11,2	1,90%
Total	3.527	100	1.223.169	100	1,39%

Fonte: SI FINOVA

Pelos dados apresentados verifica-se que 5 das 15 instituições financeiras, com operações aprovadas, têm cerca de 90% do total do número de operações e do total do financiamento concedido. Em termos de classe de risco destacam-se as empresas certificadas pelo IAPMEI e TP como PME Líder, com 29% do número das operações e 50% do total do financiamento, justificando-se parte desta diferença por terem acesso a um valor de financiamento superior. Agregando com as empresas de classe de risco A, têm uma representatividade de 66,6% do número de projectos e 74,4% do montante do financiamento.

Apresenta-se de seguida a descrição do projecto de financiamento das linhas de crédito da PME INVEST, bem como os seus resultados esperados.

Medida de Apoio: SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

ÁREA DE INTERVENÇÃO: FINANCIAMENTO DE EMPRESAS

N.º DE PROJECTO: 4574

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Linhas de Crédito PME Investe I e II

PROMOTOR: IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. e TP – Turismo de Portugal, I.P.

LOCALIZAÇÃO: Porto

INVESTIMENTO APROVADO: 154.200.000€

INCENTIVO APROVADO: 107.940.000

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: O projecto visa o apoio a operações de financiamento de PME localizadas nas regiões de Convergência do Norte, Centro e Alentejo, tendo a participação do COMPETE, das instituições de crédito, das sociedades de garantia mútua e do Fundo de Contragarantia Mútuo.

Face às severas restrições ao crédito por parte das PME a partir de 2008, foi operacionalizado este instrumento inovador que permite uma melhoria do acesso ao financiamento, através do envolvimento do sistema de garantia mútua que pode garantir até 50% do montante de financiamento e da bonificação parcial da taxa de juro aplicável.

As operações de financiamento visam o investimento novo em activos fixos corpóreos ou incorpóreos e aumento de fundo de maneo associado ao incremento da actividade, ficando excluídas as aquisições de terrenos, imóveis, viatura e bens em estado de uso.

RESULTADOS ESPERADOS: Estimular a oferta de crédito, reduzindo o risco das operações de financiamento, induzindo assim as instituições de crédito a adoptar uma atitude menos restritiva no que respeita ao financiamento das PME.

No que concerne às PME, facilitar o acesso ao financiamento bancário com prazos de financiamento até 5 anos, que permitem contrariar a tendência de concentração do financiamento no curto prazo e reduzir o peso do serviço da dívida na estrutura financeira. A bonificação das taxas de juro e da comissão de garantia permite que esse acesso ao crédito seja efectuado a um custo mais reduzido potenciando o investimento e/ou o crescimento da actividade.

Prevê-se ainda que os recursos financeiros mobilizados, no montante de 154 milhões de euros, resultem num financiamento total a PME de cerca de 1.200 milhões de euros, sendo assim de 8 vezes o efeito multiplicador.

4.3.3.2. Indicadores de Realização

Uma vez que as duas candidaturas aprovadas no âmbito do apoio a instrumentos de reforço do capital próprio das PME, nomeadamente com recurso ao capital de risco, ainda não têm aplicações efectuadas em empresas destinatárias, a aferição do indicador “Qualidade do Capital de Risco” não tem ainda aplicação em 2009.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação das Linhas de Crédito PME Investe, cujas operações envolvem a prestação de garantias através do sistema de garantia mútua, propiciou uma performance bastante favorável deste indicador, registando-se o cumprimento das metas previstas para o ano de 2010 e cerca de 70% das metas previstas para 2015.

O atraso na implementação dos apoios a instrumentos de capital de risco justifica o comportamento menos favorável do indicador “Financiamento orientado para sectores com potencial de crescimento”, cujo resultado é suportado na íntegra pela realização das Linhas de Crédito PME Investe, instrumento de banda larga no que diz respeito às actividades económicas enquadráveis. A operacionalização dos fundos de capital de risco e das sociedades de investidores em capital de risco, pré-seleccionados no final de 2009, permitirá elevar este indicador aos valores pretendidos dadas as características das empresas em que esses instrumentos prevêem actuar.

Tabela 4.37: Indicadores de Realização do Eixo III

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2007-2009	2007-2009	Sim/Não
QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO (Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)	33%	33%	0%	Não
FINANCIAMENTO ORIENTADO PARA SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito da Inovação Financeira)	30%	30%	15%	Não
GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME	1.500	5.000	3.527	Sim

Fonte: SI FINOVA

Tabela 4.38: Indicadores Comuns de Realização, Eixo III, 2009

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N.º de projectos	Eixos I, II e III	3.527
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.212
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Total do PO	70
	23. N.º de projectos	Total do PO	0
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projectos	Total do PO	0
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	38. N.º de projectos	Total do PO	0

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

4.3.4. Eixo Prioritário IV – Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

O Eixo IV é operacionalizado através do SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

4.3.4.1. Candidaturas e Aprovações

No âmbito do SAMA foram publicados desde o início do Programa 4 concursos (dois dos quais durante o ano de 2009) e 2 convites (um dos quais em 2009), tendo sido recepcionadas 256 candidaturas com um investimento associado de 610,2 milhões de euros.

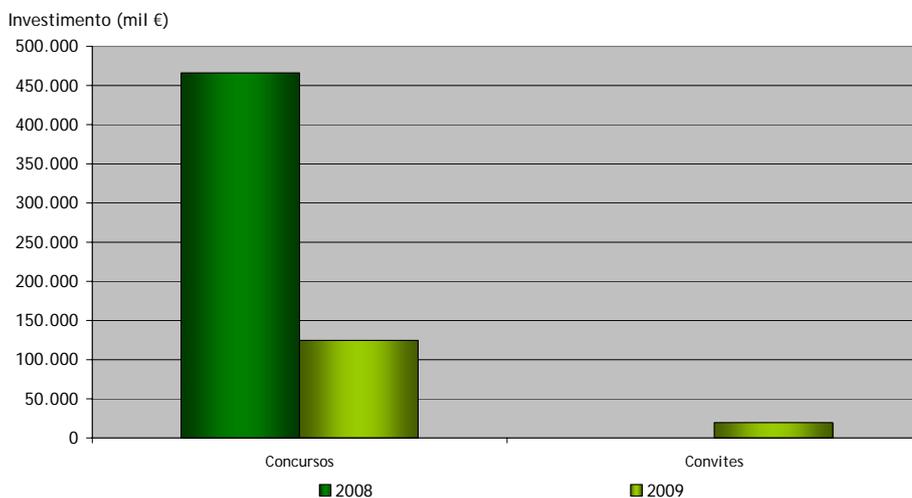
Analisando a evolução de candidaturas recepcionadas por ano verifica-se uma elevada quebra na procura destes apoios, com o volume de investimentos apresentados em 2009 a representar cerca de 30% do investimento recepcionado em 2008, circunstância que se pode justificar pela conjugação dos seguintes factores:

- A impossibilidade de recuperação de despesas a partir dos concursos abertos em 2009 (o que reflecte a obrigatoriedade dos projectos apenas poderem ter início após a data de candidatura), contrariamente à situação verificada até 2008 em

que, a título excepcional e transitório, foi permitida a elegibilidade de despesas com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro de 2007;

- O facto de alguns beneficiários do SAMA com projectos já aprovados terem potencialmente optado pela sua consolidação e execução previamente e em desfavor da apresentação de novas candidaturas, realidade que adquire particular relevância num contexto em que o universo de potenciais beneficiários do SAMA no âmbito do COMPETE ser objectivamente limitado às entidades da Administração Central do Estado;
- Um melhor conhecimento das próprias características e objectivos do SAMA por parte dos seus beneficiários, o que terá conduzido não apenas à redução do número de potenciais candidaturas por parte de entidades não beneficiárias do SAMA (face à situação verificada em 2008), como também à redução do número de projectos com objectivos mais centrados na oferta (orientados para a própria actividade das entidades) do que centrados procura, ou seja, efectivamente orientados para os serviços a prestar às empresas e aos cidadãos, conforme objectivo nuclear do SAMA. Para esta realidade contribuíram muito naturalmente as acções de informação e esclarecimento prestadas pelos Organismos Intermédios e pela Autoridade de Gestão;
- O facto do segundo dos concursos abertos em 2009 corresponder a um “Concurso Temático”, orientado para a disponibilização de serviços públicos com base na exploração das vantagens oferecidas pela Redes de Nova Geração, o que naturalmente restringiu o número de potenciais beneficiários às entidades com maturidade e capacidades suficientes e orientadas para o efeito;
- Por último, não será despiciendo salientar o facto do ano de 2009 ter sido caracterizado quer por alguma instabilidade institucional marcada por vários actos eleitorais, o que naturalmente acaba por condicionar transitoriamente a apresentação de novos projectos por parte das entidades da Administração Central do Estado, quer por uma conjuntura caracterizada por um cenário de crise económica e financeira internacional iniciada em meados de 2008, com consequências ao nível da contenção do investimento público.

Gráfico 4.56: Distribuição do Investimento em Sede de Candidatura, por Ano de Recepção, 2007-2009

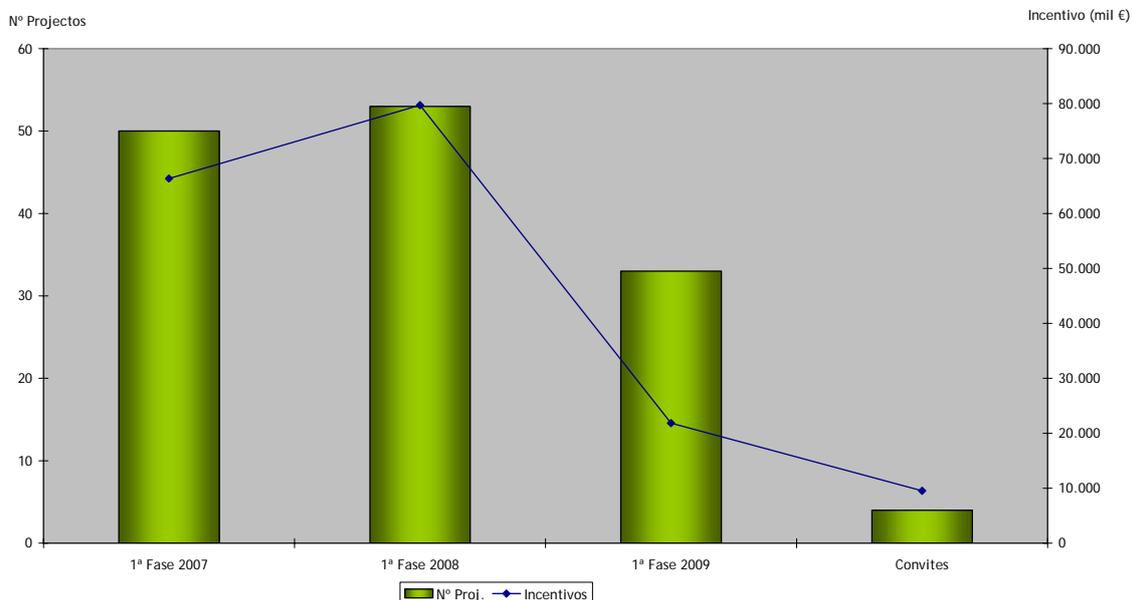


Fonte: SI POFC

Os concursos, bem como os convites, lançados no âmbito do Programa encontravam-se todos decididos no final do ano de 2009. Assim, encontravam-se aprovados 140 projectos com um investimento elegível de 343,2 milhões de euros e um incentivo de 177,5 milhões de euros, dos quais 90 projectos foram aprovados durante o ano de 2009, com um investimento elegível de 216,3 milhões de euros e um incentivo de 111,1 milhões de euros.

Reflectindo a quebra de procura atrás assinalada, a fase de 2009 ficou marcada por uma redução dos níveis de aprovação, quer em termos de número de projectos, quer em termos de incentivo atribuído.

Gráfico 4.57: Distribuição das Aprovações por Fase, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projectos, que visa a modernização da administração pública central, 76,9% do incentivo atribuído encontra-se localizado na Região de Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico, em termos de resultados, na diminuição de custos de contexto do sector empresarial a nível nacional (“*Spill-Over Effects*”).

Tabela 4.39: Projectos Aprovados por NUTS II, 2007-2009

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	7	8.627	6.039
Centro	9	12.886	9.020
Alentejo	1	562	393
Multi-Regiões	Reg. Converg.	36.712	25.698
	Lisboa	60.137	28.836
Lisboa	99	224.230	107.518
TOTAL EIXO IV	140	343.153	177.504

Fonte: SI POFC

Em termos de tipologia de projectos, constata-se que 54,3% dos projectos aprovados, correspondendo a 63,4% do incentivo atribuído, visam a reengenharia e desmaterialização nos processos.

Tabela 4.40: Projectos Aprovados do Eixo IV por Tipo de Projecto, 2007-2009

Unid: Mil Euros

Tipo de Projecto	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
<i>Tipologia A.</i> Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único	21	46.163	24.017
<i>Tipologia B.</i> Reengenharia e desmaterialização nos processos	76	218.079	113.138
<i>Tipologia C.</i> Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação	39	59.396	30.823
<i>Operações Globais</i>	4	19.515	9.527
TOTAL EIXO IV	140	343.153	177.504

Fonte: SI POFC

No final do ano de 2009, dos 140 projectos aprovados, encontravam-se já assinados 105 contratos com um incentivo de 148,0 milhões de euros, o que representa uma taxa de 83,4% de contratação.

4.3.4.2. Indicadores de Realização

O Eixo IV do COMPETE integra 10 indicadores, dos quais, três de realização.

Em relação aos indicadores de realização estabelecidos, e considerando a informação correspondente aos 105 projectos contratados até final de 2009, é possível concluir que o potencial de concretização das metas aprovadas excede largamente as perspectivas formuladas em relação aos objectivos de “Proximidade” e “Simplificação”, enquanto que, ao nível da “Utilização de factura electrónica”, se ficou abaixo das expectativas, sendo que em qualquer dos casos, revelar-se-á oportuno proceder a uma revisão não apenas das próprias metas, mas também dos conceitos associados.

Com efeito, ao nível dos dois primeiros indicadores, os dados alcançados encontram-se significativamente influenciados pelos resultados registados num número restrito de projectos, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimento bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multi-serviço e pontos únicos de contacto nos canais Internet, presencial ou telefónico, o que corresponde a contributos efectivos para os critérios da “Proximidade” e da “Simplificação”.

Numa análise mais restrita, pela exclusão dos projectos em causa, os resultados obtidos reposicionam-se nos 47 Centros de Atendimento multi-serviço criados e 113 pontos únicos de contacto criados, superando neste último qualquer das metas estabelecidas.

Em sentido diametralmente oposto, situa-se o indicador relativo à “Utilização de factura electrónica”, com apenas 38% das entidades a assegurarem o seu cumprimento, circunstância que será fortemente influenciada pelo facto de muitas delas simplesmente não emitirem facturas no contexto da sua actividade, sejam elas electrónicas ou de outra natureza, e que, como referido, justificará uma potencial revisão do conceito ou da metodologia de calculo do indicador.

Tabela 4.41: Indicadores de Realização do Eixo IV

Indicadores	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2009	Sim/Não
PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISERVIÇOS (N.º de centros de atendimento multiserviços abertos em território nacional)	60	200	548	Sim
SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO (n.º de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	10	20	245	Sim
DESMATERIALIZAÇÃO - AUMENTO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO PRESENCIAIS ((N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	30%	50%	187%	Sim
NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA AP (N.º de sistemas de informação interoperáveis na AP)/(N.º de sistemas de informação na AP)	30%	80%	86%	Sim

Fonte: SI POFC

Tabela 4.42: Indicadores Comuns de Realização, Eixo IV, 2009

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Total do PO	105
	23. N.º de projectos	Total do PO	0
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projectos	Total do PO	0
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	38. N.º de projectos	Total do PO	2

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

4.3.5. Eixo Prioritário V – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial

178 |

O Eixo V congrega duas dimensões relevantes, que se assumem de intervenção indirecta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, mas que constituem importantes instrumentos de natureza mobilizadora e estruturante em torno das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade.

Os instrumentos e principais características são:

Acções Colectivas (Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas – SIAC)

Os projectos traduzem uma resposta a riscos e oportunidades comuns e os resultados têm de traduzir-se na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas, insusceptíveis de apropriação privada.

Para que se considere estar em presença de bens públicos, a acção colectiva em causa tem de cumprir cumulativamente 4 condições: (i) prosseguir um objectivo de interesse comum, (ii) visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afectem um conjunto alargado de empresas, (iii) Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por acções de demonstração e disseminação; (iv) ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.

Estratégias de Eficiência Colectiva (Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva):

Uma Estratégia de Eficiência Colectiva é um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas integradas num Programa de Acção que visa a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado económico com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomentam de forma estruturada a emergência de economias de aglomeração (cooperação e funcionamento em rede entre empresas e entre estas e outros actores relevantes para a estratégica – entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais, etc. A estratégia definida deverá estar orientada para o futuro e para a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa, ou seja muito ancorado na inovação, na produtividade e na mudança de comportamentos e atitudes.

Estão previstas no Enquadramento duas grandes tipologias de EEC: (i) Clusters, que agrega duas subtipologias – os “Pólos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e os “Outros Clusters” (OC), (ii) Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, que também agregam duas subtipologias – os “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e as “Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

O COMPETE é o responsável pelo processo de reconhecimento da tipologia Clusters, e vai ser o processo neste âmbito que irá ser reportado no presente Capítulo.

Este instrumento é horizontal ao QREN e envolve também o PRODER e o PROMAR. As Estratégias e os Programas de Acção que são reconhecidos como EEC beneficiam de um tratamento preferencial quer através da atribuição de incentivos majorados, quer da possibilidade de adaptação dos sistemas de incentivos transversais e/ou dotações orçamentais específicas, quer ainda, do lançamento de concursos específicos.

4.3.5.1. Candidaturas e Aprovações

ACÇÕES COLECTIVAS

Durante o ano de 2009 foram publicados três concursos, com uma dotação total de 66,3 milhões de euros:

- **Aviso para Apresentação de Candidaturas n.º 01/SIAC/2009** – com uma dotação disponível de 5 milhões de euros, tem por objectivo estimular o desenvolvimento de projectos de natureza colectiva que preparem o sector automóvel para as preocupações no plano do ambiente, eficiência energética e mobilidade.
- **Aviso para Apresentação de Candidaturas n.º 02/SIAC/2009** – visa o apoio à animação, coordenação e gestão das parcerias estabelecidas em projectos a desenvolver pelas entidades gestoras das Estratégias de Eficiência Colectiva, cuja dotação ascendeu a 21,3 milhões de euros.
- **Aviso para Apresentação de Candidaturas n.º 03/SIAC/2009** – com o objectivo de estimular o desenvolvimento de projectos de natureza colectiva, sem restrições sectoriais, nos domínios da Inovação e Empreendedorismo, Energia, Ambiente e Responsabilidade Social, Outros Factores de Competitividade para as PME e Informação e Representação de PME. A dotação para este concurso foi de 40 milhões de euros.

No âmbito destes concursos, foram recepcionadas 135 candidaturas com um investimento associado de 141,9 milhões de euros, o que representa, face aos concursos da 2.ª fase de 2008, um aumento de 22,7% em termos de número de candidaturas recepcionadas e 34,1% em termos de investimento proposto.

Durante o ano de 2009, foram ainda recebidas 94 candidaturas relativas ao concurso que foi aberto em 2008 com um investimento de 82,7 milhões de euros.

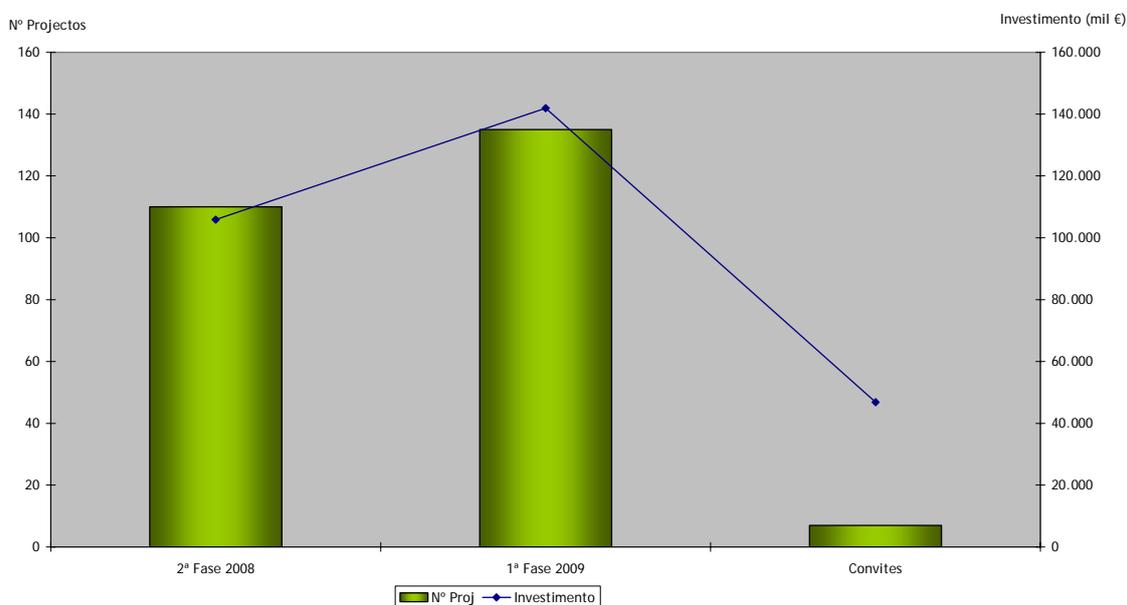
Complementarmente, foram endereçados 5 convites para a apresentação de candidaturas, tendo sido recepcionadas 4 candidaturas com um investimento associado de 23,5 milhões de euros.

- **Convite n.º 01/SIAC/2009** – dirigido à Associação Empresarial de Portugal (AEP) com o objectivo de apresentação de um projecto que vise a afirmação de Portugal como país produtor de bens e serviços com competitividade, inovação e qualidade.
- **Convite n.º 02/SIAC/2009** – dirigido conjuntamente ao IAPMEI e ao IEFPP visando a

apresentação de uma candidatura, no âmbito do Ano Europeu para a Criatividade e Inovação, que contribua para a geração de benefícios ao nível da competitividade de sectores muito diversificados da actividade económica e social suportado num programa de divulgação de actividades de criatividade e inovação.

- **Convite n.º 03/SIAC/2009** – endereçado à Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR) tendo por objectivo a apresentação de uma candidatura que materialize uma campanha de promoção internacional focalizada num conjunto restrito de mercados alvo e direccionada aos segmentos das rolhas e materiais de construção.
- **Convite n.º 04/SIAC/2009** – dirigido ao INOVCLUSTER – Associação do Cluster Agro-industrial do Centro para apresentação de candidatura com vista à dinamização, coordenação e gestão do cluster reconhecido no âmbito das estratégias de eficiência colectiva.
- **Convite n.º 05/SIAC/2009** – endereçado à AICEP com o objectivo de reforçar e continuar o esforço de promoção internacional da oferta portuguesa de bens e serviços focalizada num conjunto restrito de mercados e de diversificar os mercados relativos aos sectores de maior valor acrescentado e de incorporação tecnológica.

Gráfico 4.58: Distribuição das Candidaturas Recepcionadas, por Fase, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Dos concursos e convites atrás referidos, note-se que o concurso geral de 2009 permanecia em fase de análise de candidaturas no final do ano.

Assim, no final do ano encontravam-se aprovados 98 projectos com um investimento elegível de 113,3 milhões de euros e um incentivo de 80,8 milhões de euros, todos estes aprovados já em 2009.

Tabela 4.43: Projectos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2009

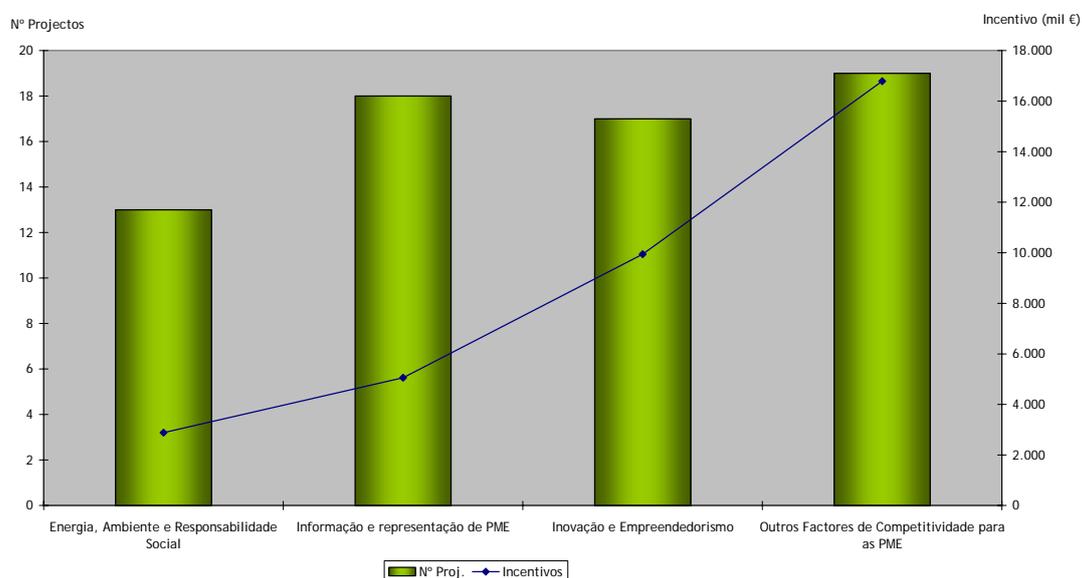
Unid: Mil Euros

Concurso / Convite	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso Geral de 2008	67	50.929	34.680
Concurso Sector Automóvel	6	2.160	1.496
Concurso EEC	18	16.888	12.666
Convites	7	43.321	31.950
TOTAL EIXO V	98	113.298	80.792

Fonte: SI POFC

Analisando o concurso geral, verifica-se que, em termos de número de projectos, há um relativo equilíbrio nas tipologias apoiadas apesar de, em termos de incentivo aprovado, se verificar uma elevada concentração de apoio a projectos de “Outros Factores de Competitividade para as PME” (absorvendo perto de metade do incentivo).

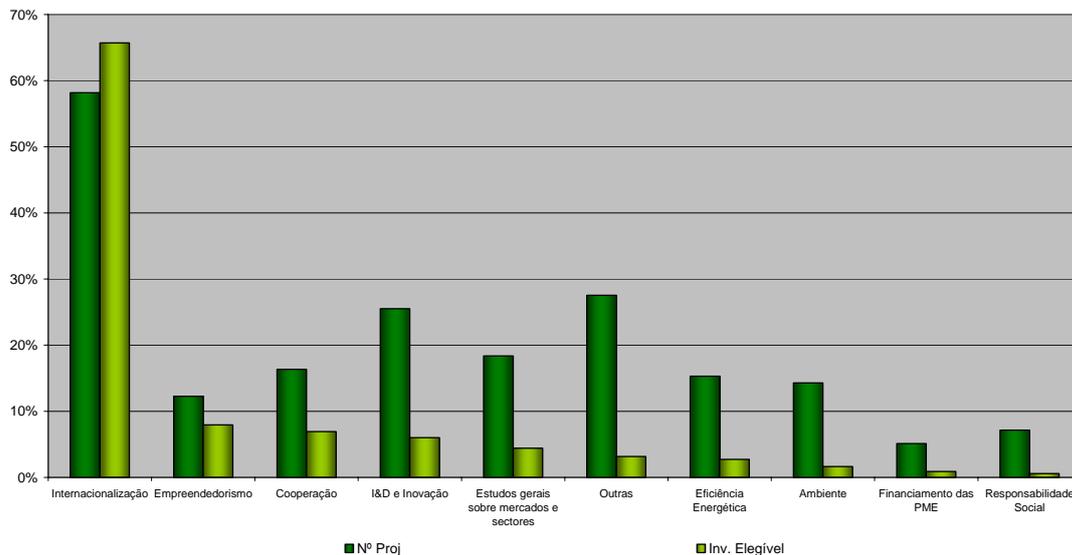
Gráfico 4.59: Distribuição das Aprovações do Concurso Geral de 2008, por Tipologia de Projecto, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Em termos de áreas de intervenção dos projectos, constata-se que tem sido dada uma grande importância à internacionalização, verificando-se que perto de 60% dos projectos aprovados contêm a referida área, concentrando perto de 2/3 do investimento elegível total.

Gráfico 4.60: Distribuição das Aprovações por Área de intervenção, 2007-2009



Fonte: SI POFC

No final do ano encontravam-se contratados 91 projectos com um incentivo previsto de 76,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de aprovação de 92,9% do total de projectos aprovados.

ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA

Entidade responsável pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação

Após a apreciação das candidaturas ao AAC n.º 01/EEC/2008, a 30 de Janeiro de 2009 foram reconhecidas condicionalmente 17 Estratégias de Eficiência Colectiva da Tipologia *Cluster* (10 Pólos de Competitividade e Tecnologia (PCT) e de 7 Outros *Clusters* (OC)), por despacho dos Ministros da Economia e Inovação, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Duas candidaturas a Clusters regionais em torno da Economia do Mar não foram pontuadas, tendo o despacho ministerial determinado a sua reformulação no sentido da integração das duas candidaturas numa única.

O despacho condicionado das EEC-*Clusters* foi justificado pelo insuficiente grau de maturidade dos projectos que constavam dos Programas de Acção, tendo sido comunicado aos

promotores um conjunto de condicionantes e recomendações a reflectir numa nova versão do Programa de Acção a remeter ao COMPETE e à Comissão de Avaliação nos 60 dias subsequentes. As condicionantes e recomendações centraram-se na sua maioria na necessidade de reforço da representatividade de empresas do agregado económico alvo no corpo associativo da entidade gestora e de imprimir maior *focus* estratégico às linhas estratégicas e Programa de Acção propostos.

Em paralelo o Turismo de Portugal, foi convidado a apresentar uma candidatura ao processo de reconhecimento do Pólo de Competitividade e Tecnologia do Turismo a 10 de Outubro de 2008, tendo os despachos ministeriais de reconhecimento sido datados de 16 de Março de 2009. Tal como nas restantes EEC, também aqui se verificou um reconhecimento condicionado à apresentação de nova versão do Programa de Acção nos 60 dias subsequentes.

Após a comunicação da decisão, no início de Fevereiro de 2009, a todos os promotores, incluindo aqueles cujo parecer foi no sentido de não reconhecimento como EEC, foi efectuada a 5 de Março uma reunião geral com todos os PCT e OC reconhecidos condicionalmente para (i) explicitação da metodologia associada ao reconhecimento de projectos candidatos ao QREN/PRODER/PROMAR como inseridos em EEC, (ii) informação sobre a fase de reformulação dos Programas de Acção e (ii) sobre a publicação do Aviso para a Apresentação de Candidaturas ao SIAC no âmbito das actividades de animação, coordenação e gestão da parceria.

Relativamente à Nova Versão dos Programas de Acção foi apresentada uma estrutura de conteúdo indicativo e identificados os requisitos mínimos a preencherem, nomeadamente no que dizia respeito aos projectos âncora e complementares.

Foi clarificada a definição e entendimento em relação aos projectos âncora, os quais deveriam constituir o “núcleo central” da EEC, e portanto imprescindíveis para a estratégia e prioridades definidas, e assumirem-se como colectivos (coordenados pela entidades gestora da EEC) ou envolvendo um conjunto alargado de actores do PCT/OC. Foi, ainda, comunicado que a confirmação da aceitação dos projectos âncora no Programa de Acção aprovado, constituiria um compromisso do QREN/PROMAR/PRODER, sem prejuízo da decisão ulterior sobre as condições de admissibilidade e de elegibilidade em sede de avaliação da candidatura, de acordo com os procedimentos gerais estabelecidos.

Conteúdo indicativo da nova versão do Programa de Acção:

a) Estratégia de Eficiência Colectiva: dados complementares de actualização ou de alteração da Estratégia apresentada na candidatura, decorrente das condicionantes e recomendações ou de modificações induzidas pela actual conjuntura de crise, nomeadamente ao nível da Estratégia, Âmbito e finalidades e Modelo de gestão e liderança (incluindo identificação nominativa dos associados – NIF, CAE e concelho);

b) Programa de Acção: i) identificação dos projectos âncora e preenchimento das respectivas fichas de projecto (cf. modelo proposto) e ii) tipologias de investimento associadas aos projectos complementares – proposta de “enquadramento de projectos complementares na EEC”.

Um projecto âncora assume as seguintes condições:

a) Constitui o “núcleo central” da EEC, isto é, deve ser imprescindível e nuclear para a estratégia e consonante com as prioridades;

b) É promovido e apresentado ao QREN/ PROMAR/ PRODER pela entidade responsável pela gestão da parceria (EEC) ou por um grupo de actores em co-promoção com representação significativa da EEC;

c) Exclui, em princípio, os projectos individuais, ainda que coerentes com a estratégia definida;

d) A ficha de projecto âncora deverá conter informação acerca: i) dos promotores e beneficiários; ii) objectivos, âmbito e relevância para o Cluster; iii) das actividades/ tarefas e respectivo cronograma de realização, iv) plano de investimento e fontes de financiamento; e v) efeitos esperados do projecto e mecanismos de divulgação e disseminação dos resultados junto do agregado económico alvo, quando aplicável (cf. ficha de projecto âncora).

Os projectos complementares, em sinergia com os projectos âncora dão corpo à estratégia identificada, podendo assumir uma base colectiva, conjunta ou individual e envolver ou não entidades associadas do Cluster. Não é necessária a identificação individual dos projectos complementares, pelo que a sua apresentação assume apenas uma natureza ilustrativa.

Deverá ser apresentada uma proposta de “Enquadramento de projectos complementares na EEC”, a qual corresponde à identificação para cada um dos instrumentos (ex. SI I&DT, SI Qualificação de PME, SI Inovação, SIAC e outros instrumentos de apoio público) do perfil de investimento adequado à concretização da estratégia e que permita aos PO financiadores adequar da forma mais eficaz possível a formatação dos AAC e a atribuição das majorações previstas (EEC).

Fonte: [Documento 2](#), Reunião com os PCT e OC, Lisboa, 05.Março.2009

Entre o início de Março e finais de Abril foram efectuadas diversas reuniões com representantes dos PCT/OC, frequentemente mais do que uma reunião de trabalho, no sentido do esclarecimento de todas as dúvidas suscitadas durante o processo de elaboração das novas versões dos Programas de Acção.

Foram solicitados vários pedidos de adiamento da entrega das novas versões dos Programas de Acção, que mereceram a concordância do Gestor do COMPETE, na medida em que foi clara a necessidade de mais tempo para amadurecimento dos projectos âncora.

As novas versões dos Programas de Acção foram recepcionadas entre o dia 8 de Abril e 17 de Maio de 2009 e foram alvo de análise, em primeiro lugar, no que diz respeito ao cumprimento das condicionantes e incorporação das recomendações, conforme despachos ministeriais, e em segundo lugar à análise de cada um dos projectos âncora.

Nalgumas situações foi necessário solicitar pedidos de informação adicionais, quer no que respeita a insuficiente detalhe financeiro dos projectos âncora, quer a insuficiente informação

disponibilizada para aferir o cumprimento das condicionantes ou a incorporação na Estratégia e/ou programa de Acção das recomendações.

No que diz respeito especificamente à candidatura do Cluster do Conhecimento e Economia do Mar, recepcionada a 17 de Abril, foi efectuada uma análise de mérito da EEC, conforme critérios de avaliação estabelecidos no AAC n.º 01/EEC/2009 e posteriormente, face à pontuação global ser no sentido do seu reconhecimento, à análise dos projectos âncora corporizados no Programa de Acção.

Foram solicitados pareceres às entidades potencialmente financiadoras de projectos âncora, especificamente aos PO regionais, PO Potencial Humano, PO Valorização do Território, PROMAR e PRODOR. Na maioria das situações foram recepcionados em tempo oportuno os respectivos pareceres, traduzindo um real empenhamento na colaboração em torno do processo de reconhecimento das EEC.

A primeira reunião da Comissão de Avaliação das EEC ocorreu a 4 de Junho e debruçou-se sobre um primeiro conjunto de Programas de Acção e posteriormente a 10 de Julho concluiu-se o processo de apreciação de todas as EEC, incluindo a candidatura do Cluster do Conhecimento e Economia do Mar e do PCT Turismo 2015, que tinha sido alvo de Convite por parte do COMPETE.

Os Programas de Acção propostos para aprovação reflectiram um trabalho de análise aprofundado, de acordo com os elementos disponibilizados, pelo que nem todos os projectos âncoras propostos foram classificados como tal. O parecer da Comissão de Avaliação foi comumente no sentido de apenas se considerar como âncora, os projectos verdadeiramente mobilizadores e centrais na estratégia definida e cuja dimensão de apropriação colectiva era evidente.

A 15 de Julho de 2009, por despacho dos Ministros da Economia e da Inovação, do Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento Regional, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Trabalho e Solidariedade Social, foram reconhecidos formalmente 11 Pólos de Competitividade e Tecnologia e 8 Outros Clusters.

Tabela 4.44: Lista de EEC – Clusters reconhecidas

Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC)	Entidade Gestora
Pólo de Competitividade da Saúde	Health Cluster Portugal - Associação do Pólo de Competitividade da Saúde (Porto)
Pólo de Competitividade da Moda	Associação Pólo de Competitividade da Moda (Porto)
Pólo de Competitividade e Tecnologia Agro-industrial: alimentos, saúde e sustentabilidade	Associação Integralar - Intervenção de Excelência no sector agro-alimentar (Maia)
Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia	Associação PCTE - Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia (Aveiro)
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal	Associação Para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal (Sta Maria de Lamas)
Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling	Associação-POOL-NET- Portuguese Tooling Network (Marinha Grande)
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	Associação das Indústrias da Petroquímica, Química e Refinação (Estarreja)
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias da Mobilidade – Portugal Mobi 2015	CEIIA - "Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel" (Maia)
PRODUTECH Pólo das Tecnologias de Produção	PRODUTECH - Associação para as Tecnologias de Produção Sustentável (Porto)
TICE.PT Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	Associação TICE.PT - Associação para o Pólo de Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica (Aveiro)
Pólo de Competitividade e Tecnologia Turismo 2015	Estrutura de projecto "Turismo 2015" (Coimbra)
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	Associação para o Pólo de Excelência e Inovação das Empresas de Mobiliário em Portugal (Paredes)
Cluster Habitat Sustentável	Associação Plataforma para a Construção Sustentável (Anadia)
Cluster Agro-Industrial do Centro	InovCluster – Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro (Castelo Branco)
Cluster da Pedra Natural	Associação Valor Pedra (Borba)
Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte	ADDICT – Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas (Porto)
Cluster Agro-Industrial do Ribatejo	Animaforum – Associação para o Desenvolvimento da Agro-Indústria (Torres Novas)
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	ADVID-Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense (Peso da Régua)
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	Oceano XXI – Associação para o Conhecimento e Economia do Mar (Porto)

Legenda: PCT – Pólo de Competitividade e Tecnologia; EEC – Estratégia de Eficiência Colectiva.

Fonte: COMPETE

De acordo com o texto do despacho ministerial, o reconhecimento formal tem a duração de três anos, os projectos âncora devem ser submetidos até 6 meses após o reconhecimento, e os Programas de Acção e a rede de actores não são entendidos como fechados, sendo passíveis de introdução de novos projectos âncora e/ou de revisão dos propostos, nomeadamente decorrente da implementação da estratégia, do processo contínuo de acompanhamento e dos exercícios de avaliação.

O despacho ministerial estabeleceu, ainda, que as funções de dinamização, acompanhamento e avaliação previstas na alínea c) do n.º 11 do artigo 7.º do Enquadramento das Estratégias de Eficiência Colectiva em todas as EEC seria assumida pela AG do COMPETE.

Os projectos âncora reconhecidos ascendem a 108 projectos, envolvendo um investimento total indicativo na ordem dos 650 milhões de euros.

Tabela 4.45: Projectos Âncora previstos, por EEC - Cluster

Tipologia reconhecida	EEC	N.º Proj. Âncora	Inv. Total Indicativo
PCT	Pólo de Competitividade da Saúde	6	65.354
PCT	Pólo de Competitividade da Moda	6	31.574
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia Agro-industrial: alimentos, saúde e sustentabilidade	7	9.650
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia	3	18.183
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal	9	91.420
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling	3	11.910
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	6	7.326
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia Automóvel e Mobilidade	7	12.774
PCT	PRODUTECH Pólo das Tecnologias de Produção	2	19.284
PCT	TICE.PT Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	12	108.984
PCT	Turismo 2015	6	35.659
Total de Projectos Âncora PCT		67	412.118
Outro Cluster	Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	3	13.967
Outro Cluster	Cluster Habitat Sustentável	3	6.347
Outro Cluster	Cluster Agro-Industrial do Centro	8	12.510
Outro Cluster	Cluster da Pedra Natural	3	11.385
Outro Cluster	Cluster das Indústrias Criativas	3	62.357
Outro Cluster	Cluster Agro-Industrial do Ribatejo	7	7.498
Outro Cluster	Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	8	4.534
Outro Cluster	Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	6	120.203
Total de Projectos Âncora PCT		41	238.801
Total de Projectos Âncora EEC		108	650.919

Fonte: SI POFC

As entidades gestoras tinham mobilizado à data do reconhecimento perto de 1.000 associados, dos quais cerca de 2/3 eram empresas.

188 |



A 17 de Julho em sessão pública foram assinados os contratos de reconhecimento das 19 EEC-Clusters e os contratos dos projectos aprovados no âmbito do SIAC para apoio às actividades de animação, coordenação e gestão dos PCT/OC.

De forma a garantir que no momento do reconhecimento das EEC, estas disporem de apoios para as actividades de animação, coordenação e gestão da rede, tinha sido publicado a 29 de Abril o AAC n.º 02/SIAC/2009, destinado especificamente a estas entidades (apoio suportado de forma integral pelo COMPETE).

A partir do momento do reconhecimento foi desenvolvido, em cooperação com todas as entidades gestoras, um trabalho de identificação das prioridades a ter presente na publicação dos Concursos aos Sistemas de Incentivos do QREN, a ocorrer no segundo semestre de 2009. Assim, foram definidos e publicados no início de Novembro, os seguintes Referenciais: a) Enquadramento Sectorial e Territorial, b) Áreas tecnológicas e de desenvolvimento de novos produtos, processos ou sistemas elegíveis para o SI I&DT, c) Tipologias de Investimento elegíveis para o SI Qualificação PME e d) Tipologias de Investimento elegíveis para o SI Inovação.

Os AAC 29 a 35 publicados entre 25 de Setembro e 2 de Dezembro incluíram como prioridade os projectos âncora e complementares inseridos nas EEC-Cluster reconhecidas. Desta forma, foi estabelecida uma dotação orçamental específica para as EEC, cuja análise de enquadramento exigia que o promotor em sede de candidatura indicasse o PCT/OC em que se pretendia inserir, justificasse a importância do projecto para a concretização do Programa de Acção do PCT/OC em causa, e evidenciasse o cumprimento dos requisitos de actividade económica (CAE nucleares e de suporte), território e tipologia de investimento elegível, conforme referenciais publicados.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, os concursos para projectos de I&DT Colectiva e projectos Mobilizadores foram exclusivos para os Pólos de Competitividade e Tecnologia e Clusters reconhecidos (neste último, para projectos âncora).

Refira-se, igualmente, que os projectos avaliados como enquadrados numa determinada EEC-Cluster e com mérito de projecto seriam objecto de majoração de incentivo, conforme previsto nos respectivos diplomas regulamentares.

A análise de enquadramento dos projectos foi efectuada pelos Organismos Intermédios, com validação dos respectivos pareceres pela Equipa interna do COMPETE dedicada à coordenação e avaliação das EEC.

As dotações orçamentais específicas ascenderam a cerca de 320 milhões de euros, envolvendo as Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais.

Tabela 4.46: Concursos com Dotações Específicas para EEC-Clusters, 2007-2009

Sistema de Incentivos	Instrumento	N.º Aviso	Data de Abertura	Data de Encerram.	Dotação Específica
SI I&DT	Projectos de I&DT (Redes de Nova Geração) Empresas Individuais e em Co-promoção	N.º 15/SI/2009	27-05-2009	31-07-2009	18.400
	Projectos de I&DT Empresas em Co-promoção	N.º 16/SI/2009	15-06-2009	09-10-2009	reforçado para apoiar projectos com MP≥3
	Projectos I&DT Colectiva - inseridos em EEC	N.º 31/SI/2009	25-09-2009	20-11-2009	9.500
	Projectos Individuais de I&DT	N.º 32/SI/2009	25-09-2009	27-11-2009	24.900
	Projectos de I&DT Empresas em Co-promoção	N.º 35/SI/2009	02-12-2009	01-02-2010	24.450
SI Inovação	Projectos de I&DT Mobilizadores	N.º 36/SI/2009	28-12-2009	31-03-2010	40.400
	Projectos de Inovação	N.º 33/SI/2009	27-11-2009	01-02-2010	130.000
	Projectos de Empreendedorismo Qualificado	N.º 34/SI/2009	27-11-2009	01-02-2010	15.800
SI PME	Projectos Individuais e de Cooperação	N.º 29/SI/2009	25-09-2009	27-11-2009	26.500
	Projectos Conjuntos (Outras tipologias)	N.º 30/SI/2009	25-09-2009	27-11-2009	17.200

Fonte: COMPETE

Para além dos Sistemas de Incentivos, o COMPETE promoveu, ainda, a abertura de Concursos em que se privilegiavam os projectos de EEC-Clusters, de forma particular, os projectos âncora, no âmbito do Sistema de Apoio a Acções Colectivas.

Relativamente dos Concursos de Sistemas de Incentivos publicados no segundo semestre de 2009 com dotações específicas para as EEC-Cluster, registaram-se 468 candidaturas³², envolvendo um investimento total de cerca de 900 milhões de euros. Refira-se a relevância da dinâmica evidenciada ao nível do SI Inovação (54% do número de projectos e 72% do investimento total) e SI I&DT (27% do número de projectos e 17% do investimento total).

³² De promotores que assinalaram especificamente o seu enquadramento numa determinada EEC-Cluster

Tabela 4.47: Candidaturas de Projectos-Âncora e Complementares de EEC – Clusters, por Instrumento de Apoio, 2007-2009

Aviso	Instrumento de Apoio	Candidaturas Recepcionadas			
		N.º Proj.		Investimento	
13/2009	SI Qualificação PME/ Projectos Conjuntos	12	3%	38.623	4%
15/2008	SI Qualificação PME/ Projectos Conjuntos	9	2%	30.246	3%
16/2008	SI Qualificação PME/ Projectos Conjuntos	3	1%	2.555	0%
16/2009	I&DT Empresas/ Projectos em Co-promoção	3	1%	20.374	2%
29/2009	SI Qualificação PME/ Projecto Individual e de Coop.	58	12%	21.400	2%
30/2009	SI Qualificação PME/ Projectos Conjuntos	2	0%	3.727	0%
31/2009	I&DT Colectiva	2	0%	3.823	0%
32/2009	I&DT Empresas/Projectos Individuais	47	10%	55.380	6%
33/2009	SI Inovação/ Inovação Produtiva	170	36%	577.638	64%
34/2009	SI Inovação/ Empreendedorismo Qualificado	86	18%	73.887	8%
35/2009	I&DT Empresas/ Projectos em Co-promoção	76	16%	67.950	8%
Total		468	100%	895.603	100%

Fonte: SI QREN, 15 de Maio de 2010

Esta procura inicial a apoios específicos e majorados para os PCT/ OC foi particularmente intensa para o COMPETE, que acumulou 36% do número de projectos e 50% do investimento total. O PO Norte destaca-se de seguida em termos de número de projectos (25% do número de projectos), se bem que o PO Centro verifique um maior peso relativo em termos de investimento (21% face aos 15% do PO Norte).

O PO Alentejo consegue configurar maior procura do que o PO Algarve, não obstante a generalizada falta de projectos empresariais. Relembre-se que a génese de parte relevante dos Pólos de Competitividade e Tecnologia tem origem nas regiões do Norte e Centro, não obstante o seu âmbito territorial ser o Continente.

Tabela 4.48: Candidaturas de Projectos-Âncora e Complementares de EEC – Clusters, por Autoridade de Gestão, 2007-2009

Autoridade de Gestão	Candidaturas Recepcionadas			
	N.º Proj.		Investimento	
COMPETE	170	36%	452.189	50%
PO Norte	119	25%	138.498	15%
PO Centro	103	22%	191.042	21%
PO Lisboa	34	7%	30.739	3%
PO Alentejo	26	6%	44.352	5%
PO Algarve	16	3%	38.783	4%
Total	468	100%	895.603	100%

Fonte: SI QREN, 15 de Maio de 2010

Por EEC-Cluster destaca-se a dinâmica dos actores do PCT do Turismo, ao qual não é alheio o forte investimento da entidade gestora no desenvolvimento de várias sessões de informação pelo país.

Os actores do PCT TICE, foram de seguida os que mais evidenciaram alguma dinâmica, ainda que representando em termos relativos um peso relativo inferior ao nível do investimento total. Os PCT da Saúde, *Engineering & Tooling*, Moda, Tecnologias de Produção, Indústrias de Base Florestal e Agro-industrial, observam níveis intermédios de procura, abaixo das expectativas iniciais.

As EEC-Cluster que evidenciam menor dinâmica e uma quase ausência de reconhecimento empresarial são o PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial, o Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro, o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar, o Cluster Agro-industrial do Ribatejo e o Cluster Agro-industrial do Centro.

Tabela 4.49: Candidaturas de Projectos-Âncora e Complementares de EEC – Clusters, por PCT e OC, 2007-2009

Estratégia de Eficiência Colectiva	Candidaturas Recepcionadas			
	N.º Proj.		Investimento	
PCT do Turismo	119	25%	362.505	40%
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	63	13%	71.488	8%
PCT da Moda	26	6%	62.390	7%
PCT das Indústrias de Base Florestal	24	5%	55.195	6%
PCT das Tecnologias de Produção	28	6%	45.960	5%
PCT Agro-industrial	22	5%	45.157	5%
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	21	4%	37.954	4%
PCT da Energia	14	3%	37.407	4%
PCT Engineering & Tooling	34	7%	36.241	4%
Cluster Habitat Sustentável	25	5%	31.474	4%
PCT da Saúde	38	8%	30.600	3%
Cluster da Pedra Natural	10	2%	20.548	2%
PCT das Indústrias da Mobilidade	10	2%	14.979	2%
Cluster Agro-industrial do Ribatejo	6	1%	12.318	1%
Cluster Agro-industrial do Centro	6	1%	11.429	1%
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	4	1%	7.578	1%
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	14	3%	7.559	1%
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	2	0%	2.574	0%
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	2	0%	2.246	0%
Total	468	100%	895.603	100%

Fonte: SI QREN, 15 de Maio de 2010

Uma análise particularmente relevante diz respeito quer ao peso relativo da procura dirigida ao orçamento específico EEC-Cluster, quer ao grau de eficácia das entidades gestoras, avaliado

pelo sucesso das candidaturas apresentadas (cumprimento dos requisitos necessários).

Relembre-se que se um determinado projecto se candidatar ao Orçamento EEC-Cluster e depois se verificar que não cumpre os requisitos necessários, tal implica uma penalização não desproporcionada, mas naturalmente necessária (é hierarquizado à parte e transposto para o fim do Orçamento Geral, caso ainda exista dotação disponível). Em 2010 é previsível que se adopte uma metodologia ainda mais restritiva, não permitindo a comunicação entre dotações orçamentais não totalmente utilizadas.

Como se pode verificar na Tabela 4.49, apenas cerca de ¼ do total de candidaturas aos Concursos dos Sistemas de Incentivos do 2.º semestre de 2009, são de empresas que propõem que os seus projectos sejam considerados complementares dos PCT/ OC reconhecidos. Este peso relativo é superior no caso do SI I&DT, traduzindo a forte dinâmica em termos de I&DT induzida principalmente pelos Pólos de Competitividade e Tecnologia, e no SI Inovação, muito marcado pelo forte esforço promocional promovido pelo PCT Turismo.

A análise de validação do cumprimento dos requisitos necessários ao enquadramento de um projecto numa determinada EEC-Cluster, permitiu concluir, até ao momento, ainda um relativo desconhecimento quer em relação à natureza programática dos PCT/OC, quer em relação às prioridades definidas. Desta forma, apenas cerca de 60% dos projectos são reconhecidos como projectos complementares/ âncora das EEC-Cluster reconhecidos.

Para tal conclusão não é desproporcionada o arranque lento de parte significativa das EEC-Clusters, traduzido quer em estruturas de gestão débeis, quer num ainda insuficiente trabalho com os agregados económicos alvo.

Tabela 4.50: Eficácia das Entidades Gestoras – Validação das candidaturas, 2007-2009

Instrum. de Apoio	Avisos	Total de Cand.	Cand. EEC	Validado como EEC						
				Total	PO FC	PO Norte	PO Centro	PO Lisboa	PO Alent.	PO Alg.
SI I&DT	AAC 16/ SI/ 2010	130	3	3	2		1			
	AAC 31/ SI/ 2009	2	2	1	1					
	AAC 32/ SI/ 2009	180	47	24	10	3	2	9		
SI Inov.	AAC 35/ SI/ 2009	147	76	69	35	14	6	13	1	
	AAC 33/ SI/ 2009	478	170	nd						
SI PME	AAC 34/ SI/ 2009	193	86	nd						
	AAC 29/ SI/ 2009	782	58	25	11	5	7		1	
	AAC 30/ SI/ 2009	14	2	1	1					
Total		1.926	444	123	60	22	16	22	1	2

Legenda: nd – processo de análise ainda não concluído.

Fonte: SIQREN, 15.Mai. 2010

Em termos de aprovações e com base em informação recente, uma vez que parte significativa destes Concursos específicos só terminaram a recepção de candidaturas no início do ano, verifica-se que se encontram aprovados 74 projectos, envolvendo um investimento de 106 milhões de euros e um incentivo de 45 milhões de euros.

Face ao conjunto de 590 projectos aprovados nestes Concursos de Sistemas de Incentivos, concluiu-se que os projectos EEC assumem já um peso relativo de 12,5% em termos de número de projectos aprovados, de 32,2% do investimento total e de 28,8% do incentivo total aprovado.

Destes projectos, 5 assumem a configuração de projectos âncora (envolvendo um investimento de 22 milhões de euros e um incentivo de cerca de 3 milhões de euros), sendo os restantes 69 projectos complementares (84 milhões de euros de investimento e 44 milhões de euros de incentivo).

Tendo presente que parte significativa das entidades gestoras das EEC-Cluster ainda se encontram numa fase de arranque, é particularmente positivo estes dados iniciais, não obstante a necessidade de reforço do papel de dinamização e apoio aos respectivos agregados económicos.

Tabela 4.51: Projectos Aprovados de EEC – Cluster, por PCT e OC, Maio 2010

EEC	N.º Proj.	Invest. Elegível	Incentivo
PCT da Moda	18	42.078	21.254
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	9	18.158	9.097
PCT das Tecnol. de Informação, Comunicação e Electrónica	7	23.592	3.235
PCT Engineering & Tooling	11	5.210	2.604
PCT da Saúde	6	3.926	2.281
PCT das Tecnologias de Produção	8	3.235	1.977
Cluster Agro-industrial do Centro	1	2.063	1.515
PCT Agro-industrial	4	2.160	1.395
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	2	1.291	913
Cluster Agro-industrial do Ribatejo	2	1.177	654
Cluster da Pedra Natural	1	1.164	625
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	2	618	420
PCT do Turismo	2	723	362
Cluster Habitat Sustentável	1	258	134
Total	74	105.653	46.464

Fonte: SiQREN, 15.Mai. 2010

Por região, o Norte acumula cerca de 50% do número de projectos aprovados e 60% do incentivo total. Na região Centro desenvolvem-se cerca de ¼ dos projectos aprovados de EEC-Clusters representando em termos de investimento e incentivo um peso relativo inferior (9,8% e

11,9%, respectivamente).

Esta distribuição geográfica do investimento traduz, como já referido anteriormente, a génese de criação das próprias redes de parcerias das EEC-Cluster.

Tabela 4.52: Projectos Aprovados de EEC – Cluster, por Região, 2007-Maio 2010

Região	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	35	54.776	28.417
Multi-Regiões	13	34.990	9.128
Centro	18	10.369	5.533
Lisboa	5	3.630	2.400
Alentejo	2	1.393	739
Algarve	1	495	247
Total	74	105.653	46.464

Fonte: SIQREN, 15.Mai. 2010

No final de 2009 foi solicitado a todas as entidades gestoras a elaboração de um Ponto de Situação que abarcou 4 dimensões: a) Operacionalização da entidade gestora, b) Descrição das actividades desenvolvidas pela entidade gestora, c) Ponto de situação relativamente à apresentação de candidaturas e d) Principais constrangimentos e desafios futuros.

As principais conclusões encontram-se sumariadas na caixa a baixo.

A análise da informação disponibilizada permite aferir pela existência de diferentes dinâmicas, que apesar do relativo ritmo lento de arranque, permite destacar pela positiva o PCT Saúde, PCT TICE.PT, PCT Agro-industrial, PCT *Engineering&Tooling* e o PCT PRODUTECH, e pela negativa o Cluster do Mobiliário e os PCT Energia e Refinação, Petroquímica e Química Industrial.

Ao nível das estruturas de recursos humanos, a fase inicial, até ao final de 2009, foi assegurada maioritariamente por cedência a título gratuito de técnicos por parte de alguns associados e por contratação de serviços a entidades externas.

A dimensão financeira é generalizadamente débil, assumindo-se a forte dependência de fundos públicos. Registe-se nalgumas situações um esforço no sentido de aumentar a base de associados e com isso do capital próprio da Associação.

Em termos de actividades desenvolvidas para o agregado económico alvo, e tendo ainda decorrido um espaço de tempo relativamente curto, constata-se que já foi dinamizado um conjunto relevante, ainda que básico, de acções de informação, representação e mesmo de internacionalização (construção dos site, participação na mostra Portugal Tecnológico, edição de brochuras, publicidade em revistas e rádio, publicação de artigos na imprensa). São excepcionais os casos de articulação internacional com outros Pólos congéneres europeus.

O número de associados tem vindo a aumentar, reflectindo não só o esforço da maior parte das Entidades Gestoras no desenvolvimento de acções de divulgação e sensibilização, mas também o reconhecimento do seu trabalho já efectuado.

Em termos globais e de acordo com a informação disponibilizada, e com os dados que o COMPETE dispõe, constata-se que apenas cerca de metade dos projectos âncora já foram submetidos a candidatura. Algumas EEC exigem uma atenta análise e acompanhamento, na medida em que ainda não submeteram qualquer candidatura (PCT Energia e Refinação, Petroquímica e Química Industrial e o Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro).

A participação das Entidades Gestoras noutros projectos é ainda nesta fase inicial de arranque relativamente reduzida, mas já se observam algumas dinâmicas muito positivas (PCT PRODUTECH e *Engineering&Tooling* e o *Cluster* Vinhos da Região Demarcada do Douro).

Os principais constrangimentos têm como principais pontos comuns: a crise económica, a dificuldade no arranque da operacionalização das EEC, o facto de ainda não existirem projectos âncora aprovados, as restrições financeiras impostas nos projectos, a dificuldade de compatibilizar os calendários das EEC com os da publicação dos AAC e a complexidade de informação exigida na apresentação das candidaturas.

Como principais desafios futuros, pode-se destacar a capacidade das Entidades Gestoras para criarem valor aos seus associados e aos respectivos agregados económicos alvo, para que a cooperação e a Eficiência Colectiva seja obtida e as metas do Programa de Acção alcançadas.

Fonte: Ponto de Situação n.º 01, Fev. 2010.

Relativamente ao conjunto dos projectos âncora, os dados disponíveis apontam para que cerca de 2/3 dos projectos de PCT já tenham sido submetidos (a sua totalidade no caso do PCT *Engineering&Tooling* e PCT PRODUTECH). Os PCT Energia e das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial foram os únicos que ainda não apresentaram qualquer candidatura.

No caso dos Outros *Clusters*, o peso relativo diminuiu para os 53,5%, destacando-se pela positiva o *Cluster* Habitat Sustentável e o *Cluster* das Indústrias Criativas na Região Norte.

Refira-se ainda, o desenvolvimento de reuniões de articulação com o PRODER e POPH no sentido de uma maior aproximação aos objectivos nacionais em termos de prioridades ao nível das Estratégias de Eficiência Colectiva.

Em 2010 serão solicitados novos pontos de situação, prevendo-se uma periodicidade semestral, e efectuadas visitas no local (entidades gestoras e empresas). A avaliação efectuada sobre a dinâmica e desempenho das EEC-*Cluster* no final do primeiro ano de reconhecimento poderá determinar a anulação ou suspensão do reconhecimento de algumas EEC-*Clusters*.

Ainda em 2010 será previsível que se proceda ao lançamento dos procedimentos necessários à elaboração do concurso com vista a avaliação externa das EEC-*Clusters*.

Projectos COMPETE – EEC - Clusters

No presente sub-ponto explicita-se o ponto de situação em relação aos projectos recepcionados e aprovados pelo COMPETE no âmbito das EEC-Cluster reconhecidas.

Chama-se a atenção para o facto das candidaturas apresentadas neste ponto serem enquadráveis, em termos orçamentais, nos respectivos Eixos prioritários e estarem igualmente analisadas em cada Eixo prioritário.

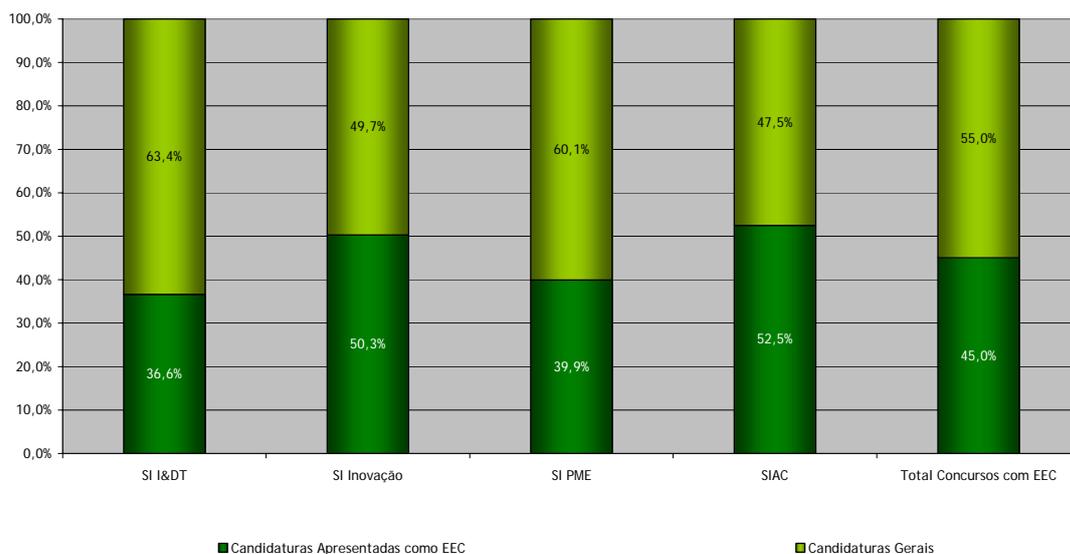
O COMPETE publicou até final de 2009, 22 concursos e efectuou 2 convites com possibilidade de enquadramento dos seus projectos em Estratégias de Eficiência Colectiva (9 Concursos exclusivos para EEC-Cluster e 13 Concursos com dotação orçamental mista).

No âmbito destes Concursos/Convites foram recepcionadas 642 candidaturas, sendo que cerca de metade do investimento total foi previsto por promotores que se consideraram inseridos num PCT/OC.

O instrumento de apoio SIAC foi o que registou maior procura em termos de promotores enquadrados em EEC, seguido do SI Inovação, reflectindo o facto de parte significativa dos projectos âncora serem apoiados pelo instrumento SIAC.

Também no âmbito do SIAC se regista o apoio específico a todos os PCT/OC para as actividades de animação, coordenação e gestão da rede (projectos com duração de 3 anos).

Gráfico 4.61: Distribuição do Investimento em Candidaturas Recepcionadas, por Enquadramento em EEC, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Excluindo as candidaturas que no final do ano se encontravam em sede de análise, conclui-se que cerca de metade dessas candidaturas não foram consideradas como enquadráveis num PCT/OC reconhecido. Tal como já se referiu no ponto anterior, as principais razões prendem-se com o facto do projecto de investimento não se integrar nas tipologias de investimento elegíveis previamente definidas para cada *EEC-Cluster*.

Encontravam-se aprovados no final do ano 44 projectos que obtiveram o parecer de projectos enquadrados em EEC, destacando-se, em termos de incentivo, os PCT da Moda e das Indústrias de Base Florestal, concentrando mais de 60% do incentivo atribuído aos referidos projectos. Para estes montantes de incentivo concorrem projectos conjuntos de internacionalização, e SIAC também nesta temática, como por exemplo a “Promoção Internacional da Cortiça”.

Tabela 4.53: Projectos Aprovados inseridos em EEC, por EEC, 2007-2009

Estratégia	Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
PCT da Saúde	1	1.165	874
PCT da Moda	7	40.335	20.655
PCT Agro-industrial	1	965	724
PCT da Energia	1	1.818	1.364
PCT das Indústrias de Base Florestal	2	21.551	17.211
PCT Engineering & Tooling	3	2.679	1.481
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	1	515	386
PCT das Indústrias da Mobilidade	5	2.574	1.846
PCT das Tecnologias de Produção	4	2.409	1.525
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica	2	3.605	2.231
PCT do Turismo	1	1.514	1.136
Cluster Habitat Sustentável	2	750	503
Cluster Agro-Industrial do Centro	1	613	460
Cluster da Pedra Natural	2	1.640	981
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	5	15.359	7.835
Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte	1	569	426
Cluster Agro-Industrial do Ribatejo	3	1.927	1.216
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	1	453	340
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	1	260	195
Total EEC	44	100.700	61.389

Fonte: SI POFC

No âmbito das actividades do COMPETE refira-se, ainda, a sua participação activa na 2.^a edição da Mostra Portugal Tecnológico, entre 7 e 10 de Outubro. Para além de um seminário, foram produzidos vários eventos e materiais promocionais, visando aumentar a visibilidade pública dos vários PCT e OC reconhecidos.

O COMPETE participou ainda em diversas actividades de divulgação promovidas por alguns PCT.



Projectos COMPETE – PROVERE e ARDU

No âmbito de outras EEC, nomeadamente PROVERE (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) e ARDU (Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos), o COMPETE actua enquanto entidade financiadora.

O processo de validação dos projectos quanto ao seu enquadramento nos Programas de Acção aprovados é da responsabilidade das respectivas Autoridades de Gestão regionais.

O COMPETE participou nas reuniões da Comissão de Avaliação dos Programas PROVERE assim como na sessão efectuada em Sintra com os coordenadores das parcerias PROVERE, nos dias 21 e 22 de Setembro.

Na primeira quinzena de Junho foram assinados os despachos de reconhecimento dos PROVERE.

Foram publicados em Agosto de 2009, 4 Concursos dirigidos a estas EEC (AAC 21 e 22 - SI Inovação; 23 e 24 – SI Qualificação de PME). Tendo presente que as datas limites de recepção das candidaturas terminaram no início de Novembro, no final de 2009 ainda não se dispunham de dados de aprovação.

Destes 4 Concursos apenas se registam 4 candidaturas ao COMPETE (SI Inovação - produtiva), ascendendo a um investimento total de 25 milhões de euros.

4.3.5.2. Indicadores de Realização

O Eixo V inclui 4 indicadores, 2 de realização e 2 de resultado.

Reforçando a análise anterior sobre o arranque das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC), em especial a prioridade dada à focalização dos apoios COMPETE nas referidas estratégias, constata-se que 84% dos projectos apoiados em concursos com possibilidade de apoio a projectos enquadrados em EEC, foram considerados como enquadrados num Pólo de Competitividade e Tecnologia, Cluster ou em outras estratégias de aglomeração empresarial. No entanto, tendo em conta a fase de arranque das próprias EEC, é expectável que este indicador baixe para valores mais consentâneos com a realidade nacional após a análise dos concursos empresariais da 2.ª fase de 2009 (que se encontravam em fase de análise no final do ano).

Em relação às Acções Colectivas, apesar de ainda muitos dos resultados e impactes dos projectos aprovados não terem produzido o seu efeito (já que não há qualquer projecto SIAC encerrado), verifica-se uma elevada abrangência de PME nos actuais projectos contratados, originando o cumprimento actual das metas previstas para 2015.

O resultado apresentado no indicador está desajustado às metas propostas. A explicação para este desfasamento está relacionada com a focalização que o instrumento das Acções Colectivas adoptou no decorrer do Programa. Tendo em conta a criação de um outro instrumento de natureza colectiva (Projectos Conjuntos/SI PME) onde os bens e serviços são apropriados colectivamente e individualmente por um número determinado de PME, no caso das iniciativas SIAC, também direccionadas para PME, os bens e serviços colectivos ou externalidades positivas criadas não podem ser apropriadas exclusivamente por qualquer grupo de empresas, sendo condição que esses bens e serviços colectivos assegurem a sua natureza indivisível, a não rivalidade e a prossecução do interesse geral. As PME abrangidas nas Acções Colectivas referenciam assim o potencial de PME que poderão beneficiar dos resultados daquele projecto. Em altura oportuna o indicador deverá ser devidamente ajustado.

Quanto ao indicador “Réplicas dos projectos de acções inovadoras”, não é possível efectuar o seu cálculo, dado que a 31 de Dezembro de 2008 não existiam projectos aprovados nesta tipologia de apoio.

Tabela 4.54: Indicadores de Realização do Eixo V

Indicadores	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2009	Sim/Não
REFORÇO DO INVESTIMENTO EL ECONOMIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA (EEC) (Investimento apoiado em EEC / Investimento total apoiado*)	15%	25%	81%	Sim
PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS PME EM ACÇÕES COLECTIVAS (N.º de PME envolvidas em Acções Colectivas)	10.000	15.000	346.280	Sim
PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO DE PME (N.º de PME envolvidas em projectos de cooperação)	2.000	5.000	22.922	Sim

(*) Considerando os concursos com possibilidade de enquadramento de projectos em EEC

Fonte: SI POFC

Tabela 4.55: Indicadores Comuns de Realização, Eixo V, 2009

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
Sociedade de Informação	11. N.º de projectos	Total do PO	2
	23. N.º de projectos	Total do PO	0
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projectos	Total do PO	0
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	(*)
	38. N.º de projectos	Total do PO	0

Legenda: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projectos; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projectos contratados.

Fonte: SI POFC

4.3.6. Eixo Prioritário VI – Assistência Técnica

Através do Eixo VI pretende-se financiar as acções de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação de forma eficaz e eficiente do COMPETE.

São apoiadas candidaturas apresentadas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas Entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos Intermédios.

4.3.6.1. Candidaturas e Aprovações

Durante o ano de 2009 foi apresentada uma candidatura visando o financiamento do Secretariado Técnico do COMPETE em 2010, com um investimento associado de 7,9 milhões de euros. Foram ainda recepcionadas 7 candidaturas dos Organismos Intermédios (AdI, AMA, AICEP, Ciência Viva, FCT, IAPMEI e Turismo de Portugal) para financiamento das suas actividades em 2010, envolvendo um investimento de 11,2 milhões de euros.

No final do ano de 2009, as referidas candidaturas permaneciam em fase de análise.

Desde o início do Programa, no âmbito deste eixo prioritário, foram recepcionadas 24 candidaturas com um investimento associado de 45,9 milhões de euros.

Das candidaturas para financiamento das actividades de 2007-2008 e 2009, em 2009, foram aprovadas 12 candidaturas dos Organismos Intermédios, com um investimento elegível de 10,4 milhões de euros e um incentivo de 7,3 milhões de euros, uma das candidaturas foi considerada não elegível, registando-se, ainda, a anulação de um projecto a pedido do beneficiário.

Relativamente ao COMPETE, foram aprovadas duas candidaturas para financiamento das actividades em 2007-08 e 2009, resultando, em termos acumulados, 14 projectos aprovados, com um investimento elegível de 19,3 milhões de euros e um incentivo de 13,5 milhões de euros.

Verifica-se assim que o incentivo aprovado no âmbito do Eixo VI representa 0,8% do incentivo total concedido, valor este que se encontra abaixo do limite estabelecido nos Regulamentos Comunitários (4%).

Tabela 4.56: Candidaturas e Projectos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário

Unid: Mil Euros

Beneficiário	Candidaturas (2007-2009)		Projectos Aprovados (2007-2009)		
	N.º Proj.	Investim.	N.º Proj.	Investim. Elegível	Incentivo
Autoridade de Gestão	3	18.096	2	8.926	6.248
Organismos Intermédios	21	27.789	12	10.358	7.250
TOTAL EIXO VI	24	45.885	14	19.283	13.498

Fonte: SI POFC

Em termos de tipologias de intervenção, constata-se que 63% dos montantes aprovados se referem ao funcionamento das estruturas de apoio técnico e logístico das entidades beneficiárias (Autoridade de Gestão e Organismos Intermédios), sendo 13% relativos à análise e acompanhamento de projectos (incluindo o recurso a pareceres técnicos especializados e a

acções de verificações de gestão), sendo destinados 9% para acções de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, 8% para acções de Auditorias e Controlo Interno e 5% para acções de Informação, Divulgação e Publicitação do Programa e dos seus instrumentos. Considerando a fase de execução do Programa, os montantes afectos a Estudos de Avaliação assumem um valor residual.

202 |

Em termos da tipologia de despesa, observa-se que a rubrica relativa à análise e acompanhamento de projectos adquire particular relevância no caso dos Organismos Intermédios, enquanto no âmbito da Autoridade de Gestão assumem maior expressão relativa as rubricas referentes ao Sistemas de Informação e Auditorias e Controlo Interno.

Tabela 4.57: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa

Unid: Mil Euros

Tipologia de Despesa	Autoridade de Gestão		Organismos Intermédios		Total	
	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)
Custos com Pessoal	4.077	46%	5.523	53%	9.600	50%
Encargos Gerais de Funcionamento	1.663	19%	834	8%	2.498	13%
Análise e Acompanhamento de Projectos	0	0%	2.807	27%	2.807	15%
Sistemas de Informação	1.372	15%	269	3%	1.641	9%
Auditorias e Controlo Interno	1.006	11%	501	5%	1.507	8%
Estudos de Avaliação e Análise	137	2%	0	0%	137	1%
Informação, Divulgação e Publicitação	671	8%	313	3%	984	5%
Outras Intervenções	0	0%	111	1%	111	1%
TOTAL EIXO VI	8.926	100%	10.358	100%	19.284	100%

Fonte: SI POFC

Das 14 candidaturas aprovadas, 11 projectos encontravam-se já contratados envolvendo o incentivo de 10,5 milhões euros, o que representa uma taxa de contratação de 77,6%.

Tendo em conta as necessidades de formação identificadas para a Estrutura Técnica, foram preparados dois planos de formação, destinados à totalidade dos técnicos, sobre Contratação Pública e o Sistema de Normalização Contabilística, com 48 e 30 horas de formação, respectivamente, que serão concretizados em 2010.

4.3.6.2. Indicadores de Realização

O Eixo VI integra 4 indicadores de realização. Uma vez que ainda não se verificou a aferição do cumprimento da meta n+3 e n+2, nem foram efectuadas Avaliações ao Programa, a análise do cumprimento actual dos indicadores do Eixo cinge-se a 3 indicadores.

Assim, é possível verificar que se está a cumprir a desmaterialização de processos associados

a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento e que, relativamente ao *síte* do Programa, já se registaram mais de 1,2 milhões de visitas, ultrapassando em muito as metas previstas para 2010, estando já perto da meta de 2015.

Conclui-se assim que os objectivos do eixo, ligados ao financiamento das actividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação do Programa, estão a ser cumpridos.

Tabela 4.58: Indicadores de Realização do Eixo VI

Indicador	Metas		Cumprimento Actual	
	2010	2015	2007-2009	Sim/Não
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO (em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)	100%	100%	-	-
N.º DE VISITAS AO SÍTIO INTERNET	450.000	1.350.000	1.184.467	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS (certificação de despesa e pagamentos)	100%	100%	100%	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (documentos de programação, notificação de grandes projectos, relatórios de execução, convocatórias e circulação de informação de acompanhamento)	80%	100%	100%	Sim

Fonte: SI POFC

4.4 REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Tendo em conta que o ano de 2008 se caracterizou como o ano de arranque do Programa no que respeita à aprovação de operações e à realização dos primeiros pagamentos a beneficiários, o ano de 2009 foi já um ano caracterizado por uma significativa dinâmica quer ao nível das aprovações, quer ao nível da realização de pagamentos aos beneficiários finais e da execução.

Foi também no ano de 2009 que se realizou o primeiro Pedido de Certificação de Despesa e o respectivo reembolso por parte da Comissão Europeia.

No Anexo E é disponibilizado um conjunto de dados complementares à análise efectuada no presente ponto.

4.4.1. Programação Financeira

No que respeita à programação financeira do COMPETE, não se registaram durante o ano de 2009 quaisquer alterações ao plano de financiamento aprovado pela Comissão Europeia (conforme ponto 1.1 – Apresentação do Programa).

204 |

4.4.2. Financiamento Aprovado

O financiamento aprovado durante o ano de 2009 ascende a um montante de custo total elegível de 2,3 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma despesa pública de 979 milhões de euros e um montante de fundo comunitário FEDER de 836 milhões de euros.

Este ritmo de aprovações assegurou montantes de financiamento aprovado durante o ano de 2009 muito semelhantes aos realizados durante o ano de 2008.

Tabela 4.59: Financiamento Aprovado em 2009 *Unid: Mil Euros*

EIXO	2009			2007-2009		
	Inv. Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário FEDER	Inv. Elegível	Despesa Pública	Fundo Comunitário FEDER
EIXO I	197.530	133.558	122.584	338.599	205.396	192.628
EIXO II	1.757.190	481.997	481.997	3.728.449	1.048.803	1.048.803
EIXO III	45.500	45.500	31.850	199.700	199.700	139.790
EIXO IV	216.343	216.343	111.111	343.153	343.153	177.504
EIXO V	113.298	91.426	80.792	113.298	91.426	80.792
EIXO VI	10.358	10.358	7.250	19.283	19.283	13.498
TOTAL COMPETE	2.340.219	979.181	835.585	4.742.482	1.907.762	1.653.016

Fonte: SI POFC

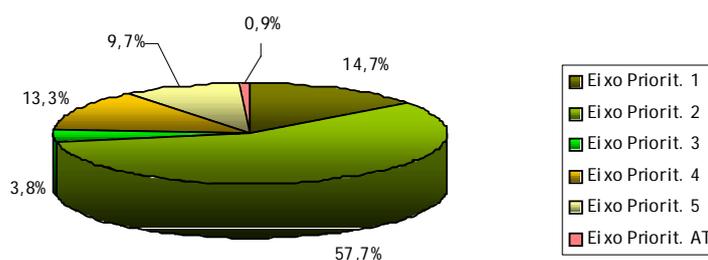
Este montante de aprovações anual está distribuído pelos diversos Eixos Prioritários do Programa, tal como evidencia o gráfico que se apresenta de seguida.

Neste contexto, o Eixo Prioritário 2 – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização - absorve cerca de 58% do fundo comunitário FEDER aprovado em 2009.

Destacam-se pela sua dinâmica anual, no âmbito das aprovações, os Eixos Prioritários I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico, IV – Administração Pública Eficiente e de Qualidade e V – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial, que absorvem, respectivamente, parcelas de 15%, 13% e 10% do financiamento aprovado em 2009, fundo comunitário.

O Eixo Prioritário III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, regista cerca de 4% da despesa pública aprovada e o Eixo Prioritário da Assistência Técnica do Programa, absorve cerca de 1%.

Gráfico 4.62: Aprovações por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2009



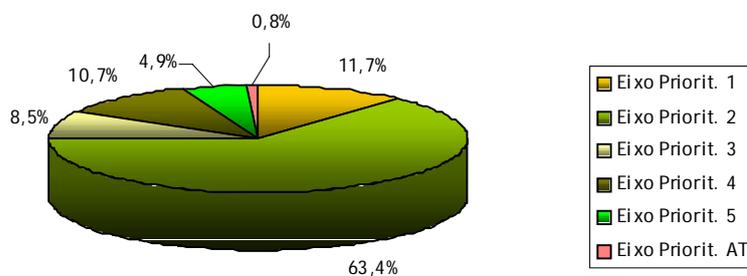
Fonte: SI POF

Numa perspectiva acumulada a 31 de Dezembro de 2009, o COMPETE apresenta um financiamento aprovado de custo total elegível na ordem dos 4,7 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma despesa pública de 1,9 mil milhões de euros e um montante de fundo comunitário FEDER de 1,7 mil milhões de euros.

No gráfico seguinte apresenta-se a repartição por Eixo Prioritário do financiamento público total aprovado a 31 de Dezembro de 2009, em fundo comunitário FEDER, destacando-se o Eixo Prioritário 2 – Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização que concentra cerca de 63% do total de fundo comunitário aprovado em operações.

Os restantes Eixos Prioritários, absorvem parcelas bastante semelhantes e equilibradas entre si: I – Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico com cerca de 12%, IV – Administração Pública Eficiente com 11%, III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação que regista 8,5% e V – Redes e Acções Colectivas de Desenvolvimento Empresarial com 5% do FEDER aprovado no âmbito do COMPETE.

Gráfico 4.63: Aprovações por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009

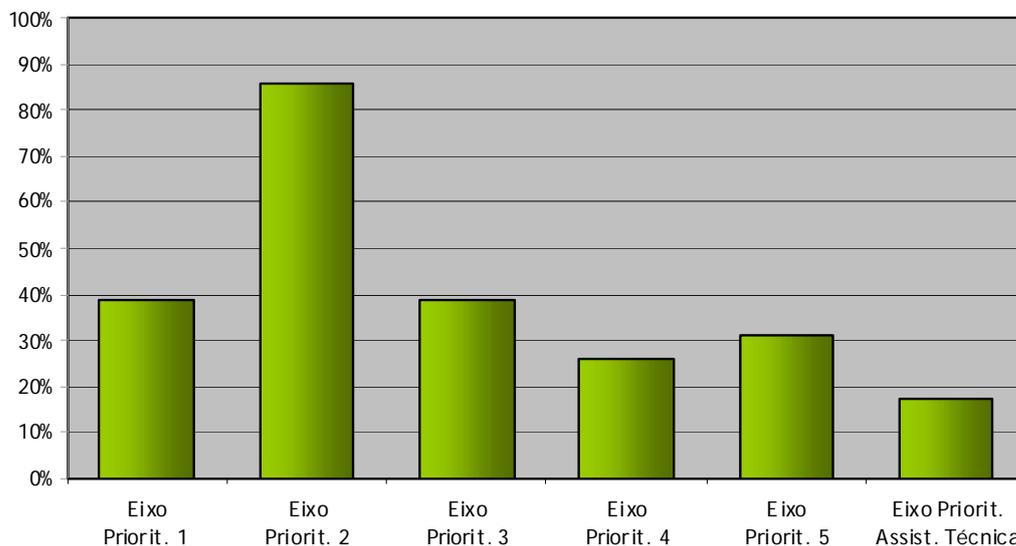


206 |

Fonte: SI POFC

Tendo por base a programação financeira do Programa aprovada, o comprometimento da dotação comunitária FEDER afecta a cada Eixo Prioritário, está evidenciado no gráfico seguinte, o qual apresenta as taxas de compromisso resultantes das aprovações de projectos realizadas até 31 de Dezembro de 2009.

Gráfico 4.64: Taxas de compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009



Fonte: SI POFC

A leitura do gráfico evidencia taxas de compromisso diferenciadas para cada Eixo Prioritário, as quais, com excepção do Eixo Prioritário II, se situam abaixo dos 40% da sua dotação comunitária.

Assim, o Eixo Prioritário II apresenta a taxa de compromisso mais elevada do COMPETE, a qual ascende já a cerca de 86% da dotação comunitária que lhe está afectada.

Os Eixos Prioritários I e III apresentam uma taxa de compromisso idêntica, na ordem dos 39% da sua dotação FEDER, seguidos do Eixo Prioritário V com uma taxa de 31% e do Eixo Prioritário IV com cerca de 26% da sua dotação comprometida.

A Assistência Técnica do Programa comprometeu cerca de 17% da sua dotação de fundo comunitário FEDER.

| 207

Em termos globais, a 31 de Dezembro de 2009, o Programa comprometeu mais de metade da sua dotação comunitária FEDER, atingindo uma taxa de compromisso na ordem dos 53%.

4.4.3. Pagamentos Realizados

Tendo o COMPETE durante o ano de 2008 estabilizado as suas normas de pagamento a beneficiários finais e de verificação de despesa, o objectivo financeiro para o ano de 2009 impunha um aumento bastante significativo em matéria de pagamentos a realizar pelo Programa.

Neste contexto, o montante total de pagamentos realizados durante o ano de 2009 ascende a 255 milhões de euros de fundo comunitário FEDER.

Em termos acumulados a 31 de Dezembro de 2009, o montante total de pagamentos realizados é de 348 milhões de euros de FEDER, o qual se traduz numa taxa de pagamento do Programa, a qual é calculada pelo rácio Pagamentos/Aprovações, na ordem dos 21%.

Tabela 4.60: Pagamentos Realizados em 2009 *Unid: Mil Euros*

EIXO	2009	2007-2009
Fundo Comunitário FEDER		
EIXO I	14.100	16.145
EIXO II	173.080	208.176
EIXO III	49.670	105.787
EIXO IV	7.822	7.822
EIXO V	6.801	6.801
EIXO VI	3.120	3.256
TOTAL COMPETE	254.593	347.987

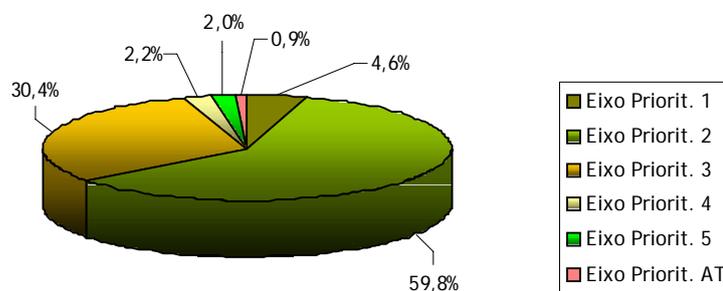
Fonte: SI POFC

O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos pagamentos efectuados por Eixo, sendo evidente a concentração dos pagamentos em dois Eixos: o Eixo Prioritário II – Inovação e

Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização que absorve a maior fatia de pagamentos, cerca de 60% do total realizado, e o Eixo Prioritário III – Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, no âmbito do qual se realizaram cerca 30% dos pagamentos.

Os restantes Eixos Prioritários apresentam níveis de pagamento ainda modestos: o Eixo Prioritário I absorve cerca de 5% dos pagamentos, os Eixos IV e V cerca de 2% e no Eixo da Assistência Técnica o montante de pagamentos equivale a 1% do total de pagamentos.

Gráfico 4.65: Pagamentos realizados por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009



Fonte: SI POFC

As taxas de pagamento por Eixo Prioritário (Pagamentos/ Aprovações) são igualmente distintas, destacando-se o Eixo III com uma taxa bastante elevada, na ordem dos 76%, o Eixo da Assistência Técnica com uma taxa de 24% e o Eixo II, que apesar de absorver o maior volume de pagamentos, apresenta uma taxa de pagamento de cerca de 20% face às suas aprovações.

Para os restantes Eixos Prioritários as taxas registadas são ainda pouco expressivas, ou seja, os Eixos Prioritários I e V realizaram pagamentos correspondentes a cerca 8% do montante de aprovações e o Eixo IV apresenta uma taxa de 4%.

4.4.4. Execução Financeira

O conceito de execução adoptado pelo COMPETE baseia-se numa execução apurada com base nas disposições previstas no art.º 78 do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006, de 11 de Julho e na sua nova redacção dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/ 2009, de 08 de Abril.

A execução financeira reportada em sede de Relatório Anual traduz-se, deste modo, na

despesa que reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão Europeia (incluindo os adiantamentos a beneficiários certificáveis).

A tabela que a seguir se apresenta reúne toda a informação de carácter financeiro reportada a 31 de Dezembro de 2009, por Eixo Prioritário, a qual abrange:

- As despesas pagas pelos beneficiários finais incluídas em pedidos de pagamento e validadas pela Autoridade de Gestão, as quais incluem, conforme o Regulamento Comunitário acima referido, os adiantamentos certificáveis e susceptíveis de reembolso pela Comissão Europeia (corresponde ao Custo Total Elegível apurado com base com conceito de execução financeira);
- A contribuição pública correspondente (comunitária e nacional) – despesa pública executada nos termos do conceito de execução explicitado;
- Despesas pagas aos beneficiários finais, ou seja, corresponde aos pagamentos realizados Organismos Pagadores do COMPETE, a título de adiantamento e de reembolso de despesa;
- Reembolsos da Comissão Europeia.

Tabela 4.61: Realização Financeira Unid: Euros

Eixo Prioritário	Despesas pagas pelos beneficiários ¹	Contribuição pública correspondente	Despesas pagas aos beneficiários	Total dos pagamentos recebidos da Comissão ³³
Eixo Prioritário I	11.167.523	11.116.199	16.145.405	4.009.163
Fundo FEDER	11.167.523	11.116.199	16.145.405	4.009.163
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Eixo Prioritário II	632.763.348	184.476.857	208.176.288	17.840.484
Fundo FEDER	632.763.348	184.476.857	208.176.288	17.840.484
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Eixo Prioritário III	149.997.150	149.997.150	105.786.600	96.033.567
Fundo FEDER	149.997.150	149.997.150	105.786.600	96.033.567
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Eixo Prioritário IV	2.686.303	2.686.303	7.821.606	0
Fundo FEDER	2.686.303	2.686.303	7.821.606	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Eixo Prioritário V	2.714.561	2.377.948	6.801.137	0
Fundo FEDER	2.714.561	2.377.948	6.801.137	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Eixo Prioritário VI	1.854.411	1.854.411	3.256.156	0
Fundo FEDER	1.854.411	1.854.411	3.256.156	0
Despesas correspondentes à intervenção do FSE	0	0	0	0
Total PO	801.183.296	352.508.868	347.987.192	117.883.214
Total das regiões que beneficiam de apoio transitório no total geral	0	0	0	0
Total das regiões que não beneficiam de apoio transitório no total geral	801.183.296	352.508.868	347.987.192	117.883.214
Total das despesas correspondentes à intervenção do FSE no total geral	0	0	0	0

Fonte: SI POFC

Neste contexto, a execução financeira realizada em 2009 ascende 734 milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma parcela de despesa pública executada de 317 milhões de euros e um fundo comunitário FEDER de 269 milhões de euros.

³³ O montante de pagamentos respeita ao reembolso do primeiro pedido de pagamento realizado pelo COMPETE, não tendo sido inscrito o montante recebido a título de pré-financiamento (233 milhões de euros), uma vez não fazer sentido a sua repartição por Eixo Prioritário.

Apesar de, em 2009, todos Eixos Prioritários do COMPETE registarem execução financeira, esta execução concentra-se maioritariamente no Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização e no Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação.

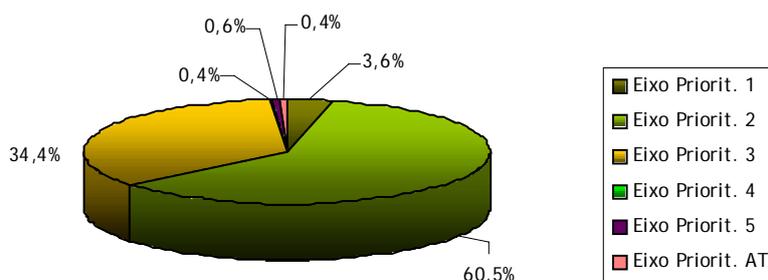
Numa óptica acumulada a execução realizada até 31 de Dezembro de 2009 ascende a 801 milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma parcela de despesa pública executada de 353 milhões de euros e um fundo comunitário FEDER de 305 milhões de euros.

A execução financeira acumulada do COMPETE, tal como demonstra o gráfico seguinte, à semelhança do ocorrido no ano de 2009, apesar de se repartir por todos os Eixos Prioritários do Programa, concentra-se essencialmente no Eixo Prioritário II, o qual regista 60,5% da execução realizada e no Eixo III que concentra cerca de 34% da execução realizada em fundo comunitário FEDER.

O Eixo Prioritário I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico regista uma execução pouco significativa, correspondendo a mesma a 5% do total do fundo comunitário executado.

A execução dos restantes Eixos Prioritários – IV, V e Assistência Técnica - é residual situando-se cada uma delas abaixo de 1% do total da execução realizada em fundo comunitário FEDER.

Gráfico 4.66: Execução por Eixo Prioritário, 2007-2009 (Fundo Comunitário)



Fonte: SI POFC

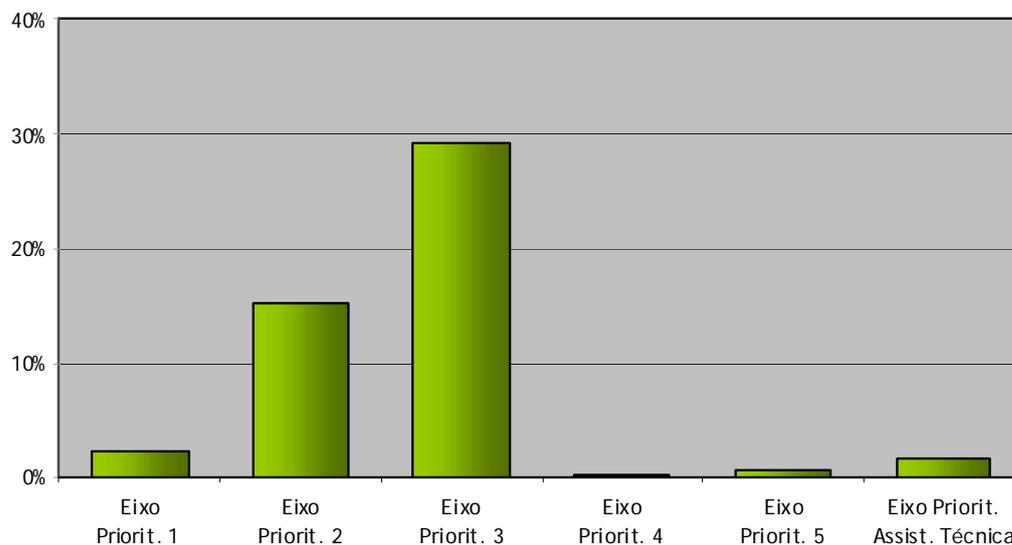
No que respeita à taxa de execução, que corresponde ao rácio entre execução e programação financeira, o Eixo III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação apresenta a taxa de execução mais elevada do COMPETE, tendo executado já cerca de 29% da sua dotação FEDER.

Seguidamente, é o Eixo II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização que regista a segunda taxa de execução mais significativa, uma taxa na ordem dos 15%.

Quanto aos restantes eixos prioritários, temos o Eixo Prioritário I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico e o Eixo da Assistência Técnica que executaram cerca de 2% da dotação FEDER que lhes está afectada e o Eixo Prioritário IV - Administração Pública Eficiente com uma taxa de execução financeira inferior a 1%.

Deste modo, com base na execução financeira a 31 de Dezembro de 2009, a taxa de execução financeira registada para o total do COMPETE é 10%.

Gráfico 4.67: Taxas de Execução por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009



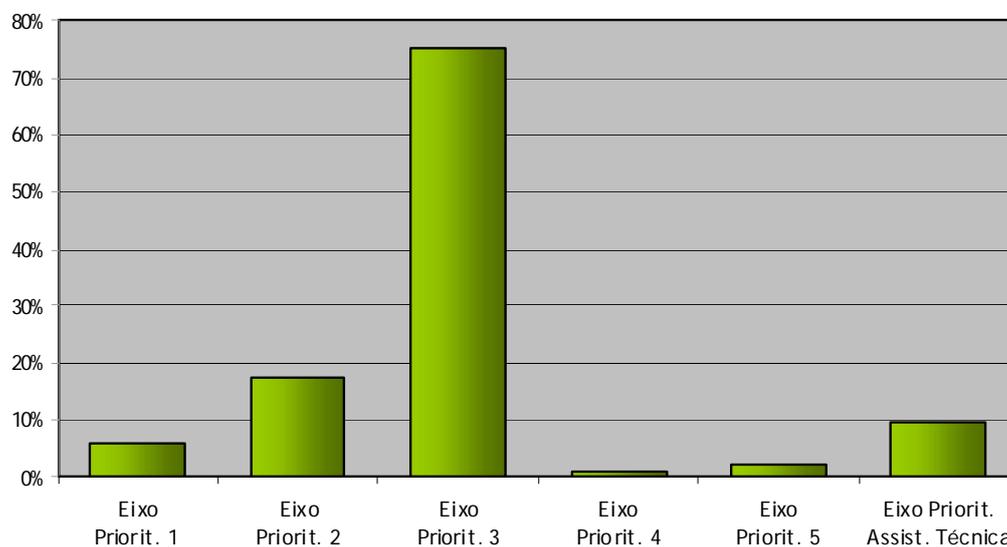
Fonte: SI POFC

Quanto à taxa de realização (execução/ aprovações), conforme gráfico seguinte, no final de 2009, o Eixo III tinha executado cerca de 75% do montante das aprovações realizadas até à mesma data, o Eixo II cerca de 18% e a Assistência Técnica 10%.

Com taxas de realização mais baixas, temos o Eixo I com 6% do seu montante FEDER aprovado, o Eixo V com cerca de 2% e por fim o Eixo IV que realizou apenas o correspondente a 1% das suas aprovações.

Face ao montante total de aprovações FEDER, o Programa apresenta uma taxa de realização na ordem dos 18%.

Gráfico 4.68: Taxas de Realização por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2009



Fonte: SI POFC

4.4.5. Informação sobre a repartição da utilização dos fundos

A informação sobre a repartição da utilização dos fundos comunitários incidirá sobre a repartição regional – NUTS II, por dimensão Formas de Financiamento, Actividade Económica e Tema Prioritário.

A tabela seguinte apresenta a repartição dos montantes acumulados de aprovação e execução por Região NUTS II.

Região (NUTS II)	Fundo			
	Aprovação		Execução	
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	809	559.588.062	171.295.123	31%
Centro	621	465.428.398	96.796.127	21%
Lisboa	99	107.518.250	1.166.753	1%
Alentejo	88	262.650.390	17.795.406	7%
Multi-Regiões	435	257.830.837	17.877.979	7%
TOTAL COMPETE	2.052	1.653.015.937	304.931.388	18%

Fonte: SI POFC

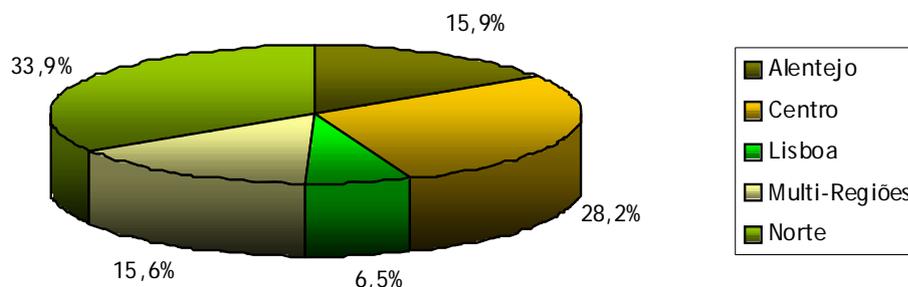
No que respeita à distribuição do montante de fundo comunitário FEDER aprovado por NUTS II, conforme análise do gráfico seguinte, é a região Norte que detém a maior parcela de contribuição comunitária aprovada, cerca de 34% do total aprovado.

A Região Centro concentra cerca de 28% do montante aprovado e, seguidamente, com uma parcela menor, a Região do Alentejo com cerca de 16% do montante de FEDER aprovado.

Para além das aprovações cujo investimento é directamente imputável a uma determinada Região de Convergência, cerca de 16% do montante aprovado não se encontra exclusivamente afecto a uma região, sendo, deste modo, classificado como Multi-regiões.

Existe igualmente uma parcela do montante das aprovações realizadas que está imputado à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 6,5% do total aprovado (detalhado em cada um dos Eixos respectivos).

Gráfico 4.69: Aprovações por NUTS II (Fundo Comunitário), 2007-2009



Fonte: SI POF

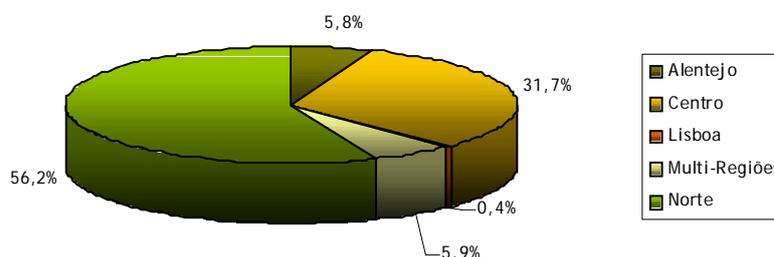
Quanto à distribuição do montante de fundo comunitário FEDER executado por Regiões NUTS II, o Norte é a região que executou a maior parcela de contribuição comunitária aprovada, cerca de 56% do total da execução acumulada no final de 2009.

A região Centro regista cerca de 32% da execução do COMPETE e à Região do Alentejo é imputada uma parcela de 6% do total execução.

A execução relativa a projectos cujo investimento não está exclusivamente afecto a uma região - Multi-regiões - é igualmente responsável por 6% da execução do Programa.

No que respeita à região Lisboa, no âmbito do efeito Spill-Over, a parcela da execução que lhe é atribuída é residual, inferior 0,5%.

Gráfico 4.70: Execução por NUTS II (Fundo Comunitário), 2007-2009



Fonte: SI POFC

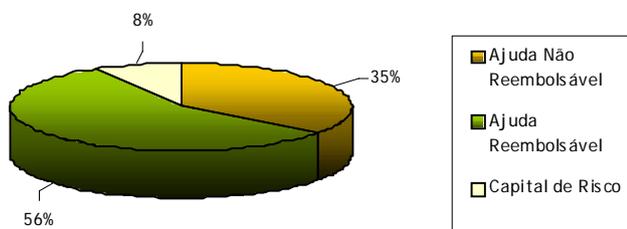
Relativamente à repartição da contribuição comunitária por dimensão Formas de financiamento, a tabela seguinte apresenta essa repartição quanto às aprovações e à execução.

Tabela 4.63: Repartição da Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento				Unid: Euros	
Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	1.742	584.278.616	31.651.426	5%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias)	307	928.947.322	168.281.957	18%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	3	139.790.000	104.998.005	75%
4	Outras formas de financiamento	0	0	0	0%
TOTAL		2.052	1.653.015.937	304.931.388	18%

Fonte: SI POFC

Tendo em conta as formas de financiamento, a contribuição comunitária correspondente às aprovações realizadas até final de 2009 pelo COMPETE, distribui-se por Ajuda Não Reembolsável, Ajuda (empréstimo, bonificação de juros e garantias) e Capital de Risco, sendo que estas modalidades assumem cerca de 35%, 56% e 8%, respectivamente.

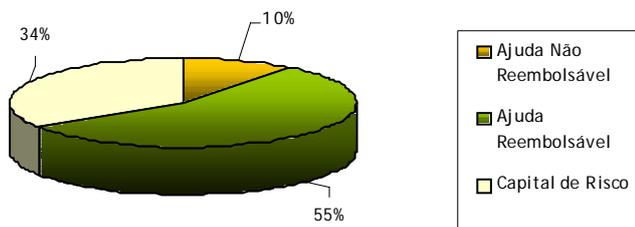
Gráfico 4.71: Aprovações por Forma de Financiamento (Fundo Comunitário), 2007-2009



216 |

Fonte: SI POFC

Gráfico 4.72: Execução por Forma de Financiamento (Fundo Comunitário), 2007-2009



Fonte: SI POFC

Relativamente à execução acumulada até 2009, a repartição da contribuição comunitária correspondente por forma de financiamento é a seguinte: Ajuda Reembolsável 55%, Capital de Risco 34% e Ajuda Não Reembolsável 10%.

Na tabela seguinte apresenta-se a repartição da contribuição comunitária aprovada e executada por dimensão Actividade Económica.

Tabela 4.64: Repartição da Contribuição Comunitária por Actividade Económica

Unid: Euros

Código	Designação	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	4	744.551	5.000	1%
02	Pesca	0	0	0	0%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	60	34.142.507	4.923.497	14%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	128	66.543.026	12.624.985	19%
05	Construção de material de transporte	59	53.627.626	8.899.383	17%
06	Indústrias transformadoras diversas	638	766.859.897	142.791.523	19%
07	Extracção de produtos energéticos	0	0	0	0%
08	Produção e distribuição de electricidade, gás, vapor e água quente	2	1.610.218	0	0%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	0%
10	Correios e telecomunicações	0	0	0	0%
11	Transportes	17	6.273.203	697.759	11%
12	Construção	27	3.352.101	115.927	3%
13	Comércio por grosso e a retalho	54	26.678.065	2.160.454	8%
14	Hotéis e restaurantes	19	68.464.683	10.818.202	16%
15	Actividades financeiras	0	0	0	0%
16	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	805	165.645.492	9.086.205	5%
17	Administração pública	138	317.263.609	107.407.621	34%
18	Educação	14	10.740.030	353.169	3%
19	Actividades de saúde humana	3	4.295.698	0	0%
20	Acção social e serviços colectivos, sociais e pessoais	61	53.864.889	2.702.226	5%
21	Actividades associadas ao ambiente	9	13.307.406	1.206.859	9%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	0%
00	Não aplicável	14	59.602.936	1.138.578	2%
	TOTAL	2.052	1.653.015.937	304.931.388	18%

Fonte: SI POFC

No que respeita ao n.º de projectos, são as dimensões “actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (devido aos serviços prestados às empresas) e as “indústrias transformadoras diversas” que concentram, respectivamente, cerca de 39% e 31% do total dos projectos aprovados.

Relativamente ao montante de contribuição comunitária aprovada e executada, este concentra-se essencialmente nas actividades relacionadas com indústrias transformadoras diversas, 46% do FEDER aprovado e 47% do total do FEDER executado.

No âmbito da dimensão económica Administração Pública (cód. 17), apesar de o n.º de projectos aprovados representar apenas 7% do universo das aprovações, concentra-se a 2.ª maior parcela do montante de fundo aprovado e executado, que corresponde, respectivamente,

a cerca de 19% e 35% do total aprovado e executado.

Evidencia-se na tabela a repartição da contribuição comunitária FEDER relativa às aprovações e execução do COMPETE por dimensão Tema Prioritário.

Tabela 4.65: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária) *Unid: Euros*

Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		1.840	1.439.359.012	301.825.959	21%
01*	Actividades de I&DT em centros de investigação	357	29.513.697	0	0%
02*	Infra-estrutura de I&DT e centros de competência numa dada tecnologia	0	0	0	0%
03*	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	387	105.562.755	6.478.504	6%
04*	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços	160	53.733.708	4.252.942	8%
05*	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	98	80.792.303	1.698.363	2%
06*	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos ...	13	1.958.060	76.505	4%
07*	Investimento em empresas directamente relacionadas com investigação	316	714.873.692	90.815.851	13%
08*	Outros investimentos nas empresas	506	313.134.797	93.505.790	30%
09*	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	3	139.790.000	104.998.005	75%
Sociedade da informação		189	199.061.591	1.807.342	1%
11*	Tecnologias da informação e comunicação	39	30.822.962	694.610	2%
13*	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,....	22	30.893.732	438.884	1%
15*	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	128	137.344.897	673.848	0%
Energia		9	1.097.047	0	0%
41*	Energias renováveis: biomassa	0	0	0	0%
42*	Energias renováveis: hidroeléctrica, geotérmica e outras	0	0	0	0%
43*	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	9	1.097.047	0	0%
Reforço das capacidades institucionais aos níveis nacional, regional e local		0	0	0	0%
81	Mecanismos para promover boas políticas e melhorar a concepção...	0	0	0	0%
Assistência Técnica		14	13.498.287	1.298.088	10%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspecção	14	13.498.287	1.298.088	10%
86	Avaliação e estudos; Informação e comunicação	0	0	0	0%
TOTAL Temas Prioritários		2.052	1.653.015.937	304.931.388	18%
TOTAL Earmarking		2.038	1.639.517.650	303.633.300	19%

Nota: * Categorias de *earmarking*
Fonte: SI POFC

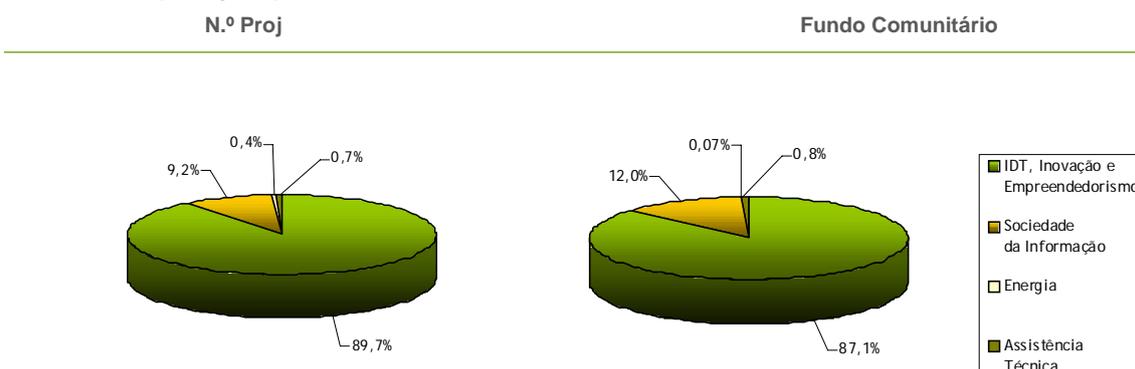
No que respeita à afectação das aprovações por dimensão Tema Prioritário, constata-se que as aprovações realizadas até final de 2009 se concentram essencialmente em dois Temas Prioritários: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT) e Inovação e Empreendedorismo e Sociedade da Informação.

O Tema Prioritário Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (IDT), Inovação e Empreendedorismo absorve cerca de 90% dos projectos aprovados e cerca de 87% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

O Tema Prioritário Sociedade da Informação absorve cerca de 9% dos projectos aprovados e cerca de 12% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

Aos Temas Prioritários Energia e Assistência Técnica estão imputadas níveis de aprovações menos significativos, uma vez que, quer a nível de número de projectos quer a nível de montante, a afectação é inferior a 1%.

Gráfico 4.73: Aprovações por Tema Prioritário, 2007-2009



Fonte: SI POFC

No que respeita à execução, verifica-se que 99% da mesma está concentrada no âmbito do Tema Prioritário Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), Inovação e Empreendedorismo, sendo o restante 1% repartido entre os Temas Prioritários Sociedade de Informação e a Assistência Técnica.

4.4.6. Fluxos Financeiros com a CE

Durante o ano de 2009 os fluxos financeiros com a CE caracterizaram-se pelo pagamento da 3ª fracção do Pré-financiamento prevista no Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de Julho e

na sua nova redacção dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/ 2009, de 08 de Abril, no montante de cerca de 78 milhões de euros (correspondente a 2,5% da participação comunitária), o qual ocorreu em Abril de 2009, e ainda pelo pagamento, em Novembro de 2009, do pedido de reembolso de despesas apresentado à CE.

No que respeita a pedidos de reembolso, o COMPETE realizou durante 2009 um único Pedido de Certificação de Despesa à Autoridade de Certificação, o qual ocorreu em Setembro de 2009, apresentando uma despesa total na ordem dos 184 milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária a 143 milhões de euros.

Este Certificado e Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento foram remetidos pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia em Outubro de 2009.

O seu reembolso pela CE teve lugar em Novembro de 2009 e traduziu-se num pagamento de cerca de 118 milhões de euros.

Assim, o ponto de situação a 31 de Dezembro de 2009, traduz um montante acumulado pago pela CE ao COMPETE de cerca de 351 milhões de euros, dos quais 233 a título de pré-financiamento.

Tabela 4.66: Pedidos de Certificação de Despesas apresentados à Autoridade de Certificação em 2009

Unid: Euros

Nº do Pedido	Data de envio à AC	Data da despesa	Montantes		
			Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2009	22-09-2009	17-09-2009	183.755.831	183.755.831	142.598.588
TOTAL COMPETE			183.755.831	183.755.831	142.598.588

Fonte: POFC

Tabela 4.67: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados à CE pela Autoridade de Certificação em 2009

Unid: Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Total das despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2009	30-10-2009	17-09-2009	183.755.831	183.755.831	117.883.215
TOTAL COMPETE			183.755.831	183.755.831	117.883.215

Fonte: POFC

Tabela 4.68: Pagamentos Efectuados pela CE (Valores Acumulados)

Unid: Euros

Pagamentos efectuados pela CE			
Tipo Pagamento	N.º	Data	Montante
Pré-Financiamento	1.ª fracção (2%)	Nov-2007	62.075.780
Pré-Financiamento	1.ª fracção (3%)	Abr-2008	93.113.670
Pré-Financiamento	1.ª fracção (2,5%)	Abr-2009	77.594.725
<i>Subtotal</i>			232.784.176
Reembolso	1.º/2009	Nov-2009	117.883.215
<i>Subtotal</i>			117.883.215
TOTAL COMPETE			350.667.391

Fonte: SI POFC

| 221

4.4.7. Apoio Restituído ou Reutilizado

Até ao final do ano de 2009 não se registaram quaisquer situações de anulação total ou parcial por motivo de irregularidades verificadas durante a implementação do Programa Operacional, tal como previsto no n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

4.5 GRANDES PROJECTOS

O Regulamento (CE) 1083/2006, no seu artigo 39.º, estabelece que os projectos co-financiados pelo Programa, que constituam uma acção indivisível de natureza técnica ou económica precisa, com objectivos claramente identificados e com um custo total superior a 25 milhões de euros no domínio do ambiente ou a 50 milhões de euros noutros domínios, são considerados como grandes projectos.

O referido Regulamento determina ainda a necessidade de autorização por parte da Comissão Europeia (DG REGIO) para o co-financiamento comunitário.

Durante o ano de 2009, foram aprovados os Grandes Projectos da REPSOL e ALMINA (que, no final do ano, se encontrava em fase de preparação do formulário de notificação à DG REGIO).

Tendo em conta que o projecto da DOW foi revisto tendo o seu investimento aprovado ficado abaixo dos limiares acima referidos, excluindo os dois projectos que foram objecto de anulação já em 2010 (REPSOL e ITARION), encontravam-se aprovados 7 Grandes Projectos,

envolvendo um investimento elegível de 1,1 mil milhões de euros e um incentivo de 234,6 milhões de euros.

Tabela 4.69: Lista de Grandes Projectos *Unid: Mil Euros*

Projectos Inicialmente Previstos na Lista Indicativa					
N.º Proj.	Eixo Prioritário	Beneficiário	Investimento Elegível	Incentivo	Observações
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA	56.674	11.428	Proj. aprovado pela CE a 14-Dez-2009
001943	II	ARTENIUS SINES PTA, SA	355.356	38.822	Proj. notificado em análise pela CE
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA	314.083	51.645	Proj. aprovado pela CE a 25-Mai-2009
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA	121.784	24.939	Proj. aprovado pela CE a 08-Out-2008
001948	II	SWEDWOOD PORTUGAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E MOBILIÁRIO, LDA	107.112	29.000	Proj. aprovado pela CE a 04-Nov-2008
Novos Grandes Projectos (face à lista inicial indicativa)					
003519	II	E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS, SA	91.491	46.843	Proj. notificado em análise pela CE
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	82.008	31.875	Proj. em vias de notificação à CE
Projectos Inicialmente Previstos na Lista Indicativa, que já não são considerados como Grandes Projectos					
001941	II	AGNI INC. DESENV. SISTEMAS PARA ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA	37.447	7.437	Proj. incluído na lista apesar de não ser Grande Projecto
001946	II	DOW PORTUGAL - PRODUTOS QUÍMICOS, SOC. UNIPESSOAL, LDA	44.571	12.217	Proj. objecto de revisão dos valores de aprovação
001947	II	REPSOL POLÍMEROS, LDA	750.000	41.250	Proj. objecto de anulação em 2010
Novos Grandes Projectos (face à lista inicial indicativa) que já não são considerados como Grandes Projectos					
003147	II	ITARION SOLAR, LDA	74.789	27.928	Proj. objecto de anulação em 2010

Fonte: SI POFIC

Relativamente à lista de Grandes Projectos aprovados no COMPETE apresenta-se, no Anexo F, uma breve descrição considerando os principais objectivos e respectiva situação em termos de realização física e financeira.

5. INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Neste capítulo são identificadas as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão para garantir o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as que se referem às regras da concorrência, aos mercados públicos, ao ambiente e à promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Não se verificou qualquer dificuldade, durante o ano de 2009, no cumprimento da legislação comunitária.

| 223

5.1 REGRAS DA CONCORRÊNCIA

No âmbito da Agenda da Competitividade (Programa Temático COMPETE e dos PO Regionais), foram criados no início do QREN três Sistemas de Incentivos: SI I&DT - Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, SI PME - Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização das PME e SI Inovação - Sistema de Incentivos à Inovação.

Em termos de apoios directos a empresas, envolvendo auxílios de estado, foi ainda implementado o SAFPRI – Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação.

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer Auxílio de Estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência (num processo que pode obrigar à aprovação explícita da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, ou apenas do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT³⁴).

Deste modo, é garantido o cumprimento das regras da concorrência a todos os projectos aprovados no âmbito dos referidos regimes de auxílio com a conformidade com a legislação nacional respectiva.

³⁴ Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar, aquando da revisão de legislação, este regime como respeitando o Reg.(CE) N.º 800/2008.

Uma vez que há diferentes enquadramentos comunitários em função da categoria das despesas elegíveis e que se registaram alterações nas regras da concorrência³⁵, os regimes nacionais foram obrigados a seguir as referidas alterações.

Assim, foram criados os seguintes regimes de auxílios:

Tabela 5.1: Regimes de Auxílio utilizados no âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário

N.º Auxílio	Enquadramento Comunitário	Regulamento Nacional	Situação Actual	Datas
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de Outubro relativo aos Auxílios Regionais	SI Inovação	Regimes substituídos pelo X 404/2009	Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios às PME	SI Inovação; SI I&DT; SI PME		Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de Janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	SI Inovação; SI PME		Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estatais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de Dezembro de 2006)	SI I&DT; SI PME		Envio para CE: Dez-2007 Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SI Inovação; SI I&DT; SI PME		Envio para CE: Mar-2009
X 316/09	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de Agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SAFPRI		Envio para CE: Fev-2009

³⁵ O Regulamento (CE) 800/2008 revogou os anteriores Regulamentos nas respectivas categorias, nomeadamente: Regulamento (CE) 1628/2006, Regulamento (CE) 70/2001, Regulamento (CE) 68/2001, 2006/C 323/01. Deste modo, os regimes nacionais enviados ao abrigo dos anteriores Regulamento foram reenquadrados ao abrigo das novas regras com a sua entrada em vigor.

Deste modo, verificando o momento da concessão do apoio (determinando assim o respectivo enquadramento comunitário) e a divisão pelas respectivas despesas elegíveis, verifica-se que foram atribuídos os seguintes apoios estatais:

Tabela 5.2: Apoios concedidos em termos de auxílios de estado no âmbito do COMPETE, por Enquadramento Comunitário
Unid: Mil Euros

Regulamento Nacional	N.º Auxílio	Apoios Concedidos	
		Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação	XR 60/2008 (Aux. Regionais)	1.143.320	265.847
	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	9.915	4.462
	XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)	0	0
	X 404/2009 (RICG)	2.271.507	644.529
	<i>De Minimis</i>	33.934	12.955
SI Qualificação e Internacionalização das PME (a)	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	34.693	11.879
	XT 70/2008 (Auxílios à Form. Prof.)	416	329
	AE N 780/07 (SI I&DT)	723	541
	X 404/2009 (RICG)	57.762	24.513
	<i>De Minimis</i>	17.987	6.841
SI I&DT (a)	AE N 780/07 (SI I&DT)	71.140	36.789
	XS 73/2008 (Auxílios às PME)	3.519	1.904
	X 404/2009 (RICG)	185.097	99.240
	<i>De Minimis</i>	3.100	1.674
SAFPRI (b)	X 316/09 (RICG)	0	0
	<i>De Minimis</i>	1.223.169	161.091
Total		5.056.281	1.272.596

Notas:

(a) – Há apoios a entidades não empresariais que não são considerados como auxílios de estado;

(b) – Os valores apresentados referem-se às operações financiadas pela PME INVEST;

Fonte: SI POFIC

Os apoios concedidos ao abrigo da regra de *De Minimis* não carecem de qualquer autorização prévia por parte da Comissão Europeia, cabendo ao Estado-Membro o controlo do cumprimento das respectivas regras, nomeadamente no que se refere ao limite de apoio por empresa durante 3 exercícios financeiros. Neste sentido, foi decidido criar uma base de dados nacional, cujo registo é da responsabilidade do IFDR, na qual se congregaram todos os apoios independentemente do organismo público financiador e a forma de apoio, desde que estes sejam concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de Dezembro.

A DG Concorrência define ainda a necessidade de comunicação *ex-post* ou mesmo notificação (com a necessidade de aprovação explícita por parte da Comissão Europeia) para projectos que ultrapassem determinados níveis de apoio.

Assim, foram objecto de envio para a DG Concorrência 3 projectos, dado o incentivo concedido (incluindo outras fontes de financiamento, nomeadamente benefícios fiscais) ultrapassar o limiar de notificação previsto nas Orientações relativas aos auxílios estatais com finalidade regional para o período 2007-2013 (2006/C 54/08). Destes, conforme explicitado no Ponto 4.5

dos Grandes Projectos, o apoio à REPSOL foi objecto de anulação em 2010, tendo tal já sido enviado para a DG Concorrência.

Tabela 5.3: Lista de Projectos objecto de Notificação à DG Concorrência

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Notificação	Auxílio de Estado	Observações
001943	II	Artenius Sines Pta, SA	Aux. Regionais	N 899/2006	Auxílio aprovado pela CE em 10-Jul-07
001944	II	Celulose Beira Industrial (Celbi), SA	Aux. Regionais	N 900/2006	Auxílio aprovado pela CE em 27-Jun-07

226 |

Foram ainda enviados, desde o início do Programa, 10 projectos aprovados no âmbito do COMPETE para controlo *Ex-post*.

Tabela 5.4: Lista de Projectos Objecto de Envio *Ex-post* à DG Concorrência

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Envio Ex-Post	Observações
000027	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D	
000037	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D	
001411	I	IBERFER – Equipamentos e Construções Técnicas, S.A	I&D	
003484	I	MARTIFER Energia - Equipamentos para Energia, S.A.	I&D	
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Apenas com a conjugação dos auxílios fiscais este apoio ultrapassa o limiar de 50 M€ de despesa elegível.
001942	II	Soc. Portuguesa do Arlíquido `Arlíquido`, Lda	Aux. Regionais	
001945	II	CUF - Químicos Industriais, SA	Aux. Regionais	
001948	II	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda ("IKEA")	Aux. Regionais	
003519	II	E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA ("EMBRAER")	Aux. Regionais	
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	Aux. Regionais	

Os restantes regulamentos nacionais (SAESCTN, SAMA, SIAC e Assistência Técnica) não contêm qualquer elemento de auxílio de estado.

5.2 REGRAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

No que concerne ao cumprimento das regras de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, refere-se terem as mesmas sido

adoptadas através de Orientação de Gestão, que actualmente se encontra em revisão face às alterações legais entretanto ocorridas.

De referir que, a preocupação sobre o adequado cumprimento das regras em causa, embora transversal a todo o programa, faz-se sentir com maior incidência no âmbito das Acções Colectivas (SIAC) e da Modernização Administrativa (SAMA), atendendo à tipologia de entidades passíveis de serem beneficiárias dos referidos Sistemas de Apoio.

Uma vez que para o SIAC a análise e o acompanhamento dos projectos é da competência do Secretariado Técnico sem subdelegação de competência num Organismo Intermédio, o Núcleo de Apoio Jurídico tem vindo a desenvolver um trabalho, em estreita articulação, com a respectiva área operacional, o qual tem resultado na elaboração e adequada validação de memorandos de apreciação sobre o possível enquadramento destas entidades no âmbito do regime legal em apreciação.

No desenvolvimento desta actuação, que resulta numa apreciação sobre a aplicação da contratação pública assente em elementos considerados fundamentais para tal aferição, a saber: os estatutos e relatórios anuais de actividade das entidades, os balancetes contabilísticos, actas de eleição dos seus órgãos sociais, constituição associativa de cada entidade, e todos os demais que em cada análise/aferição se mostrem pertinentes ao objectivo do Programa.

Paralelamente, existe também uma preocupação acrescida em assegurar a correcta utilização deste regime legal, mediante o recurso aos procedimentos pré-contratuais adequados aos contratos a celebrar, em concreto pelas entidades passíveis de enquadramento, enquanto entidades adjudicantes, nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, das quais se destacam os beneficiários do SAMA e da Assistência Técnica do COMPETE.

Em suma, o trabalho que foi desenvolvido sobre a temática contratação pública, pretendeu assegurar o cabal cumprimento quer das regras nacionais, quer ainda das comunitárias nesta matéria, existindo ainda a necessidade de maior desenvolvimento e adequação sobre a abordagem que deve ser assegurada através da presente intervenção.

Por fim, não pode deixar de se referir que, dada a complexidade da temática em causa, bem como os objectivos que o Programa se propôs alcançar, entendeu-se fundamental dotar os recursos humanos de competências específicas na matéria, tendo-se no final do ano de 2009, lançado uma consulta ao mercado com vista à realização de acções de formação concebidas à medida das necessidades e preocupações sentidas pela AG e que se pretendem transversais a todos os colaboradores do COMPETE, com inicio estimado para 2010.

5.3 POLÍTICAS DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preparação do QREN foi acompanhada de um processo de **Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)**, que deu cumprimento às disposições da Directiva 2001/42/CE relativa aos efeitos de certos planos e programas no ambiente. Atendendo a que a realização desta primeira etapa do exercício da AAE foi anterior à transposição para legislação nacional da Directiva 2001/42/CE, as autoridades de programação nacionais aplicaram, assim, directamente os requisitos regulamentares, tendo-se concluído posteriormente, após a publicação do Decreto-lei n.º 232/2007, que veio estabelecer, no quadro jurídico nacional, o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, que a etapa da AAE realizada correspondeu igualmente às exigências que foram consagradas, a posteriori, na legislação nacional.

A AAE visa estabelecer um elevado nível de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e implementação do QREN, tendo acompanhado o processo de programação desde o seu início como forma de garantir o contributo dos instrumentos de programação para o desenvolvimento sustentável. A AAE foi realizada por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Destaca-se que a opção prosseguida pelas autoridades nacionais de aplicar a AAE às Agenda Factores de Competitividade revelou-se muito adequada na medida em que determinou o conteúdo operacional do QREN, tendo a AAE incidido sobre a matriz fundamental dos domínios de intervenção a acolher pelos Programas Operacionais, a sua influência precedeu a programação dos Programas Operacionais e, como tal, o COMPETE usufruiu substancialmente deste exercício.

O cumprimento dos requisitos associados à AAE no que respeita ao COMPETE não se limita, porém, à AAE realizada na fase de preparação do instrumento de programação. O COMPETE assumiu, no âmbito das suas actividades de gestão, responsabilidades no que respeita ao controlo dos efeitos ambientais da sua execução e assegura, em articulação com o Observatório do QREN, uma efectiva monitorização ambiental e de sustentabilidade da sua implementação.

No quadro da monitorização ambiental e de sustentabilidade, e de acordo com as medidas de controlo previstas, denominadas no Relatório Ambiental³⁶ de “Programa de Gestão e

³⁶ Antunes, P., G. Lobo, N. Videira, R. Santos, S. Vaz, T. Fernandes, T. Ramos, (2007), Relatório Ambiental. Avaliação Ambiental Estratégica das Intervenções Estruturais Co-Financiadas pelo FEDER e/ou pelo Fundo de Coesão. Quadro de Referência Estratégico

Monitorização Ambiental”, a Autoridade de Gestão procede, de forma contínua, à aferição dos efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, numa perspectiva de avaliação de desempenho ambiental e, simultaneamente, avalia em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao COMPETE (inscritas no Relatório Ambiental da AAE). A AEA colocou particular ênfase na identificação de factores potenciadores das oportunidades/impactes positivos, identificando simultaneamente os riscos/impactes negativos que possam estar associados às propostas, de modo a poderem ser evitados ou mitigados ao nível dos próprios PO, ou da execução dos projectos associados.

A integração do ambiente nas actividades de gestão e de aferição dos efeitos no ambiente decorrentes da implementação do COMPETE

As acções co-financiadas pelos Fundos Estruturais devem ser coerentes com os princípios e objectivos do desenvolvimento sustentável e da protecção e melhoria do ambiente referidos no Tratado, bem como respeitar a legislação comunitária em matéria de ambiente (incluindo a obrigatoriedade, num conjunto relevante de situações, da realização de estudos de impacte ambiental), o que face ao défice de actuação das empresas portuguesas neste domínio, constitui uma importante alavanca para a concretização dos objectivos nacionais e comunitários em matéria de desenvolvimento sustentável e de protecção e melhoria do ambiente.

Assim, a actuação do Programa situa-se numa lógica preventiva, actuando ao nível da elegibilidade dos projectos e dos promotores, e numa lógica pró-activa, com apoio a medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas dimensões Ambiente, Qualidade, Eficiência Energética e Responsabilidade Social.

Neste sentido, os apoios às empresas ficam subordinados à comprovação do cumprimento de todas as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade, nomeadamente nos que se referem à legislação em matéria de ambiente.

Quanto aos grandes projectos apoiados (analisados no ponto 4.5), é ainda efectuada uma análise aprofundada em termos de impacto ambiental que incide sobre a sua sustentabilidade ambiental, a eventual necessidade de acções preventivas e a respectiva correcção e o respeito pelo princípio do poluidor-pagador. Esta análise é determinante para a pertinência do apoio aos grandes projectos.

Assim, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade nacional responsável, é consultada sobre o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias, cabendo ao

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território a emissão da Declaração de Impacte Ambiental relativo à Avaliação de Impacte Ambiental de todos os grandes projectos

Por fim, os grandes projectos são ainda avaliados em termos de efeitos nos sítios da Rede Natura 2000.

Em termos de apoios para o fomento do desenvolvimento sustentável, destacam-se os seguintes instrumentos do COMPETE:

- **Apoios à I&D:** está previsto o apoio a projectos nos referidos domínios, quer numa lógica de investimento empresarial (SI I&DT), quer numa lógica de fomento da investigação científica e desenvolvimento tecnológico (SAESCTN);
- **Apoios do SI Inovação:** está previsto o apoio a projectos empresariais, com introdução de tecnologia inovadora com impacto ao nível da eficiência energética e ambiental. Podem ainda ser financiadas despesas imateriais ligadas à certificação nas áreas ambientais, energéticas e qualidade;
- **Apoios à Qualificação das PME:** está previsto o apoio a projectos de:
 - Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco -eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco -Gestão e Auditoria (EMAS);
 - Qualidade - certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
 - Diversificação e eficiência energética - aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
 - Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho - investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;

- **Apoios a acções colectivas:** está previsto o apoio a projectos de natureza colectiva (SIAC), que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia, nas áreas da Eficiência e diversificação energética, Ambiente e desenvolvimento sustentável e Promoção da responsabilidade social das empresas.

Apresenta-se um exemplo de um projecto com impactos relevantes ao nível do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

MEDIDA DE APOIO: SIAC

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Ambiente

N.º DE PROJECTO: 008296

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: IEM Carbono Social

PROMOTOR: IEM – Instituto Empresarial do Minho

LOCALIZAÇÃO: Norte e Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 336.166,78 euros **INCENTIVO APROVADO:** 235.316,75 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO: O projecto aborda a questão da Eficiência Energética e da responsabilidade social, numa óptica de melhoria do meio ambiente.

Pensar e desenvolver o tema de Eficiência Energética é basicamente produzir o máximo de Energia com o máximo de Economia e com a maior Eficácia. Em suma, trata-se de otimizar e racionalizar o consumo de energia independentemente da sua proveniência.

O Desenvolvimento Sustentável tem que ser pensado e idealizado através da sensibilização empresarial para vários projectos de eficiência energética que no final da sua caracterização e implementação irão de forma peremptória afectar de forma positiva o Ambiente.

Exemplos dessa promoção de sensibilização é o recurso as energias renováveis através de vários produtos que se encontram no mercado, como os novos vidros de poupança energética, sistemas de colecta, purificação e reutilização de água residual pluvial, sistemas de ar condicionado especial, painéis solares, painéis fotovoltaicos, mini eólicas, entre outros sistemas e produtos que contribuam para o desenvolvimento sustentável e a sua eficiência energética.

O projecto Carbono Social do IEM pretende assim apresentar, fomentar e sensibilizar esta solução integrada que parte da quantificação de emissões de gases com efeito de estufa associadas a actividades de empresas e autarquias.

Com este projecto e esta dinamização, poderá desenvolver-se um mercado voluntário de créditos de carbono e não ser um instrumento de cumprimento de regulação das emissões de carbono. Assim, visa incentivar a redução das emissões de gases com efeito de estufa e promover o sequestro de carbono nacional, contribuindo também, por esta via, para o cumprimento dos objectivos nacionais sob o Protocolo de Quioto.

Pretende-se ainda disseminar o conceito de Responsabilidade social corporativa que é o conjunto amplo de acções que beneficiam a sociedade e as corporações e que são tomadas pelas empresas, levando em consideração a economia, a educação, o meio ambiente, a saúde, os transportes, entre outros. Estas acções optimizam ou criam programas sociais, trazendo benefício mútuo entre a empresa e a comunidade, melhorando a qualidade de vida dos funcionários, quanto da sua actuação da empresa e da própria população.

RESULTADOS ESPERADOS: Em termos de resultados qualitativos e quantitativos deste projecto e, decorrendo das actividades previstas, prevê-se:

- Criar um projecto de Carbono Social em Portugal;
- Envolver, pelo menos 70 empresas (PME's) na execução do projecto e respectivas actividades;
- Conceber, produzir e disponibilizar informação útil sobre a Metodologia Carbono Social para disponibilização à comunidade;
- Premiar a adesão e motivação dos participantes (atribuição de pelos menos 70 selos de adesão ao projecto);
- Efectuar um Road Show sobre Eficiência Energética/Ambiente que seja visitado ou contactado por cerca de 1000 pessoas;
- Elaborar um diagnóstico com inventariação da Emissão de GEE e respectivo enquadramento com o Protocolo de Quioto na região do Minho (eventualmente passível de extrapolação para outras regiões);
- Produzir um Estudo de *Benchmarking* sobre Carbono Social passível de utilização pelos stakeholders do projecto;
- Promoção de um concurso de boas práticas na matéria, premiando as três melhores práticas a concurso;
- Promoção de um workshop de divulgação e apoio à implementação da certificação SA 8000 em empresas;
- Criação de um Road Book IEM Carbono Social - Guia do utilizador para aderentes e participantes e demais *stakeholders*.

Foram ainda lançados 3 concursos específicos para estas áreas:

- SI PME - com uma dotação inicial de 4 milhões de euros, com o objectivo específico de apoiar as empresas no sentido de mais facilmente alcançarem os objectivos de aumento da eficiência energética com a redução da correspondente factura energética;
- SI Inovação: Empreendedorismo Qualificado - com uma dotação inicial de 2 milhões de euros, para o apoio à criação de empresas ou projectos de empresas nascentes (até 3 anos), classificadas como PME, fornecedoras de serviços de energia e/ou eficiência

energética com recurso a meios próprios, ou por si contratados, partilhando desta forma riscos financeiros e de exploração com o cliente (ESCO – Empresas de Serviços de Energia);

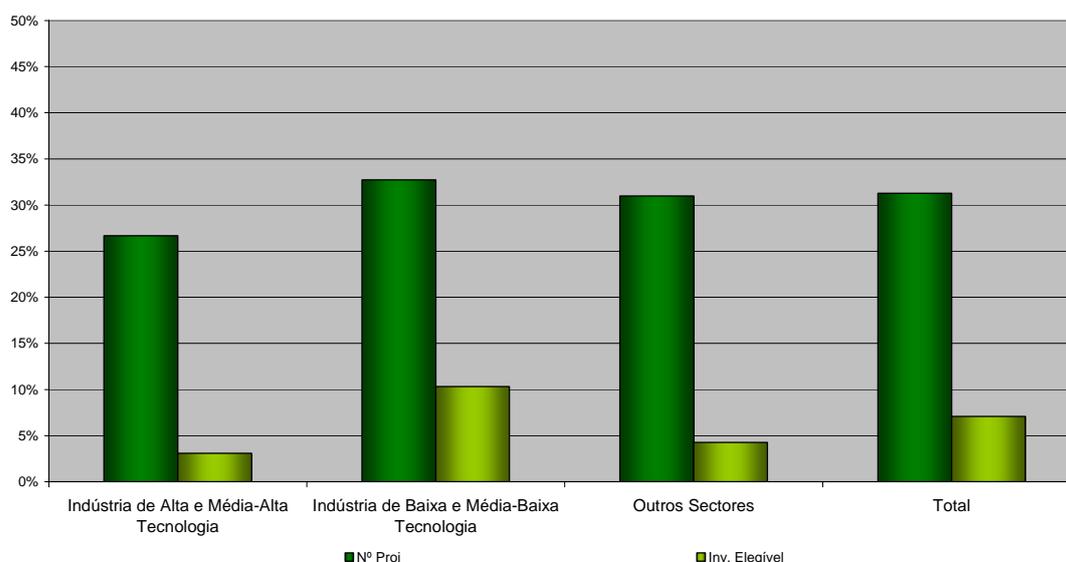
- SI PME – com uma dotação inicial de 3,5 milhões de euros, para o apoio a projectos de transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem para promover a redução do impacto ambiental.

O AMBIENTE COMO TIPOLOGIA DE APOIO NO ÂMBITO DO SI PME

No âmbito do SI Qualificação e Internacionalização das PME, foram apoiados até final do ano 101 projectos com um investimento desta componente na ordem dos 8,1 milhões de euros, representando cerca de 31% dos projectos e 7% do investimento elegível aprovados.

Em termos sectoriais, destaque-se a aposta das PME inseridas em sectores de baixa ou média-baixa intensidade tecnológica, representando esta tipologia de investimento 10% do total dos projectos apoiados, nomeadamente os sectores de Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos, Indústrias alimentares, Indústrias da madeira e da cortiça e Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos.

Gráfico 5.1: Projectos aprovados no âmbito do SI PME com a componente de Ambiente, por sector de actividade, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Saliente-se ainda o concurso específico lançado no âmbito do SI PME destinado ao apoio a empresas do sector dos transportes para financiamento de investimentos na área ambiental, com uma dotação disponível de 3,5 milhões de euros. No entanto, estando este concurso especialmente direccionado para pequenas empresas, as candidaturas recebidas no COMPETE reduziram-se a 3 projectos.

CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS EM TERMOS DE AMBIENTE

Em sede de candidatura, 22% das empresas declaram ter Sistemas de Gestão Ambiental, destacando-se as empresas em sectores da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica (41% das empresas). No final do projecto, as empresas que esperam ter o referido Sistema aumenta para o dobro (44%).

Saliente-se que se encontra analisado no ponto 4.2.1 o contributo temático do Programa no âmbito da diversificação e Eficiência Energética.

EFEITOS RESULTANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PO COM BASE NOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL.

A análise que a seguir se apresenta pretende reflectir duas dimensões fundamentais do processo de “*follow-up*” da AAE: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do COMPETE e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o Programa é implicado.

■ MEA1 – População servida pelas lojas do cidadão/ centros multi-serviços apoiados

Conforme analisado no ponto 4.3.4 – Realização do Eixo IV, o SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central.

Assim, considera-se que toda a população nacional é potencial utilizadora dos 793 centros multiserviços e balcões únicos previstos nos projectos SAMA contratados no final do ano de 2009.

■ MEA2 – Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em processos administrativos

Tendo em conta os projectos contratados, foi possível reduzir o número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em 49%.

■ MEA3 – Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos

Face aos tempos médios de espera dos serviços públicos, estima-se uma redução de 61% após a implementação dos projectos contratados

- MEA4 – Serviços orientados para empresas disponibilizados online por entidades públicas, apoiados pelo COMPETE

Do total de entidades com projectos SAMA contratados, verifica-se que 34 Organismos disponibilizavam serviços on-line, estando previsto, no pós-projecto, que mais 27 Entidades passassem a disponibilizar, representando assim uma taxa de 91% do total.

- MEA8 – Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública

O aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais, medido através da utilização via internet e telefone, registado nos projectos contratados foi de 187%.

- MEA17 – Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) dos projectos apoiados

No âmbito dos Sistemas de Incentivos, 59 empresas com projectos contratados declararam vir a reduzir nos próximos 3 ou 4 anos, no âmbito da sua actividade, a emissão de 317 mil Kilo toneladas de CO₂.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de recomendações, as quais mereceram um aprofundado estudo levado a cabo pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e coordenado pelo Observatório do QREN, com o objectivo de identificar um sistema que permita avaliar o seu cumprimento através de um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

- RE1 – Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projectos

Conforme foi explicitado atrás, a totalidade dos apoios empresariais estão subordinados ao estrito cumprimento das regras ambientais, considerando-se, assim, que integram critérios ambientais na sua avaliação.

Em relação aos restantes instrumentos (apoio à Ciência, Administração Pública, Inovação Financeira, Acções Colectivas e Assistência Técnica), não é aplicável esta exigência.

Assim, verifica-se que as candidaturas recepcionadas no âmbito de sistemas de incentivos e que, portanto, integram critérios ambientais na sua admissibilidade, representam 27% do total de candidaturas e 84% do respectivo investimento associado.

- RE2 – Devem privilegiar-se as intervenções de natureza imaterial (e.g. requalificação e aproveitamento de infraestruturas e equipamentos existentes, sistemas de informação,..) em detrimento da construção de novas infra-estruturas e equipamentos

Conforme foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, a concretização dos objectivos estratégicos delineados para a Agenda da Competitividade passou pela criação de instrumentos que valorizassem o apoio a factores imateriais e à inovação.

Assim, considera-se a quase totalidade dos mecanismos de apoio visam o apoio a acções imateriais, nomeadamente à I&D (SAESCTN, SI I&DT), factores dinâmicos de competitividade (SI PME), capital de risco e garantias (SAFPRI), modernização da administração pública (SAMA), acções colectivas (SIAC) e assistência técnica do Programa.

Deste modo, apenas o SI Inovação visa o apoio a projectos de natureza mais material. No entanto, saliente-se que estes apoios (de inovação produtiva e empreendedorismo qualificado) estão subordinados à implementação de acções que representem inovação a nível nacional ou regional.

Conclui-se assim que os projectos de natureza imaterial representam 79% do total de projectos contratados e 27% do investimento total associado.

- RE3 – Privilegiar projectos de I&DT no domínio do ambiente, nomeadamente visando o desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, redução das emissões de GEE, arquitectura bioclimática, tecnologias limpas, ordenamento do território, biodiversidade

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

- RE4 – Incentivos a empresas devem ser preferencialmente dirigidos para projectos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, da eficiência energética, energias renováveis, uso eficiente da água, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental, "business & biodiversity"

O SI PME constitui o mecanismo principal de apoio directo a empresas para a sua qualificação em termos de ambiente e eficiência energética.

Assim, numa visão mais lata do conceito de ambiente (incluindo as tipologias de investimento ambiente, qualidade, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e diversificação e eficiência energética), constata-se que foram apoiados 323 projectos (65% do número de projectos total apoiado) com um investimento elegível nas respectivas áreas de 22 milhões de euros (19% do total).

- RE5 – Devem ser potenciadas as boas práticas ambientais no sector empresarial, tais como a implementação de sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras verdes, rótulos ecológicos, ou outras práticas ambientais

Tendo em conta o universo das empresas apoiadas no âmbito do COMPETE, conclui-se que 63% das empresas obtinham, à data da candidatura, pelo menos uma Certificação no âmbito do Sistema Português da Qualidade, de Gestão da Qualidade, de Gestão pela Qualidade Total, de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, de Gestão Ambiental, de Gestão da Responsabilidade Social, de Gestão da Higiene e Segurança Alimentar ou de Gestão de Recursos Humanos.

Mais 193 empresas referenciaram que têm expectativa de obter pelo menos uma das certificações acima identificadas passados 3 ou 4 anos, o que representará 85% do total das empresas apoiadas.

- RE6 – Deve ser promovida a adopção de práticas de gestão ambiental e de sustentabilidade no sector público, incluindo, nomeadamente, sistemas de gestão ambiental (ISO 14001 e EMAS), sistemas de responsabilidade social (SA 8000), compras públicas verdes, agendas 21 locais, certificação territorial, ou outras práticas ambientais

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

- RE8 – As acções de protecção e valorização do ambiente devem ser acompanhadas da promoção de acções de sensibilização da população para a poupança de recursos, nomeadamente consumos de água e energia, bem como para a redução da produção de resíduos e reciclagem

No âmbito do SIAC foram aprovados 14 projectos com um investimento na área do ambiente de 1,9 milhões de euros, o que representa 14% face ao total de projectos apoiados.

- RE9 – Devem ser privilegiadas intervenções de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais em detrimento da implementação de soluções de "fim-de-linha" ou de medidas de natureza exclusivamente curativa

No âmbito dos instrumentos de apoio directo a empresas, existem duas tipologias de natureza preventiva e proactiva na resolução dos problemas ambientais no âmbito do SI Inovação (Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental) e do SI PME (Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS)).

Foram aprovados 19 projectos com um investimento elegível de 43 milhões de euros no âmbito da referida tipologia de apoio do SI Inovação.

Quanto ao SI PME, foram aprovados 101 projectos com um investimento na área do ambiente de 8,1 milhões de euros.

No âmbito do COMPETE, não está previsto qualquer tipo de apoio "fim-de-linha".

ANÁLISE COMPLEMENTAR E MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

A análise apresentada no presente capítulo será complementada em sede de reporte anual de conjunto sobre a avaliação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do QREN no quadro das intervenções co-financiadas pelo FEDER e FdC.

O Observatório do QREN, responsável pelo Relatório referido anteriormente, será igualmente responsável pela divulgação pública dos resultados do exercício de avaliação e controlo, bem como de fomentar e promover o envolvimento do público em geral e de entidades relevantes no acompanhamento do processo de implementação da AAE do QREN e dos PO.

| 237

5.4 LIMITE MÁXIMO DE APOIO A NÃO-PME

Constitui compromisso da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos 60% dos apoios directos totais a empresas são concedidos a PME (excluindo os apoios directos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação).

A aferição desta meta, e o respectivo controlo, é efectuada ao nível do programa temático (COMPETE) e dos PO Regionais, sendo objecto de monitorização permanente em sede da Rede Sistemas de Incentivos QREN.

No âmbito da coordenação da Rede de Sistemas de Incentivos, foi sendo realizado este controlo, verificando-se a 31-Dez-2009 o cumprimento do referido limite: as PME concentravam 62% do incentivo atribuído no COMPETE e PO Regionais do Continente a projectos do SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAFPRI.

O reporte do resultado desta monitorização é efectuada ao nível do Relatório Anual Global do QREN.

5.5 LIMITE MÁXIMO DE APOIO A DESPESAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) 1083/ 2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

No final de 2009 contabilizavam-se 149 projectos aprovados com componente de formação profissional, envolvendo um incentivo³⁷ de 16,1 milhões de euros, pelo que, ao nível de compromissos, se encontra cumprido o referido limite de 10% (Eixos II e IV).

Tabela 5.5: Projectos Aprovados com Componente de Formação Profissional, por Eixo Prioritário, 2007-2007

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projectos Aprovados com Componente de Formação Profissional		Total de Projectos Aprovados no Eixo Prioritário	
	N.º Proj.	Incentivo em Formação	Incentivo	% da Formação no Total
Eixo Prioritário I	0	0	192.628	0,0%
Eixo Prioritário II	117	12.248	1.048.803	1,2%
Eixo Prioritário III	0	0	139.790	0,0%
Eixo Prioritário IV	32	3.860	177.504	2,2%
Eixo Prioritário V	0	0	80.792	0,0%
Eixo Prioritário VI	0	0	13.498	0,0%
Total COMPETE	149	16.107	1.653.016	1,0%

238 |

5.6 IGUALDADE DE OPORTUNIDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

Considerada como um **direito fundamental e princípio comum** de toda a União Europeia, a igualdade entre homens e mulheres é uma das condições para o desenvolvimento de uma Europa coesa, democrática e competitiva. Apesar dos esforços levados a cabo ao longo dos últimos 50 anos, quer a nível comunitário, com a produção de legislação específica e com a inclusão desta temática nos vários domínios da política europeia, quer em cada um dos Estados-Membros, e das muitas conquistas que as mulheres obtiveram, continua a persistir uma **diferença acentuada de oportunidades**, não apenas no mercado de trabalho, mas na sociedade em geral.

Não obstante, na UE-27, 59% dos titulares de um diploma universitário serem mulheres (61% em Portugal), o que resulta dos progressos registados ao nível da universalidade de acesso à educação, a taxa de emprego feminina continua a ser inferior à dos homens (menos 13,7 p.p. na UE-27, 11,5 p.p. em Portugal); persiste a discrepância de salários (as mulheres ganham em média menos 17,6% por cada hora de trabalho, 8,3% em Portugal), enfrentam situações laborais mais precárias (recorrem a soluções de emprego mais flexíveis – em 2008, 31,1% das mulheres trabalhavam em *part-time*, contra 7,9% dos homens - o que se repercute negativamente na sua posição no local de trabalho e na sua independência económica), continuam a estar sub-representadas em cargos de decisão (apenas 32,5% dos líderes

³⁷ Note-se que, no âmbito do COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade com FEDER.

empresariais são mulheres e 24% dos eleitos para os parlamentos nacionais, 31,7% e 30%, respectivamente, em Portugal), assumem a maior parte das responsabilidades familiares (o que inclui o tratamento de adultos dependentes, que terão tendência a aumentar dadas as perspectivas de envelhecimento da população); apresentam um maior risco de pobreza (mais 2 p.p. que os homens) e são as principais vítimas de violência e tráfico de seres humanos (Tabela 5.6).

Tabela 5.6: Indicadores sobre Igualdade de Género – UE e Portugal

Indicadores	EU-27	Portugal
Taxas de Emprego (15-64 anos) - Diferença entre homens e mulheres (2008)	13,7 p.p.	11,5 p.p.
Taxas de Desemprego (+15 anos) - Diferença entre homens e mulheres (2008)	-0,9 p.p.	-2,4 p.p.
Trabalhadores em part-time (+ 15 anos) - em % do emprego (2008)	M-31,1%; H-7,9%	M-17,2%; H-7,4%
Mulheres inactivas ou com trabalho em part-time pela falta de serviços de prestação de cuidados para dependentes - na % da população feminina com responsabilidades ao nível dos cuidados sociais (2008)	29,9%	33%
Distribuição dos titulares de diploma universitário (2007)	M-59%; H-41%	M-61%; H-39%
Diferença entre a remuneração, por hora de trabalho, entre homens e mulheres - em % do ganho horário dos homens (2007)	17,6%	8,3%
Risco de Pobreza, após transferências sociais, da população com +65 anos (2007)	M-22%; H-17%	M-27%; H-24%
Distribuição dos líderes empresariais (2008)	M-32,5%; H-67,5%	M-31,7%; H-68,3%
Distribuição dos deputados parlamentares (2009)	M-24%; H-76%	M-30%; H-70%
Potencial de crescimento do PIB na transição para um mercado com igualdade de género	27,0%	16,0%

Fonte: CE, *Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Igualdade entre Homens e Mulheres – 2010- Anexo Estatístico*, Comissão Europeia, 18-12-2009.

No sentido de colmatar estas diferenças, destaca-se a adopção, em 1 de Março 2006, do **Roteiro para a Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres**, a aprovação do **Pacto Europeu para a Igualdade entre Homens e Mulheres**, no Conselho Europeu de 23 e 24 de Março de 2006 e a criação do **Instituto Europeu para Igualdade de Género** (em funcionamento desde Dezembro de 2009, em Vilnius, na Lituânia. Para além da monitorização da situação, este recém-criado instituto deverá contribuir para o intercâmbio de boas-práticas e para conferir uma maior visibilidade a esta temática.

No que se refere ao panorama de **instabilidade internacional** vivenciado em 2008 e 2009, o Relatório de 2010 da Comissão sobre Igualdade entre Homens e Mulheres³⁸ refere que a crise económica poderá gerar dois tipos de efeitos no que concerne à igualdade de género: por um lado, pode dificultar a concretização dos objectivos, relegando para segundo plano políticas com influência sobre esta problemática, nomeadamente na área da prestação de cuidados, da criação de estruturas de acolhimento a crianças, da concessão de prestações sociais..., por

³⁸ CE, *Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Igualdade entre Homens e Mulheres – 2010*, Comissão Europeia, 18-12-2009.

outro, pode ser também uma oportunidade para avançar com reformas estruturantes ao nível do mercado de trabalho e dos próprios sistemas de protecção social.

Um dos efeitos nefastos da contracção da actividade económica e para o qual se perspectiva uma evolução lenta consistiu no aumento das **taxas de desemprego**. A nível europeu, o desemprego começou por afectar principalmente os sectores da industria e construção, de emprego tradicionalmente masculino, alastrando depois para os demais sectores de actividade económica e colocando as taxas de desemprego femininas e masculinas a aumentar ao mesmo ritmo. De referir, no entanto, que o desemprego feminino é superior ao masculino em 12 Estados-Membros, entre os quais Portugal, e que o risco de não encontrar novo emprego é superior nas mulheres, que terão maior probabilidade de vir engrossar os números do desemprego de longa-duração.

Assim e pelo potencial económico que representa para a Europa uma mais efectiva participação da sua força de trabalho, reveste-se de maior importância a continuidade, para além de 2010, do Roteiro para a Igualdade e o reforço da importância da igualdade de género no quadro dos objectivos da estratégia Europa 2020.

Em Portugal, está actualmente em vigor o **III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2007-2010**, um instrumento que pretende reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica e cultural e que integra, designadamente, os compromissos assumidos no Roteiro para a Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres.

Uma das principais orientações deste Plano consiste na articulação dos seus objectivos e instrumentos com o Quadro de Referência Estratégico Nacional, muito em especial no âmbito do Programa Operacional do Potencial Humano (cujo Eixo VII é exclusivamente dedicado à igualdade de género), mas também na Agenda da Competitividade e no COMPETE, através de uma aposta nos projectos de empreendedorismo feminino.

Também a **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável**³⁹, aprovada em 2007, e que define as metas para o desenvolvimento até 2015, pretende, no âmbito do seu Objectivo 4 – Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social, que se “consolide a igualdade entre mulheres e homens enquanto eixo de modernidade e de desenvolvimento, promovendo a centralidade das políticas para a igualdade de género e a sua transversalidade em todas as áreas de governação.”

³⁹ “Instrumento de orientação estratégica, para o horizonte de 2015, que visa nortear o processo de desenvolvimento do País, numa perspectiva de sustentabilidade, em articulação coerente com os demais instrumentos, planos e programas de acção em vigor ou em preparação, incluindo os que se referem à publicação dos fundos comunitários no período de programação até 2013, e fazendo apelo à iniciativa dos cidadãos e dos diversos agentes económicos e sociais.” Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

Das várias medidas que podem ter influência sobre a igualdade de género, destacam-se, em 2009:

Os resultados da adopção da designada **lei da paridade**⁴⁰, na sequência dos vários processos eleitorais que tiveram lugar, segundo a qual as listas à Assembleia da República, ao Parlamento Europeu e às Autarquias Locais têm que prever a representação mínima de 33% dos eleitos de cada um dos sexos (no parlamento nacional a participação feminina passou dos 25% em 2005, para os 30% em 2009⁴¹);

A revisão e reforço financeiro do **Programa de Alargamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (PARES)**⁴², na sequência das medidas anti- crise, que prevê o aumento do número de equipamentos sociais destinados às crianças e idosos, o que se reveste de maior importância, dado o papel das mulheres nas responsabilidades com dependentes;

A adopção do **novo regime jurídico de protecção social na parentalidade**⁴³, que, entre outras, introduziu, em conformidade com as orientações europeias, o alargamento das licenças de paternidade e o conceito de parentalidade partilhada, com um período de licença de utilização exclusiva do pai.

No quadro do COMPETE, foram abertos 5 concursos gerais do SI Inovação para a tipologia de empreendedorismo qualificado, com um dotação inicial prevista de 54 milhões de euros, tendo 3 destes concursos uma dotação preferencial ou exclusiva para empreendedorismo feminino de 15 milhões de euros. Foram ainda criados 3 concursos temáticos (Energia, PROVERE, EEC) com possibilidade de majoração para empreendedorismo feminino.

Assim, das 18 candidaturas recepcionadas no SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado, 3 foram apresentadas por empreendedoras, das quais 2 obtiveram um parecer favorável, com um investimento elegível associado de 1,4 milhões de euros e um incentivo de 1 milhão de euros.

Tal como explicitado no ponto 2.1.7.6, recorde-se que esta tipologia é sobretudo direccionada para micro e pequenas empresas pelo que o seu financiamento é assegurado essencialmente pelos PO Regionais.

⁴⁰ Lei Orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto.

⁴¹ CE, *Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Igualdade entre Homens e Mulheres – 2010*, Comissão Europeia, 18-12-2009.

⁴² Portaria n.º 37/2009, de 16 de Janeiro.

⁴³ Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril.

Em relação aos projectos enquadrados no SI Qualificação e Internacionalização das PME, verifica-se que esta temática continua a não ter a devida relevância para as empresas, uma vez que nenhum dos 399 projectos aprovados neste regime (individuais e conjuntos) apresentou qualquer despesa na temática Igualdade de Oportunidades.

242 | 5.7 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEPTÃO DO ARTIGO 57º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006 (CASO APLICÁVEL)

No que respeita à durabilidade das operações, até ao final do ano de 2009, não se registaram quaisquer situações enquadráveis no artigo 57.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

5.8 REGRA *SPILL-OVER* EFFECTS

O texto do COMPETE, aprovado pela Comissão Europeia, estabelece (na chamada “regra *spill-over effects*”) que podem ser apoiadas despesas realizadas em Lisboa, de forma excepcional e devidamente justificadas em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que provoca nas Regiões de Convergência, no âmbito dos projectos de I&D em co-promoção, dos projectos do Eixo III (flexibilização que não foi implementada no âmbito do COMPETE) e dos projectos de modernização da administração pública.

Deste modo, foram instituídos vários mecanismos cruzados de controlo da sua atribuição, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projecto e posteriormente por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

Relativamente à possibilidade de utilização desta excepção, a sua utilização permanece limitada e com um carácter de excepcionalidade, representando, no final de 2009, apenas 4% do investimento elegível total do Programa.

Tabela 5.7: Aplicação Regra *Spill-Over Effects*

Unid: Mil Euros

Instrumento	N.º Proj. (total)	Investimento Elegível (total)	Incentivo (total)	N.º Proj. (<i>spill-over</i>)	Investimento Elegível (<i>spill-over</i>)	Incentivo (<i>spill-over</i>)	% Investim. Elegível (<i>spill-over</i>)
SI I&DT em Co-Prom.	132	142.265	82.056	32	8.551	6.273	6%
SAMA	140	343.153	177.504	123	194.961	136.473	57%
Total <i>Spill-Over Effects</i>	272	485.418	259.561	155	203.512	142.746	42%
Outros Instrumentos	1.780	4.257.064	1.393.455	0	0	0	0%
Total COMPETE	2.052	4.742.482	1.653.016	155	203.512	142.746	4%

Fonte: SI POFC

Em anexo encontra-se a lista dos apoios concedidos ao abrigo desta regra (Anexo D), onde se poderá constatar, projecto a projecto, o cumprimento dos limites estabelecidos.

EIXO I – PROJECTOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO

Os projectos em co-promoção do SI I&DT procurar agregar um conjunto de competências complementares detidas por várias entidades (empresas ou/ empresas e entidades do SCT) que se associam para a prossecução de objectivos de partilhados de I&D, potenciando a geração de sinergias e partilha de riscos, custos e resultados.

Tendo o SI I&DT como objectivo principal o reforço da competitividade empresarial, estes projectos são sempre liderados por uma empresa, podendo os consórcios promotores integrar outras empresas e/ou entidades do SCT, assumindo estas últimas uma intervenção de natureza essencialmente instrumental, uma vez que os resultados económicos da I&D apoiada têm de ser maioritariamente detidos pelo sector empresarial.

Tendo por base a regra de excepção “*Spill-over Effects*”, devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projectos em co-promoção do SI I&DT pode ser apoiado investimento não empresarial localizado fora das Regiões de Convergência na medida em que os respectivos impactes se centrem nestas Regiões.

O promotor líder deve ser uma empresa com investimentos exclusivamente localizados nas Regiões Convergência e o investimento elegível das restantes empresas participantes no consórcio tem, igualmente, de ser realizado nestas Regiões, podendo, todavia, ser apoiado investimento localizado fora das Regiões de Convergência desde que realizado por entidades de SCT, tendo como limite o investimento elegível referente às empresas (obrigatoriamente localizado nas Regiões de Convergência).

Os apoios concedidos ao abrigo desta regra são excepcionais e objecto de um escrutínio apertado fundamentado em condições objectivas que confirmem que a não admissibilidade dessas parcerias tecnológicas inviabilizaria ou condicionaria o sucesso dos projectos.

Assim, foram apoiados 32 projectos do SI I&DT em co-promoção (a lista dos projectos, com indicação dos co-promotores, encontra-se no Anexo D) em que se recorreu à referida excepção, representando as referidas despesas um peso de 6,0% do investimento elegível total apoiado no âmbito do SI I&DT – Projectos em Co-Promoção a 31 de Dezembro de 2009.

Deste modo, conclui-se que a aplicação deste mecanismo tem assumido um carácter essencialmente de excepção e marginal no quadro dos apoios concedidos no âmbito do SI I&DT.

Tabela 5.8: Projectos do SI I&DT – Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2009

Unid: Euros

Tipo de Projecto	Projectos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível – Regiões Convergência	Invest. Elegível – Spill-Over Effects	(Inv. Spill-Over / Inv. Total)
Projectos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	100	106.866	0	0,0%
Projectos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	32	26.848	8.551	31,9%
Total SI I&DT – Projectos em Co-Promoção	132	133.714	8.551	6,0%

Fonte: SI POFC

Eixo IV – SAMA

No âmbito do SAMA e com base na excepção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “*spill-over effects*”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que têm impactos muito relevantes para o desenvolvimento das regiões objectivo “Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na Região NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactos visam, exactamente, facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN (e no Anexo II do texto do Programa), os efeitos de difusão dos investimentos realizados na Região NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram quantificados em 68,5%⁴⁴, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUTS II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa.

Como se pode constatar pela tabela abaixo, foram apoiados 123 projectos onde se recorreu à referida excepção.

⁴⁴ Valor calculado a partir da concentração da população residente nas Regiões Norte, Centro e Alentejo no quadro da população residente do Continente (Eurostat, 2004).

Tabela 5.9: Lista de Projectos Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2009

Unid: Euros

Tipo de Projecto	Projectos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível Inicial	Corte Elegibilid. – Spill-Over Effects	Invest. Elegível – Spill-Over Effects
Projectos totalmente localizados em Lisboa	99	224.230	68,5%	153.597
Projectos parcialmente localizados em Lisboa	24	96.849		41.194
<i>Valores relativos às Regiões de Convergência</i>		36.712		
<i>Valores relativos à Região de Lisboa</i>		60.137	68,5%	41.194
Projectos com Regra Spill-Over Effects	123	321.079		194.792
Projectos sem Regra Spill-Over Effects	17	22.074		
Total SAMA	140	343.153		194.792

Fonte: SI POFC

6. INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

O ano de 2009 assinala a fase de consolidação da marca COMPETE, permitindo os dados obtidos confirmar o cumprimento dos objectivos delineados no Plano de Comunicação para esta fase, destacando-se:

- Consolidar a imagem institucional;
- Associar o Programa aos valores que lhe estão inerentes: selectividade, transparência, dinamismo, inovação, proximidade, celeridade e eficácia;
- Promover a disseminação do conhecimento e dos principais resultados gerados pelos projectos apoiados, junto da opinião pública, e de forma particular, dos públicos-alvo, e da sua importância na economia nacional, designadamente através de uma boa cobertura nos media e de uma interacção dinâmica no site do Programa;
- Transmitir o sentido de pertença à União Europeia e o valor acrescentado da participação dos Fundos Estruturais, no esforço da retoma de crescimento da economia nacional em consonância com a média de crescimento da UE;
- Garantir o cumprimento das regras de publicitação comunitárias e nacionais dos incentivos às empresas e apoios às restantes entidades públicas e privadas beneficiárias do Programa.

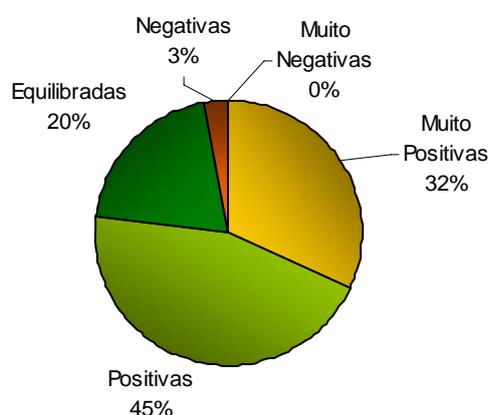
Os resultados obtidos, através de uma estratégia de comunicação que apostou num conjunto de meios direccionados para públicos alvo específicos, devem considerar-se num contexto alargado de comunicação onde os Organismos Intermédios desempenham papel fundamental e onde as iniciativas conjuntas com os outros Programas Operacionais e com o Observatório, são catalisadores da informação.

A avaliação do desempenho das acções de comunicação nos *media* durante o ano de 2009, efectuada através do recurso a plataforma de informação da CISION, permite concluir que o COMPETE apresenta resultados positivos. Com 376 notícias veiculadas especificamente sobre o Programa, abrangendo um leque de suportes bastante diversificado e numa escala de 1 a 5, onde se analisou a tendência editorial em função da análise textual dos conteúdos das notícias, o COMPETE obteve uma média de 3,4.

O gráfico seguinte mostra que 77% das notícias veiculadas no ano de 2009 revelaram conteúdos favoráveis ao Programa.

Os valores apresentados têm como base de cálculo o valor líquido do espaço editorial ocupado a preços de tabela publicidade, em função da diferença entre a informação favorável e desfavorável.

Gráfico 6.1: Análise das Notícias sobre o COMPETE



Fonte: CISION, *Communication Performance 2009*

Como objectivo para esta análise definiu-se:

- A identificação da notoriedade do Programa através da sua exposição editorial nos *media*;
- O reconhecimento dos valores do Programa;
- A percepção dos seus eixos de negatividade e positividade.

Estes dados positivos são reforçados pelos resultados do Inquérito realizado junto das empresas com projectos apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas, o qual, relativamente aos meios de informação, designadamente o *site*, e à qualidade da mesma, apresenta resultados muito positivos (média de 7,31 numa escala de satisfação de 0 a 10).

O presente Capítulo pretende dar nota das principais acções de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2009.

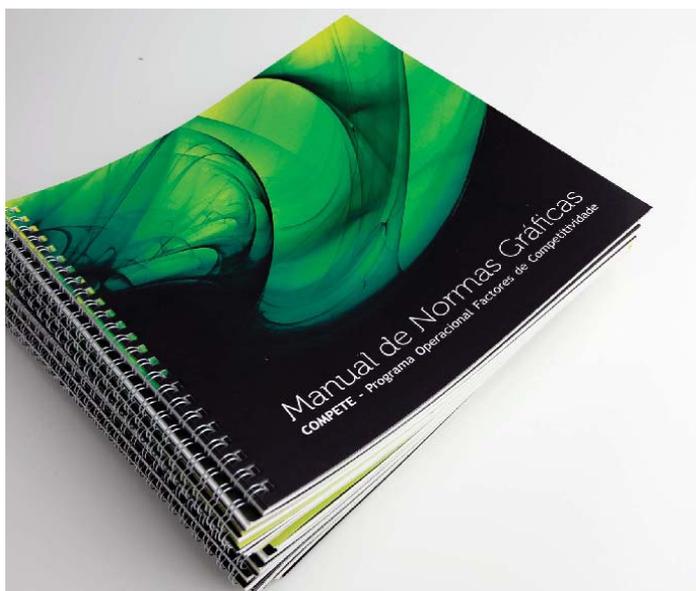
NOVA IDENTIDADE VISUAL

Considerando que a força da identidade de uma marca deriva, não só, do carácter e valores da mesma, mas também do seu aspecto físico, ou seja, de como a marca se apresenta e afirma, no final de 2008 o Programa Operacional Factores de Competitividade assumiu uma expressão visual e verbal:

248 |



Em 2009, foi elaborado o Manual de Normas Gráficas do COMPETE, foi efectuada a actualização gráfica do *site* e concretizada a nova imagem no estacionário, que difunde e estrutura, interna e externamente, a imagem corporativa: papel de ofício, *fax*, envelopes, cartões pessoais e de cortesia, capas e demais elementos.



A consolidação da marca passou também pela concepção e produção de material publicitário, designadamente brindes publicitários, os quais se constituem como artigos de relacionamento duradouro com o público. A opção pelos objectos em causa atendeu ao seguinte:

- a) Ao relacionamento destes com a imagem institucional do Programa;
- b) À sua utilidade, que constitui um dos pontos mais fortes dos brindes na lógica da estratégia da comunicação das marcas. A marca e o produto ficam na posse do utilizador e são instrumentos de comunicação e estímulo à reacção face à marca.

SITE COMPETE

A estratégia de comunicação do Programa privilegia as tecnologias digitais de informação e comunicação, que mantêm um fluxo permanente de difusão de informação e uma interacção, quer com os actores directos do Programa, quer com a sociedade em geral. Este modo de actuação permite a difusão instantânea e alargada da informação sobre o Programa e o desenvolvimento de um processo comunicacional com todos os intervenientes no processo.

Em 2009, o site do COMPETE foi actualizado com a nova imagem, manteve as funcionalidades disponibilizadas, as quais foram complementadas com a criação dos menus Pólos e Outros Clusters e Projectos, reforçando-se a aposta nas notícias e nos destaques e na disponibilização de material multimédia.

O COMPETE alterou ainda o menu “Como Publicitar” de molde a considerar esta temática sob duas vertentes:

- As obrigações, as quais em sede de acompanhamento e encerramento de projecto envolve, directa ou indirectamente, uma sanção em caso de incumprimento
- As boas práticas, cuja adopção se pretende incentivar através de um trabalho de sensibilização para a importância do trabalho em rede na comunicação dos apoios comunitários.

Atendendo à relevância do meio *Web* a análise estatística permite-nos compreender o comportamento dos visitantes e adequar conteúdos em prol de maior usabilidade.

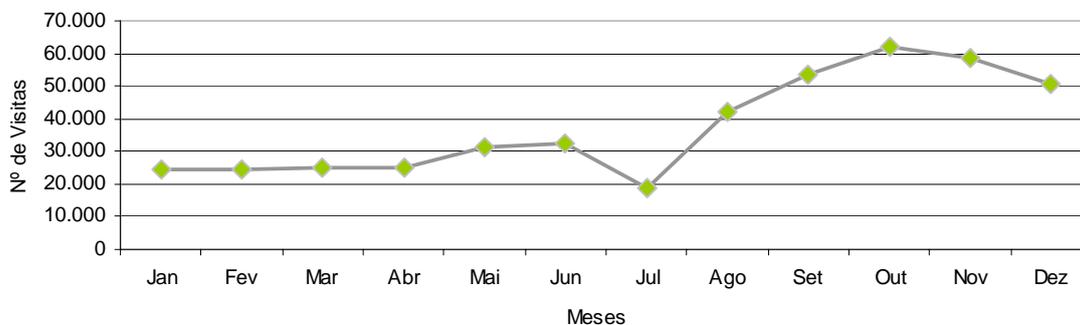
Considera-se a leitura de dois indicadores como relevante para analisar o tráfego e a usabilidade do *site* do Programa: n.º de visitas e n.º de menus mais visitados.

O Gráfico seguinte permite-nos verificar que, das 448.229 visitas registadas durante 2009, o 2.º semestre de 2009 representa 60% desse total, mantendo uma curva sustentada até ao final do ano, entre os 40 mil e os 60 mil visitantes mensais.

Interessante verificar que o dia de semana onde se concentra o maior n.º de visitas é a terça-feira, sendo os sábados e domingos os dias menos activos.

Sendo as visitas maioritariamente de IP nacionais, o *site* do COMPETE tem, ainda, visitas de IP norte americanos, brasileiros e de vários países da União Europeia, em número crescente ao longo de 2009, reforçando a aposta na versão inglesa do *site*.

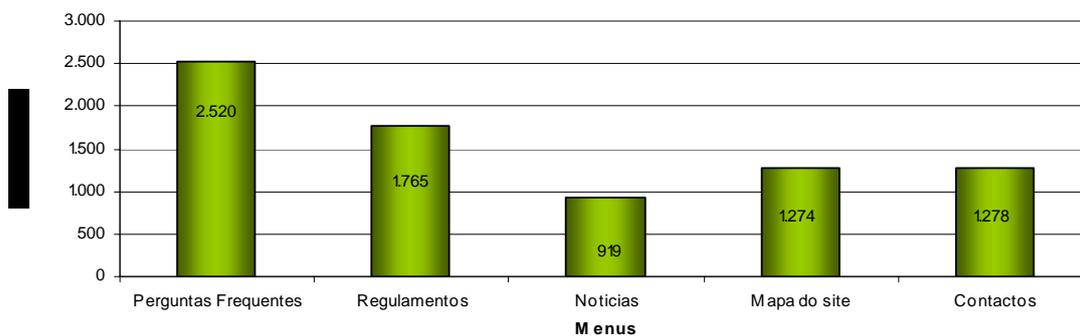
Gráfico 6.2: Número de Visitas ao Site do COMPETE



Fonte: SYSVALUE, Relatórios Mensais

No que concerne aos menus com maior número de visitas, destacam-se os menus “Perguntas mais Frequentes (FAQ)” e “Regulamentos”.

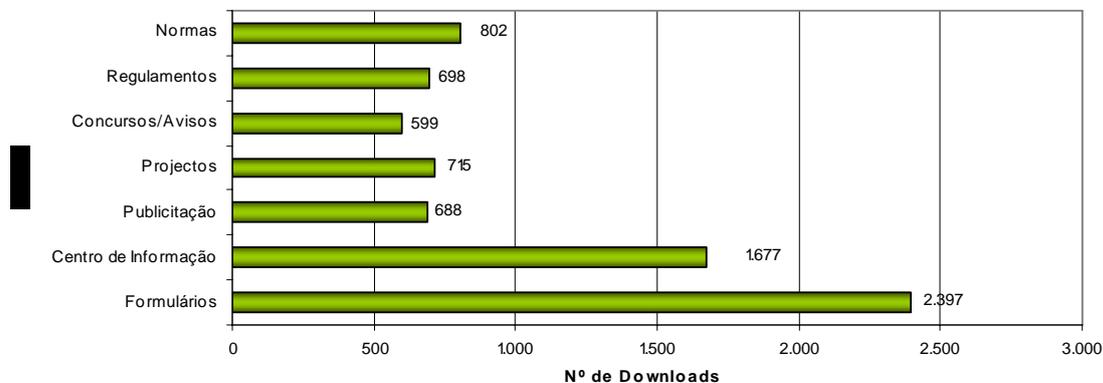
Gráfico 6.3: Site COMPETE: Menus Mais Visitados



Fonte: SYSVALUE, Relatórios Mensais

Já se considerarmos o maior número de *downloads*, é o menu “Formulários” que se destaca, com 32% dos mesmos, logo seguido pelo “Centro de Informação (Biblioteca, Contratação Pública, Noticias)”, que representa 22% dos *downloads* efectuados.

Gráfico 6.4: Site COMPETE: Menus com Maior Número de Downloads



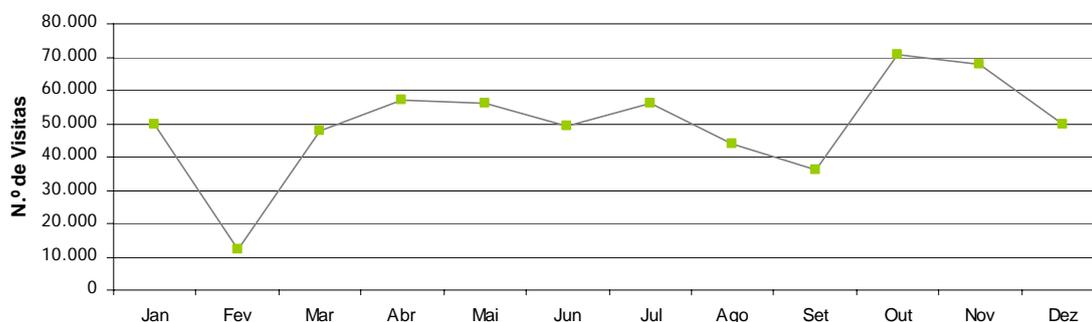
Fonte: SYSVALUE, Relatórios Mensais

SITE INCENTIVOS ÀS EMPRESAS

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de Outubro determina que a Comissão Directiva do COMPETE assegura, em articulação com as Comissões Directivas dos Programas Operacionais Regionais, a gestão coordenada no que se refere aos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial, onde se incluem, nomeadamente, os aspectos relacionados com a divulgação, informação e comunicação e logo a coordenação do site “Incentivos às Empresas”.

A ferramenta de análise da informação estatística deste *site* não nos possibilita a avaliação dos indicadores apresentados para o site do COMPETE, permitindo-nos apenas conhecer o número de visitas:

Gráfico 6.5: N.º de Visitas ao Site Incentivos às Empresas



Fonte: WEBDOTÉ, Relatório Webalizer 2.0

O número de visitas apresenta a média mensal de 49.699. Sublinhe-se que este valor considera os acessos directos – através do endereço do site – ou redireccionados através de outros sites (nomeadamente do site COMPETE e QREN).

NEWSLETTER

O COMPETE disponibiliza uma *e.newsletter* distribuída a todos os subscritores e emitida sempre que existem novidades relevantes no *site*.

Em 2009 a referida *newsletter* teve 29 edições em português e 12 em inglês, tendo sido enviada a 1660 subscritores, o que representa um acréscimo de 30% em relação aos subscritores registados em 2008.

EVENTOS

A participação em eventos na estratégia comunicacional desempenha um papel fundamental para consolidar a imagem de marca junto do grupo mais vasto da população.



Projectos Conjuntos de Internacionalização - Sessão de Assinatura de Contratos entre a AICEP e Associações Empresariais

No contexto de crise económica e financeira, com retracção do investimento e atendendo às medidas tomadas pela Comissão e pelos Estados membros, destinadas a relançar a economia europeia, considerou-se de toda a pertinência a realização de uma sessão pública de assinatura dos contratos relativos a 29 projectos conjuntos de internacionalização, dinamizados por associações empresariais, os quais se concretizam em intervenções estruturadas em 1.247 PME com o objectivo de incrementar a sua capacidade de internacionalização.

A esta sessão pública, realizada na EXPONOR, a 25 de Março, onde estiveram presentes o então Ministro da Economia e da Inovação e o Gestor do COMPETE, assistiram cerca de 215 pessoas.

Campanha de Comunicação Redes de Nova Geração

Entre 22 e 8 de Julho, o COMPETE dinamizou, em parceria com a Associação para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), a Campanha de Comunicação “Redes de Nova Geração”.

Esta Campanha envolveu:

- Sessões de Esclarecimento realizadas ao longo do país, abrangendo cerca de 400 empresas. Estas sessões constituíram uma etapa fundamental para dinamizar a procura no contexto de abertura de concursos específicos no COMPETE e Programas Regionais, designadamente no SI Inovação, no SI&DT e no SAMA, com o objectivo de apoiar projectos visando estimular um sector capaz de satisfazer as necessidades de fornecimento das componentes tecnológicas para construção das redes de nova geração e conceber serviços inovadores que potenciassesem a capacidade tecnológica implantada;
- Criação de uma imagem para a iniciativa que associou o COMPETE às Redes de Nova Geração e que foi utilizada em todos os materiais de comunicação: *templates* de apresentações em *powerpoint* para o *roadshow*, *roll-ups* e *banners*; anúncios para a imprensa escrita, em suporte de papel e na *internet* e folheto.
- Plano de Meios: inserção de anúncios na Imprensa escrita nacional e regional, *banner* imprensa internet e *spot* rádio.

| 253

Campanha Assinatura de Contratos: Acções Colectivas e Estratégias de Eficiência Colectiva

Assumindo-se o necessário carácter institucional das sessões de assinatura de contratos, as mesmas decorreram na semana de 13 a 18 de Julho, em regiões diferentes do país de molde a cobrir o território e a facilitar o acesso dos interessados.

Esta Campanha envolveu:

- Estudo, desenvolvimento e gestão dos *layouts* para duas sessões de assinatura de contratos, considerando a existência de conceitos criativos distintos;
- Deslocação e montagem das peças de comunicação, com prévio estudo de espaço;
- Elaboração de peças de comunicação, decoração e sinalética de acordo com as necessidades específicas dos locais;

- Produção de peças de comunicação electrónicas, designadamente: convite electrónico, *template* em *PowerPoint* e slide animado em *flash*.
- Assessoria de imprensa: elaboração de comunicado à imprensa e *Press-kit*

Foi elaborado um convite específico para cada uma das sessões, enviado por *e-mail* a 1.700 entidades, públicas e privadas.

254 |



No dia 15 de Julho decorreu, na Alfândega do Porto, a sessão de assinatura de contratos de 76 projectos de Acções Colectivas, com um incentivo de 57 milhões de euros e na qual estiveram presentes cerca de 200 pessoas.

No dia 17 de Julho teve lugar, no Centro de Congressos de Lisboa, o reconhecimento público de dezanove Estratégias de Eficiência Colectiva e a assinatura de contratos no âmbito da dinamização das Associações que concretizam as referidas estratégias.





Este evento, ao qual assistiram cerca de 250 pessoas, que contou com a presença do Ministro da Economia e outros membros do governo e teve uma ampla cobertura mediática, designadamente televisiva, sendo noticiado nos telejornais da RTP1, RTPN, SIC e SIC Notícias.



Fundos de Capital de risco orientados para a inovação e internacionalização de PME – Sessão de Apresentação

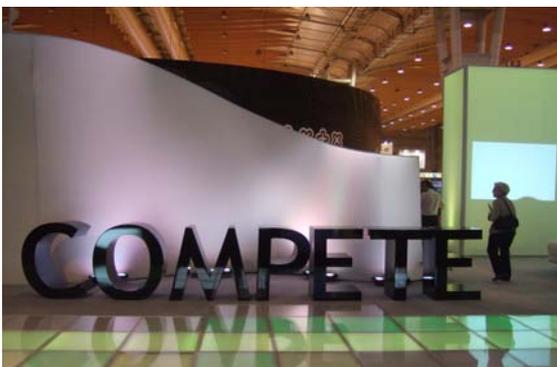
A 31 de Agosto de 2009, em Serralves, realizou-se uma sessão pública, que contou com a presença do Ministro da Economia, para a apresentação dos concursos abertos no âmbito do COMPETE e do POR Lisboa, de apoio a projectos de criação ou reforço de fundos de capital de risco.

Foi elaborado um convite específico para a sessão, enviado por *e-mail* a 1.100 entidades, públicas e privadas, com destaque para o sector financeiro.

Esta Campanha envolveu:

- Elaboração de peças de comunicação, decoração e sinalética de acordo com as necessidades específicas dos locais;
- Produção de peças de comunicação electrónicas, designadamente: convite electrónico, *template* em *powerpoint* e *slide* animado em *flash*.
- Plano de Meios: inserção de anúncios na Imprensa escrita nacional e *banner* imprensa internet.

Participação do COMPETE na Mostra Portugal Tecnológico



A AIP-CE/FIL organizou, de 7 a 10 de Outubro de 2009, a terceira edição da mostra Portugal Tecnológico, a qual envolveu uma multiplicidade de intervenientes públicos e privados. Pequenas, médias e grandes empresas partilharam o espaço de exposição com a Administração Pública, Universidades e Centros de Investigação. Mostraram-se projectos em curso ou já implementados e

promoveu-se o empreendedorismo e sinergias entre diferentes agentes.

A participação do COMPETE nesta mostra, que contou com 22 885 visitantes, relevou a importância das políticas públicas de apoio às empresas e a melhoria da competitividade da economia, concretizando-se na criação de um espaço de exposição que se pretendeu interactivo, uma verdadeira mostra de todos os instrumentos de apoio, mas também de resultados, pelo visionamento de filmes com testemunhos de promotores.

A Autoridade de Gestão do COMPETE, enquanto entidade responsável pelo processo de reconhecimento das EEC, Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters, assumiu um papel agregador de vontades e liderou o processo de infra-estruturação do espaço conjunto, partilhado entre os Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters.

Para concretizar a presença do COMPETE na Mostra Portugal Tecnológico, atendendo aos objectivos definidos, define-se o seguinte plano de acções:

- Lançamento de Concurso Público sem publicação no JOUE para concepção e montagem de stands;



- Definição de *layout* de espaço infra-estruturado para área de exposição dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters
- Concepção e produção de materiais audiovisuais;
- Concepção e produção de

material informativo, nomeadamente de uma brochura específica sobre os Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters;

- Elaboração de material de *merchandising*;
- Dinamização de actividades paralelas, designadamente de uma sessão de apresentação de resultados do COMPETE, com a necessária campanha na imprensa escrita.

| 257

No total, o COMPETE mobilizou esforços para coordenar 1.320 m² de espaço de exposição, em estreita articulação com os Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros *Clusters*, bem como para dinamizar oito acções paralelas de divulgação, que decorreram nos auditórios.

Sessão de Apresentação Anual de Resultados



A Sessão de Apresentação de Resultados do COMPETE foi realizada no contexto da participação do Programa no Portugal Tecnológico.

Assim, a realização da sessão anual de apresentação de resultados, crucial numa lógica de *accountability*, naquele contexto ganhou novas dimensões e exigiu uma abordagem comunicacional diferenciada, mais dinâmica.

Acresce que a sessão, onde estiveram presentes mais de 250 pessoas, estruturada num painel com agentes económicos (empresários e presidentes de associações empresariais), foi complementada com toda a informação presente no espaço de exposição do COMPETE.

Para esta sessão foi elaborado convite específico, enviado por *e-mail* a 2.290 entidades, públicas e privadas.

Innovation Lounge do 19.º Congresso das Comunicações

Na sequência dos apoios às RNG, assumiu-se a importância de participar no Congresso das Comunicações, organizado pela APDC, nos dias 18 e 19 de Novembro, com um espaço de informação direccionado e enquadrado no que a organização chamou de *Innovation Lounge*.



CONTACTO COM O PÚBLICO

Disponibilizar informação relevante e serviços públicos *online* é a primeira acção e a de maior visibilidade para as empresas e os cidadãos. A utilização de canais informativos e transaccionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público, complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Os canais disponíveis para este efeito, durante o ano de 2009, foram: endereços electrónicos específicos e os centros de atendimento telefónico “Incentivos às Empresas” e “COMPETE”.

A tabela seguinte mostra-nos a actividade dos Centros de Atendimento Telefónico durante o ano de 2009:

Tabela 6.1: Estatísticas dos Centros de Atendimento Telefónico

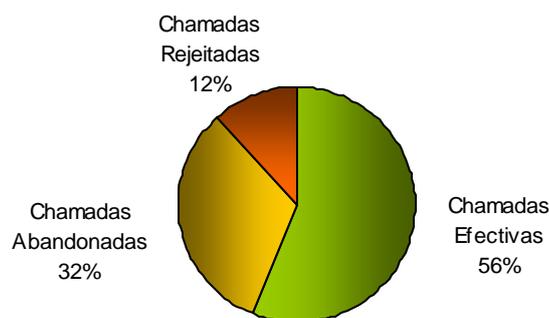
Ano/Mês	Incentivos às Empresas								COMPETE								TOTAL
	Chamadas Recebidas		Chamadas Efectivas		Chamadas Abandonadas		Chamadas Rejeitadas		Chamadas Recebidas		Chamadas Efectivas		Chamadas Abandonadas		Chamadas Rejeitadas		
2009	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Jan	920	224	24%	475	52%	211	23%	1395	309	22%	784	56%	286	21%	533		
Fev	748	299	40%	316	42%	124	17%	713	225	32%	400	56%	83	12%	524		
Mar	569	259	46%	233	41%	70	12%	768	325	42%	345	45%	91	12%	584		
Abr	752	449	60%	203	27%	88	12%	811	377	47%	317	39%	105	13%	826		
Mai	933	495	53%	280	30%	146	16%	848	412	49%	353	42%	69	8%	907		
Jun	343	237	69%	68	20%	36	11%	681	419	62%	199	29%	49	7%	656		
Jul	532	357	67%	145	27%	29	6%	859	526	61%	279	33%	48	6%	883		
Ago	334	275	82%	42	13%	16	5%	733	531	72%	147	20%	52	7%	806		
Set	1195	643	54%	343	29%	203	17%	1125	571	51%	415	37%	132	12%	1.214		
Out	893	709	79%	165	19%	17	2%	891	623	70%	216	24%	43	5%	1.332		
Nov	888	709	80%	119	13%	55	6%	887	687	78%	148	17%	48	5%	1.396		
Dez	342	281	82%	41	12%	18	5%	1058	736	70%	116	11%	199	19%	1.017		
Total	8.449	4.937		2.430		1.013		10.769	5741		3719		1.205		10.678		

Fonte: ALTITUDE, Relatórios “Offered Calls Report” e “Inbound Handled Calls Report”

Uma análise mais fina revela que o número de chamadas efectivas representa 56% no total

das chamadas recebidas naqueles números.

Gráfico 6.6: Centro de Atendimento Telefónico



Fonte: ALTITUDE, Relatórios "Offered Calls Report" e "Inbound Handled Calls Report"

As chamadas rejeitadas e as chamadas abandonadas, acabam por ter algum peso. As chamadas rejeitadas resultam de contactos com o *contact center* fora do horário de atendimento, a central regista a chamada mas a mesma não tem nenhum tratamento. Já o caso das chamadas abandonadas, este valor traduz duas situações:

- Contactos enganados - causados pela semelhança de alguns números de telefone de outras empresas/serviços;
- Desistência do telefonema – o tempo de espera em linha é excessivo e a pessoas acabam por desligar, sem qualquer tipo de resposta.

Relativamente à questão do tempo de espera, é expectável que o reforço deste serviço de apoio com mais um técnico no final do ano de 2009 e a entrada em vigor de legislação específica sobre o funcionamento dos *contact center* restringindo o tempo de espera tenha conduzido a alterações nas taxas de desistência.

No que concerne aos endereços específicos para esclarecimento de dúvidas, a tabela seguinte mostra, por endereço, a dinâmica de contactos efectuados:

Tabela 6.2: Estatísticas de E-mails

	Recebidos	Enviados
pofc@gabprime.org	935	9.485
info@gabprime.org	270	458
projectos@gabprime.org	23	25
incentivos.empresas@gabprime.org	691	1.486
incentivos.empresas@observatorio.pt	831	0
Total	2.750	11.454

Nota: Sublinha-se que a relação não pode ser directa, uma vez que os endereços são canais de envio de informação para o exterior: convites para os eventos ou outra tipologia de informação considerada relevante.

A resposta às questões reenviadas pelo endereço incentivos.empresas@observatorio.pt é efectuada pelo endereço incentivos.empresas@gabprime.org.
Fonte: COMPETE

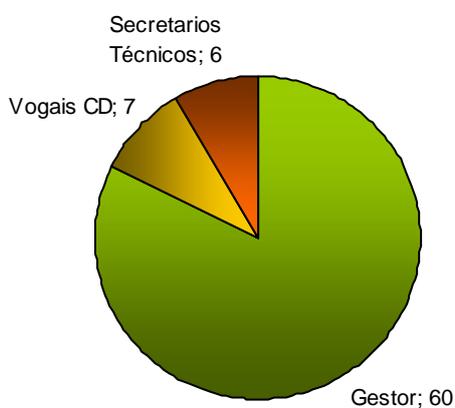
INTERVENÇÕES

Para além dos eventos estruturados e organizados pelo COMPETE, a presença dos seus membros em sessões enquanto oradores, são momentos fundamentais de comunicação e contribuem para atingir os objectivos definidos.

O gráfico seguinte mostra a distribuição do número de intervenções efectuadas, pelo Gestor do COMPETE, pelas vogais da Comissão Directiva e pelos Secretários Técnicos.

Em 2009, o COMPETE esteve activamente presente em 70 sessões, numa média mensal de 6.6 (não foi considerado o mês de Agosto, no qual não houve nenhuma intervenção).

Gráfico 6.7: Número de Intervenções



Fonte: COMPETE

PUBLIKAÇÕES

Em 2009, o COMPETE participou no Anuário do Ministério da Economia e Inovação, fornecendo as informações padronizadas relativas à sua missão, objectivos, instrumentos, estrutura orgânica e contacto, bem como incluindo um anúncio institucional apelativo.

O COMPETE publicou ainda um artigo na edição especial revista *Parliament Magazine's Regional Review*, para distribuição durante a realização da iniciativa europeia *OPEN DAYS - European Week of Regions and Cities*.

| 261

MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO

Este ponto reflectirá sobre os suportes materiais produzidos para comunicar ao longo do ano de 2009, qualquer que seja a natureza do seu objecto, considerando que os mesmos foram produzidos no âmbito de campanhas de comunicação alargadas.

Redes de Nova Geração

No contexto da Campanha de Comunicação “Redes de Nova Geração” foi concebida e maquetizada uma imagem global, a qual foi materializada nos seguintes suportes:



- Folheto em formato papel e formato digital, tendo o primeiro envolvido a impressão de 3.000;
- *Roll Screen*;
- *Template PowerPoint*.

Fundos de capital de risco orientados para a inovação e internacionalização de PME

Para esta campanha foi concebida uma imagem e concretizada em peças de comunicação digital - convite electrónico, *template powerpoint* e *slide animado flash* - e nas peças de decoração e sinalética - *pop-up*, *roll-screen*, placas de sinalética.



Portugal Tecnológico

No contexto da participação do COMPETE na terceira edição da mostra Portugal Tecnológico foi concebido e produzido o seguinte material:

- Publicação específica sobre os Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros *Clusters*, atendendo à relevância destes na estratégia de participação do Programa.
- Upgrade* da brochura institucional do Programa, corrigindo algumas incorrecções e garantindo a existência de número necessário para distribuição. A brochura institucional sintetiza toda a informação sobre o COMPETE e pretende propiciar a todos uma primeira abordagem ao Programa que intervém sobre dimensões estratégicas para o acréscimo da competitividade nacional, como o desenvolvimento científico e tecnológico, a inovação, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização e eficiência da Administração Pública (A.P.).
- Concepção e edição de Manual de Normas Gráficas



Vídeos

- No ano de 2009, o COMPETE contratou a realização de obras videográficas, apostando na sua difusão no site COMPETE (versão bilingue), mas também na sua difusão na rede da DG Comunicação.

- *Upgrade* do Vídeo institucional, com alteração do guião e novas imagens
- Vídeo com entrevista a 13 promotores do COMPETE
- Filme sobre os 19 Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters
- Videoclip com duração de 6 minutos, envolvendo a montagem de texto contendo a designação dos cerca de 3000 beneficiários do COMPETE, alinhados alfabeticamente e montados em junção com gráficos de suporte

PARTICIPAÇÃO NA REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO DO QREN

No contexto das actividades da rede de interlocutores para as temáticas de comunicação e informação no âmbito do QREN no ano de 2009, o COMPETE participou nas reuniões regulares da rede e em todas as iniciativas promovidas no âmbito da mesma, destacando-se:

- Suplementos Editoriais no jornal OJE, sendo o primeiro suplemento dedicado aos Sistemas de Incentivos e aos Pólos de Competitividade e Tecnologia e outros Clusters;
- Participação na Mostra paralela ao seminário sobre Avaliação e Monitorização Estratégica do QREN (16 de Abril);
- Participação nas emissões do programa de rádio da TSF “Objectivo 2013”, com o objectivo de informar, estimular a procura dando voz aos beneficiários. Iniciado em Setembro, o COMPETE participou através de uma entrevista ao Gestor do Programa e de dez entrevistas a promotores;
- Participação na IV reunião da Rede INFORM, em Bruxelas, através da apresentação nacional sob o tema: “*Beneficiaries have the main role in communicating structural funds*”.

ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO DESENVOLVIDAS PELOS ORGANISMOS INTERMÉDIOS

Os Organismos Intermédios desempenham um papel fundamental no processo de comunicação, na medida em que estão na primeira linha relacional com os promotores.

Relativamente a estes e de acordo com a informação disponibilizada:

- A AICEP promoveu 74 seminários/conferências, uma assinatura de contratos e dois feiras/certames onde difundiu conteúdos relacionados com o COMPETE e com os Sistemas de Incentivos;

- O IAPMEI realizou 22 sessões de esclarecimento e 67 seminários/conferências sobre temáticas relacionadas com o COMPETE em geral e os Sistemas de Incentivos em específico. Publicou ainda a Revista Empreendedorismo e o Folheto FINTRANS.
- A FCT participou num seminário onde abordou conteúdos referentes ao COMPETE e publicou um Guião de Avaliação e um Guião específico sobre os projectos de IDT.

IMPrensa E Assessoria de Imprensa:

Neste âmbito analisaremos o recurso à imprensa, numa lógica de plano de meios no âmbito de campanhas, bem como a relação com a mesma através da produção de *press releases* (comunicados de imprensa) e da análise efectuada das notícias sobre o Programa.

No que respeita aos meios de imprensa utilizados destaque para a imprensa escrita, com crescente aposta na inserção de banners no formato online e para o *spot* de rádio, no âmbito da campanha de Redes de Nova Geração.

Neste ponto apresentamos o plano de meios considerando as campanhas onde se inseriram:

Campanha “Empreendedorismo Feminino”

No ano de 2009, elaborou-se uma campanha de meios para a divulgação do Empreendedorismo Feminino, com recurso à imprensa escrita de âmbito local e regional, de anúncio elucidativo dos apoios existentes no quadro dos Sistemas de Incentivos. Efectuaram-se 20 inserções em jornais nacionais com clara opção pela especialização económica da informação e 38 inserções em jornais regionais, pretendeu-se cobrir, o mais amplamente possível, todo o território nacional continental, totalizando 38 inserções.

A campanha incluiu ainda duas inserções na imprensa regional digital.



Campanha “Plano de Concursos 2009”

Definido o Plano dos Concursos dos Sistemas de Incentivos para 2009 e atendendo a que a informação a transmitir era bastante extensa (um quadro com 8 colunas e 20 linhas), considerou-se que a publicação de anúncios na imprensa escrita e electrónica seria a forma mais adequada para o fazer.

Considerando os valores negociados directamente com os meios, a opção recaiu sobre inserções em ½ página par a preto e branco, num total de 7 inserções em jornais nacionais e 2 inserções na imprensa regional.



Campanha “Redes de Nova Geração”

No contexto da Campanha de Comunicação “Redes de Nova Geração” e considerando a estratégia criativa e os meios de comunicação então definidos, foi efectuada uma campanha que envolveu não apenas a inserção de anúncio específico na imprensa escrita como também a realização de spot de rádio.

No que concerne à imprensa escrita foram efectuadas cinco inserções em jornais da imprensa nacional e 6 inserções na imprensa regional, apostando-se no formato online de cinco jornais nacionais e dois jornais regionais com a inserção de *banners* durante cinco dias.

O *spot* de rádio de 30 segundos passou no total de 82 vezes em três rádios nacionais e uma rádio regional.

Fundos de Capital de Risco Orientados para a Inovação e Internacionalização de PME – Campanha de Imprensa *Business Angels*

Foi concebido para o efeito um anúncio a cores de imprensa que teve 8 inserções em jornais nacionais.

Sessão de Apresentação Anual de Resultados COMPETE

Foi concebido para o efeito um anúncio a preto/branco de imprensa que teve seis inserções em jornais nacionais e uma inserção na imprensa escrita regional.

Comunicados de Imprensa e *Press-Kit*:

Foram efectuados comunicados de imprensa direccionados e organizados *Press-kits* no âmbito da campanha Assinatura de Contratos: Acções Colectivas e Estratégias de Eficiência Colectiva e para a Sessão de Apresentação Anual de Resultados.

A presença da comunicação social em ambos os eventos e o número de notícias sobre os mesmos reforçou a eficácia do instrumento.

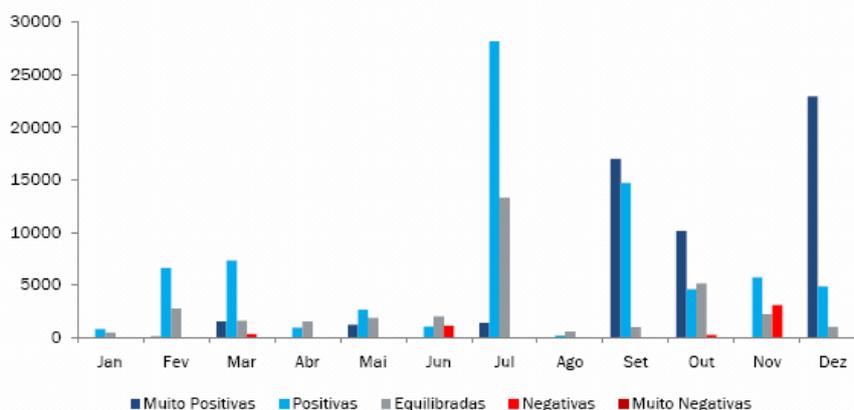
Análise da Comunicação na Imprensa:

Tal como referido no ano de 2009, o COMPETE passou a utilizar a plataforma CISION, o maior grupo de análise e monitorização de informação, a qual nos permite conhecer a informação veiculada nos media e avaliar o desempenho das acções de comunicação.

Durante o ano de 2009 e numa escala de 1 a 5 onde se analisou a tendência editorial em função da análise textual dos conteúdos das notícias o COMPETE obteve uma média de 3,4, traduzindo positivamente o conteúdo da informação veiculada sobre o programa.

O gráfico permite-nos analisar o comportamento ao longo do ano:

Gráfico 6.8: Evolução mensal da análise das notícias sobre o COMPETE



Fonte: CISION, *Communication Performance 2009*

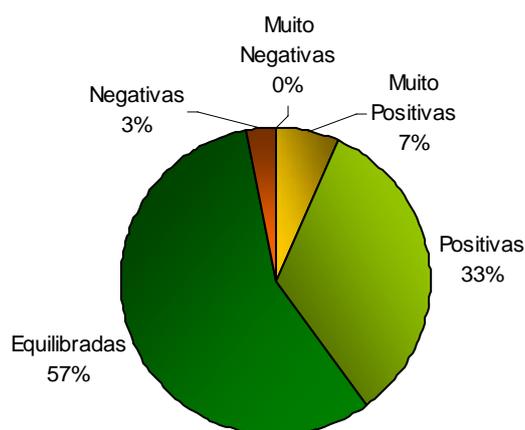
Verificando estes resultados diluídos pelos 12 meses, constatamos que o mês de Julho é o mais expressivo, as notícias veiculadas sobre o apoio à criação de novos fundos de capital de risco destinados à internacionalização das PME tiveram destaque na Televisão.

Não esquecendo que estes resultados têm como critério os preços de tabela de publicidade, conforme descrito anteriormente, facilmente verificamos o impacto que as notícias veiculadas na TV representam, uma vez que a tabela de preços para este suporte é da mais elevadas.

O mês de Setembro regista também um resultado interessante na sequência do programa “Objectivo 2013” da TSF e de um artigo publicado no Anuário Certificação e Qualidade sobre os objectivos do COMPETE.

De referir que de acordo com a metodologia que a CISION utiliza, a informação classificada como 'equilibrada' insere-se no patamar das notícias favoráveis por se considerar que, exceptuando o caso dos assuntos negativos, a notoriedade na Comunicação Social é sempre importante e desejada.

Gráfico 6.9: Número de Notícias sobre o COMPETE

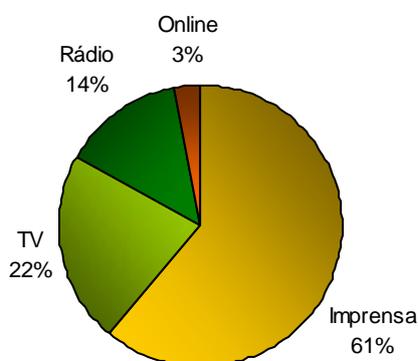


Fonte: CISION, *Communication Performance 2009*

Ainda que a informação equilibrada sobre o Programa esteja representada em maior número (214 notícias) é a informação positiva que regista uma maior expressão uma vez que significa que estes conteúdos conseguiram mais espaço/tempo de exposição editoriais e foram veiculados por meios de maior audiência.

Relativamente aos meios que veicularam notícias sobre o COMPETE a imprensa é sem dúvida o meio privilegiado conforme gráfico abaixo.

Gráfico 6.10: Meios que Veicularam Notícias sobre o COMPETE



Fonte: CISION, *Communication Performance 2009*

COMUNICAÇÃO INTERNA

Atendendo à relevância do processo comunicacional interno na consolidação da identidade da organização, reforçaram-se mecanismos facilitadores do fluxo de informação, nomeadamente através da:

- Disponibilização de um *clipping* electrónico diário, com conteúdos da imprensa escrita, mas também da rádio e da televisão;
- Difusão diária da legislação considerada relevante para a organização por *e-mail*;
- Difusão da lista de publicações disponíveis para consulta;
- Apresentação mensal da análise da comunicação da imprensa;
- Alertas via *e-mail* para novidades;
- Disponibilização do estacionário e de templates de apresentação com imagem corporativa.

MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), desempenha uma função determinante permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objectivos definidos.

A tabela síntese que se apresenta considerou algum dos indicadores – de meios e de resultados – da bateria de indicadores definida no Plano de Comunicação. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados a análise terá ser dinâmica e permite também verificar da adequabilidade de alguns dos indicadores/metast à realidade.

Tabela 6.3: Indicadores de Informação e Divulgação

Indicadores	Unidades	2009	2007-2009	Metas 2007-2013
Publicidade				
Anúncios (imprensa+online)	n.º	4	6	10
Inserções	n.º	70	102	450
Spots de Rádio	n.º	2	4	100
Assessoria de Imprensa				
Press Releases	n.º	2	21	10
Convites	n.º	8.470	16.470	20.000
Notícias Publicadas	n.º	376	853	100
Eventos				
Sessões	n.º	14	23	150
Média/participantes	n.º	n.d	n.d.	n.d
Publicações				
Publicações	n.º	3	5	10
Tiragem	n.º	35.000	39.500	100.000
Site				
Visitas	n.º	951.285	1.666.581	1.500.000
Newsletter				
Emitidas	n.º	41	48	n.d
Subscritores	n.º	1.660	2.831	10.000
Centro de Atendimento Telefónico				
Chamadas atendidas	n.º	10.678	11.150	125.000
Correio Electrónico				
Mensagens Recebidas	n.º	2.750	27.670	n.d
Mensagens Enviadas	n.º	11.454	30.323	8.000

Fonte: COMPETE

Em todos os indicadores verificamos um crescimento, com a excepção do número de comunicados de imprensa e ao número de mensagens recebidas por correio electrónico. A este propósito cumpre assinalar que ocorreu uma alteração durante o ano no Programa utilizado para recepção dos e-mails, o que afectou a contabilização dos mesmos, que está certamente deflacionada.

Em contrapartida, o número de chamadas atendidas pelo *Contact Center* cresceu exponencialmente, parecendo ser esta a opção preferencial para completar as questões não respondidas no *site*.

7. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

7.1 CONSTRANGIMENTOS INTERNOS

Na visão interna da gestão do COMPETE o constrangimento mais determinante, recorrente de 2008, assenta na sobreposição inadiável das tarefas de encerramento do PRIME com as tarefas inerentes ao COMPETE dificultando a capacidade de resposta do Secretariado Técnico e dos Organismos Intermédios aos desafios impostos em 2009.

A permanência e agravamento da crise económica obrigaram à necessária adaptabilidade de regulamentos, avisos de abertura de concurso, processos e procedimentos práticos de gestão, alteração de formulários e ferramentas electrónicas úteis aos beneficiários, de modo ajustar o funcionamento do Programa às necessidades da economia e das empresas. Este esforço interno traduziu-se na permanência de níveis de qualidade satisfatórios no interface com os promotores no que se refere aos meios (electrónicos) e no apoio e articulação desenvolvidas quer pelo Secretariado Técnico, quer pelos Organismos Intermédios, quer ainda, no caso dos sistemas de incentivos, pelas estruturas de gestão dos Programas Regionais.

Acresce que a aceitação pela Comissão Europeia da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE apenas em 31 de Julho de 2009, constituiu um dos principais constrangimentos sentidos pela gestão do Programa durante o 1.º semestre de 2009, ao qual acresce, para todo o período de 2009, a reserva expressa pela IGF, e aceite pela Comissão, sobre os sistemas de gestão e controlo de dois organismos intermédios (FCT e a ANCCT).

Ambas as situações conduziram a que só no 2º semestre de 2009 tenha ficado reunida a condição para efectuar o primeiro pagamento intermédio estabelecido no artigo 85º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, com exclusão das despesas referentes a operações abrangidas pelos protocolos celebrados entre a AG e a FCT e a ANCCT, as quais se mantêm sobre reserva no início de 2010, apesar das diligências desencadeadas pela Autoridade de Gestão.

7.2 CONSTRANGIMENTOS EXTERNOS

A crise económica acentuou a tensão entre a restrição de financiamento e acesso ao crédito e a necessidade de investimento, por parte das empresas. Este contexto implicou algum atraso no investimento por parte dos promotores com reflexo imediato no ritmo de pedidos de pagamentos e consequentemente na execução financeira do Programa.

| 271

Este contexto determinou um conjunto de medidas integradas de política pública, envolvendo instrumentos alternativos de financiamento que o próprio COMPETE criou, no âmbito do Eixo III (FINOVA), com as Linhas de Crédito PME Investe I e II, e outras medidas, com carácter transitório, no âmbito dos sistemas de incentivos, com relevado impacto na flexibilização no acesso aos apoios e à execução dos projectos.

Assim, no âmbito do Decreto-Lei 65/09 de 20 de Março e Portarias 353-A/2009 (SI PME), 353-B/2009(SI I&DT) e 353-C/2009 (SI Inovação) de 3 de Abril, foram adoptadas as seguintes medidas de flexibilidade, consideradas mais relevantes:

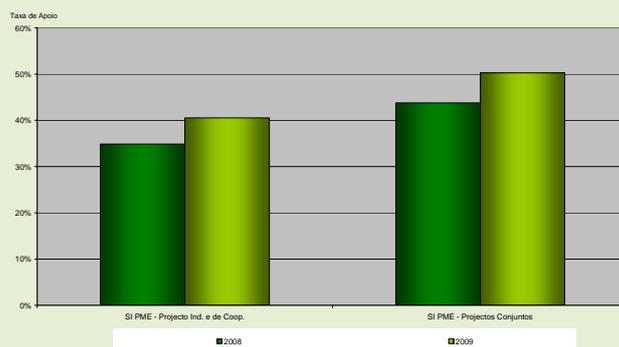
Tabela 7.1: Medidas de flexibilidade dos Sistemas de Incentivos às empresas do QREN

	Medidas	Situação Anterior	Novas Regras Transitórias
A – Maiores níveis de incentivos	Aumentos das taxas de incentivo	Taxa base do SI PME: 35%	Taxa base do SI PME: 45%
	Garantia de financiamento do QREN para todos os projectos considerados como elegíveis	Financiamento garantido apenas para os projectos com pontuação superior a 4 (0-5)	Financiamento garantido para todos os projectos com pontuação superior a 3 (0-5)
	Atribuição do prémio de realização	Cumprimento mínimo de 100% das metas económicas contratadas	Cumprimento mínimo de 70% das metas económicas contratadas
	Alargamento do período de carência em incentivos reembolsáveis	2 anos de carência, em operações com prazo de 5 anos	3 anos de carência, em operações com prazo de 5 anos
B – Facilitação e aumento dos adiantamentos de incentivos	Aumento do nível de adiantamentos dos incentivos	Até 35% do incentivo, com entrega de facturas que representassem pelo menos 5% do investimento	Até 50% do incentivo total, com a entrega da 1.ª factura do investimento
	Cobertura do adiantamento por garantia bancária	100% do adiantamento	70% do adiantamento
	Possibilidade de adiantamento sem garantia bancária	Sem possibilidade	Possível para entidades sem fins lucrativos, até 15% do incentivo total
C – Alargamento da tipologia de projectos apoiáveis	Alargamento do conceito de inovação	Elegibilidade restrita a projectos de inovação definida de forma estrita (novos produtos ou processos)	Inclusão de novas tipologias de projectos inovadores (projectos com impacte no emprego, exportações, produto, eficiência energética e ambiental e segurança industrial)
	Aplicação ao sector da construção civil dos incentivos às PME e ao I&D	Não aplicação dos SI do QREN ao sector da construção	Aplicação ao sector da construção civil dos incentivos ao SI PME e SI I&DT
	Consideração no SI PME de investimentos em equipamentos, desde que ligados à intervenção em factores dinâmicos da competitividade	Limitação do investimento corpóreo a 35% do total do investimento	Consideração de 100% dos equipamentos e outros activos corpóreos ligados à intervenção em factores dinâmicos
D – Adaptação dos critérios à situação financeira das empresas	Menor exigência em termos de rácio de autonomia financeira	25% para todas as empresas	15% para PME e 20% para Não PME
	Cobertura do investimento por capitais próprios	25%	20%

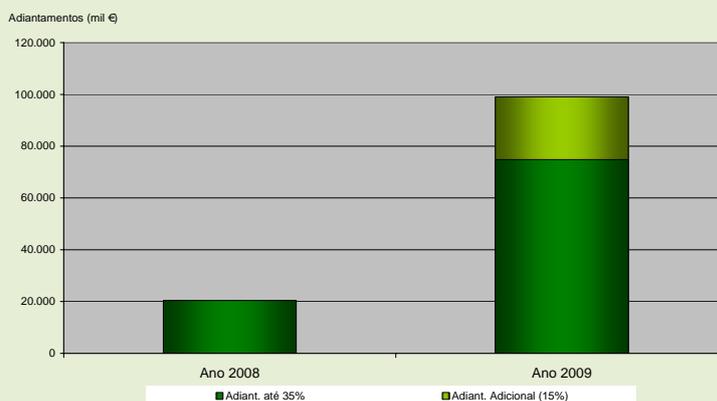
Tendo em conta que efeitos destas medidas só se puderam verificar após os concursos da 2.^a fase de 2009, é, no entanto, possível identificar o seguinte impacto:

PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS

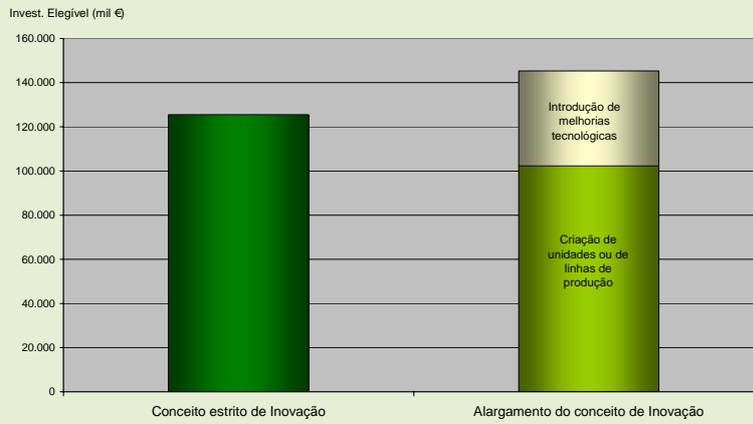
- A taxa média de incentivo do SI PME subiu cerca de 6 pontos percentuais nos projectos individuais e cooperação e nos projectos conjuntos;



- A nova taxa de incentivo foi aplicada em 145 projectos, envolvendo 111 empresas e 29 associações empresariais com projectos conjuntos, implicando um aumento de incentivo de cerca de 8,1 milhões de euros;
- No âmbito dos concursos lançados em 2009, apesar do aumento de cerca de 50% da dotação disponível nos concursos face ao ano anterior (conforme ponto 4.1.1) encontram-se aprovados mais 88 milhões de euros (valor líquido de anulações entretanto ocorridas) do que a dotação inicial prevista nos concursos;
- A flexibilização das normas de pagamento, no que respeita à realização de adiantamentos, permitiu realizar um adicional na ordem dos 24,2 milhões de euros de pagamentos envolvendo 200 projectos;



- A flexibilização do conceito de inovação permitiu apoiar, nos concursos da 1.^a fase de 2009 do SI Inovação, 37 projectos com um investimento elegível associado de 145,3 milhões de euros, o que representa cerca de 54% do investimento elegível total apoiado nestes concursos;



- A aplicação do SI PME ao sector da Construção permitiu apoiar, nas fases lançadas em 2009, 25 PME para a sua qualificação e 2 projectos conjuntos, com um investimento elegível de 7,7 milhões de euros e um incentivo de 3,4 milhões de euros;

8. CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2010

8.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2009

| 275

O ano de 2009, para o Programa, correspondeu ao ano de estabilização dos seus instrumentos tendo ficado marcado, no entanto, pelo agravamento da conjuntura macro e microeconómica.

Como foi devidamente relevado no ponto 1.2 Contexto socioeconómico, em 2009 registou-se um crescimento negativo do PIB nacional de 2,7%, com reflexos ao nível do consumo privado (redução de 0.8%) e, de uma forma mais abrupta, dos níveis de FBCF (-11.1%).

A natureza recessiva da crise veio a gerar novas necessidades de liquidez nas empresas, agravadas pelas restrições de financiamento impostas pelo sistema bancário dificultando o acesso aos empréstimos previstos para a execução dos projectos, bem como para a obtenção de garantias bancárias necessárias para a obtenção de adiantamentos. Esta situação obrigou à intervenção da política pública nos mecanismos de financiamento, designadamente através da criação, no âmbito do Eixo III (FINOVA), das Linhas de Crédito PME Investe I e II. Realce-se que este tipo de mecanismo revelou-se de grande eficácia e oportunidade enquanto instrumento de injeção de liquidez, tendo contribuído decididamente para a diminuição do impacto negativo da crise na procura das empresas aos sistemas de incentivos, orientados para investimentos inovadores e estruturantes com impacto directo na melhoria da competitividade das empresas

Em complemento, no âmbito dos sistemas de Incentivos às empresas, adoptaram-se um conjunto de medidas transitórias de flexibilização e agilização dos instrumentos de apoio. No 1.º trimestre de 2009, foram introduzidas alterações nos Sistemas de Incentivos, de entre as quais salientam-se:

- (i) flexibilização do nível de exigência quanto ao grau de inovação dos projectos;
- (ii) aumento de 10% das taxas base de incentivos, sempre que as regras de auxílio de Estado o permitiram;
- (iii) aumento do valor dos adiantamentos (de 35% para 50%), mantendo o nível de cobertura das garantias bancárias;

(iv) indexação de parte do “prémio de realização” ao grau de cumprimento da calendarização dos projectos.

No âmbito da envolvente empresarial, ganhou relevo em 2009, pela importância estratégica que assume no Programa, o reconhecimento formal dos 11 Pólos de Competitividade e Tecnologia e 8 Outros Clusters por despacho dos Ministros da Economia e da Inovação, do Ambiente, Ordenamento e Desenvolvimento Regional, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Trabalho e Solidariedade Social. O arranque dos Pólos e Outros Clusters tornou-se uma realidade da política pública, assente no dinamismo empresarial privado, potenciando uma melhoria da competitividade nacional, sustentada num perfil produtivo com maior valor acrescentado de conhecimento e orientado, a médio e a longo prazo, para os mercados e para a internacionalização das empresas portuguesas.

Realce também para o incremento em 2009 de um conjunto de iniciativas de acções colectivas (SIAC), suportadas no dinamismo de projectos das associações empresariais e outras entidades sem fins lucrativos, respondendo à provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas para as empresas.

Assim, no final do ano encontravam-se aprovados 98 projectos de Acções Colectivas com um investimento elegível de 113,3 milhões de euros e um incentivo de 80,8 milhões de euros, todos estes homologados já em 2009. Os projectos enquadrados na dimensão da internacionalização, concentraram perto de 2/3 do investimento elegível total.

Por último, não obstante a crise económica, o esforço do Programa em termos de pagamentos e execução é francamente positivo. Em termos acumulados a 31 de Dezembro de 2009, o montante total de pagamentos realizados era cerca de 348 milhões de euros de FEDER, o qual se traduz numa taxa de pagamento do Programa, face ao incentivo aprovado, na ordem dos 21%. Este valor representa um aumento de perto de 75% face ao que se verificava no início do ano.

Note-se que o corrente ano de 2010 é o primeiro de aferição da regra de n+3, sendo necessário atingir um valor de execução mínimo de 417 M€. Para efeitos de avaliação do cumprimento desta regra, o potencial de execução certificável à CE do COMPETE no final do ano era de 537 M€, ou seja 129% da meta fixada pela Comissão Europeia para o final de 2010. Ou seja, o COMPETE reuniu as condições para cumprimento da meta n+3 com um ano de antecedência e já com um potencial de execução certificável de cerca de 30% da meta fixada para 2011.

Tabela 8.1: Cumprimento em 2009 dos objectivos fixados em 2008

Objectivos	Realização
Face à situação de crise macroeconómica, introduzir os devidos mecanismos de flexibilização da gestão	Foram introduzidas alterações de flexibilização nos Sistemas de Incentivos
Implementação das Estratégias de Eficiência Colectiva	Foram lançados 22 concursos com dotação específica para EEC e endereçados 2 convites
Certificação do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE (DSGC)	A CE aceitou a conformidade do SGC do COMPETE, com reserva relativa a 2 OI
Minimizar a ocorrência de desvios entre a data prevista e efectiva de comunicação da decisão aos promotores, prevendo-se, no entanto, uma margem máxima de desvios de 15%	Apesar da melhoria significativa nos prazos de comunicação ao promotor nos concursos lançados em 2009 face a 2008, verificou-se um desvio médio de 20%
Cumprir as exigências estabelecidas no DSGC em relação ao Sistema de Informação	Foi aceite a descrição dos procedimentos referentes ao Sistema de Informação
Pelo menos 70% dos colaboradores do COMPETE deverão ser abrangidos por acções de formação profissional (no mínimo 35 horas)	Foram identificadas e lançadas em 2009 duas áreas de formação (Contratação Pública e Sistema de Normalização Contabilística) que foram realizadas em 2010
Promover a disseminação do conhecimento e dos principais resultados gerados pelos projectos apoiados, junto da opinião pública, e de forma particular, dos públicos-alvo, e da sua importância na economia nacional, designadamente através de uma boa cobertura nos media e de uma interacção dinâmica no site do Programa	Foram realizadas diversas acções de divulgação dos resultados do Programa em sessões públicas e no site do Programa
Realização da Sessão Anual de Resultados	Realizou-se no âmbito da 3ª edição da mostra Portugal Tecnológico
Atingir um volume de pagamentos a beneficiários finais de 360 milhões de euros	O nível de pagamentos do Programa foi de 348 milhões de euros (97% da meta fixada)
Realizar Pedidos de Pagamento FEDER à CE de 241 milhões de euros	A execução FEDER no final de 2009 era de 305 milhões de euros; no entanto, foi efectuado um único PP à CE em Set-09 que envolveu um FEDER de 184 milhões de euros (76% da meta fixada)

Fonte: SI POFC/COMPETE

Conclui-se assim que a avaliação da realização do Programa é positiva não obstante os constrangimentos externos induzidos pela crise económica ao nível da redução dos pedidos de pagamentos dos promotores.

8.2 PREVISÕES PARA 2010

A manutenção ou mesmo agravamento do clima recessivo e de forte instabilidade económica e financeira, irá exigir, por parte da Autoridade de Gestão, um acompanhamento muito apertado da dinâmica económica, para avaliar a eventual necessidade de adaptação das medidas de

flexibilidade já introduzidas no Programa, sem, no entanto, desvirtuar os seus objectivos e princípios, nomeadamente de concentração e selectividades dos apoios, factores essenciais para a alteração do perfil produtivo nacional.

Neste sentido, o ano de 2010 irá ser marcado pela concretização dos primeiros concursos destinados à implementação de Estratégias de Eficiência Colectiva.

278 |

Com a estabilização em 2009 do Sistema de Monitorização e Avaliação, no próximo ano deverão arrancar os procedimentos para a realização do estudo de Avaliação Intercalar do COMPETE, conforme o Plano de Avaliação do COMPETE. Prevê-se a conclusão do estudo de Avaliação da Operacionalização dos Sistemas de Incentivos do QREN (2007-08). Deverá igualmente ser realizado um novo inquérito aos promotores empresariais.

Prevê-se também o levantamento da reserva por parte da CE relativa aos Organismos Intermédios FCT e ANCCCT no âmbito do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE.

Face ao exposto a Autoridade de Gestão do COMPETE assume como principais metas para 2010:

- Atingir até ao final de 2010 uma taxa de compromisso de 75% da dotação total do Programa;
- Cumprir a regra n+3;
- Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 346 milhões de euros;
- Realizar 426 milhões de euros de pagamentos a beneficiários;
- Reduzir os prazos médios de comunicação aos promotores;
- Concluir a certificação do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;

PLANO ANUAL DE CONCURSOS DO COMPETE PARA 2010

Para 2010, o Plano Anual contempla a realização de 36 concursos, calendarizados em duas fases, isto sem prejuízo de poderem ser abertos outros períodos para apresentação de candidaturas, nomeadamente no âmbito do SAESCTN ou das Estratégias de Eficiência Colectiva.

O presente Plano foi submetido à aprovação dos Ministros da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento e do Ambiente e do Ordenamento do Território (conforme Anexo G).

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Conforme disposto no n.º 3 do artigo 76.º do Regulamento (CE) n.º 1083/ 2006 do Conselho, de 11 de Julho, a Autoridade de Gestão do COMPETE comunicou que prevê apresentar à Comissão Europeia 346 milhões de euros em Pedidos de Pagamento FEDER.

A estimativa de pagamentos FEDER a realizar a beneficiários, durante o ano de 2010, ascenda a cerca de 426 milhões de euros.

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Durante o ano de 2010 as actividades a desenvolver no âmbito da Comunicação e Informação procuram consolidar os objectivos de médio prazo fixados no Plano de Comunicação, com uma especial atenção para a Internet, com o lançamento de um procedimento concursal para a criação e implementação do portal COMPETE.

Este portal integrará todas as actuais funcionalidades dos sites Compete e Incentivos às Empresas, numa nova lógica de abordagem de informação Web. Pretende-se um grafismo mais motivacional, uma navegação simples, imediata e eficaz na apresentação dos conteúdos e no acesso às diferentes áreas e uma maior interactividade, sem colocar em causa o cumprimento das regras de acessibilidade. Acrescem um conjunto de novas funcionalidades para o utilizador e a criação de uma área reserva mais ampla que estimule a partilha interna de informação.

A ambição, tornar o portal COMPETE, o espaço de comunicação externa e interna de excelência, contribuindo para que os fluxos de informação se tornem fluxos de comunicação.

Em paralelo far-se-á o *refreshment* da *newsletter*, não apenas gráfico como conceptual, tornando-a um espaço de divulgação mais ampla das actividades desenvolvidas no âmbito do COMPETE.

Os trabalhos no contexto da Rede Informal de Interlocutores de Comunicação do QREN envolverão, para além dos contributos para o programa de rádio, uma selecção de projectos para a realização de vídeos de boas práticas para utilização generalizada no quadro das intervenções QREN.

CONTROLO

Estando conferida à área do Controlo Interno do COMPETE a missão de conceber, desenvolver e implementar um sistema de controlo interno que permita assegurar que o

sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona de forma eficaz bem como prevenir e detectar as situações de irregularidades, no ano de 2010 prevê-se a implementação de um conjunto adicional de actividades associadas aos objectivos operacionais descritos no ponto 2.3, sendo de destacar:

- Elaboração e Implementação de um plano anual de auditorias de sistema e de auditorias de projectos/ operações a efectuar pela Autoridade de Gestão do PO, através de meios próprios ou com recurso a auditores externos;
- Elaboração do plano anual de 2010 das acções de acompanhamento para verificação da execução física das operações no seu local de realização a efectuar durante a execução dos projectos pela Autoridade de Gestão do COMPETE e/ou Organismo Intermédio.
- Acompanhamento de todas as auditorias a que a Autoridade de Gestão do PO esteja sujeita no âmbito das actividades de controlo do QREN e coordenar a elaboração do respectivo contraditório.
- Monitorização da aplicação das recomendações e medidas correctivas resultantes das acções de controlo interno e das acções de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAC	Aviso para Apresentação de Candidaturas
AC	Agenda para a Competitividade
AdI	Agência de Inovação
AG	Autoridade de Gestão
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
APDC	Associação para o Desenvolvimento das Comunicações
API	Agência Portuguesa para o Investimento
ARDU	Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos
BEI	Banco Europeu de Investimento
CAE	Código das Actividades Económicas
CE	Comissão Europeia
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
COMPETE	Programa Operacional Factores de Competitividade
DI&D	Despesas em Investigação e Desenvolvimento
DRE	Direcção Regional da Economia
DSGC	Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
EEC	Estratégias de Eficiência Colectiva
EEE	Estratégia Europeia para o Emprego
EMAS	Sistema de Eco-Gestão e Auditoria
ESCO	Empresas de Serviços de Energia
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUA	Estados Unidos da América
FACI	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo
FAPPI	Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento Intermédio
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCGM	Fundo de Contragarantia Mútua
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEADER	Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FGA	Fundo de Gestão de Activos
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FSE	Fundo Social Europeu
I&D&I	Investigação & Desenvolvimento & Inovação
I&DE	Investigação e Desenvolvimento Experimental
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI	Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
ID&DT	Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IGF	Inspeção-geral de Finanças
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
INR	Incentivo Não Reembolsável
IR	Incentivo Reembolsável
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
N.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OC	Outros Clusters
OI	Organismo Intermédio
OG	Orientação de Gestão
OT	Orientação Técnica
p.p.	Pontos percentuais

PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAEE	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
PNE	Plano Nacional de Emprego
PO	Programa Operacional
POFC	Programa Operacional Factores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POR	Programa Operacional Regional
PP	Pedido de Pagamento
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPS	Produto, Processo e/ou Serviço
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PROMAR	Programa Operacional Pesca
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RNG	Redes de Nova Geração
ROC	Revisor Oficial de Contas
RTV	Relatório Técnico de Visita
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAESCTN	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SAFPRI	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SFC	System for Fund Management in the European Community
SGM	Sociedades de Gestão de Activos
SI	Sistema de Incentivos
SIAC	Sistema de Apoio a Acções Colectivas
SI I&DT	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação	Sistema de Incentivos à Inovação
SI PME	Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME
SNC	Sistema Nacional de Controlo
SPQ	Sistema Português da Qualidade
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica
TIE	Tecnologias de Informação e Electrónica
TOC	Técnico Oficial de Contas
TP	Turismo de Portugal
UE	União Europeia
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VE	Valia Económica.